



Impactos da Implantação de Unidades Industriais Sucroenergéticas no Desenvolvimento:

o caso dos municípios de Mirante do Paranapanema/SP e Narandiba/SP

Autor: **Paulo Roberto Rosa**
Orientador: **Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi**





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial

PAULO ROBERTO ROSA

**Impactos da Implantação de Unidades Industriais
Sucroenergéticas no Desenvolvimento: o caso dos
municípios de Mirante do Paranapanema/SP e
Narandiba/SP**

Orientador
PROF. DR. EDUARDO PAULON GIRARDI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente - SP
2020

R788i

Rosa, Paulo Roberto

Impactos da implantação de unidades industriais sucroenergéticas no desenvolvimento : o caso dos municípios de Mirante do Paranapanema/SP e Nanduba/SP / Paulo Roberto Rosa. -- Presidente Prudente, 2020
246 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Eduardo Paulon Girardi

1. Desenvolvimento. 2. Subdesenvolvimento. 3. Territorialização.
4. Setor sucroenergético. 5. Questão agrária. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Impactos da implantação de unidades industriais sucroenergéticas no desenvolvimento: os casos dos municípios de Mirante do Paranapanema/SP e Nanduba/SP

AUTOR: PAULO ROBERTO ROSA

ORIENTADOR: EDUARDO PAULON GIRARDI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO VIDEOCONFERÊNCIA
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MEI AZZO VIDEOCONFERÊNCIA
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. SEDEVAL NARDOQUE VIDEOCONFERÊNCIA
Departamento de Geografia / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. MUNIR JORGE FELICIO VIDEOCONFERÊNCIA

Presidente Prudente, 12 de maio de 2020

"Os únicos derrotados que há no mundo são os que param de lutar".

Pepe Mujica (2016, p. 29)

AGRADECIMENTOS

A jornada de quatro longos anos chega ao fim. São muitas as pessoas que participaram direta ou indiretamente na elaboração desse trabalho e espero não esquecer, em especial, de nenhuma daquelas que tiveram envolvimento e/ou participação mais direta.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por levantar-me e conduzir-me quando as forças me faltavam, e pela oportunidade de iniciar e concluir essa jornada.

Agradeço a minha esposa Eliete e aos meus filhos amados, Matheus e Thiago, por suportarem a ausência, por entenderem a minha falta de tempo e pela paciência quando ela me faltava.

Agradeço a minha mãe que, apesar da precoce interrupção em seus estudos, fez-me conhecer as letras, ensinou-me a dar os primeiros passos na escrita e tomar gosto pelos estudos.

Agradeço aos amigos Aurélio Bandeira Amaro e Cláudio Smalley Soares Pereira pelas valiosas contribuições, que se iniciaram já no processo seletivo, e vão muito além da partilha de materiais e informações.

Agradeço ao Prof. Munir Jorge Felício, meu orientador dos tempos de mestrado; obrigado pelas suas valiosas contribuições, mas sobretudo por permitir-me usufruir da sua amizade já há tanto tempo.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, por tudo que fez por mim, em especial por ter iluminado meu caminho, compartilhando suas ideias, conhecimentos e experiências, e pelas preciosas contribuições que em muito enriqueceram esse trabalho.

Agradeço aos professores do PPGG, em especial aos professores Antonio Nivaldo Hespanhol, Antonio Thomaz Júnior, Bernardo Mançano Fernandes, Eliseu Savério Spósito, Nécio Turra Neto e Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) por proporcionar as condições necessárias para realização deste trabalho, realizar as publicações e participar dos eventos, de forma que em momento algum julguei necessário exercer o direito de afastar-me das atividades profissionais/acadêmicas.

Agradeço a todas aquelas pessoas que se dispuseram em participar das entrevistas, sem as quais os resultados deste trabalho não seriam possíveis. Não me atrevo a citá-los nominalmente para não correr o risco de cometer a injustiça e deselegância em esquecer de alguém.

ROSA, Paulo Roberto. **Impactos da implantação de unidades industriais sucroenergéticas no desenvolvimento:** o caso dos municípios de Mirante do Paranapanema/SP e Nanduba/SP. 246 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - São Paulo, 2020.

RESUMO

Este trabalho investigou a hipótese de que *o crescimento econômico gerado por unidades industriais sucroenergéticas não promove um desenvolvimento integral na mesma proporção nos municípios em que são instaladas, de forma que, mesmo com algumas melhorias em indicadores sociais, o crescimento econômico concentrado é o objetivo final e os ganhos sociais são “externalidades positivas”*. Também é parte do objetivo geral analisar os limites deste modelo de desenvolvimento. Compreender como se estabelecem os fatores que irão determinar o grau de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento de uma região é tarefa complexa e que requer o estudo sobre a formação da sociedade capitalista, que se expande de forma contraditória e desigual. Os municípios selecionados para estudo são Mirante do Paranapanema e Nanduba, por abrigarem os dois últimos empreendimentos implantados na expansão recente do setor sucroenergético na Região do Pontal do Paranapanema, sendo eles, respectivamente, a Usina Conquista do Pontal, da Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial), e a Unidade II da Usina Cocal. São analisadas as influências exercidas atualmente pelo crescimento econômico na melhoria da qualidade de vida e na economia desses municípios a partir da perspectiva de um desenvolvimento que vai além do econômico. Para entender as razões da recente territorialização do setor sucroenergético no Pontal do Paranapanema é necessário compreender a questão agrária e seus desdobramentos. Este trabalho consiste num estudo de caso e a metodologia consistiu principalmente na análise de dados secundários, realização de trabalhos de campo com aplicação de questionários e entrevistas, e a análise dessas informações primárias, o que permitiu avaliar o processo a partir da perspectiva dos habitantes dos municípios. A realização do trabalho permitiu compreender que a implantação de unidades industriais sucroenergéticas apresenta desdobramentos positivos e negativos. Em que pese o crescimento econômico representado pelo aumento do PIB municipal e outros indicadores econômicos seja significativo, a desproporcionalidade com que esse crescimento reflete na evolução de indicadores como, por exemplo, o rendimento médio total dos empregos formais e investimentos em serviços de saúde e educação, demonstra que a melhoria das condições de vida da população não é o objetivo, mas sim “externalidades positivas”, confirmando a hipótese inicial. Além disso, a capacidade desses empreendimentos em transformar a realidade dos municípios, ainda que pequenos demográfica e economicamente, demonstra-se extremamente limitada.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Territorialização. Setor sucroenergético. Questão agrária. Pontal do Paranapanema.

ROSA, Paulo Roberto. **Impacts of the implantation of sugar-energy industrial units on development:** the case of the municipalities of Mirante do Paranapanema/SP and Narandiba/SP. 246 p. Thesis (Ph.D. in Geography). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This work investigated the hypothesis that *the economic growth generated by sugar-energy industrial units does not promote integral development in the same proportion in the municipalities where they are installed, so that, even with some improvements in social indicators, concentrated economic growth is the ultimate goal and social gains are “positive externalities”*. It is also part of the general objective to analyze the limits of this development model. Understanding how to establish the factors that will determine the degree of development or underdevelopment of a region is a complex task that requires the study of the formation of capitalist society, which expands in a contradictory and unequal way. The municipalities selected for study are Mirante do Paranapanema and Narandiba, as they house the last two projects implemented in the recent expansion of the sugar-energy sector in the Pontal do Paranapanema Region, being, respectively, the Usina Conquista do Pontal, by Atvos (formerly Odebrecht Agroindustrial) , and Unit II of the Cocal Plant. The influences currently exercised by economic growth in improving the quality of life and the economy of these municipalities are analyzed from the perspective of a development that goes beyond the economic one. To understand the reasons for the recent territorialization of the sugar-energy sector in Pontal do Paranapanema, it is necessary to understand the agrarian issue and its consequences. This work consists of a case study and the methodology consisted mainly of the analysis of secondary data, carrying out fieldwork with the application of questionnaires and interviews, and the analysis of this primary information, which allowed to evaluate the process from the perspective of the inhabitants of the counties. The work allowed us to understand that the implantation of sugar-energy industrial units has positive and negative consequences. In spite of the significant economic growth represented by the increase in municipal GDP and other economic indicators, the disproportionality with which this growth is reflected in the evolution of indicators such as, for example, the total average income from formal jobs and investments in health and education services , demonstrates that improving the population's living conditions is not the objective, but “positive externalities”, confirming the initial hypothesis. In addition, the capacity of these enterprises to transform the reality of the municipalities, even though small demographically and economically, proves to be extremely limited.

Keywords: Development. Underdevelopment. Territorialization. Sugar-energy sector. Agrarian question. Pontal do Paranapanema.

ROSA, Paulo Roberto. **Impactos de la implantación de unidades industriales de energía azucarera en el desarrollo:** el caso de los municipios de Mirante do Paranapanema/SP y Narandiba/SP. 246 p. Tesis (Doctorado en Geografía). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - São Paulo, 2020.

RESUMEN

Este trabajo investigó la hipótesis de que *el crecimiento económico que generan las unidades industriales azucareras-energéticas no promueve el desarrollo integral en la misma proporción en los municipios donde están instaladas, por lo que, incluso con algunas mejoras en los indicadores sociales, el crecimiento económico concentrado es el objetivo final. y los beneficios sociales son "externalidades positivas"*. También forma parte del objetivo general analizar los límites de este modelo de desarrollo. Comprender cómo establecer los factores que determinarán el grado de desarrollo o subdesarrollo de una región es una tarea compleja que requiere el estudio de la formación de la sociedad capitalista, la cual se expande de manera contradictoria y desigual. Los municipios seleccionados para el estudio son Mirante do Paranapanema y Narandiba, ya que albergan los dos últimos proyectos implantados en la reciente expansión del sector azucarero-energético en la Región Pontal do Paranapanema, siendo, respectivamente, la Usina Conquista do Pontal, de Atvos (antes Odebrecht Agroindustrial). y Unidad II de la Usina Cocal. Las influencias que actualmente ejerce el crecimiento económico en la mejora de la calidad de vida y en la economía de estos municipios se analizan desde la perspectiva de un desarrollo que va más allá del económico. Para comprender las razones de la reciente territorialización del sector azucarero-energético en Pontal do Paranapanema, es necesario comprender el tema agrario y sus consecuencias. Este trabajo consta de un estudio de caso y la metodología consistió principalmente en el análisis de datos secundarios, realizando un trabajo de campo con la aplicación de cuestionarios y entrevistas, y el análisis de esta información primaria, lo que permitió evaluar el proceso desde la perspectiva de los habitantes de los condados. El trabajo permitió comprender que la implantación de unidades industriales azucareras-energéticas tiene consecuencias positivas y negativas. A pesar del importante crecimiento económico que representa el incremento del PIB municipal y otros indicadores económicos, la desproporcionalidad con la que este crecimiento se refleja en la evolución de indicadores como, por ejemplo, el ingreso promedio total de empleos formales e inversiones en servicios de salud y educación. , demuestra que mejorar las condiciones de vida de la población no es el objetivo, sino “externalidades positivas”, confirmando la hipótesis inicial. Además, la capacidad de estos emprendimientos para transformar la realidad de los municipios, aunque pequeña demográfica y económicamente, resulta sumamente limitada.

Palabras clave: Desarrollo. El subdesarrollo. Territorialización. Sector sucroenergético. Cuestión agraria. Pontal do Paranapanema.

ROSA, Paulo Roberto. **Les impacts de l'implantation d'unités industrielles sucre-énergie sur le développement**: le cas des communes de Mirante do Paranapanema/SP et Narandiba/SP. 246 p. Thèse (Doctorat en Géographie). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente - São Paulo, 2020.

RÉSUMÉ

Ce travail a examiné l'hypothèse que *la croissance économique générée par les unités industrielles sucre-énergie ne favorise pas le développement intégral dans la même proportion dans les communes où elles sont installées, de sorte que, même avec quelques améliorations des indicateurs sociaux, la croissance économique concentrée est le but final et les gains sociaux sont des “externalités positives”*. Il fait également partie de l'objectif général d'analyser les limites de ce modèle de développement. Comprendre comment établir les facteurs qui détermineront le degré de développement ou de sous-développement d'une région est une tâche complexe qui nécessite l'étude de la formation de la société capitaliste, qui se développe de manière contradictoire et inégale. Les municipalités sélectionnées pour l'étude sont Mirante do Paranapanema et Narandiba, car elles abritent les deux derniers projets mis en œuvre dans le cadre de la récente expansion du secteur sucre énergie dans la région de Pontal do Paranapanema, étant respectivement l'Usina Conquista do Pontal, d'Atvos (l'ancienne Odebrecht Agroindustrial) et l'Unité II de l'usine Cocal. Les influences actuellement exercées par la croissance économique sur l'amélioration de la qualité de vie et sur l'économie de ces communes sont analysées dans la perspective d'un développement qui dépasse le cadre économique. Pour comprendre les raisons de la récente territorialisation du secteur sucre-énergie à Pontal do Paranapanema, il faut comprendre la problématique agraire et ses conséquences. Ce travail consiste dans un étude de cas et la méthodologie a consisté principalement dans l'analyse de données secondaires, la réalisation d'un travail de terrain avec l'application de questionnaires et d'entretiens, et l'analyse de ces informations primaires, qui ont permis d'évaluer le processus du point de vue des habitants de la comtés. La réalisation du travail a permis de comprendre que l'implantation d'unités industrielles sucre-énergies a des conséquences positives et négatives. Malgré la croissance économique significative représentée par l'augmentation du PIB municipal et d'autres indicateurs économiques, la disproportion avec laquelle cette croissance se reflète dans l'évolution d'indicateurs tels que, par exemple, le revenu moyen total des emplois formels et les investissements dans les services de santé et d'éducation, démontre que l'amélioration des conditions de vie de la population n'est pas l'objectif, mais des “externalités positives”, confirmant l'hypothèse initiale. De plus, la capacité de ces entreprises à transformer la réalité des communes, bien que petite sur le plan démographique et économique, démontre extrêmement limitée.

Mots-clés: Développement. Sous-développement. Territorialisation. Secteur sucre-énergie. Question agraire. Pontal do Paranapanema.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Delimitação da área de estudo	24
Mapa 2	Unidades industriais sucroenergéticas no estado de São Paulo	105
Mapa 3	Estado de São Paulo com a divisão em Regiões Administrativas e Regiões de Governo.	244
Mapa 4	Estado de São Paulo com a divisão em Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas	245
Mapa 5	Estado de São Paulo com a divisão por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI's)	246

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Grupos ou classificações segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)	145
Figura 2	Mudanças na forma de classificação no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – 2000/2010	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mirante do Paranapanema – Dados dos Censos Agropecuários – 2006 e 2017	25
Tabela 2	Narandiba – Dados dos Censos Agropecuários – 2006 e 2017	27
Tabela 3	Usinas Alcídia e Conquista do Pontal – Quantidades processadas e produzidas – Safras 2010/2011 a 2014/2015	116
Tabela 4	Mirante do Paranapanema, Narandiba e Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Dados consolidados sobre o rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais)	122
Tabela 5	Mirante do Paranapanema – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio no município – 2000 a 2017	125
Tabela 6	Narandiba – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio no município – 2000 a 2017	126
Tabela 7	Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio – 2000 a 2017	127
Tabela 8	Mirante do Paranapanema – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais)	132
Tabela 9	Narandiba – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais)	135
Tabela 10	Mirante do Paranapanema – Investimentos realizados pelo município no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação – 2005 a 2017 (em reais)	136
Tabela 11	Narandiba – Investimentos realizados pelo município no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação – 2005 a 2017 (em reais)	138
Tabela 12	Estado de São Paulo – Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias – 2014-2018	146
Tabela 13	Mirante do Paranapanema e Narandiba – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) dos municípios – 2000 a 2010	149
Tabela 14	Mirante do Paranapanema e Narandiba – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) reorganizado segundo classificação do IPVS 2000 – 2000 a 2010	150

Tabela 15 Região de Governo de Presidente Prudente – Índice Firjan de 151
Desenvolvimento Municipal

LISTA DE GRÁFICOS

INDICADORES ECONÔMICOS		
Gráfico 1	Mirante do Paranapanema – Produto Interno Bruto (PIB) – 2005 a 2017 (em mil reais)	114
Gráfico 2	Narandiba – Produto Interno Bruto (PIB) – 2005 a 2017 (em mil reais)	115
Gráfico 3	Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Produto Interno Bruto (PIB) médio – 2005 a 2017 (em mil reais)	116
Gráfico 4	Mirante do Paranapanema – Variação do PIB e crescimento populacional – 2005 a 2017 (em %)	118
Gráfico 5	Narandiba – Variação do PIB e crescimento populacional – 2005 a 2017 (em %)	119
Gráfico 6	Mirante do Paranapanema – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais)	120
Gráfico 7	Narandiba – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais)	121
Gráfico 8	Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais)	122
Gráfico 9	Mirante do Paranapanema – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %)	123
Gráfico 10	Narandiba – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %)	124
Gráfico 11	Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %)	125
Gráfico 12	Índice de Gini nacional, estadual e nos municípios de Mirante do Paranapanema, Narandiba e Presidente Prudente – 1991 a 2017	128
Gráfico 13	Rendimento médio total dos empregos formais no estado de São Paulo, na Região de Governo de Presidente Prudente e nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba – 2000 e 2017 (em reais)	130
Gráfico 14	Mirante do Paranapanema – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais)	131

Gráfico 15	Mirante do Paranapanema – Principais transferências recebidas pelo município – 2005 a 2017 (em reais)	132
Gráfico 16	Narandiba – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais)	134
Gráfico 17	Narandiba – Principais transferências recebidas pelo município – 2005 a 2017 (em reais)	134
Gráfico 18	Mirante do Paranapanema – Investimentos realizados no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação pelo município – 2005 a 2017 (em reais)	135
Gráfico 19	Narandiba – Investimentos realizados no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação pelo município – 2005 a 2017 (em reais)	138
Gráfico 20	Mirante do Paranapanema e Narandiba – Número de empregos formais nos municípios – 2006 a 2017	141
Gráfico 21	Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio – Número de empregos formais nos municípios – 2006 a 2017	142

INDICADORES SOCIAIS

Gráfico 22	Mirante do Paranapanema – Série histórica do IDH-M – 1991 a 2010	143
Gráfico 23	Narandiba – Série histórica do IDH-M – 1991 a 2010	143
Gráfico 24	Mirante do Paranapanema e Narandiba – IDH-M dos municípios comparados com os IDH's das escalas estadual, nacional e com os municípios com maior e menor IDH-M – 1991 a 2010	144
Gráfico 25	Mirante do Paranapanema – Índice Paulista de Responsabilidade Social do município – 2008 a 2018	147
Gráfico 26	Narandiba – Índice Paulista de Responsabilidade Social do município – 2008 a 2018	147
Gráfico 27	Mirante do Paranapanema – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017	152
Gráfico 28	Narandiba – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017	153
Gráfico 29	Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017	153

MIRANTE DO PARANAPANEMA

Gráfico 30	Mirante do Paranapanema – Perfil instrucional da amostra	157
Gráfico 31	Mirante do Paranapanema – Rendas pessoal e familiar dos entrevistados (em salários mínimos)	158
Gráfico 32	Mirante do Paranapanema – Relação pessoal dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar	159
Gráfico 33	Mirante do Paranapanema – Relação familiar dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar	160
Gráfico 34	Mirante do Paranapanema – Avaliação quanto ao aumento na oferta ou melhoria na qualidade dos serviços públicos a partir de 2007	161
Gráfico 35	Mirante do Paranapanema – Oferta de serviços públicos no local de residência dos entrevistados	162
Gráfico 36	Mirante do Paranapanema – Avaliação da qualidade dos serviços públicos	163
Gráfico 37	Mirante do Paranapanema – Local onde os entrevistados realizam suas compras	164
Gráfico 38	Mirante do Paranapanema – Impacto da usina nas vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais)	165
Gráfico 39	Mirante do Paranapanema – Contribuição da usina na manutenção das vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais)	166
Gráfico 40	Mirante do Paranapanema – Relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas	167
Gráfico 41	Mirante do Paranapanema – Fatores do cultivo da cana-de-açúcar prejudiciais a outras culturas	167
Gráfico 42	Mirante do Paranapanema – Culturas com as quais a cana-de-açúcar concorre por terras	168
Gráfico 43	Mirante do Paranapanema – Empreendimentos que seriam capazes de promover o desenvolvimento	170
Gráfico 44	Mirante do Paranapanema – Políticas ou ações que seriam capazes de promover o desenvolvimento	170
Gráfico 45	Mirante do Paranapanema – Priorização dos setores da economia a ser observado pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados	172

Gráfico 46	Mirante do Paranapanema – Responsável por investir os recursos necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados	174
Gráfico 47	Mirante do Paranapanema – Responsável por realizar as ações necessárias ao desenvolvimento do município, segundo entrevistados	174
Gráfico 48	Mirante do Paranapanema – O município apresenta oportunidades de permanência aos jovens?	177
Gráfico 49	Mirante do Paranapanema – Existência do portal de transparência	178
Gráfico 50	Mirante do Paranapanema – Frequência de acesso ao portal de transparência	179
Gráfico 51	Mirante do Paranapanema – Existência de órgãos colegiados	179
Gráfico 52	Mirante do Paranapanema – Participação em órgãos colegiados	180
Gráfico 53	Mirante do Paranapanema – Confiança e satisfação com a atuação dos políticos	181

NARANDIBA

Gráfico 54	Narandiba – Perfil instrucional da amostra	183
Gráfico 55	Narandiba – Rendas pessoal e familiar dos entrevistados (em salários mínimos)	184
Gráfico 56	Narandiba – Relação pessoal dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar	185
Gráfico 57	Narandiba – Relação familiar dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar	185
Gráfico 58	Narandiba – Avaliação quanto ao aumento na oferta ou melhoria na qualidade dos serviços públicos a partir de 2007	187
Gráfico 59	Narandiba – Oferta de serviços públicos no local de residência dos entrevistados	188
Gráfico 60	Narandiba – Avaliação da qualidade dos serviços públicos	188
Gráfico 61	Narandiba – Local onde os entrevistados realizam suas compras	189
Gráfico 62	Narandiba – Impacto da usina nas vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais)	190
Gráfico 63	Narandiba – Contribuição da usina na manutenção das vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais)	191
Gráfico 64	Narandiba – Relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas	192

Gráfico 65	Narandiba – Fatores do cultivo da cana-de-açúcar prejudiciais a outras culturas	192
Gráfico 66	Narandiba – Concorrência por terra entre a cana-de-açúcar e outras culturas	193
Gráfico 67	Narandiba – Culturas com as quais a cana-de-açúcar concorre por terras	194
Gráfico 68	Narandiba – Empreendimentos que seriam capazes de promover o desenvolvimento	195
Gráfico 69	Narandiba – Políticas ou ações que seriam capazes de promover o desenvolvimento	195
Gráfico 70	Narandiba – Priorização dos setores da economia a ser observado pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados	197
Gráfico 71	Narandiba – Responsável por investir os recursos necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados	198
Gráfico 72	Narandiba – Responsável por realizar as ações necessárias ao desenvolvimento do município, segundo entrevistados	198
Gráfico 73	Narandiba – O município apresenta oportunidades de permanência aos jovens?	199
Gráfico 74	Narandiba – Existência do portal de transparência	200
Gráfico 75	Narandiba – Frequência de acesso ao portal de transparência	201
Gráfico 76	Narandiba – Existência de órgãos colegiados	201
Gráfico 77	Narandiba – Participação em órgãos colegiados	202
Gráfico 78	Narandiba – Confiança e satisfação com a atuação dos políticos	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Apoio Financeiro aos Estados e ao Distrito Federal (Lei 12.306/10).
AFM	Apoio/Auxílio Financeiro aos Municípios (Lei 12.058/09 e Lei 12.859/13).
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural.
CIDE-Combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool (CF Art. 159 III).
CF	Constituição Federal.
FEX	Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações.
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios (CF Art. 159 I).
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CF ADCT Art.60 - EC 53/06 - obs.: vigência a partir de 2007).
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (CF ADCT Art. 60 - EC 14/96 - obs.: vigência até 2006).
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.
IOF-Ouro	Imposto sobre Operações Relativas ao Metal Ouro como Ativo Financeiro (CF Art. 153 parágrafo 5º).
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social.
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.
ITR	Imposto Territorial Rural (CF Art. 158 II).
LC	Lei Complementar.
RL	Reserva Legal
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
1.1.	Delimitação da região de estudo	23
1.2.	Procedimentos metodológicos	29
2.	DESENVOLVIMENTO	35
2.1.	Debate paradigmático	39
2.2.	Desenvolvimento endógeno	75
2.2.1.	Desenvolvimento regional	80
2.2.2.	Desenvolvimento local	83
2.2.3.	Uma perspectiva crítica as teorias do desenvolvimento endógeno	88
2.3.	Desenvolvimento e setor sucroenergético	93
2.4.	O setor sucroenergético no Brasil	96
3.	SETOR SUCROENERGÉTICO E A REGIÃO DE ESTUDO	103
3.1.	Territorialização recente do setor sucroenergético	103
3.2.	Políticas de desenvolvimento na Região do Pontal do Paranapanema	106
3.2.1.	Reforma agrária como estratégia para o desenvolvimento com soberania alimentar	106
3.3.	Conjuntura social e evolução econômica da região de estudo	113
3.3.1.	Análise de alguns indicadores econômicos	113
3.3.2.	Análise de alguns indicadores sociais	142
4.	AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DE ESTUDO	155
4.1.	Mirante do Paranapanema	158
4.2.	Narandiba	182
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
	REFERÊNCIAS	213
	ANEXO	225
	APÊNDICE	241

1. INTRODUÇÃO

As relações sociais de produção atuais são predominantemente capitalistas, mas não exclusivamente. A busca desenfreada pelo lucro a qualquer preço constitui a essência do capitalismo. A lógica do lucro que guia o modo de produção capitalista gerou desenvolvimento e subdesenvolvimento, concentrou a riqueza nas mãos de poucos, agravou as assimetrias entre continentes, países e regiões, dividindo-os entre os que têm e os que não têm.

Os processos de reestruturação produtiva e a mundialização do capital promovem a concentração da riqueza e dos recursos nas mãos da minoria, enquanto cria a periferia marginalizada, superexplorada e miserável, que tem de desenvolver estratégias para resistir e lutar pela sobrevivência e contra exclusão e exploração. A sociedade capitalista divide-se entre a minoria que se apropria da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade e a massa de trabalhadores que vende a sua força de trabalho por salários geralmente insuficientes para suprir as necessidades básicas de subsistência. Atualmente as relações de trabalho estão passando por processo de acirramento das premissas neoliberais, de transformação fortemente marcado por subemprego, com cada vez menos direitos trabalhistas, terceirização generalizada e por processos ainda mais severos, como é o caso da uberização¹.

É inegável que o capitalismo proporcionou, para parte da humanidade, progresso tecnológico sem precedentes e substancial elevação no nível de bem-estar, dentre outros benefícios, mesmo que a finalidade de tal processo não fosse a criação desses benefícios, mas o lucro. Uma contradição do modo de produção capitalista é a desigualdade com que tais benefícios são produzidos e socialmente apropriados. Ao colocar as pessoas para competirem entre si visando a manutenção dos benefícios conquistados, ou então ampliá-los, o modo de produção capitalista engendra o individualismo e exerce sobre essas pessoas "[...] a pressão de fazer mais coisas no mesmo tempo, e ao mesmo tempo [...]" (HIRSCH, 1979, p. 110). Como consequência do avanço capitalista a sociabilidade tem sido corroída e vários problemas de organização econômica e social são intensificados.

¹ Segundo Antunes (2019), “são modalidades de trabalho intermitente, em que os trabalhadores são chamados a trabalhar, e só recebem por aquelas horas que trabalham. O tempo que eles ficam esperando, eles não trabalham”. Trata-se de processo pelo qual “[...] o ‘aplicativo’ – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 35). Aquilo que “[...] denominamos como ‘uberização do trabalho’ é o mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos” (ANTUNES, 2019).

A humanidade precisa criar caminhos para outro modo de produção que lhe permita romper com a ditadura da mercadoria imposta pelo modelo produtivista-consumista do capital, que lhe solapa o tempo destinado ao lazer, à família e outras atividades não laborais; corrói os laços sociais e de solidariedade, bem como tem degradado e levado os recursos naturais à exaustão (AMIN, 1976, 2006; SMITH, 1988; SANTOS, 2005). A compreensão dos avanços obtidos pelo atual modelo de desenvolvimento e dos limites a ele inerentes é etapa fundamental para quem busca contribuir na construção de outro modelo de desenvolvimento, centrado no ser humano.

O Estado brasileiro, tomando como premissa o desenvolvimento pautado no modo de produção capitalista, tem como objetivo o incentivo à ampliação das atividades de empresas. Neste contexto, dentre os setores que historicamente têm recebido mais incentivos está o sucroenergético. O último grande incentivo ocorreu a partir de meados da década de 2000, resultando na ampliação do número e da capacidade das plantas industriais sucroenergéticas. O estado de São Paulo comportou metade da expansão. Tal expansão, gozando amplamente de incentivos financeiros públicos, esteve pautada no discurso do desenvolvimento. É a análise deste desenvolvimento que foi realizada nesta pesquisa.

O esforço empreendido neste trabalho buscou investigar a hipótese de que **o crescimento econômico gerado por unidades industriais sucroenergéticas não promove um desenvolvimento integral na mesma proporção nos municípios em que são instaladas, de forma que, mesmo com algumas melhorias em indicadores sociais, o crescimento econômico concentrado é o objetivo final e os ganhos sociais são “externalidades positivas”.** Também é parte do objetivo geral analisar os limites deste modelo de desenvolvimento. Para atingir o escopo delineado no objetivo geral foram fixados os seguintes objetivos específicos:

- Discutir o desenvolvimento e suas diferentes concepções;
- Compreender a história da ocupação da região em questão, destacando o recente interesse do setor sucroenergético no Pontal do Paranapanema;
- Analisar, avaliar e compreender os impactos da implantação de unidades industriais sucroenergéticas na Região do Pontal do Paranapanema e especificamente nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba;
- Avaliar se a implantação de unidades sucroenergéticas conseguiu alavancar algum tipo de desenvolvimento dos municípios em questão e, em caso afirmativo, examinar sua qualidade.

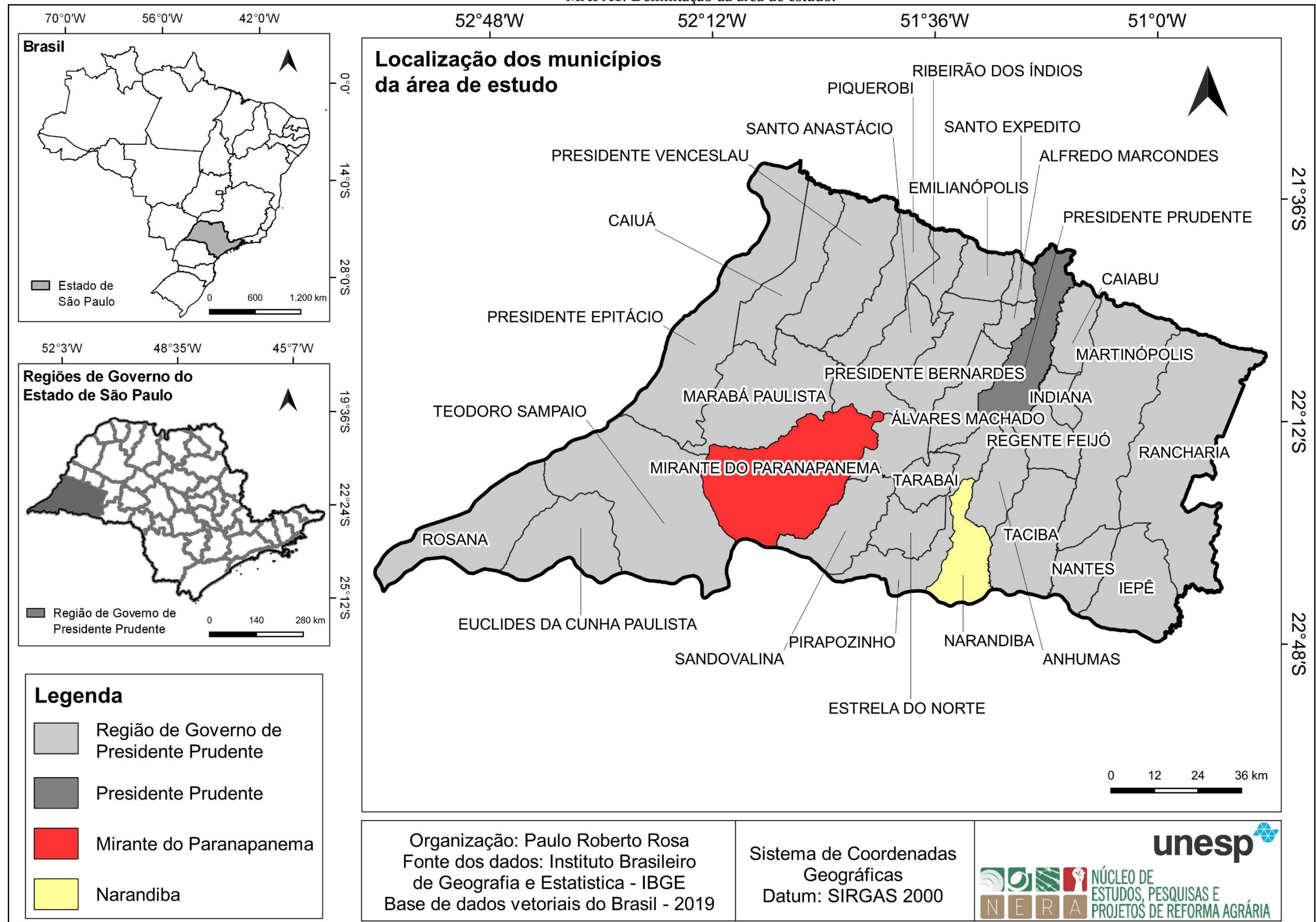
A verificação da hipótese é possibilitada pela análise dos impactos oriundos da implantação de unidades sucroenergéticas na Região do Pontal do Paranapanema. Esta região encontra-se localizada no Extremo Oeste do estado de São Paulo e o recorte utilizado para delimitar a mesma pode ser concebido de várias maneiras, como Região Administrativa de Presidente Prudente, Região de Governo de Presidente Prudente, Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 22. As delimitações feitas pelo IBGE de Microrregião de Presidente Prudente e Mesorregião de Presidente Prudente foram substituídas recentemente por Região Intermediária de Presidente Prudente e Região Imediata de Presidente Prudente. Maiores detalhes sobre tais divisões territoriais podem ser obtidas mediante a leitura do Apêndice I.

1.1. Delimitação da área de estudo

Inicialmente a região delimitada para realização do trabalho havia sido a Região Administrativa de Presidente Prudente. No entanto, considerando que os municípios selecionados para estudo são Mirante do Paranapanema e Narandiba, ambos pertencentes à Região de Governo de Presidente Prudente, e que os efeitos de vizinhança mais relevantes decorrentes da instalação de unidades industriais sucroenergéticas nesses municípios tendem a restringir-se a esta região, optou-se por restringir o espaço geográfico a ser estudado com maior profundidade. Estes municípios foram selecionados em razão de terem sido, até então, alvo do último ciclo de expansão do capital sucroenergético na região. A região então delimitada para realização do trabalho foi a Região de Governo de Presidente Prudente e que, doravante, será referenciada como Região do Pontal do Paranapanema, conforme ilustra o Mapa 1.

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de 2019, o município de Mirante do Paranapanema possui área de 1.238,93 km² e população de 17.701 habitantes, o que perfaz a densidade demográfica de 14,29 habitantes/km². De 2010 para 2019 a taxa geométrica de crescimento anual da população no município foi de 0,42% (FUNDAÇÃO SEADE, 2019). Com grau de urbanização de 58,88%, Mirante do Paranapanema detém, segundo informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Obras, a maior malha de estradas rurais do estado de São Paulo, com 3.200 km.

MAPA1: Delimitação da área de estudo.



Fonte: O autor.

Segundo o Relatório Dataluta (2014), o espaço rural Mirante do Paranapanema estava dividido, em 2012, entre 1.199 imóveis rurais que ocupavam 100.738 hectares, como o tamanho médio dessas propriedades em 84 hectares. Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) referentes a 2018 indicam a presença 903 imóveis rurais ocupando 112.948 hectares, média de 125 hectares por imóvel (CAR, 2018). A Tabela 1 sumaria alguns dados definitivos dos Censos Agropecuários realizados em 2006 e 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referentes ao município de Mirante do Paranapanema.

TABELA 1: Mirante do Paranapanema – Dados dos Censos Agropecuários – 2006 e 2017.

		2006	2017
Número de estabelecimentos		2.282	2.097
Área ocupada (ha)		97.856	98.859
Tamanho médio (ha)		43	47
Cana-de-açúcar			
Número de estabelecimentos		96	59
Área colhida (ha)		-	21.382
Quantidade produzida (t)		53.461	1.508.511
Valor da produção (mil reais)		3.511	84.846
Utilização das terras			
Construções, benfeitorias ou caminhos		1,80%	-
Lavouras	Forrageiras para corte	0,93%	-
	Permanentes	1,26%	1,99%
	Temporárias	10,49%	29,13%
	Flores	-	0,57%
Pastagens	Naturais	30,18%	17,34%
	Plantadas em boas condições	47,12%	38,46%
	Plantadas em más condições	5,81%	7,47%
Matas ou florestas	Naturais	0,16%	0,08%
	Naturais destinadas à APP ou RL	1,41%	3,51%
	Florestas plantadas	0,14%	0,95%
Sistemas agroflorestais		0,29%	0,50%
Tanques, lagos, açudes outras áreas p/aquicultura		0,08%	-
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		0,17%	-
Terras inaproveitáveis para agricultura		0,16%	-

Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O que já é possível depreender através da Tabela 1? Que Mirante do Paranapanema, de 2006 para 2017, apresentou elevação de aproximadamente mil hectares (1%) na área ocupada enquanto houve a redução de 185 (8,1%) no número de estabelecimentos, com a elevação de 4 hectares (9,3%) no tamanho médio deles. Juntos esses três elementos sinalizam a possibilidade de estarem ocorrendo ali dois processos igualmente perniciosos: **a)** avanço sobre terras devolutas, sem ou com titulação *sub judice*, ou ainda áreas de preservação ambiental; e **b)** incorporação de pequenos estabelecimentos pelos maiores, seja mediante aquisição – o que implicaria em reconcentração fundiária – ou arrendamento.

No que tange ao setor sucroenergético, o município viu cair para quase metade o número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, enquanto o volume produzido nesses estabelecimentos cresceu 2.722%. Esse crescimento pode ser explicado através transformação pela qual passou a paisagem do campo nesse intervalo entre os censos. As pastagens, que antes ocupavam 83,11% das terras cederam 23,9% da área para outros cultivos – quase que integralmente para as lavouras – e, em 2017, ocupavam apenas 63,27%. As lavouras, por sua vez, que ocupavam 12,68% das terras saltaram para 31,69%, crescimento de 149,9%. As lavouras temporárias, o que inclui a cana-de-açúcar, quase triplicaram a área ocupada, com crescimento de 177,69%.

O município de Narandiba possui área total de 357,33 km² e população de 4.783 habitantes, perfazendo a densidade demográfica de 13,39 habitantes/km². A taxa geométrica de crescimento populacional do município, no período de 2010 para 2019, foi de 1,23%, e Narandiba apresenta grau de urbanização de 80,51% (FUNDAÇÃO SEADE, 2019). Segundo informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Agricultura, grande parte da área municipal é ocupada por apenas duas grandes propriedades, a Fazenda Mosquito – onde está instalada a Usina Cocal – com 13.286,83 hectares e a Fazenda Nova Damasco com 9.367,8 hectares; juntas elas somam 22.654,63 hectares, 63,4% da área narandibense.

Segundo o Dataluta (2014), o município apresentava, no ano de 2012, 296 imóveis rurais ocupando 40.834,4 hectares, o que significa que cada imóvel rural ocupa, em média, 138 hectares. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) indica a existência de 222 imóveis rurais que, juntos, ocupam 20.597 hectares, tamanho médio de 93 hectares por imóvel (CAR, 2018). Com base nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, a Tabela 2 apresenta uma perspectiva da dinâmica espacial do campo em Narandiba.

O número de estabelecimentos em Narandiba caiu 28,5% (55 estabelecimentos) enquanto a área ocupada cresceu 7,1% (2.810 hectares), como pode ser observado através da Tabela 2. Com crescimento de 49,8% no tamanho médio dos estabelecimentos, o processo de ampliação da já concentrada estrutura fundiária foi mais intenso e significativo. A produção da cana-de-açúcar aparentemente é alvo apenas das grandes propriedades e cresceu 427,7% de 2006 para 2017, segundo dados proporcionados pelos respectivos Censos Agropecuários.

A territorialização do setor sucroenergético em Narandiba vai encontrar uma realidade em que 82,55% do espaço rural está distribuído de forma relativamente equilibrada entre lavouras (37,68%) e pastagens (44,87%). O Censo Agropecuário de 2017 demonstra que as pastagens perderam 69,5% da área que ocupavam, passando a ocupar apenas 13,68%, enquanto

as lavouras cresceram 74,5% e passaram a ocupar 65,76% das terras. É esse aumento na área ocupada pelas lavouras – quase que exclusivamente representadas pelas temporárias – é que vai possibilitar o crescimento na produção da cana-de-açúcar.

TABELA 2: Narandiba – Dados dos Censos Agropecuários – 2006 e 2017.

		2006	2017
Número de estabelecimentos		193	138
Área ocupada (ha)		39.590	42.400
Tamanho médio (ha)		205	307
Cana-de-açúcar			
Número de estabelecimentos		3	5
Área colhida (ha)		-	17.451
Quantidade produzida (t)		250.208	1.320.163
Valor da produção (mil reais)		13.837	102.341
Utilização das terras			
Construções, benfeitorias ou caminhos		1,03%	-
Lavouras	Forrageiras para corte	-	-
	Permanentes	0,36%	0,27%
	Temporárias	37,32%	65,49%
	Flores	-	-
Pastagens	Naturais	8,51%	4,55%
	Plantadas em boas condições	36,16%	9,14%
	Plantadas em más condições	0,20%	-
Matas ou florestas	Naturais	1,00%	0,88%
	Naturais destinadas à APP ou RL	11,40%	19,52%
	Florestas plantadas	-	0,15%
Sistemas agroflorestais		-	-
Tanques, lagos, açudes outras áreas p/aquicultura		-	-
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		-	-
Terras inaproveitáveis para agricultura		4,02%	-

Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Como é possível observar, consideradas as fontes citadas, as informações quanto à apropriação das terras rurais desses municípios, sejam elas atuais ou não, são não só contrastantes, mas em alguns casos também inconsistentes. O caso do município de Narandiba salta aos olhos, pois tanto o Dataluta (2014) quanto o Censo Agropecuário de 2017 apresentam como área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários quantidade que extrapola a extensão territorial do município. Não cabe aqui utilizar o Cadastro Ambiental Rural para efeitos de comparação, pois ele não contempla a totalidade das propriedades. Em que pese ele seja obrigatório, a iniciativa de realizar o cadastro compete ao proprietário.

Uma vez definido o recorte territorial do estudo e realizada breve caracterização deste, entende-se ser necessário, ainda que de forma rápida, apresentar o período histórico em que se deu a chegada do capital canavieiro na Região do Pontal do Paranapanema, até sua chegada aos municípios estudados. É importante ter em conta que não se tratou de movimento isolado, em que determinado grupo empresarial aventurou-se para consolidar-se nessas terras, mas sim de

ação orquestrada e que envolveu a aliança entre o Estado, o capital e proprietário de terra latifundiário.

É com o objetivo de promover a integração econômica, impulsionar o desenvolvimento e legalizar a titulação de terras na Região do Pontal do Paranapanema que uma série de iniciativas governamentais foram engendradas, dentre elas a implantação de usinas sucroalcooleiras, financiadas com recursos do Programa Nacional do Alcool – Proálcool – (LEITE, 1981). De acordo com Barreto e Thomaz Júnior (2012), as duas primeiras unidades industriais sucroenergéticas chegam à Região do Pontal do Paranapanema na década de 1970. Na década de 1980 chegariam à região mais quatro unidades, perfazendo o total de seis, todas de capital independente, ou seja, sem vínculo entre elas. No período recente, compreendido entre 2005 e 2009, são implantadas na região mais quatro agroindústrias, o que eleva o número total para dez unidades industriais sucroenergéticas, o ápice de usinas instaladas na região.

Cumprir destacar que esta última etapa é marcada pela chegada de grupos empresariais de capital nacional e internacional, até então ausentes na região, bem como a incorporação a esses grupos de duas unidades anteriormente instaladas e que se encontravam desativadas. É nesse período que se consolidam no município de Mirante do Paranapanema/SP a Usina Conquista do Pontal (UCP), da Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial), e em Narandiba a unidade da Usina Cocal. O polo da Usina Cocal em Narandiba teve sua construção iniciada em 2006 e a entrada em operação se deu em 2008. Já a Usina Conquista do Pontal, do então conglomerado empresarial Odebrecht, que teve sua construção iniciada em 2007, entrou em operação no ano de 2010.

No entanto, as oscilações de mercado costumam afetar consideravelmente esse setor, gerando crises que são maximizadas pela dependência do setor com relação a financiamento – para não dizer subsídio ou empréstimos a fundo perdido – estatal. A região não passou incólume a essas crises e a Destilaria Paranapanema, criada em 1982 na cidade de Narandiba e que teve como último proprietário do grupo norueguês Umoe Bionergy, encerrou suas atividades em 2011, transferindo o processamento para a segunda unidade do grupo, localizada em Sandovalina. O mesmo vai ocorrer com o grupo Atvos, que herdou do grupo Odebrecht a Usina Alcídia, instalada em 1974 no município de Teodoro Sampaio e que veio a ser desativada em 2015, com a transferência do processamento para a Usina Conquista do Pontal, do mesmo grupo e instalada em Mirante do Paranapanema.

Do total de dez unidades industriais sucroenergéticas que a Região do Pontal do Paranapanema chegou a ter, atualmente apenas cinco encontram-se em operação, uma está

desativada temporariamente, três desativadas e em processo de recuperação judicial, e uma encerrou definitivamente suas atividades, tendo a sua infraestrutura transferida para outra região do país – caso da Destilaria Paranapanema. Isso demonstra que a região está passando por processo de concentração do capital canavieiro, seguindo a tendência nacional apontada por Pitta, Xavier, Navarro e Mendonça (2014).

A territorialização do capital canavieiro aumentou a complexidade do histórico problema fundiário e da luta pela terra na Região do Pontal do Paranapanema. "Nesse cenário, latifundiários/grileiros usam o período de crescimento do agronegócio canavieiro na região para justificar e obter a 'jurisprudência' das terras, e evitar que estas sejam designadas as políticas de Reforma Agrária" (BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 5). A consolidação e permanência do setor sucroenergético na região conferem às terras com titulação irregular e utilizadas na produção canavieira o caráter de aparente regularidade ao artigo 186 da Constituição Federal de 1988 e que versa sobre a função social da propriedade rural.

1.2. Procedimentos metodológicos

A escolha dos métodos e técnicas apropriados para o contexto a ser estudado impõe desafios ao pesquisador, razão pela qual torna-se importante compreender a dinâmica das diferentes metodologias para saber como e quando podem ser acionadas. Segundo Cortes (1998, p. 13), as pesquisas científicas objetivam resolver problemas específicos, por isso devem “[...] fazê-lo dentro de um ambiente particular, recorrendo a técnicas também apropriadas àquele problema”. Ainda segundo o autor,

[...] a principal diretriz a guiar uma investigação é o problema de pesquisa que emerge da curiosidade científica do pesquisador, à luz das teorias do campo de conhecimento que ele se propõe a estudar. O método de pesquisa escolhido deve ser capaz de “costurar” estes elementos-chave do processo investigativo (CORTES, 1998, p. 14).

O ponto de partida deste trabalho foi a realização de levantamento e revisão bibliográfica norteado pelas temáticas desenvolvimento e subdesenvolvimento, questão agrária, ocupação da Região do Pontal do Paranapanema e setor sucroenergético (no Brasil, no estado de São Paulo e na Região do Pontal do Paranapanema). Atingido determinado estágio na parte bibliográfica foi possível identificar alguns indicadores referentes a dados secundários que poderiam começar a ser levantados junto a instituições como Tesouro Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Federação das Indústrias do

Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), dentre outras. A análise de tais dados tem por objetivo contribuir para com as considerações tecidas neste trabalho, seja com base neles mesmos como também em informações obtidas através do levantamento bibliográfico ou junto a base empírica.

Em que pese a relevância dos aspectos quantitativos, discutir o desenvolvimento como fenômeno multidimensional – um dos focos deste trabalho –, requer considerar determinados aspectos qualitativos que, não raras as vezes, não são explicáveis pela lógica econômica – quando não são contrários a ela –, razão pela qual optou-se pela condução de abordagem quali-quantitativa. Segundo Cortes (1998, p. 14),

Embora alguns trabalhos utilizem métodos que recorrem quase que exclusivamente ou a técnicas quantitativas ou a técnicas qualitativas de análise de dados, na maior parte dos casos, os problemas de pesquisa, serão mais proficuamente respondidos através do uso de ambas. Desse modo o pesquisador poderá extrair o máximo de informações sobre a realidade e chegar a conclusões mais firmemente fundamentadas.

Na mesma perspectiva, Neves (1998, p. 7) afirma que “métodos quantitativos e qualitativos não são mais vistos como procedimentos de investigação excludentes, mas como alternativas que se complementam no campo da pesquisa social empírica”. Para Roesse (1998, p. 190), “[...] são formas diferentes de se obter dados, que possibilitam tipos diferentes de inferência, que atendem a necessidades específicas”. “Nenhuma é melhor ou pior do que a outra e ambas apresentam seus desafios, seus limites e suas potencialidades” (TURRA NETO, 2012, p. 2). Segundo Turra Neto (2012), pela sua natureza numérica, os métodos quantitativos permitem tratamento matemático/estatístico e representação gráfica, ao passo que a natureza basicamente discursiva dos materiais com que trabalham os métodos qualitativos demandam outras técnicas e formas de representação.

O que define a opção metodológica é, na verdade, a **problemática** da pesquisa. Ela nos aponta as **fontes** que deverão ser acionadas e indica quais metodologias devemos empregar para ter **acesso às fontes**. Nesse sentido, costumo dizer que não existe metodologia perfeita, mas sim aquela que é mais adequada aos objetivos da pesquisa. Antes de fazermos as opções metodológicas, devemos avaliar os **prós e contras** de cada uma (TURRA NETO, 2012, p. 2, grifo do autor).

As metodologias qualitativas têm como núcleo “a preocupação em apreender os processos, acontecimentos e relações sociais a partir da perspectiva dos agentes neles envolvidos” (SILVA, 1998, p. 116). A sua vantagem, segundo Roesse (1998, p. 190), é que “[...] enriquece com detalhes nosso conhecimento de realidades, o que a padronização indispensável às técnicas quantitativas não permite”. A presença de metodologias quantitativas “[...] contribui para ampliar a abrangência das pesquisas qualitativas” (ROESE, 1998, p. 190). Para May (2004,

p. 175), no mundo social “o conhecimento vem da experiência e da realização de investigações detalhadas e meticolosas através das quais geramos os nossos entendimentos”.

Segundo Turra Neto (2012, p. 3), para produzir informação, as pesquisas qualitativas em Geografia têm como foco o sujeito social e como principal fonte de informação os “depoimentos orais, as práticas espaciais cotidianas, as histórias de vida e visões de mundo das pessoas”. Isso provoca a necessidade do pesquisador envolver-se com os sujeitos da pesquisa, ir até eles, estar com eles, conquistar sua confiança, dar vez e voz a estas pessoas, dentre outras implicações; em casos cujo foco é a história oral e/ou em pesquisas participativas, por exemplo, já não é mais o pesquisador que fala, mas os sujeitos da pesquisa que falam através dele. A constância no contato com tais pessoas, construindo conhecimento de forma colaborativa, trocando experiências, realizando refeições juntos, etc.; tudo isso permite estabelecer vínculos, identificar as lideranças, pessoas que irão apontar caminhos e abrir portas no seio comunidade, premissa para a experiência efetiva do método e realização da pesquisa. Para Neves (1998, p. 8-9),

É importante ressaltar que na metodologia de pesquisa qualitativa os métodos não são excludentes, e nem são usados de forma isolada, há uma combinação entre métodos de investigação e técnicas de coleta de dados. Assim, por exemplo, a observação está presente na entrevista, bem como na história oral, a história de vida vale-se da entrevista na busca dos dados. Este *mix* metodológico é uma marca peculiar da pesquisa social qualitativa e enriquece, de modo geral, a fase da coleta de dados.

Do *mix* de metodologias qualitativas destacadas por Turra Neto (2012), aquela que melhor coaduna com as necessidades deste trabalho é a entrevista. Sua utilização contribui sobremaneira para: a) analisar, avaliar e compreender os impactos da implantação de unidades industriais sucroenergéticas na Região do Pontal do Paranapanema e especificamente nos municípios de Mirante do Paranapanema e Nanduba; b) avaliar a qualidade e a forma de desenvolvimento que a implantação de unidades sucroenergéticas conseguiu alavancar nos municípios em questão; e c) compreender como todo esse processo é percebido pelos sujeitos presentes nesses municípios. Essa é a razão pela qual serão dispensadas a seguir algumas linhas para descrever de forma bastante sumariada e superficial o que representa essa metodologia.

A entrevista, segundo Colognese e Mélo (1998, p. 143, grifo nosso), “trata-se de uma conversa interessada [...] pela qual **objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência** dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo”. Consiste em processo de interação social que pode ser classificado quanto à padronização, a natureza das informações, aos informantes, ao nível de controle e a elaboração do roteiro de entrevista (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

Considerando as características apontadas por Colognese e Mélo (1998), entende-se que o tipo de entrevista realizada para consecução deste trabalho pode ser classificada da seguinte forma: a) quanto à padronização: semidiretiva ou semiestruturada; b) quanto a natureza das informações: predominantemente escrita, mas com uso consorciado da entrevista oral; c) quanto aos informantes: individual; d) quanto ao nível de controle: formal; e e) quanto a elaboração do roteiro de entrevista: específico.

Apesar da entrevista ser predominante escrita, considera-se ser fundamental a utilização de diário de campo como suporte para registrar as observações realizadas e informações consideradas relevantes e que não estão contempladas total ou parcialmente no roteiro elaborado. Segundo Mejía (2015), “o diário de campo constitui uma ferramenta na produção de dados” e de conhecimento. A riqueza de informações propiciadas pelo diário de campo tem potencial para robustecer a discussão com aspectos qualitativos quanto a realidade vivida e/ou percebida pelos sujeitos da pesquisa.

Além da entrevista, considera-se importante abordar aqui outra técnica de cunho qualitativo, o estudo de caso. Este método tem na especificidade do caso sua principal característica e ponto forte. Além disso, “a pluralidade de técnicas auxiliares (qualitativas e quantitativas) para a composição de um quadro detalhado do caso, a contemporaneidade (que o diferencia de um estudo histórico) e análise intensiva, completam o quadro definidor da metodologia do estudo de caso” (ROESE, 1998, p. 193).

Um dos desafios encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa foi a obtenção do equilíbrio entre levantamento bibliográfico e dos dados secundários, e a realização da pesquisa de campo. O segredo para não se deixar engessar e colonizar por nenhuma delas reside no equilíbrio com que se realiza essas etapas da pesquisa, que possibilita as condições e o ambiente propício para pensar fora da caixa, para ousar e avançar de forma inovativa. Para Ribeiro (1999, p. 189), a leitura dos textos de referência “tanto pode ajudar a liberar a reflexão, quanto pode atá-la a modelos já constituídos”.

Em que pese a importância dos referenciais teóricos, “devemos deixar de lado pelo menos parte da desculpa bibliográfica”; eles devem ser “ajudas, e não muletas” (RIBEIRO, 1999, p. 189). Segundo Ribeiro (1999, p. 191, grifo do autor), “**um pesquisador deve expor-se a seu objeto mais do que o faz**”. Ainda segundo o autor, “é preciso partir para o corpo-a-corpus” (RIBEIRO, 1999, p. 193).

Com base nas definições apresentadas anteriormente, este trabalho consiste num estudo de caso referente aos municípios de Mirante do Paranapanema e Nandubá. Na sua

concretização foi empregada a técnica de entrevista, subsidiada preliminarmente por pesquisa bibliográfica e reflexão teórica, e lastreada pela coleta, tratamento e análise de dados primários e secundários. O formulário elaborado com o roteiro para a entrevista encontra-se dividido em duas partes. Na primeira constam questões elaboradas especificamente para esta pesquisa. Na segunda parte tomou-se por base o instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL).

A ideia inicial era ter como ponto de partida para as análises o ano de 2007, pois teria sido nesta época que se consolidaram a Usina Conquista do Pontal – do Grupo Atvos, antiga Odebrecht Agroindustrial –, em Mirante do Paranapanema, e a Usina Cocal, unidade Narandiba. No entanto, o contato com a base empírica revelou que a construção da Usina Cocal foi iniciada em 2006, o que demonstrou a necessidade de ampliar o período de análise. Além disso, o andamento da pesquisa demandou a adoção de períodos mais amplos, que possibilitassem análises comparativas quanto a situação antes, durante a construção e após a entrada em operação. No tratamento dos dados relativos a valores correntes – absolutos, em reais –, para que fossem passíveis de comparação, todos os valores foram corrigidos/atualizados (inflacionados) para dezembro de 2017 mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para situações em que se julgou necessário recorreu-se a apuração de valores ou índices médios referentes ao conjunto dos municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente. Neste processo de apuração foram desconsiderados o município de Presidente Prudente – por ser a maior e centrada em serviços – e todos os municípios com a presença – atual ou passada – de unidade industrial sucroenergética. Considerou-se que a presença dos valores referentes a tais municípios poderia distorcer o resultado de forma que não retratasse a realidade da maioria dos municípios presentes nessa região.

A base empírica da pesquisa envolveu 57 (cinquenta e sete) sujeitos entrevistados, estando eles divididos da seguinte forma: 32 (trinta e dois) foram entrevistados em Mirante do Paranapanema e 23 (vinte e três) no município de Narandiba, um em Pirapozinho e outro em Presidente Prudente. Estes dois últimos foram considerados por terem relações diretas com a Usina Cocal de Narandiba, um como prestador de serviços terceirizado e outro como arrendatário. Na divisão entre os sexos foram entrevistadas 34 (trinta e quatro) pessoas do sexo masculino e 23 (vinte e três) do sexo feminino, sendo que 63,2% das pessoas entrevistadas informaram possuir idade entre 40 e 59 anos, e 61,4% declararam ser casadas. Dada a existência

de algumas discrepâncias nos dados obtidos em cada município as informações obtidas nas entrevistas serão apresentadas separadamente.

2. DESENVOLVIMENTO

Este capítulo almeja oferecer uma contribuição ao debate envolvendo a temática desenvolvimento sob as perspectivas do paradigma hegemônico do capital – atualmente em sua vertente neoliberal – e o pensamento alternativo ou pós-capitalista. Como pensamento alternativo ou pós-capitalista considera-se o conjunto de estudiosos que enxergam no capitalismo uma série de problemas estruturais que inviabilizam a existência de sociedade mais justa, equitativa e menos predatória, e que buscam encontrar alternativas ou caminhos para o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado, seja dentro do próprio capitalismo, uma vertente mais conservadora e com perspectivas questionáveis quanto aos seus reais efeitos, ou através da sua superação mediante ruptura radical.

No entanto, antes de avançar para estas diferentes perspectivas, considera-se relevante destacar que a ciência tem a possibilidade de produzir diferentes explicações para o mesmo fenômeno, e isso é baseado em elementos que, apesar de a englobarem, vão além da ideologia unicamente. Trata-se, na realidade, de diferentes formas de observar e compreender determinada realidade, de perspectiva na qual são enaltecidas determinadas características enquanto outras passam despercebidas ou são ocultadas por serem consideradas irrelevantes.

Neste contexto as contribuições de Thomas Samuel Kuhn e Ludwik Fleck são seminais para compreender determinadas nuances do “[...] processo de construção e desenvolvimento da prática científica [...]” (CAMPOS, 2012, p. 43). Os estudos de Kuhn abordam esse processo baseado em paradigmas enquanto os de Fleck estão ancorados em estilos de pensamento, estudos estes analisados profundamente por Campos (2012). Apesar das limitações inerentes às áreas de pesquisa e ao tempo histórico em que foram produzidas as análises de Kuhn e Fleck, como bem destacou Campos (2012), esses estudos serão aqui importantes para promover a delimitação conceitual e estabelecer as diferenças entre paradigma e estilo de pensamento.

Para Campos (2012, p. 47) o paradigma “[...] inclui um conjunto de elementos compartilhados pela comunidade científica, constituído, especialmente, por teorias, métodos, metodologias e atitudes que proporcionam aos seus membros uma visão de mundo”. A relação intrínseca entre paradigma e comunidade científica na prática da ciência é destacada por Kuhn (2007, p. 221) quando afirma “[...] que um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma”. São propriedades estruturais do paradigma “[...] o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento [...]”

(CAMPOS, 2012, p. 43). Segundo Campos (2012, p. 49), “a filiação a um paradigma é o motor que impulsiona e motiva a atividade científica”.

O pensamento fleckiano, por sua vez, organiza-se em torno de três elementos: o fato científico – problema de estudo –, o coletivo de pensamento – grupo de pesquisadores – e o estilo de pensamento. O estilo de pensamento é definido por Fleck (2010, p. 198) como “[...] uma percepção direcionada e um processamento correspondente do percebido”, em outras palavras, trata-se de percepção seletiva e ação dirigida. Para Campos (2012, p. 62), “o estilo de pensamento é responsável por selecionar as questões de estudo que serão cotejadas” e “[...] não se caracteriza pela combinação de determinados conceitos ou teorias, mas, sobretudo, pela coerção do pensamento que a impede de aceitar outros sistemas de ideias”. É essa coerção que define a filiação, aceitação e compartilhamento do estilo de pensamento pelo coletivo (CAMPOS, 2012).

Tendo por base as análises fleckianas, Campos (2012, p. 64) afirma que “as pessoas podem pertencer a vários coletivos simultaneamente [...]”, ou seja, isso só é possível porque Fleck (2010) considera a coexistência de diferentes estilos de pensamento. Diferentemente, o pensamento kuhniano considera os paradigmas como incomensuráveis, ou seja, “para que a ciência possa prosseguir seu processo de desenvolvimento, é necessário haver a sobrepujança de um dos paradigmas em disputa” (CAMPOS, 2012, p. 55). Para Campos (2012), a possibilidade da comunidade científica filiar-se a dois ou mais paradigmas não está devidamente contemplada na obra de Kuhn (2007). Isso conduz Campos (2012, p. 55) a asseverar que:

Mesmo observando o mesmo objeto, [...] os membros de paradigmas distintos não possuem o mesmo grau de relação com a natureza e, por isso, não conseguem captar os mesmos fenômenos, sendo, desta forma, paradigmas incomensuráveis. São duas visões radicalmente diferentes do mundo, o que torna impossível o estabelecimento de um compromisso.

Compreende-se que os estudos sobre desenvolvimento formam um *continuum*, de vários matizes ideológicos e que vai desde aqueles que não veem alternativa fora do capitalismo até aqueles que não consideram outra possibilidade a não ser a ruptura radical, passando por alguns que reconhecem os problemas sem apontar alternativas e por outros que apontam novos caminhos, ainda que dentro do próprio capitalismo. Além disso, é necessário considerar a realidade histórica e as concepções – liberal, marxista, estado de bem-estar social ou neoliberal – que nortearam as análises realizadas pelos autores considerados.

Em que pese possam ser próximas, as análises realizadas antes e após a segunda guerra mundial diferem em suas concepções. Em grande medida as análises precedentes têm perspectiva estrutural/estruturante do crescimento econômico, vez que consideram a interferência da questão estrutural sobre a economia e pregam o livre mercado mediante a ausência de regulação estatal. Com a segunda guerra mundial, ganha força o pensamento que prevê a manutenção do Estado como responsável pela organização política e econômica, bem como pela promoção social – o chamado Estado do Bem-Estar Social. A partir da década de 1980, esse pensamento passa a perder força e a ceder espaço para o paradigma neoliberal, atual modelo de desenvolvimento hegemônico, “[...] cuja base é o aumento constante da produção e do consumo como requisitos para a geração de emprego e renda [...]” (GIRARDI, 2019, p. 3).

O esforço engendrado neste estudo é no sentido de identificar e compreender os referenciais teóricos, ideologias, intencionalidades e escolhas – econômica, política e social – que embasam tais paradigmas. Trata-se de esforço para lançar luz sobre aspectos negligenciados – intencionalmente ou não – pelos autores, pois guiados por suas ideologias e intencionalidades tendem a desprezar tudo aquilo que possa abalar suas crenças e comprometer seus objetivos (MANNHEIM, 1968). Na perspectiva da existência de interesses antagônicos, a capacidade de exercer o poder se apresenta como elemento central em toda sociedade (SOUZA, 2017). "O poder de fazer o bem também é o poder de fazer o mal; quem controla o poder hoje talvez não o mantenha amanhã; e, mais importante, o que alguém considera bom outrem, talvez, considere nocivo" (FRIEDMAN, 2016 [1962], p. 4).

Reconhecendo a centralidade do poder, Souza (2017) destaca que o papel desempenhado pelos intelectuais na atualidade consiste em engendrar as condições necessárias à consolidação do pensamento hegemônico e a legitimação do poder. É a questão do poder "[...] que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado ou excluído" (SOUZA, 2017, p. 11). Ao se considerar que as questões relacionadas ao desenvolvimento envolvem o embate entre interesses conflitantes, nos estudos a ele relacionados, além das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, o jogo de poder não pode ser negligenciado (DALLABRIDA, 2010).

As discussões sobre a temática desenvolvimento podem trilhar diferentes caminhos e as ações que buscam a sua concretização podem servir para diferentes propósitos, a depender da intencionalidade que guie as opções do intelectual ou do sujeito que busca engendrar ações para alcançá-lo. Para Bresser Pereira (1977, p. 24), “o desenvolvimento pode ser justo ou injusto,

pode concentrar renda, manter a taxa de exploração em nível mais ou menos constante, ou distribuir renda”. Considerado fenômeno complexo e contraditório,

[...] o desenvolvimento pode ser usado para diversos propósitos políticos diferentes, incluindo alguns, e talvez a maioria, que conflitam com uma ética essencialmente igualitária ("uma vida melhor para **todos**"). De fato, a ideia de desenvolvimento pode ser usada para legitimar o que de fato equivale a mais dinheiro e poder para alguns [...] (PEET; HARTWICK, 2015 [1999], p. 1, tradução nossa, grifo do autor)².

Para Sachs (2008) o caráter fugidio do conceito e do fenômeno desenvolvimento pode ser explicado pela sua característica intrinsecamente multidimensional e complexa. A multidimensionalidade e a interdependência entre as diversas dimensões da vida social estão presentes nas análises de Schumpeter (1982 [1911]), que reconhece não serem as condições econômicas o fim em si mesmas e que a explicação das transformações econômicas deve considerar a totalidade do contexto histórico precedente. Apesar de Schumpeter (1982 [1911]) considerar a existência de desenvolvimento econômico apenas quando forças propulsoras endógenas – próprias da esfera econômica – forem capazes de alavancar mudanças na vida econômica, o autor enfatiza

[...] que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 47).

Ciente dessa característica sistêmica, Furtado (1980, p. 26) assevera que “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais”. É a interdependência que conduz Bellingieri (2017, p. 7) afirmar: “nenhum campo disciplinar, isoladamente, dará conta minimamente da riqueza de determinações do complexo processo do desenvolvimento [...]”. É nessa perspectiva que esse trabalho busca considerar a seguir as contribuições de autores provenientes das mais diversas áreas do conhecimento à compreensão das nuances referentes ao processo do desenvolvimento.

² “[...] development can be used for many different political purposes, including some, and perhaps most, that conflict with is essentially egalitarian ethic (“a better life for all”). Indeed, the idea of development can be used to legitimate what in fact amounts to more money and power for a few [...]” (PEET; HARTWICK, 2015 [1999], p. 1, grifo do autor).

2.1. Debate paradigmático

Na obra seminal intitulada “Teoria do desenvolvimento econômico”, publicada originalmente em 1911, Schumpeter (1982 [1911]) não considera o crescimento econômico, representado pelo crescimento da riqueza, como desenvolvimento, vez que, qualitativamente, não representa fato novo e requer apenas adaptação. Para Schumpeter (1982 [1911], p. 47), “todo processo concreto de desenvolvimento repousa [...] sobre o desenvolvimento precedente. [...]. Todo o processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o seguinte”. No entanto, Schumpeter (1982 [1911], p. 47, grifo do autor) estabelece tratar-se do “[...] tipo de mudança que emerge de dentro do sistema **que desloca de tal modo o seu ponto de equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais**”; em outras palavras, desenvolvimento refere-se a “[...] uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”.

Segundo Schumpeter (1982 [1911]), mudanças desse tipo não incluem aquelas relacionadas às necessidades do consumidor, pois estas últimas irão requerer apenas adaptações por parte de quem provê soluções para atendê-las. O autor estabelece ainda que, no modelo de desenvolvimento capitalista, “[...] é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 48).

Schumpeter (1982 [1911], p. 48) preconiza que “produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance” e compreende estarem as mudanças vinculadas a combinações diferentes dos mesmos materiais e forças para produção de “[...] outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente”. No entanto, apesar de entender que o desenvolvimento resulta de mudanças provenientes das novas combinações dos fatores de produção, para o autor não é qualquer tipo de mudança que caracteriza desenvolvimento. Mudanças cíclicas, evolutivas e/ou incrementais, originadas de antigas combinações, “[...] por ajuste contínuo mediante pequenas etapas [...]” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 48), não caracterizariam desenvolvimento. “O desenvolvimento [...] é definido [...] pela realização de novas combinações” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 48), de forma espontânea e descontínua, “[...] consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em

fazer coisas novas com eles, independentemente de aqueles recursos cresçam ou não” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 50).

Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) **Introdução de um novo bem** – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – **ou de uma nova qualidade de um bem**. 2) **Introdução de um novo método de produção**, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) **Abertura de um novo mercado**, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não. 4) **Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados** [...]. 5) **Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria**, como a criação de uma posição de monopólio [...] ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 48-49, grifo nosso).

A propriedade, domínio e/ou comando dos fatores de produção apresenta-se como condição *sine qua non* para a realização das combinações. Além desses fatores, em si mesmos, serem finitos; a evolução do modo de produção capitalista produziu a distribuição desigual e o elevado nível de concentração na propriedade dos recursos produtivos. Nesse contexto e partindo do que Schumpeter (1982 [1911], p. 54) define como empreendimento – “realização de combinações novas” – e empresário – “indivíduos cuja função é realizá-las” –, o crédito apresenta-se como elemento fundamental ao desenvolvimento econômico, vez que abre possibilidade para ampliar os fatores de produção disponíveis ao empresário para aplicação em seu empreendimento. Segundo Schumpeter (1982 [1911], p. 74),

[...] o crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito.

O crédito fornece ao empresário o capital – a soma de meios de pagamento, não necessariamente dinheiro em espécie – necessário para estabelecer propriedade, domínio e/ou controle sobre os fatores de produção, desempenhando assim o papel de ligação entre o empresário e os bens e serviços necessários à produção (SCHUMPETER, 1982 [1911]). Ao contrário da concepção tradicional, que considera como capital os bens adquiridos, Schumpeter (1982 [1911], p. 80-81, grifo do autor) assevera:

O capital não é nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjugava ao seu controle os bens concretos de que necessita, nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção. Essa é a única função do capital e por ela se caracteriza inteiramente o lugar do capital no organismo econômico. [...]. E o seu único propósito, a única razão pela qual o empresário precisa de capital [...] é simplesmente a de servir como um fundo com o qual os bens produtivos podem ser pagos.

É o desenvolvimento que vai engendrar, segundo Schumpeter (1982 [1911]), o mercado de capitais – ou monetário – e permitir, assim, o emprego do capital momentaneamente ocioso. Esse mercado é, para Schumpeter (1982 [1911], p. 86), “[...] o quartel-general do sistema capitalista, do qual partem as ordens para as suas divisões individuais, e o que ali é debatido e decidido é sempre em essência o estabelecimento de planos para o desenvolvimento posterior”. Segundo o autor,

[...] a função principal do mercado monetário ou de capital é o comércio de crédito com o propósito de financiar o desenvolvimento. O desenvolvimento cria e alimenta esse mercado. No curso do desenvolvimento lhe é atribuída ainda uma outra, uma terceira função: ele se torna mercado das próprias fontes de rendimentos (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 86).

Schumpeter (1982 [1911]) deixa claro, assim, a relação e afinidade entre o mercado dos fatores de produção e o mercado de crédito, relação esta que proporciona, simultaneamente, oportunidade para adquirir e empregar capital. É importante ter em conta que tanto na aquisição quanto no emprego de capital haverá produção de excedente monetário, lucro para quem fornece o crédito e para quem transfere o domínio dos fatores de produção ao empresário. “O lucro empresarial é um excedente sobre os custos [...], é a diferença entre receitas e despesas no negócio [...]” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 87).

Nessa relação triangular entre os fornecedores de crédito e dos fatores de produção e o empresário, este último deverá, mediante o emprego dos fatores de produção, atingir o patamar de produtividade que lhe possibilite honrar seus compromissos creditícios e o excedente que justifique e viabilize seu negócio. Segundo Schumpeter (1982 [1911], p. 96), “o valor excedente no desenvolvimento não é apenas um fenômeno privado, mas também social, e até agora é em todos os aspectos a mesma coisa que o lucro empresarial capitalista [...]”; e acrescenta que “sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, sem o lucro, nenhum desenvolvimento. Para o sistema capitalista deve ser acrescentado ainda que sem lucro não haveria nenhuma acumulação de riqueza” (SCHUMPETER, 1982 [1911], p. 103).

A abordagem realizada pelos autores alinhados à perspectiva do capital, como a proporcionada por Friedman (2016 [1962]) em “Capitalismo e liberdade” – obra publicada pela

primeira vez em 1962 –, é sustentada pela ideologia de que o livre mercado, caracterizado pela mínima intervenção estatal – Estado mínimo –, é o único caminho viável e capaz de conduzir a sociedade mundial ao bem viver e a felicidade. Qualquer outra possibilidade é negada e descartada, sendo seus defensores marginalizados e tidos como utopistas. Para autores como Friedman (2016 [1962]), as especificidades ou características sociais – dos sujeitos – e geográficas – nas escalas local, municipal, regional, estadual, nacional ou continental – pouca ou nenhuma importância têm como condicionantes ao sucesso ou fracasso.

Nesta perspectiva, o Estado é visto como a entidade que, se não tiver seu escopo de atuação mantido dentro de certos limites mínimos, ofereceria sérios riscos à liberdade tanto do mercado quanto dos sujeitos. Dessa forma, ao invés de ser o Estado que regularia o funcionamento do mercado, seria o mercado a regular a atuação do Estado. Para Friedman (2016 [1962], p. 2), as pessoas "[...] veem o governo como meio, como instrumento, não como concedente de favores ou de liberalidades nem como mestre ou deus a ser servido ou venerado cegamente". Na realidade brasileira o Estado foi, historicamente, cooptado pela elite – que até pode se metamorfosear e/ou ter sua composição modificada – e tornou-se, de fato, concedente de favores e liberalidades, atendendo prioritariamente aos interesses dessa elite ou de seus apadrinhados. No entanto, segundo Friedman (2016 [1962], p. 2-3),

A mente intui e a história confirma que a grande ameaça à liberdade é a concentração de poder. O governo é necessário para preservar a liberdade, é o instrumento pelo qual exercemos a liberdade; ao concentrar o poder nas mãos dos políticos, contudo, o governo também é ameaça à liberdade. Mesmo que os detentores de poder de início estejam imbuídos de boa vontade e ainda que não se deixem corromper pelo poder, o poder em si atrairá e formará indivíduos de outra estirpe.

Cabe salientar que o autor enfatiza o risco da concentração de poder apenas no Estado, permanecendo à margem de sua análise, intencionalmente ou não, os riscos inerentes à concentração privada do poder. A história recente está repleta de casos a exemplificar os riscos provenientes da constituição de monopólios e oligopólios, sejam eles nacionais ou transnacionais. Basta a análise, ainda que breve, da realidade contemporânea – como a do Brasil, por exemplo – para constatar-se que o Estado foi cooptado pelo capital e, sob a racionalidade capitalista neoliberal, se tornou concedente de favores e liberalidades às pessoas jurídicas e físicas detentoras de poder econômico e/ou político. Não se pretende aqui defender a ideia de que a concentração de poder estatal não constitua riscos à sociedade, novamente a recente história brasileira está repleta de casos que ilustram as mazelas provenientes do exercício do poder tanto a nível do executivo, legislativo ou judiciário.

Na ótica de Friedman (2016 [1962]) dois princípios ou preceitos têm sido responsáveis pela garantia da liberdade: a limitação da atuação do Estado – Estado mínimo – e a dispersão do poder estatal. Quanto ao primeiro deles, Friedman (2016 [1962], p. 3) estabelece que "a principal função do governo deve consistir em proteger nossa liberdade, tanto contra os inimigos além-fronteiras, quanto contra os próprios concidadãos: manter a lei e a ordem, garantir os contratos privados, fomentar mercados competitivos".

No que tange ao segundo princípio Friedman (2016 [1962], p. 3) estabelece: "se o governo tiver de exercer poder, é melhor que o faça no município, não no Estado; no Estado, não na federação". É com esta perspectiva que é engendrado, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o processo destinado a municipalização de serviços públicos, como aqueles relacionados a educação e atenção à saúde, por exemplo.

A dispersão do poder estatal fragiliza as instituições públicas e as torna mais vulneráveis à ação e manipulação pelo mercado. Rattner (1999, p. 97) afirma que "o capital não tem pátria e [...]", dado o grande poder econômico das corporações, irá exercer pressão – mediante uso de todo tipo de artifício – sobre governos e instituições para obter as condições mais favoráveis – subsídios, financiamentos, legislação favorável, etc. – à sua instalação e operação. No entanto, Friedman (2016 [1962], p. 4) insiste que "o propósito preventivo de limitar e descentralizar o poder governamental é a preservação da liberdade". Cumpre aqui levantar alguns pontos para reflexão: liberdade de quem ou para quem? Liberdade para fazer o que?

A evolução da sociedade capitalista, em especial após a 2ª Guerra Mundial, com a mundialização do capital e a globalização dos mercados, indica tratar-se de liberdade para o capital ir e vir, para maximizar sua valorização e acumulação, explorando as potencialidades e vulnerabilidades de cada região ao redor do globo (CHESNAIS, 1996). Para Smith (1988, p. 217), "[...] o capital é como uma praga de gafanhotos. Eles se estabelecem em um lugar, devoram-no e então se deslocam para praguejar outro lugar".

Questões como monopólio, desigualdade, desemprego, estagnação ou recessão econômica, racismo e xenofobia, por exemplo, são consideradas pelos teóricos pró capital como imperfeições do mercado, os quais entendem que as forças do próprio mercado, se deixadas livres, serão capazes de resolvê-las, não sendo necessário – tampouco desejável – a intervenção governamental. Segundo Friedman (2016 [1962], p. 42), "[...] 'pleno emprego' e 'crescimento econômico' foram as principais desculpas para ampliar a extensão da intervenção do governo na área econômica".

O que precisamos com urgência, para a estabilidade e para o crescimento econômico, é reduzir a intervenção do governo, não aumentá-la [...]. É desejável que **usemos o governo para fornecer arcabouço monetário estável** a uma economia livre - como parte da função de garantir estrutura legal estável. Também é almejavél que **confiemos no governo para oferecer alicerces jurídicos e econômicos** que possibilitem aos indivíduos promover o crescimento da economia, se essa aspiração for compatível com seus valores (FRIEDMAN, 2016 [1962], p. 42-43, grifo nosso).

Longe de prescindir do Estado, o autor coloca-o como elemento estratégico para prover as condições e a proteção necessárias ao funcionamento do livre mercado, não como agente regulador que impõe limites. É o Estado a serviço do mercado, a ser usado pelo e conforme convenha ao mercado – Estado de conveniência. Segundo Friedman (2016 [1962], p. 169), "nenhuma sociedade será estável sem um núcleo básico de julgamentos de valor que sejam aceitos de imediato, sem questionamentos, pela grande maioria de seus membros". É nessa perspectiva que o Estado, através do sistema educacional, e a mídia irão engendrar a ideologia pró mercado e a construção do consenso em torno de determinados valores e justificar a necessidade de condutas específicas. Essa ideologia, com suas crenças e valores, passados e futuros, precisam ser resilientes para se ajustar às transformações sociais e, para que "[...] continuem governando a mente humana, elas precisam ser reafirmadas na linguagem e nos conceitos de sucessivas gerações" (HAYEK, 1983 [1972], p. XXXI).

A meritocracia ou pagamento conforme o resultado obtido é exemplo dos valores impregnados pela sociedade capitalista, que leva a maioria a considerar normais as desigualdades provenientes da aplicação prática deste preceito. Friedman (2016 [1962], p. 170) reconhece que "um sistema capitalista que envolva pagamento conforme o produto pode caracterizar-se, como de fato ocorre na prática, por considerável desigualdade de renda e riqueza", mas assevera que grande parte dessas desigualdades "[...] é consequência de diferenças iniciais nos dotes individuais, tanto em qualificações pessoais quanto em recursos materiais" (FRIEDMAN, 2016 [1962], p. 166).

Novamente a culpa é lançada sobre os ombros do sujeito, por não ter nascido em família capaz de lhe proporcionar os recursos materiais e intelectuais necessários à vida digna e a realização de suas aspirações, e, principalmente, de não ser sido competente o suficiente para conquistá-los. No entanto, segundo Friedman (2016 [1962]), a produção da desigualdade não seria característica exclusiva do capitalismo, mas inerente também a outros modos de produção. O grande mérito do capitalismo estaria nas

[...] oportunidades que oferece a homens e mulheres para ampliar, desenvolver e aprimorar suas capacidades. [...]. Outro fato marcante, contrário à concepção popular, é que o capitalismo redunde em menos desigualdade que sistemas alternativos, e que

o desenvolvimento do capitalismo muito contribui para reduzir a extensão da desigualdade (FRIEDMAN, 2016 [1962], p. 171).

No que se refere a isso, Friedman (2016 [1962], p. 172) afirma que "[...] o progresso econômico das sociedades capitalistas tem sido acompanhado pela redução drástica da desigualdade". No entanto, o próprio autor reconhece que "as evidências estatísticas detalhadas sobre esses fenômenos, na forma de indicadores de distribuição de renda significativos e comparáveis, são difíceis de se obter [...]" (FRIEDMAN, 2016 [1962], p. 172). Como exemplo dessa redução na desigualdade o autor cita o acesso das massas aos serviços de água encanada, aquecimento central, automóveis, televisão e rádio, dentre outros, que democratizariam benefícios e/ou comodidades até então monopolizadas pelos ricos.

A análise toma em conta apenas o consumo de bens e serviços que tornaram-se também acessíveis aos menos favorecidos, mas não considera como e a que "preço" isso ocorreu. A própria evolução tecnológica engendra o processo de obsolescência que torna determinados produtos desinteressantes aos ricos e o mercado, antes de condená-los a extinção, encontra nos países subdesenvolvidos ou nas massas menos favorecidas a oportunidade para ampliar a longevidade desses produtos e maximizar o retorno do investimento neles realizados. Outro ponto importante consiste no seguinte: estar acessível é uma coisa, conseguir acessar é outra, pois as massas empobrecidas podem não apresentar as condições – infraestrutura e conhecimento, por exemplo – necessárias ao acesso e a sua manutenção.

A abordagem realizada por Friedman (2016 [1962]) está em sintonia com àquela realizada por Mises (2015 [1956]) na obra "A mentalidade anticapitalista", publicada originalmente em 1956, em que faz a defesa enfática do livre mercado. Além desta, é utilizada neste trabalho outra obra de Mises (2009 [1979]), intitulada "As seis lições", publicada original e postumamente em 1979. Na perspectiva de Mises (2009 [1979], p. 16), "o desenvolvimento do capitalismo consiste em que cada homem tem o direito de servir melhor e/ou mais barato o seu cliente".

Na mesma linha de Friedman (2016 [1962]), Mises (2009 [1979], p. 19) afirma que "hoje, nos países capitalistas, há relativamente pouca diferença entre a vida básica das chamadas classes mais altas e a das mais baixas: ambas têm alimento, roupas e abrigo". É inegável que a evolução do modo de produção capitalista melhorou as condições de vida do povo, como defende Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]). No entanto, a extensão quantitativa e qualitativa com que os benefícios dessa evolução foram apropriados pelo conjunto da sociedade apresenta grandes assimetrias. Basta observar as casas, as roupas utilizadas e os alimentos consumidos

por quem habita as regiões nobres – os condomínios fechados, por exemplo – para testemunhar a grande diferença que os separa daqueles que habitam a periferia e outras regiões.

Além da vida do ser humano não se restringir a esses três fatores, sequer é tomado em consideração o fosso qualitativo e quantitativo que separa as classes mais endinheiradas das classes miseráveis, ou seja, as diferenças de quantidade e qualidade daquilo que está disponível aos polos extremos da sociedade e, dos quais, alimentação, vestuário e moradia representam apenas parte. Apesar disso, segundo Mises (2009 [1979], p. 22-23), "a reiterada caracterização depreciativa do capitalismo como um sistema destinado a tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres é equivocada do começo ao fim".

Mises (2009 [1979]) estabelece como dois pilares do capitalismo a liberdade econômica e o livre mercado. A economia livre ou economia de mercado consiste, segundo Mises (2009 [1979], p. 27), num "[...] sistema em que a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho se realiza pelo mercado", sem ou com mínima interferência do Estado. Para Mises (2009 [1979], p. 27, grifo do autor), o "[...] mercado não é um lugar: é um **processo**, é a forma pela qual, ao vender e comprar, ao produzir e consumir, as pessoas estão contribuindo para o funcionamento global da sociedade".

Segundo Mises (2009 [1979], p. 27, grifo do autor), na economia de mercado o indivíduo tem "[...] o poder de **escolher** o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade. A pessoa tem o direito de escolher sua carreira, tem liberdade para fazer o que quer". Nisso consiste aquilo que Mises (2009 [1979]) define como liberdade econômica. "A sociedade, quando regida pela economia de mercado, pelas condições da **economia livre**, apresenta uma situação em que todos prestam serviços aos seus concidadãos e são, em contrapartida, por eles servidos" (MISES, 2009 [1979], p. 29, grifo do autor).

Na relação mercadológica que medeia o empresário – produtor – e aquele que irá consumir as mercadorias ou serviços produzidos – o cliente – o protagonismo dos atores envolvidos é compreendido de forma diferente e antagônica por Schumpeter (1982 [1911]) e Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]). Para Schumpeter (1982 [1911]) tal protagonismo é exercido pelo empresário/produtor, que cria a demanda e determina o que será produzido/oferecido, cumpre ao empresário "educar" o consumidor e a determinar o que ele deseja e necessita. Já para Mises (2015 [1956], p. 27), "no mercado de uma sociedade capitalista, o homem comum é o consumidor soberano que, comprando ou abstendo-se de comprar, determina em última instância, o que deve ser produzido, em que quantidade e com qual qualidade". Em outras

palavras, “quem manda no sistema econômico são os consumidores” (MISES, 2009 [1979], p. 29).

É importante lembrar aqui que as mudanças ocasionadas pelas novas combinações dos fatores produtivos voltadas ao atendimento das mudanças nas necessidades do cliente ou em seus hábitos de consumo não eram consideradas por Schumpeter (1982 [1911]) como desenvolvimento, mas apenas adequações. Para Mises (2009 [1979], p. 29), trata-se de “[...] ajustar suas ações aos desejos e às ordens dos consumidores” para permanecer no mercado ou então abandoná-lo.

Segundo Mises (2015 [1956], p. 27), “a principal característica do capitalismo moderno é a produção em escala de bens destinados ao consumo das massas. O resultado é uma tendência à melhoria contínua do padrão de vida médio e o enriquecimento progressivo de muitos”. É esse enriquecimento a razão pela qual, segundo Mises (2009 [1979], p. 34), “[...] nas modernas condições capitalistas, verifica-se o que foi tecnicamente denominado pelos sociólogos de ‘mobilidade social’”, ou seja, “pobres que enriquecem e descendentes de gente rica que perdem a fortuna e se tornam pobres”. A analogia de Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) coaduna, neste ponto, com Schumpeter (1982 [1911]) que compara as classes sociais, em especial a privilegiada, a um hotel, com o quadro de hóspedes se renovando constantemente.

Assim como Friedman (2016 [1962]), Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) entende que, sob o capitalismo, o indivíduo é autor da própria história e responsável direto pelo seu sucesso ou fracasso. “Todos são livres para mudar seu *status*, é isso que distingue o sistema de *status* do sistema capitalista de liberdade econômica, em que as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam (MISES, 2009 [1979], p. 35). Segundo Mises (2015 [1956], p. 40, grifo do autor), “o princípio, **para cada um de acordo com suas realizações**, não permite qualquer desculpa para faltas pessoais”. O autor afirma ainda que “ninguém sofre com necessidades na economia de mercado porque algumas pessoas são ricas. Os mais ricos dentre os ricos não são a causa da pobreza de ninguém” (MISES, 2015 [1956], p. 77).

As análises de Friedman (2016 [1962]) e de Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) despertam novas reflexões: num mundo em que a desigualdade cresce a passos largos, cotidianamente, onde estaria o equívoco daqueles que criticam o capitalismo? Como essas teorias explicam tal fenômeno? Para ilustrar como tais análises são parciais e orientadas apenas pelo olhar capitalista; são elaboradas como instrumento teórico justificador do capitalismo, serão tomados por base dois estudos: o realizado pelo Centro Nuovo Modello di Sviluppo – da

Itália, publicado em 2005 – e outro da Oxfam Brasil – publicado em 2018. Segundo o primeiro estudo, dividindo-se a população mundial em 5 grupos iguais, cada qual contendo 20% dessa população, os 20% mais ricos concentram

[...] 86% da riqueza produzida a cada ano. Os outros 80% da população devem partilhar os 14% que sobram e, considerando que mesmo esta porção não é dividida em partes iguais, verifica-se que 60% da população mundial deve satisfazer-se com insignificantes 4,5%, com os 20% mais pobres ficando com apenas 1% (CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO, 2005, p. 11, tradução nossa)³.

Segundo este estudo, o grupo dos privilegiados é composto em sua maioria (62,5%) por aqueles que habitam o hemisfério norte, mais especificamente Europa Ocidental, América do Norte, Japão e Austrália. Os 37,5% restantes seriam compostos pelas elites da África, Ásia e América Latina. Como contraponto à tese de Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]), este mesmo estudo apresenta as seguintes informações:

Fazendo algumas comparações, descobrimos que a riqueza desfrutada pelos 20% mais ricos é 78 vezes maior que os 20% mais pobres. Se abandonarmos a média e nos concentrarmos em grupos menores, descobriremos coisas ainda mais escandalosas. Por exemplo, verifica-se que o 1% mais rico, equivalente a 62 milhões de pessoas, desfruta de uma riqueza equivalente à dos 57% mais pobres, que inclui mais de três bilhões e meio de pessoas. O mundo nem sempre foi tão desequilibrado e podemos dizer que os desequilíbrios aumentaram no século passado. Enquanto em 1913 a diferença entre os mais ricos e os mais pobres era de 11 para 1, em 1997 era de 86 para 1. A diferença, em suma, aumentou 8 vezes (CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO, 2005, p. 11, tradução nossa)⁴.

Segundo Firebaugh (2006, p. 6, tradução nossa), nos dois últimos séculos houve “[...] notável crescimento da renda média mundial [...]”⁵. No entanto, a forma com que os benefícios desse crescimento se espalharam pelas diferentes regiões do mundo foi desproporcional, “[...] com as regiões mais ricas geralmente se beneficiando muito mais do que as regiões mais pobres. Como resultado, a desigualdade de renda global piorou dramaticamente desde o início do século

³ “Supponendo di dividere la popolazione mondiale in cinque parti uguali, il grafico ci dice che il primo 20% si apropria, da solo, dell'86% della ricchezza prodotta ogni anno. Il restante 80% di popolazione deve spartirsi il 14% che rimane, e considerato che neanche questa porzione è divisa equamente si scopre che il 60% della popolazione mondiale deve accontentarsi di un misero 4,5%, con l'ultimo 20% che riceve a malapena l'1%” (CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO, 2005, p. 11).

⁴ “Facendo un po' di raffronti si trova che la ricchezza goduta dal 20% più ricco è 78 volte più grande del 20% più povero. Se poi abbandoniamo le medie e ci concentriamo su gruppi più ristretti, si scoprono cose ancora più scandalose. Ad esempio si scopre che l'1% più ricco, pari a 62 milioni di persone, gode di una ricchezza equivalente a quella goduta dal 57% più povero che comprende oltre tre miliardi e mezzo di persone. Il mondo non è sempre stato così squilibrato e possiamo ben dire che gli squilibri si sono accentuati nell'ultimo secolo. Mentre nel 1913 la differenza tra i più ricchi e i più poveri era di 11 a 1, nel 1997 era di 86 a 1. La differenza insomma è aumentata 8 volte” (CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO, 2005, p. 11).

⁵ “[...] is the remarkable growth in the world's average income [...]” (FIREBAUGH, 2006, p. 6).

XIX” (FIREBAUGH, 2006, p. 6, tradução nossa)⁶. O fosso que separa ricos de pobres aumentou e, aparentemente, continua se expandindo. Para Firebaugh (2006, p. 12, tradução nossa), refletir sobre “a desigualdade de renda é importante porque a pobreza no mundo de hoje é, em grande parte, problema de distribuição, não de produção”⁷, o que coaduna com as análises de Castro (1955; 1984) no que se refere a relação entre a fome e produção e distribuição de alimentos.

Segundo o relatório da Oxfam (2018, p. 8), “no Brasil, uma pessoa que ganha um salário mínimo precisaria trabalhar 19 anos para ganhar o mesmo que uma pessoa do grupo do 0,1% mais rico ganha em um mês”. Em termos globais, a Oxfam (2018, p. 2) assevera que o ano de 2017

[...] registrou o maior aumento no número de bilionários da história – um novo bilionário a cada dois dias. Esse aumento teria sido suficiente para acabar mais de sete vezes com a pobreza extrema global. Oitenta e dois por cento de toda a riqueza gerada no ano passado ficaram nas mãos do 1% mais rico e nada ficou com os 50% mais pobres.

Se fosse possível neste momento, algumas indagações poderiam ser apresentadas à Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]). Teriam as pessoas realmente a liberdade de escolha? Todos teriam as mesmas oportunidades e liberdades de escolha? As pessoas perdem suas casas, vão morar na rua, na favela, passam fome, são assassinadas, prostituem-se, são escravizadas, etc., tudo por opção, por sua livre escolha, elas quiseram assim?

Em que pese o tempo decorrido desde a publicação das obras originais de Friedman (2016 [1962]) e Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) supere meio século, a evolução histórica da sociedade capitalista e consolidação da hegemonia quanto a esse modo de produção não conduziram a redução nas desigualdades e, por consequência, ao desenvolvimento mais equânime. Pelo contrário, a ampliação da desigualdade – o fosso que separa e estratifica pessoas, regiões e países – é patente e passível de observação em qualquer lugar ao redor deste planeta, inclusive nos países que alcançaram maior patamar de desenvolvimento.

Não fosse essa a realidade, onde estaria a razão para serem deitados tantos esforços em estudos voltados a compreender e encontrar soluções para os problemas da pobreza, da fome,

⁶ “There are two big stories about world income trends over the past two centuries. The first story is the remarkable growth in the world's average income, just described. The second story is that the growth has disproportionately benefited different regions of the world, with richer regions generally benefiting much more than poorer regions. As a result global income inequality has worsened dramatically since the early nineteenth century” (FIREBAUGH, 2006, p. 6).

⁷ “Income inequality matters because poverty in the world today is largely a problem of distribution, not production” (FIREBAUGH, 2006, p. 12).

da favelização, da violência e tantos outros males que acometem à sociedade? O país ou indivíduo seria realmente o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso? Se todos realmente são livres para serem o que bem quiserem, então seria a pessoa pobre, passaria fome, submeter-se-ia a trabalhos degradantes e insalubres, moraria em condições sub-humanas e em locais violentos por opção?

Não havia estes fenômenos nos tempos em que Friedman (2016 [1962]) e Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) publicaram originalmente suas obras, ou houve falha na interpretação destes quanto à realidade da sociedade capitalista? É a filiação paradigmática desses autores que restringe e limita o seu campo de visão, invisibilizando fenômenos que não se ajustam ao paradigma, como ensina Kuhn (2007)? Se sim, a existência de paradigmas divergentes possibilita que outros autores percebam e compreendam essa mesma realidade de forma diferente.

A humanidade precisa encontrar o caminho rumo ao modelo de desenvolvimento que permita romper com a ditadura da mercadoria imposta pelo modelo produtivista-consumista do capital, que solapa o tempo destinado ao lazer, à família e outras atividades não laborais; corrói os laços sociais e de solidariedade, bem como degrada e leva os recursos naturais à exaustão. Doravante serão realizados apontamentos fundados nas obras de autores que se dedicam a análise crítica da realidade e a pensar em alternativas para a construção de outra racionalidade, que transforme a sociedade, tornando-a mais justa e equilibrada, que tenha como prioridade a vida humana e não o capital.

Diversos autores têm dedicado esforços para compreender e explicar a dinâmica das relações envolvendo, de um lado, o diminuto grupo de países avançados – desenvolvidos – e, de outro, a imensa maioria dos países, em diferentes estágios de desenvolvimento. Autores como Amin (1976, 2006), Myrdal (1965), Santos (2005) e Smith (1988) estabelecem tais relações como sendo aquelas que envolvem o centro do sistema capitalista, desenvolvido, e sua periferia subdesenvolvida. Para esses autores não se trata de dois mundos ou universos distintos, mas as duas faces da mesma moeda ou, em outras palavras, os extremos do mesmo modo de produção.

De maneiras distintas, esses autores entendem ser a periferia o lugar em que se desenvolvem e estão sendo gestadas as condições necessárias e possíveis para suplantarmos a ordem existente. Para Amin (1976, p. 8), “um sistema não é ultrapassado tomando-se como ponto de partida seu centro, mas sim sua periferia”, pois desde sua gênese o sistema capitalista nasceu “a partir da periferia dos sistemas das grandes civilizações pré-capitalistas”. A dinâmica dessas

relações é caracterizada pelo emprego de estratégias visando a dominação da periferia pelo centro, a qual resiste até onde e como pode para não subsumir a interesses que lhe são estranhos.

É a partir desta perspectiva que Chang (2004) busca demonstrar que os países centrais tentam impor aos países periféricos ajustes estruturais – conjunto de políticas e instituições – que seriam condições para alcançar o patamar de desenvolvimento que lhe possibilitaria realizar a transição da periferia para o centro. No entanto, o autor defende a tese de que os países desenvolvidos na realidade estão “chutando a escada”, ou seja, as estratégias engendradas pelo centro visam dificultar e, se possível, impedir que os países periféricos utilizem os mesmos caminhos e as mesmas práticas utilizadas no passado pelos países centrais para atingir a condição em que estão.

Segundo Chang (2004, p. 11), nesse pacote que os países centrais tentam impor aos periféricos “[...] figuram políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação”. No que tange as instituições, Chang (2004, p. 12) menciona “[...] a democracia, a burocracia ‘boa’, o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada [...] e uma governança empresarial [...], assim como instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente)”. Frente as investidas dos países centrais e dos organismos multilaterais, que atuam a seu serviço, o autor coloca as seguintes reflexões:

Será, no entanto, verdade que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento? Mesmo em termos superficiais, não faltam indícios e evidências históricas fragmentárias sugerindo o contrário. [...]. A luz dessas provas contrárias à visão ortodoxa da história do capitalismo, cabe indagar até que ponto os países desenvolvidos não estão procurando esconder o “segredo de seu sucesso”. [...]. A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais “ruins”, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação [...]. Antes de se tornarem completamente desenvolvidos [...] eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento [...]. Se for esse o caso, as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico? (CHANG, 2004, p. 13-14).

As reflexões de Chang (2004) reforçam a importância de analisar o período histórico percorrido pelas nações mais avançadas, em que desenvolveram e empregaram técnicas num contexto totalmente diverso daquele que acomete a periferia do sistema capitalista. Por isso, "é ideal que os países subdesenvolvidos utilizem todo o conhecimento de que possam dispor, mas

devem elaborar suas próprias técnicas específicas, adaptadas a seus valores e condições" (MYRDAL, 1965, p. 152). Chang (2004, p. 26) argumenta que

[...] a atual política ortodoxa faz o possível para “chutar a escada”. O fomento à indústria nascente (mas, convém ressaltar, não exclusivamente via proteção tarifária) foi a chave do desenvolvimento da maioria das nações, ficando as exceções limitadas aos pequenos países da fronteira tecnológica do mundo ou muito próximos dela, como a Holanda e a Suíça. Impedir que as nações em desenvolvimento adotem essas políticas constitui uma grave limitação à sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico.

Chang (2004) chama a atenção para o fato de que muitas das políticas e instituições “recomendadas” pelos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos foram na realidade mais fruto, desdobramento, consequência, do que condição para o desenvolvimento. Longe de ser contra a adoção de tais políticas e instituições pelos países em desenvolvimento, apesar de algumas ressalvas, o autor considera de suma importância a profunda análise da relevância, pertinência, viabilidade e aplicabilidade, bem como as devidas adequações à realidade antes de qualquer ação voltada a sua implementação.

Numa perspectiva interdisciplinar do desenvolvimento, as análises seminais realizadas por Furtado (1980, p. IX, grifo nosso) indicam que “as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente **o homem** logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”. É importante observar a centralidade atribuída pelo autor ao ser humano, e não ao capital, no processo de desenvolvimento. Por essa razão, Furtado (1980) entende que os estudos relacionados a tal temática devem ter como ponto de partida a busca pela compreensão dos processos de conformação e renovação social. Esse esforço deve buscar

[...] apreender o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão de capacidade criadora (FURTADO, 1980, p. XI).

Compreender as forças e tensões presentes, características e determinantes em cada processo de desenvolvimento se torna requisito fundamental para “[...] dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades” (FURTADO, 1980, p. 2). É necessário “[...] partir de uma visão sólida da produção social do espaço, historicamente determinado, resultante dos conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído” (BRANDÃO, 2012, p. 31). O jogo de poder envolvendo as decisões relacionadas aos caminhos a serem perseguidos para se alcançar o desenvolvimento,

ou então para perpetuar o subdesenvolvimento, estão ligados diretamente apropriação do produto social e a obtenção ou manutenção de privilégios; em suma, quem ganha e quem perde.

Segundo Furtado (1980), o uso do conceito de desenvolvimento caminha em dois sentidos. De um lado “[...] diz respeito à evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho” (FURTADO, 1980, p. 15). De outro, “[...] relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas” (FURTADO, 1980, p. 16). O entendimento de Furtado (1980) coaduna com aquele propiciado por Peet e Hartwick (2015 [1999]), ou seja, de que o discurso do desenvolvimento pode ser utilizado para justificar diversas ações e finalidades, muitas delas contrastantes entre si. Nessa perspectiva, Furtado (1980) coloca a questão da multidimensionalidade do processo de desenvolvimento nos seguintes termos:

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (FURTADO, 1980, p. 16).

Os avanços obtidos numa dimensão não necessariamente influenciam ou são influenciados por aspectos relacionados as outras dimensões, sendo inclusive plenamente possível avançar numa delas à custa de retrocessos noutra. A questão do poder é central para determinar as transformações – avanços e/ou retrocessos – realizadas no interior de cada dimensão, em especial no que se refere a quem será impactado, seja auferindo benefícios ou arcando com as consequências. Considerada tal centralidade, “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica” (FURTADO, 1980, p. 16).

As análises de Gómez (2006) são profícuas e ajudam a entender como a ideologia e o exercício do poder vão engendrar o discurso que afasta o desenvolvimento do atendimento das necessidades humanas essenciais para transformá-lo em instrumento de controle social, utilizando-o para finalidades estranhas ao interesse da maioria, como já alertava Peet e Hartwick (2015 [1999]). Segundo Gómez (2006, p. 29), o discurso do desenvolvimento tem sido utilizado para vários propósitos, como por exemplo: “[...] tem servido como estratégia de paz [...], para combater o comunismo [...], para combater os nacionalismos progressistas [...] para aliviar a pobreza que o próprio neoliberalismo provoca, com seus ajustes estruturais”.

Em que pese tal discurso, na prática “[...] cerceia democracias incipientes, reduz orçamentos em programas sociais, libera empréstimos para os países pobres, que beneficiam empresas dos países ricos ou bombardeia civis em nome da liberdade” (GÓMEZ, 2006, p. 29). É em nome de interesses discursivamente convertidos em públicos, mas que de fato são privados, que se concebe e engendra grande parte das estratégias de desenvolvimento que iludem com a promessa proporcionar o padrão de vida vigente nos países avançados e reduzir desigualdades sociais, por exemplo. Ciente da inexistência de apenas um padrão sob o qual considerar-se-ia desenvolvido, Gómez (2006) assevera que:

[...] os discursos e as práticas do desenvolvimento [...], atualmente, no Brasil, apesar das propaladas mudanças, da aparente pluralidade [...], correspondem ao mesmo regime de discursos e práticas do passado e estão atrelados a entendimentos sobre o desenvolvimento que reproduzem, com pequenas variações, os modelos aceitos e impostos pelos órgãos de controle internacional [...] (GÓMEZ, 2006, p. 34).

Para melhor compreender essa continuidade, o peso da ideologia que ela carrega, os reais objetivos que ela oculta e o caráter utópico das promessas reveladas, entende-se ser necessário recorrer primeiro as análises de Mannheim (1968). O processo de produção do conhecimento à disposição do capital é orientado, dirigido e estruturado para ser congruente e adequado à manutenção da ordem existente. Para Mannheim (1968), o estado de espírito congruente se diferencia do incongruente, pois este transcende e é irrealizável por não poder se efetivar plenamente na ordem existente, enquanto aquele se amolda, se harmoniza e se adequa perfeitamente à ordem existente. Ao resistir à ordem existente, por não se ajustar a ela, o espírito incongruente se efetiva por duas categorias principais de ideias, que, segundo Mannheim (1968, p. 218), “[...] transcendem a situação – as ideologias e as utopias”. Ele explica que

As ideologias são as ideias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem **de facto** a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados. [...] As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto como se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através de contra-atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções (MANNHEIM, 1968, p. 218-219, grifo do autor).

A ideologia tem o poder de “cegar” as pessoas de tal forma que as impede de ver e aceitar as nuances da realidade que são contrárias à sua visão de mundo. Pior que isso, a ideologia leva essas pessoas a classificar as outras que pensam diferente como ideológicas, mas são incapazes de se enxergar como tal (MÉSZÁROS, 2014). A mentalidade ideológica é estranha

à realidade e, mesmo que sua pretensão seja interferir e alterar provocando rupturas integra-se facilmente e é subsumida à ordem existente por amoldamento ou por dissimulação. É o que ocorre com a ciência neoliberal, de raiz norte-americana e que se expande pelo globo todo, por imitação ou imposição, como explica Lander (2006). Em sintonia com essa interpretação, Gómez (2006) afirma que

[...] a continuidade e a homogeneidade são as características que definem a essência da evolução dos modelos de desenvolvimento, mesmo que, aparentemente, as mudanças e a heterogeneidade possam parecer as marcas fundamentais do processo. Essa continuidade e essa homogeneidade, disfarçadas de mudanças [...] e heterogeneidade [...], reforçam uma outra característica importante do desenvolvimento: sua duplicidade. **Existe uma distância importante entre o que mostra e o que esconde, entre o que promete e o que oferece, entre o que faz e o que diz que faz** (GÓMEZ, 2006, p. 34, grifo nosso).

Para ocultar a dubiedade de suas intenções, o capital engendra estratégias discursivas que buscam colonizar e/ou manipular o imaginário social interferindo diretamente na forma como as pessoas percebem a realidade. Em termos sociais e políticos, Stoppino (2010, p. 727) compreende a manipulação como “[...] uma série de relações que se distinguem por uma acentuada diferença entre o caráter ativo e intencional da ação do manipulador, que visa transformar o comportamento do manipulado, e o caráter passivo e inconsciente do comportamento deste”. Ao defini-la como espécie de exercício do poder que almeja determinar, intencional e interessadamente, o comportamento de outrem, Stoppino (2010) estabelece dois requisitos para que a manipulação social se concretize: o caráter oculto ou invisível e o caráter intencional.

Segundo Stoppino (2010, p. 729), são três os tipos de manipulação a serem considerados: a *manipulação da informação* (“[...] atua sobre as bases cognitivas e avaliativas da escolha [...]”, mediante “[...] a distorção ou supressão da informação [...]”), a *manipulação psicológica* (busca a “[...] ativação de dinamismos psicológicos inconscientes mediante instrumentos simbólicos [...]”) e a *manipulação física* (através da “[...] ativação de impulsos e estados da mente mediante instrumentos físicos”), sendo que as duas últimas atuam “[...] sobre a estrutura das motivações”. Para as análises que estão sendo aqui realizadas interessa especificamente a manipulação das informações, que busca, através da distorção ou da supressão de informações, gerar desinformação ou contrainformação.

Dentre as técnicas empregadas nesse intento, Stoppino (2010) apresenta a mentira – a mais simples delas –, a supressão da informação, o excesso de informação, artifícios retóricos, artifícios propagandísticos e doutrinação. Timsit (2002, tradução nossa), após analisar as

concepções de Noam Chomsky, elencou dez estratégias voltadas “[...] à manipulação da opinião pública e da sociedade”⁸, quais sejam:

- *Distração*: “elemento essencial do controle social, [...] consiste em desviar a atenção do público dos problemas importantes e das mudanças decididas pelas elites políticas e econômicas [...]”⁹;
- *Criar problemas e depois oferecer soluções*: “[...] cria-se o problema, a ‘situação’ destinada a provocar certa reação do público, de modo que eles mesmos demandem as medidas que se deseja fazê-los aceitar”¹⁰;
- *Gradualidade*: “para que a medida inaceitável seja aceita, basta aplicá-la gradualmente [...]”¹¹;
- *Diferir ou adiar*: “outra maneira de tornar a decisão impopular aceita é apresentá-la como ‘dolorosa, mas necessária’, obtendo o acordo público no presente para aplicação no futuro”¹²;
- *Dirigir-se ao público como crianças*: uso de “[...] discursos, argumentos, personagens e tom particularmente infantilizante, muitas vezes quase debilitantes, como se o espectador fosse criança ou pessoa com deficiência mental [...]. Quanto mais tenta-se enganar o espectador, mais adota-se tom infantilizante”¹³;
- *Apelo ao emocional muito mais que a reflexão*: “usar o emocional é a técnica clássica para ignorar a análise racional e, portanto, o senso crítico dos indivíduos. Além disso, o uso do registro emocional abre a porta ao inconsciente para implantar ideias, desejos, medos, impulsos ou comportamentos”¹⁴;

⁸ “Les stratégies et les techniques des Maitres du Monde pour la manipulation de l'opinion publique et de la société”.

⁹ “Elément primordial du contrôle social, la stratégie de la diversion consiste à détourner l'attention du public des problèmes importants et des mutations décidées par les élites politiques et économiques [...]”.

¹⁰ “On crée d'abord un problème, une ‘situation’ prévue pour susciter une certaine réaction du public, afin que celui-ci soit lui-même demandeur des mesures qu'on souhaite lui faire accepter”.

¹¹ “Pour faire accepter une mesure inacceptable, il suffit de l'appliquer progressivement [...]”.

¹² “Une autre façon de faire accepter une décision impopulaire est de la présenter comme ‘douloureuse mais nécessaire’, en obtenant l'accord du public dans le présent pour une application dans le futur. Il est toujours plus facile d'accepter un sacrifice futur qu'un sacrifice immédiat”.

¹³ “La plupart des publicités destinées au grand-public utilisent un discours, des arguments, des personnages, et un ton particulièrement infantilissants, souvent proche du débilitant, comme si le spectateur était un enfant en bas-âge ou un handicapé mental [...]. Plus on cherchera à tromper le spectateur, plus on adoptera un ton infantilissant”.

¹⁴ “Faire appel à l'émotionnel est une technique classique pour court-circuiter l'analyse rationnelle, et donc le sens critique des individus. De plus, l'utilisation du registre émotionnel permet d'ouvrir la porte d'accès à l'inconscient pour y implanter des idées, des désirs, des peurs, des pulsions, ou des comportements”.

- *Manter o público na ignorância e na mediocridade*: “tornar o público incapaz de compreender as tecnologias e métodos utilizados para seu controle e escravidão”¹⁵;
- *Estimular o público a ser complacente com a mediocridade*: fazer crer ao público que é moda, é “[...] legal ser bobo, vulgar e sem instrução”¹⁶, de que quem pensa e questiona é chato;
- *Auto culpabilidade*: “fazer o indivíduo acreditar que ele é o único responsável por seu infortúnio, devido à insuficiência de sua inteligência, capacidade ou esforço. Assim, em vez de se rebelar contra o sistema econômico, o indivíduo se desvaloriza e se sente culpado, o que gera o estado depressivo, cujo efeito é a inibição da ação”¹⁷;
- *Conhecer as pessoas melhor do que elas próprias*: utilizando métodos científicos – como biologia, neurobiologia e psicologia aplicada –, isso possibilita que “[...] o sistema tenha maior controle e poder sobre os indivíduos do que os próprios indivíduos”¹⁸.

É possível observar a presença desses elementos nas estratégias implementadas com a finalidade de manipular e controlar a sociedade brasileira, em especial para justificar as tomadas de decisão no que se refere a opção pelo agronegócio como modelo de desenvolvimento. É em razão do emprego de tais estratégias que Gómez (2006) afirma:

A força e a legitimidade da idéia de desenvolvimento reside (sic) não tanto nas suas conquistas e resultados, como na sua capacidade de articular discursos e práticas capazes de marginalizar e até fazer desaparecer os erros, os fracassos e, em geral, a crua ineficácia de suas estratégias. Assim como de integrar, contra-restar ou ignorar as críticas recebidas. Essa manobra de tergiversação é possível pelo amplo domínio que o projeto do desenvolvimento exerce sobre o discurso [...] e sobre as ações que, em seu nome, se realizam [...] (GÓMEZ, 2006, p. 34).

O papel desempenhado pela mídia – em especial a televisiva – nesse intento é fundamental. A propaganda intitulada “O agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e veiculada reiteradamente já há alguns anos, é um bom exemplo dessa prática. Essa propaganda busca transmitir a ideia de que tudo aquilo que se produz no campo é pelo agronegócio, inclusive os alimentos, informação está que não coaduna com os resultados de diversas pesquisas, as quais demonstram ser a produção de

¹⁵ “Faire en sorte que le public soit incapable de comprendre les technologies et les méthodes utilisées pour son contrôle et son esclavage”.

¹⁶ “Encourager le public à trouver ‘cool’ le fait d’être bête, vulgaire, et inculte”.

¹⁷ “Faire croire à l’individu qu’il est seul responsable de son malheur, à cause de l’insuffisance de son intelligence, de ses capacités, ou de ses efforts. Ainsi, au lieu de se révolter contre le système économique, l’individu s’auto-dévalue et culpabilise, ce qui engendre un état dépressif dont l’un des effets est l’inhibition de l’action”.

¹⁸ “Cela signifie que dans la majorité des cas, le système détient un plus grand contrôle et un plus grand pouvoir sur les individus que les individus eux-mêmes”.

commodities o foco do agronegócio e que mais de 70% dos alimentos produzidos e consumidos, no campo e na cidade, provém da agricultura familiar e não do agronegócio.

É pela capacidade do discurso desenvolvimentista em colonizar o imaginário social, de realizar promessas que sabidamente não serão concretizadas, de invisibilizar sua ineficiência, fracassos e questionamentos, que, segundo Gómez (2006, p. 35-36), “[...] o desenvolvimento, além de uma estratégia de reprodução do capital, consolida-se como uma afinada estratégia de controle social”. O autor compreende o desenvolvimento como rede de saberes e práticas, bem como elemento aglutinador de poder, todos caracterizados por:

a) serem instrumentos eficazes de controle social que ganharam o *status* de verdade incontestada, através de uma propaganda insistente e efetiva; b) fortalecerem os princípios econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade capitalista, consolidando-a como única opção possível de articulação social; c) serem funcionais à reprodução e acumulação desigual do capital e, em nenhum caso, por melhorar a situação econômica ou o bem-estar social da população (GÓMEZ, 2006, p. 36).

Gómez (2006) compreende o desenvolvimento como empreendimento hegemônico, absurdamente contraditório, megalomaniaco, cínico, vantajoso e benéfico para poucos – em especial organizações multilaterais e do setor privado (empresas e bancos, nacionais e transnacionais) –, produtor de desigualdade, miséria, exploração e opressão, nefasto para a maioria. No entanto, esse modelo não é único, existe reação, luta e resistência, ações contra as quais são engendradas estratégias discursivas e outros tipos mais repressivas, tudo pela manutenção da ordem existente. São razões como essas que levam a necessidade, antes de se confirmar ou negar a existência de desenvolvimento, a reflexões como: Desenvolvimento para quem? Que tipo de desenvolvimento? Houve desenvolvimento ou apenas crescimento econômico? Tais questões foram guias na realização da presente pesquisa.

O estudo da temática subdesenvolvimento pela Ciência Econômica é fato recente segundo Furtado (1961) e remonta a meados do século XX. “A teoria dos preços, corpo central da Ciência Econômica, fora estruturada no marco da concepção do equilíbrio geral, excluía toda atitude mental voltada para os problemas da dinâmica social” (FURTADO, 1961, p. 11). As análises de Furtado (1961, p. 12) indicam a característica marcante dos países subdesenvolvidos e que foge completamente à teoria dos preços: a presença e “[...] persistência de instituições superadas [...]”, as quais constituem-se num “[...] passivo de difícil liquidação [...]” e em obstáculos de difícil superação pelas ações voltadas a promoção do desenvolvimento.

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com

a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia (FURTADO, 1974, p. 22).

Cabe a teoria do desenvolvimento econômico, segundo Furtado (1961, p. 10), “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”. O autor explica, ainda, que

O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 22).

A dimensão histórica e a singularidade são também destacadas por Dallabrida (2010, p. 17), que concebe o “desenvolvimento ‘um processo de mudança estrutural, situado histórica e territorialmente, caracterizado pela dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população’”. Tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento são considerados por Furtado (1961) e Dallabrida (2010) como processos autônomos e singulares, e não como fases ou caminhos a serem trilhados e que garantiriam alcançar patamar de desenvolvimento mais elevado. Para Dallabrida (2010, p. 17-18),

Talvez seja até equivocado falar-se em regiões desenvolvidas e não desenvolvidas, ou subdesenvolvidas! Ou seja, seria mais adequado falar-se em regiões em processo de desenvolvimento, onde em algumas encontramos um maior dinamismo, com um projeto de futuro definido, construído coletivamente em todos os momentos de sua história, logo, com maior capacidade de proporcionar condições socioeconômicas qualificadas e uma boa qualidade de vida ao conjunto de sua população.

No contexto do desenvolvimento, o comércio exterior desempenha relação dúbia, ou seja, dependendo das circunstâncias pode se apresentar “[...] como um fator estimulante e impeditivo do desenvolvimento” (FURTADO, 1961, p. 23). Em que pese a importância do comércio internacional, a dependência em relação a ele pode colocar os países subdesenvolvidos em situação desfavorável e aumentar as possibilidades para imposição de termos de intercâmbio desfavoráveis. “Os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas, cartelizadas em graus diversos” (FURTADO, 1974, p. 25).

Furtado (1961) entende como fundamental ao estudo do desenvolvimento a adoção de perspectiva macroeconômica, vez que não se trata de aumento pontual de produtividade em uma empresa – microeconômico – que irá caracterizar-se em desenvolvimento. Em que pese a importância desse tipo de aumento na produtividade para o processo de desenvolvimento, este dificilmente será alcançado “[...] sem elevação da renda real *per capita*” (FURTADO, 1961, p. 25).

As análises de Furtado (1961, p. 67) indicam que “[...] o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial é fenômeno com características próprias, que o diferenciam do desenvolvimento de uma economia basicamente comercial ou de outro tipo”. Em que pese a importância e dinamismo atribuídos pelo autor às inovações, Furtado (1961, p. 78) entende que a espinha dorsal do desenvolvimento “[...] não está na inovação e sim na acumulação de capital”.

Ampliando a perspectiva de Schumpeter (1982 [1911]), que considera a necessidade de capital para realizar inovações – novas combinações –, Furtado (1961, p. 78) estabelece que “[...] o desenvolvimento resulta tanto da introdução da nova combinação como de sua propagação, e esta última cavalga sobre a acumulação de capital”. Ou seja, Schumpeter (1982 [1911]) considera a prévia acumulação de capital como condição para realizar as novas combinações e Furtado (1961) estende a condição ao processo de disseminação da inovação. Por essa razão, Furtado (1961, p. 79) compreende que a base da teoria de desenvolvimento passa pela “[...] explicação do processo de acumulação de capital” e pelo estudo dos incentivos ao investimento.

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes, ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época. Dentro dos padrões da técnica conhecida, numa região subdesenvolvida sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção. Essa deficiência, sem embargo, não resulta necessariamente de má combinação dos fatores existentes. O mais comum é que resulte da escassez de capital. Desperdiça-se um fator – mão-de-obra – porque outro é insuficiente – capital. Dessa forma, a produtividade média de um conjunto de fatores em uma economia subdesenvolvida é menor do que seria de esperar se observamos a utilização desses fatores nas economias desenvolvidas (FURTADO, 1961, p. 90).

Merece destaque o fato de que a assimilação da técnica atua de forma paradoxal nas economias subdesenvolvidas, vez que, de um lado, maximiza a produtividade enquanto, de outro, geralmente conduz a problemas estruturais no emprego dos fatores de produção (FURTADO, 1961). Em outras palavras, a assimilação da técnica conduz ao aumento da produtividade por unidade de fator de produção, reduzindo assim o volume necessário para produção, em especial do trabalho.

Pela complexidade inerente ao desenvolvimento – conforme apontado anteriormente –, os estudos acerca desse fenômeno produziram diferentes – em alguns casos contraditórias – concepções e/ou interpretações. Segundo Dallabrida (2010, p. 18), os estudiosos podem ser divididos em dois grupos, o menor e composto daqueles que “[...] consideram crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento”, e outro integrado por “[...] um número maior de autores, [para os quais] o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mesmo admitindo não ser condição suficiente”. Autor contemporâneo alinhado a esse segundo grupo e que em muito contribui para aprofundar as discussões sobre o desenvolvimento, que avança para além dos aspectos economicistas, é Sen (2010).

A insuficiência explicativa e a insustentabilidade da dimensão econômica isolada no processo de desenvolvimento estão presentes nas análises de Sen (2010) – assim como em Rattner (1999), Peet e Hartwick (2015 [1999]), e Girardi (2016) –, e apontam no sentido da necessidade de se romper com a tendência de algumas visões reducionistas em restringir o conceito do desenvolvimento ao âmbito do crescimento econômico. Por essa razão considera-se oportuno e fundamental refletir neste momento sobre alguns aspectos que distinguem crescimento de desenvolvimento.

O grupo ao qual as análises de Sen (2010) estão alinhadas consideram, segundo Dallabrida (2010, p. 18, grifo nosso), “[...] o crescimento econômico como uma simples variação **quantitativa** nas atividades produtivas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças **qualitativas** no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas”. Sem negar a importância dos aspectos quantitativos, o caminho rumo ao desenvolvimento exige a presença de alguns elementos qualitativos, sem os quais não é possível efetuar a transição do crescimento para o desenvolvimento.

Para Sen (2010, p. 16), algumas visões mais restritas "identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB –, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social". Da mesma forma, segundo

Rattner (1999, p. 15), “a doutrina convencional afirma que o crescimento da taxa do PIB (Produto Interno Bruto) seria sinônimo de progresso e bem-estar”. No entanto,

O PIB reflete somente uma parcela da realidade, distorcida pelos economistas – a parte envolvida em transações monetárias. Funções econômicas desenvolvidas nos lares e atividades de voluntários acabam sendo ignoradas e excluídas da contabilidade. Em consequência, a taxa do PIB não somente oculta a crise da estrutura social, mas, também, a destruição do habitat natural – base da economia e da própria vida humana. Paradoxalmente, efeitos desastrosos são contabilizados como ganhos econômicos. O crescimento pode conter em seu bojo os sintomas de anomia social (RATTNER, 1999, p. 15).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa apenas o crescimento econômico obtido. Esse é o motivo, dentre outros, que conduz Rattner (1999, p. 23) a apontar que “[...] o crescimento econômico não leva, necessariamente, à redução da pobreza, sobretudo quando combina uma distribuição flagrantemente desigual do produto social com o uso predatório e devastador dos recursos naturais”. Bernstein (1996, p. 197) enfatiza que

O crescimento econômico é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para o progresso social, representado pela satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde e habitação adequadas (superação da pobreza absoluta), ao que se podem acrescentar ainda outras condições de uma existência humana plena, tais como o acesso universal à educação, liberdades civis e participação política (superação da pobreza ou privação relativa).

Segundo Hawken, Lovins e Lovins (2007, p. 56, grifo dos autores), “a definição de crescimento econômico abarca **todas** as despesas, sem levar em conta se a sociedade se beneficiou ou saiu perdendo. O crescimento inclui a criminalidade, as taxas das salas de emergência, a manutenção das prisões, o serviço de coleta de lixo [...]”, etc. Para Girardi (2016, p. 12),

A essência do crescimento econômico puro é que ele não coloca em questão e não tem como objetivo final a melhoria das condições gerais de vida da população e alguma forma mais incisiva de divisão da riqueza; ele é o objetivo final. A melhoria de vida da população pelo aumento das rendas médias pode ser uma consequência do crescimento econômico de um país, mas não é o objetivo final das ações do Estado na condução da economia e da sociedade.

Segundo Peet e Hartwick (2015 [1999], p. 2, tradução nossa), “[...] o desenvolvimento está interessado não tanto no crescimento da economia, mas nas condições sob as quais a produção ocorre e nos resultados que dela decorrem”¹⁹. Por essa razão, “[...] o desenvolvimento está atento aos ambientes afetados pela atividade econômica e às relações e condições de

¹⁹ “[...] *development is interested not so much in the growth of an economy but rather the conditions under which production occurs and the results that flow from it*” (PEET; HARTWICK, 2015 [1999], p. 2).

trabalho dos produtores reais – os camponeses e trabalhadores que produzem crescimento” (PEET, HARTWICK, 2015 [1999], p. 2, tradução nossa)²⁰. Segundo Bernstein (1996, p. 197),

Esta expressão indica a conquista do progresso econômico e social (desenvolvimento) através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em países designados de forma variada como "pobres", "subdesenvolvidos", "menos desenvolvidos" ou "em desenvolvimento".

Para Sen (2010), o desenvolvimento só existe de fato quando ele não só permite às pessoas participarem do processo como também amplifica as liberdades existentes e/ou resulta em novos espaços de participação social. Na mesma perspectiva, Rattner (1999, p. 23) afirma que “desenvolvimento significa não apenas a gradual redução da desigualdade e pobreza até a total eliminação, mas também a democratização dos processos decisórios [...]”. Se não houver o resgate da liberdade em todas as suas manifestações e da efetiva participação social não há que se falar em desenvolvimento. Por essa razão, no entender de Sen (2010) a liberdade é, simultaneamente, o objetivo do desenvolvimento e o meio pelo qual ele é alcançado. Por isso,

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é **constitutiva** do desenvolvimento (SEN, 2010, p. 10, grifo do autor).

Sem negar a função desempenhada pelo crescimento do PNB ou das rendas individuais, o desenvolvimento é caracterizado pelo elemento liberdade, a qual deve ser compreendida como condição *sine qua non* à realização humana e principal meta almejada pelo desenvolvimento. No entanto, a liberdade depende direta ou indiretamente de outros fatores, além do PNB e da renda individual.

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um **meio** de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010, p. 16, grifo do autor).

É importante ressaltar que Sen (2010), ao discorrer sobre as condicionantes do desenvolvimento como liberdade e abordar a realidade de alguns países e/ou regiões, coloca a oportunidade de participação social como integrante das condições necessárias ao desenvolvimento. O desenvolvimento como condição para a efetivação da liberdade torna-se,

²⁰ “[...] *development pays attention to the environments affected by economic activity and to the labor relations and conditions of the actual producers - the peasants and workers who produce growth*” (PEET; HARTWICK, 2015 [1999], p. 2).

então, meta a ser perseguida constantemente. Dessa forma, a necessária existência de espaço para o exercício da condição de agente por parte dos indivíduos é colocada por Sen (2010) como crucial no combate aos problemas da atualidade, tais como desigualdade e exclusão social, entre outras:

[...] a condição de agente dos indivíduos é [...] central para lidar com essas privações. [...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. [...]. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social (SEN, 2010, p. 9-10).

O termo condição de agente é utilizado por Sen (2010, p. 34) no sentido de “[...] alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo”. Pela valorização e destaque atribuídos ao ativismo humano, as análises de Sen (2010) colocam o ser humano no centro do processo de desenvolvimento. Pela importância do envolvimento do ser humano, é considerado desenvolvimento quando se combate à pobreza e a exclusão social, e, simultaneamente, promove-se a educação, o bem-estar, a saúde, a desconcentração fundiária e a preservação ambiental. Ao analisar as políticas que conduziram ao êxito econômico de alguns países do Leste Asiático, Sen (2010) estabelece que

[...] existe agora um razoável consenso quanto a uma lista geral de "políticas úteis", incluindo abertura à concorrência, uso de mercados internacionais, alto nível de alfabetização e educação, **reformas agrárias bem-sucedidas** e provisão pública de incentivos ao investimento, exportação e industrialização (SEN, 2010, p. 198, grifo nosso).

Independente do seu modelo, a reforma agrária concretiza o ideal de liberdade e de participação social defendida por Sen (2010), juntamente com os serviços públicos de educação e de saúde, como condicionantes do desenvolvimento. A democratização do acesso à terra no início do processo, com provimento dos serviços que removem obstáculos e atuam como elementos propulsores do desenvolvimento.

Para Sen (2010), o regime político que melhor coaduna com a perspectiva do desenvolvimento como liberdade é a democracia, por encontrar neste as condições necessárias à participação social. As sociedades submetidas a regimes autoritários comumente são aquelas que sofrem privações de toda ordem, justamente pela ausência de liberdades para manifestação e liberdades políticas, sendo, inclusive, alvo de maior exposição ao risco de fomes coletivas. Nos regimes democráticos há tendência maior de preocupação com a população, vez que

periodicamente esses governantes estão expostos a avaliação eleitoral. As análises de Sen (2010) demonstram a importância das discussões sobre o processo de construção do desenvolvimento como campo próprio e apropriado para a vivência concreta da liberdade.

Assim como Sen (2010), diversos pesquisadores, dentre eles Löwy (2011, 2012) – um dos fundadores da corrente ecosocialista – e Lesbaupin (2012), apontam, por intermédio de suas análises, para a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista. O ecosocialismo é definido por Löwy (2011, p. 11, tradução nossa) como “corrente política baseada numa observação essencial: a proteção dos equilíbrios ecológicos do planeta e a preservação de ambiente favorável às espécies vivas – incluindo a nossa – são incompatíveis com a lógica expansiva e destrutiva do sistema capitalista”²¹.

Löwy (2011, 2012) compreende que a dinâmica do sistema capitalista, em especial a vertente neoliberal, está conduzindo, paulatinamente, a humanidade rumo a uma catástrofe que resultará muito provavelmente em sua total aniquilação. Não se trata da destruição do planeta, mas das condições que dão suporte à vida humana. Por isso o autor assevera que “[...] se a raiz do problema é o sistema capitalista industrial, moderno, globalizado, neoliberal, então devemos atacar a raiz do problema” (LÖWY, 2012, p. 12).

Repensar o modelo de desenvolvimento consiste em reflexão para além das questões relacionadas à propriedade e às relações de produção. Para Löwy (2012, p. 13), “[...] não é só isso: precisamos pensar em uma transformação do padrão de consumo. É insustentável o padrão de consumo do capitalismo moderno”. Segundo o autor,

Esse aparelho produtivo, criado pelo capitalismo ocidental, industrial, moderno, é incompatível com a preservação do meio ambiente, por sua matriz energética e por sua forma de funcionamento, que inclui o agronegócio, o uso de pesticidas, entre toda uma série de características que mostram que esse aparelho produtivo não serve. Temos que pensar em uma profunda transformação, não só das relações de produção, mas do aparelho produtivo (LÖWY, 2012, p. 13).

É necessária e urgente a redução nos padrões de consumo, mas não se trata de algo que deva ser linear e impactar de forma igual todos os países, estados, regiões municípios ou classes sociais. Fruto da desigualdade social, o consumo também se dá de forma desigual, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Para Löwy (2012, p. 13), essa desigualdade se manifesta tanto no fato de que “o consumo é dez ou cem vezes maior nos países avançados”, como também “há uma diferença enorme entre o consumo ostentatório das elites dominantes e

²¹ “*El ecosocialismo es una corriente política basada en una constatación esencial: la protección de los equilibrios ecológicos del planeta, la preservación de un medio favorable para las especies vivientes - incluida la nuestra - son incompatibles con la lógica expansiva y destructiva del sistema capitalista*” (LÖWY, 2011, p. 11).

o consumo das classes populares: uns comem feijão e milho e outros compram iates enormes, helicópteros, etc". No entanto, essa não é tarefa fácil, pois trata-se de mudança cultural que envolve

Uma classe dominante predatória e gananciosa que obstrui qualquer tentativa de transformação efetiva; quase todas as esferas de poder e influência estão sujeitas a sua ideologia, que afirma não haver outra possibilidade e que o único caminho possível é o do "crescimento" (LÖWY, 2011, p. 12, tradução nossa)²².

É inconcebível imaginar que a redução no consumo deva atingir a todos de forma linear, igualmente. As elites necessariamente terão de experimentar redução muito mais drástica no seu padrão de consumo. No entanto, os problemas relacionados ao atual modelo de desenvolvimento produtivista-consumista não terminam por aí. Segundo Löwy (2012, p. 13), "[...] existe no capitalismo algo que se chama obsolescência planificada dos objetos de consumo", algo que possibilita ao "[...] capital vender mais e mais [...], produzir mais e mais [...]". É parte do padrão produtivista e consumista, e também precisa ser modificado".

É importante destacar que as análises de Löwy (2012) apontam à necessária redução em diversos aspectos além do padrão de consumo, no sistema de propriedades e no sistema produtivo, como também no padrão de transporte, atualmente estabelecido para favorecer em larga escala a indústria automobilística e petrolífera. "Por isso, precisamos pensar no desenvolvimento do transporte coletivo, no trem em vez do caminhão, entre outras medidas" (LÖWY, 2012, p. 13).

Mudanças parciais e pontuais são insuficientes, e não raras as vezes, ao invés de transformar a realidade, acabam por reforçar os problemas então existentes. Segundo Löwy (2011, p. 32, grifo do autor, tradução nossa), "uma reorganização geral do modo de produção e consumo é necessária, de acordo com critérios **exteriores ao mercado capitalista**: as necessidades reais da população [...] e a proteção do meio ambiente"²³. A transição proporcionada pelo ecosocialismo

[...] não só conduzirá a um novo modo de produção e a uma sociedade igualitária e democrática, mas também a um **modo de vida alternativo**, a uma **nova civilização**, ecosocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente

²² "Una clase dirigente predadora y codiciosa obstaculiza cualquier veleidad de transformación efectiva; casi todas las esferas de poder y de influencia están sometidas a su pseudorealismo, que pretende que cualquier alternativa es imposible y que la única vía imaginable es la del 'crecimiento'" (LÖWY, 2011, p. 12).

²³ "Una reorganización de conjunto del modo de producción y de consumo es necesaria, de acuerdo con criterios exteriores al mercado capitalista: las necesidades reales de la población [...] y la protección del medio ambiente" (LÖWY, 2011, p. 32, grifo do autor).

induzidos pela publicidade e da produção *ad infinitum* de mercadorias prejudiciais ao meio ambiente [...] (LÖWY, 2011, p. 33, grifo do autor, tradução nossa)²⁴.

Segundo Löwy (2011, p. 41, tradução nossa), “o ecosocialismo visa fornecer uma alternativa radical à civilização [...]”²⁵. Essa nova sociedade demandará por “[...] política econômica que atenda às necessidades sociais e mantenha o equilíbrio ecológico; isto deve ser baseado, então, em critérios não monetários e extra econômicos” (LÖWY, 2011, p. 41-42, tradução nossa)²⁶. Apesar de seu utopismo radical, Löwy (2011, p. 18, tradução nossa) considera “[...] o ecosocialismo um projeto de futuro [...], um horizonte do possível [...], que propõe objetivos concretos e imediatos”²⁷. Pela importância atribuída à utopia em estudos que, como este, buscam compreender a realidade e apontar caminhos para a construção de um mundo melhor, serão dedicadas a seguir algumas linhas na tentativa de esclarecer aspectos que diferenciam ideologia de utopia.

Nas perspectivas de Amin (1976, 2006), Myrdal (1965) e Santos (2005), é justamente essa mentalidade utópica que se apresenta como caminho e requisito à criação das condições necessárias para introdução das mudanças que possibilitarão o avanço rumo a uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. Para Löwy (2011, p. 33, tradução nossa), “a utopia é indispensável para a mudança social; extrai sua força das contradições da realidade e dos movimentos sociais reais”²⁸. A ideologia que permeia a lógica capitalista transforma em naturais as relações desiguais, o que a torna insensível e invisibiliza os impactos decorrentes da exploração, expropriação e depredação promovidas pelo capital (MANNHEIM, 1968; FURTADO, 1974).

Para negar a existência desses impactos e eximir-se da responsabilidade na produção, utiliza-se maciçamente de recursos midiáticos a fim de produzir o consenso e disseminar a mentalidade que considera também naturais tais relações e impactos, além da inexistência de outras realidades e/ou possibilidades. O capital, com recursos que possibilita controlar a mídia,

²⁴ “[...] no solo conducirá a un nuevo modo de producción y a una sociedad igualitaria y democrática, sino también a un modo de vida alternativo, a una civilización nueva, ecosocialista, más allá del reino del dinero, de los hábitos de consumo artificialmente inducidos por la publicidad y por la producción al infinito de mercancías perjudiciales para el medio ambiente [...]” (LÖWY, 2011, p. 33, grifo do autor).

²⁵ “El ecosocialismo tiene como objetivo proveer una alternativa de civilización radical [...]” (LÖWY, 2011, p. 41).

²⁶ “[...] una política económica que satisfaga las necesidades sociales y que mantenga el equilibrio ecológico; esta debe estar basada, entonces, en criterios no monetarios y extraeconómicos” (LÖWY, 2011, 41-42).

²⁷ “[...] el ecosocialismo es un proyecto de futuro, una utopía radical, un horizonte de lo posible [...], que se propone objetivos concretos e inmediatos” (LÖWY, 2011, p. 18).

²⁸ “La utopía es indispensable para el cambio social; extrae su fuerza de las contradicciones de la realidad y de los movimientos sociales reales” (LÖWY, 2011, p. 33).

consegue manipular a mente e criar "uma subordinação quase absoluta da população ao poder do mundo dos negócios" (CHOMSKY, 2013, p. 22).

Contraditoriamente, a mentalidade utópica "volta as costas a tudo o que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas" (MANNHEIM, 1968, p. 67), considera apenas aspectos que favorecem e reforçam a tese da transformação. É nesse contexto que o dinamismo de dominação envereda esforços para obstaculizar qualquer movimento ancorado numa mentalidade utópica que almeje romper a ordem existente e construir outra sociedade. Por isso, "os que estão satisfeitos com a ordem de coisas existente estarão provavelmente tendentes a erigir a situação casual do mundo como absoluta e eterna, de modo a possuir algo de estável em que se apegar e a minimizar os acasos da vida" (MANNHEIM, 1968, p. 113). Ou seja, a

[...] relutância em transcender o *status quo* tende para a posição de encarar algo inviável apenas dentro da ordem dada, como se fôsse totalmente inviável em qualquer ordem, de tal forma que, ao se obscurecerem estas distinções, se possa suprimir a validade das pretensões da utopia relativa (MANNHEIM, 1968, p. 221).

Para Mannheim (1968, p. 222), "a relação entre a utopia e a ordem existente aparece como uma relação 'dialética'". Por isso, "é possível que as utopias de hoje venham a ser as realidades de amanhã" (MANNHEIM, 1968, p. 227). O movimento abolicionista era impulsionado pela mentalidade utópica, por isso constitui em bom exemplo a ilustrar o processo histórico de ruptura da ordem existente. É na perspectiva do necessário enfrentamento dos processos desagregadores engendrados pelo capital que Mannheim (1968, p. 237) afirma: "O impossível faz nascer o possível, e o absoluto interfere no mundo e condiciona os acontecimentos efetivos". Dessa forma, "o utopismo se torna crescentemente vinculado ao processo de vir a ser" (MANNHEIM, 1968, p. 248).

Para Lesbaupin (2012), a atual crise ambiental está diretamente ligada à lógica predatória do sistema capitalista. É necessário, urgente e inadiável interromper a destruição do planeta. O autor defende a hipótese segundo a qual só haverá futuro para as gerações se for construída e desenvolvida outra lógica suficientemente forte para se sobrepor à lógica capitalista. A saída reside então em promover a ruptura plena com o atual modelo econômico, na busca pela nova concepção de desenvolvimento, visando maximizar o tempo e a qualidade da vida humana, bem como das condições necessárias para tal. "Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida e não para a maximização do consumo" (LESBAUPIN, 2012, p. 40). Ampliando as concepções presentes nas análises de Sen (2010) e Löwy (2011, 2012), Lesbaupin (2012, p. 40) afirma:

Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante – difundida pela grande mídia –, desenvolvimento não é sinônimo de "produtivismo-consumismo". Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem. Isso implica garantir proteção social para que as pessoas se sintam seguras face às dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano.

Segundo Rattner (1999, p. 55), "o maior desafio de nossa civilização urbano-industrial é como transformar uma estratégia de crescimento econômico direcionada contra a maioria pobre da população em um modelo de sustentabilidade baseado no bem-estar humano". Diante da realidade contemporânea, com uma sociedade altamente desigual, excludente e corrompida nos valores sociais, éticos, ambientais, etc.; tais pensamentos poderão ser considerados utópicos. No entanto, segundo Löwy (2011), qualquer movimento que pretenda desafiar a ordem estabelecida deverá apresentar visões alternativas de mundo e da sociedade, apresentar certo grau de utopia.

É patente a incompatibilidade entre o ideário do desenvolvimento sustentável e a lógica e racionalidade que guiam as ações no modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. A lógica e racionalidade inerentes a esse modelo de desenvolvimento são altamente prejudiciais ao meio ambiente – ambientalmente destrutivas, para ser mais claro – e socialmente injustas.

Apesar dos limites impostos pela capacidade de renovação dos recursos naturais, Gamband (2012, p. v, tradução nossa) alerta que “cada habitante hoje consome em média duzentas vezes mais recursos naturais do que consumiu há apenas cem anos”²⁹. É importante ter em conta que esse consumo se dá de forma extremamente desigual ao redor do planeta, o que significa que se tem, de um lado, regiões que consomem muito mais que isso e, de outro lado, regiões que apresentam consumo extremamente inferior. Isso não significa que as regiões que consomem menos têm seus recursos preservados, pelo contrário, seus recursos são exauridos para satisfazer as necessidades do outro extremo, daqueles que conseguem manter seu padrão de consumo às custas da exploração dos recursos alheios.

Em que pese o discurso neoliberal pregar que a evolução científica e tecnológica será capaz de fazer frente a tais limites, ela “[...] não tem nem remotamente o ritmo de evolução que necessitamos para compensar a pressão que exercemos sobre os recursos” (GAMBAND, 2012, p. vi, tradução nossa)³⁰. O desequilíbrio entre a pressão exercida sobre os recursos e a capacidade do planeta em renovar os recursos naturais, bem como o descompasso da evolução

²⁹ “Cada habitante hoy en día consume un promedio de doscientas veces más recursos naturales de los que consumía hace solo cien años” (GAMBAND, 2012, p. v).

³⁰ “[...] esta evolución tecnológica y científica no tiene ni remotamente el ritmo de evolución que necesitamos para compensar la presión que realizamos sobre los recursos” (GAMBAND, 2012, p. vi).

tecnológica, terá como vítima as populações mais vulneráveis, em especial as crianças e os idosos. Os maiores impactos recairão sobre a produção/distribuição de alimentos, energia, habitação e medicamentos (GAMBAND, 2012).

De consequências – sociais, políticas, econômicas e territoriais – inimagináveis, esse problema tem sido negligenciado até pelos governos mais sérios, que muitas vezes engendram somente paliativos pontuais, sob o discurso de que isso será suficiente para solucionar o problema. A chave para entender e enfrentar a crise de recursos que se avizinha está em compreender seu caráter sistêmico, que não há possibilidade de salvação somente para alguns (GAMBAND, 2012). “A pressão dos cidadãos sobre seus governos é a única coisa que pode provocar uma mudança de rumo, desde que os indivíduos também façam a sua parte” (GAMBAND, 2012, p. viii, tradução nossa)³¹, o que denota a importância da liberdade apontada por Sen (2010). Para não cair na armadilha utópica do desenvolvimento sustentável, Gamband (2012, p. viii, tradução nossa) defende a ideia da ruptura com o atual modelo de desenvolvimento, que “não devemos tornar sustentável o antigo modelo de desenvolvimento, devemos inventar um novo modelo que seja sustentável desde o princípio”³².

Assim como Peet e Hartwick (2015 [1999]) compreendem que o discurso desenvolvimentista pode ser utilizado para os mais diversos fins, inclusive em sua maior parte no sentido contrário à promoção do bem-estar humano, Rist (2002, p. 13, tradução nossa) assevera que “a força do discurso do ‘desenvolvimento’ procede de sua capacidade de sedução. Em todos os sentidos do termo: atrair, agradar, fascinar, iludir, e também enganar, afastar-se da verdade”³³.

A dialética apresenta-se como a metodologia ideal ao estudo do modo de produção capitalista e suas metamorfoses; em outras palavras, como destacado por Schumpeter (1982 [1911]), faz-se necessário considerar a totalidade do contexto histórico, considerando-o dinâmico e em constante transformação. Segundo Dardot e Laval (2016, 7), “o capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam”. É a extrema resiliência, enquanto capacidade de adaptação e de ajustamento – de se metamorfosear –, que permite ao capitalismo enfrentar

³¹ “La presión de los ciudadanos sobre sus gobiernos es lo único que podrá torcer el rumbo, siempre que los individuos también hagan su parte” (GAMBAND, 2012, p. viii).

³² “No hay que hacer sustentable el antiguo modelo de desarrollo, hay que inventar un modelo nuevo que sea sustentable desde el origen” (GAMBAND, 2012, p. viii).

³³ “La fuerza del discurso del “desarrollo” procede de su capacidad de seducción. En todos los sentidos del término: atraer, agradar, fascinar, hacer ilusión, y también, engañar, alejar de la verdad, embaucar” (RIST, 2002, p. 13).

inclusive suas próprias crises e, de tempos em tempos, se reinventar, o que possibilitou a sua própria transformação e a da sociedade ao atingir o estágio neoliberal.

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um **sistema normativo** que ampliou sua influência ao mundo inteiro, **estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida** (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7, grifo nosso).

O neoliberalismo não só destrói as instituições e o corpo normativo vigente, como também produz certos tipos específicos de relações sociais, o que conduz à nova institucionalidade e à novo quadro normativo. Os autores enfatizam a imprescindibilidade do conhecimento, crítica e combate ao neoliberalismo. No entanto, destacam que “o neoliberalismo tem uma história e uma coerência. Combatê-lo exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Compreender **politicamente** o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930. Ele traz em si uma ideia muito particular de democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um **antidemocratismo**: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma do sufrágio universal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8, grifo do autor).

Além de projeto social e político, trata-se também de modelo de desenvolvimento altamente desigual, pernicioso e destrutivo. “Trata-se, em escala mundial, de um modelo de desenvolvimento econômico que trilha caminhos sacrificais em função de objetivos que se distanciam sempre mais do bem-estar humano” (HOUTART, 2010, p. 89-90). Para Dardot e Laval (2016, p. 8), “o sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional”.

O conhecimento das forças e poderes, bem como de suas interrelações e interdependências, que sustentam o modelo neoliberal é condição fundamental para pensar em alternativas que visem a sua superação. “A questão do poder é a questão central de toda sociedade. [...]. É ela que irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído” (SOUZA, 2017, p. 11). Segundo Dardot e Laval (2016, p. 8), essa relação de poder pende favoravelmente à coalização de poderes composta por “oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais”.

O neoliberalismo engendra uma racionalidade global, que não se restringe apenas a dimensão mundo ou planetária, mas que se estende a todas as dimensões da existência humana. Essa racionalidade promove a competitividade e mina todas as bases da ação coletiva –

solidariedade, cidadania, abstenção eleitoral, sindicalização, equidade, etc. –, promove a individualização e impõe obstáculos de toda sorte à mobilização e ao envolvimento.

O neoliberalismo funciona melhor num ambiente de democracia eleitoral formal, mas no qual a população é afastada da informação, do acesso e dos fóruns públicos indispensáveis a uma participação significativa na tomada das decisões (MCCHESENEY, 2015, p. 9).

A ideia de liberdade presente nas análises de autores clássicos do neoliberalismo como Friedman (2016 [1962]), Hayek (1977 [1944]; 1983 [1972]) e Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]) foram construídas a partir da ideologia capitalista, sendo teorias que dão suporte ao desenvolvimento do capitalismo. Em termos mais recentes, poderiam ser chamados de *think tanks* do capitalismo. Trata-se de um paradigma. Nesses termos, o neoliberalismo caminha em sentido oposto àquele do desenvolvimento como liberdade, presente nas análises do Sen (2010). Para Dardot e Laval (2016, p. 9),

[...] a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo.

A racionalidade neoliberal tem como estratégia a construção do consenso, através da colonização do imaginário e da consciência social. “Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e seu bolso” (SOUZA, 2017, p. 24). Essa ação conduz as pessoas a considerarem normais os impactos provocados pela ação predatória do capital, como o custo pelos benefícios, conforto e comodidade proporcionados, como o melhor – se não o único – caminho a ser seguido. Segundo Chomsky (2013, p. 28), “como não é permitido nenhum tipo de organização – isso é absolutamente decisivo –, você nunca tem como descobrir se está louco ou não, e simplesmente aceita aquilo, porque parece natural aceitar”.

Pouca ou nenhuma importância real, de fato, é dada aos problemas ambientais e às desigualdades sociais e de riqueza. Segundo Houtart (2010, p. 7), “é cada vez mais evidente que a lógica econômica deixa de considerar os efeitos negativos de suas ‘externalidades’, isto é, não mede as consequências ecológicas e sociais”. Em outras palavras, “o cálculo econômico do sistema capitalista mira a curto prazo, silenciando assim o custo efetivo daquilo que é exterior à sua lógica, ou seja, os aspectos que provocam os efeitos colaterais desse sistema” (HOUTART, 2010, p. 8). Ainda segundo o autor,

[...] a lógica que ilustra a irracionalidade do modelo é a mesma nos diversos domínios. O objetivo é satisfazer em primeiro lugar o consumo dos 20% mais ricos no mundo, sem se preocupar com o custo coletivo que disso resulta, **enquanto isso não afetar os ganhos do capital** (HOUTART, 2010, p. 61, grifo nosso).

Esse é um ponto importante, pois “enquanto os efeitos só afetarem as ‘externalidades’, não afetando diretamente o processo de acumulação do capital, tais efeitos não são levados em conta” (HOUTART, 2010, p. 89). Nesse processo de construção do consenso, a mídia, a serviço do mundo dos negócios, desempenha papel fundamental e estratégico, como demonstram as análises de Chomsky (2013; 2015) e Souza (2017). Para Souza (2017, p. 13), no Brasil a mídia tem desempenhado o “trabalho sujo [...] de distorção sistemática da realidade”, enfatizando que

[...] a mídia não produz conhecimento. Ela apenas distribui e eventualmente, como no nosso caso, em um contexto de total desregulação do trabalho midiático, enfatiza alguns aspectos e encobre outros tantos de acordo com seus objetivos comerciais e políticos (SOUZA, 2017, p. 17).

Segundo Chomsky (2013, p. 29), “tornamo-nos uma sociedade comandada pelo mundo dos negócios em escala impressionante”. Essa constatação é ampliada por Dardot e Laval (2016, p. 16) quando afirmam que o indivíduo “é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal impõe “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17), ou seja, a sociedade, em sua totalidade, é instada a comportar-se como empresa e, como tal, competir entre si.

Esta racionalidade está atrelada a uma governamentalidade – “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT³⁴, 2001, p. 1.604 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18) – que busca interferir diretamente na forma de agir e “no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19). Ao considerá-la como racionalidade governamental, Dardot e Laval (2016, p. 19) afirmam que

Ao contrário de certa percepção imediata, e de certa ideia demasiado simples, de que os mercados conquistaram a partir de fora os Estados e ditam a política que estes devem seguir, foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa. Não podemos esquecer jamais que a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. II: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

O controle sobre as ideias, percepções e produção do conhecimento é fundamental à toda estratégia de dominação. Como produto de um coletivo de pensamento, as ideias dominantes resultam do pensamento da elite hegemônica, pois “quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo” (SOUZA, 2017, p. 25). Segundo Souza (2017, p. 25), “é necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses”.

Os efeitos perniciosos da imposição de pressupostos dominantes sobre os dominados conduzem, por exemplo, segundo Souza (2017, p. 101), “o pobre e excluído” a sentir-se “culpado pelo próprio fracasso e tão burro e preguiçoso como” o concebem os seus algozes. Efeito semelhante a este exercido sobre o indivíduo manifesta-se também no que concerne às populações dos bairros, regiões e países periféricos. “O círculo da dominação se fecha quando a própria vítima do preconceito ou do abandono social se culpa por seu destino” (SOUZA, 2017, p. 101). Para o autor,

[...] os interesses do capitalismo financeiro e seu novo discurso, que associa trabalho superexplorado a empreendedorismo, liberdade e criatividade [...] requer enorme coordenação de interesses em todas as esferas sociais para vencer resistências e criar um imaginário social favorável, ou, em outros termos, uma violência simbólica bem construída e aceita por todos como autoevidente (SOUZA, 2017, p. 159).

A propriedade dos meios de produção material e imaterial pela elite dominante, assim como a reserva e garantia de acesso para si daqueles que em tese são públicos, é condição *sine qua non* à produção e reprodução dos pressupostos hegemônicos e, por consequência, da dominação exercida pela elite minoritária sobre a maioria. Além do acesso às melhores universidades – públicas ou privadas –, segundo Souza (2017, p. 167),

É necessário ter os jornais também nas mãos da elite para reverberar as teorias falsamente críticas para o público indefeso. É preciso ter as editoras de maior nome e influência e o acesso aos financiamentos de pesquisa, aos prêmios, honrarias e mecanismos de consagração intelectual. Assim, é possível usar a posição de proprietária dos meios de produção material para se apropriar dos meios simbólicos de produção e reprodução da sociedade.

Para Dardot e Laval (2016, p. 9), “se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente”. Nessa perspectiva, Souza (2017, p. 152) afirma que “é a ausência de processos de aprendizado coletivo e de sua institucionalização social e política que explica nossa abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento”. Todavia, é indubitável a capacidade para construção de outra razão do mundo que emana dos movimentos e das lutas para confrontar à ordem existente. Para

Mason (2017, p. 17), o capitalismo “será abolido pela criação de algo mais dinâmico que, inicialmente, existe quase invisível no interior do velho sistema, mas que rompe caminho, remodelando a economia em torno de novos valores, comportamentos e normas”.

No contexto atual, de economia mundializada, é importante compreender as correntes de pensamento que norteiam tanto as tomadas de decisão e as ações que buscam a manutenção da supremacia capitalista, quanto àquelas que buscam resistir e identificar novas possibilidades e horizontes fora do capitalismo. Considerado o mundo globalizado, altamente integrado e conectado, a adoção dessa perspectiva macro é fundamental quando se busca apreender a realidade na escala micro. Usinas sucroenergéticas situadas na Região do Pontal do Paranapanema produzem mercadorias de alcance global, *commodities*, e as decisões tomadas lá irão influenciar e determinar o que será feito aqui.

Como empreendimento capitalista, as usinas sucroenergéticas reivindicarão e farão o que for necessário para ajustar-se, atender a demanda e maximizar a lucratividade. Elas necessitam monopolizar, estabelecer o domínio, direto ou indireto, sobre a gama de recursos como terra e mão de obra presentes nos municípios onde se instalam. Tal movimento reduz as possibilidades de concorrência pelos recursos e aumenta a dependência local com relação as usinas, permitindo que elas mantenham – na melhor das hipóteses – ou aumentem o nível de exploração. Tudo em nome do controle dos custos e manutenção da competitividade. A consequência disso é que os municípios acabam tornando-se dependentes, reféns de tais empreendimentos, não vendo futuro sem eles, numa clara sensação de “ruim com, pior sem”, retirando destes a possibilidade para trilhar outros caminhos.

No entanto, esse processo não se desenvolve sem tensões, sem a presença de forças contrárias e a disputa entre interesses divergentes. Dessas tensões emanam diferentes concepções e proposições de caminhos a serem seguidos para se alcançar o desenvolvimento, algumas reforçando a ordem existente – ainda que com roupagem diferente e novas ideias – e outras buscando a sua superação. Uma das concepções que emerge desse campo de disputas é a do desenvolvimento endógeno, a qual sinaliza no sentido da necessidade de realizarem-se mudanças tanto na escala e quanto na forma como as decisões são tomadas.

2.2. Desenvolvimento endógeno

Ao considerar que o dinamismo da economia capitalista é determinado pela destinação que o empresário atribui ao lucro que lhe afluí, as opções de investimento na economia

mundializada terão desdobramentos diretos sobre o desenvolvimento regional, pois, como afirma Furtado (1961, p. 183), “[...] trata-se de uma parcela que não se vincula à região onde está localizada a empresa [...]”. Em outras palavras, cumpre ao empresário identificar oportunidades mais favoráveis, estejam elas onde estiverem, e realizar os investimentos que possibilitem maior rentabilidade ao capital. Furtado (1961, p. 183) compreende que, à exceção dos empreendimentos de cunho essencialmente local, as “[...] condições prevalecentes na economia a que pertence o capital” exerce pressão no sentido de canalizar para si tais investimentos, em detrimento da região na qual está instalada a empresa.

Há ainda considerável expectativa de que a atração de grandes empreendimentos industriais seja o caminho para o desenvolvimento. No entanto, as análises de Barquero (2001, p. 19) indicam que “o desenvolvimento econômico ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, eventualmente, pela atração de recursos externos, assim como pela incorporação das economias ocultas nos processos produtivos”.

A economia mundializada, com grandes empresas interligadas pelo emaranhado de relações societárias e comerciais, torna cada dia mais difícil estabelecer mecanismos que regulem a atuação dessas empresas, em sua maioria transnacionais. O desafio que se apresenta às políticas voltadas a promoção do desenvolvimento está em criar mecanismos preventivos para não se tornar refém das artimanhas de empresas alienígenas, seja no que se refere a concessões – infraestruturais e fiscais, principalmente –, ou a evasão de divisas.

É no contexto das “[...] transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais [...]” engendradas pelos processos de mundialização do capital e globalização econômica, marcado também por estratégias de resistência a tais processos, que emerge “o conceito de desenvolvimento endógeno” (BARQUERO, 2001, p. 10). Segundo Barquero (2001, p. 18), “a teoria do desenvolvimento endógeno considera que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são, indiscutivelmente, fatores-chave no crescimento econômico”.

A dinâmica e a forma como estão estruturadas as economias, sejam elas regionais ou locais, está diretamente atrelada a processos de acumulação de capital. Portanto, qualquer estratégia ligada a promoção do desenvolvimento econômico implica identificar tais processos. Para Barquero (2001, p. 19), “[...] os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital” são: a) criação e difusão de inovações no sistema produtivo, b) organização flexível da produção, c) geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades,

e d) fortalecimento das instituições. Em suas análises o autor ressalta que estudos recentes sobre desenvolvimento local

[...] demonstram que a resposta local ao aumento da concorrência passa pela formulação e aplicação de uma estratégia de desenvolvimento. Esta deve ser instrumentada através de **ações que procurem realizar os objetivos de aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, de melhoria da distribuição da renda e de conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural**. Essas ações são de natureza muito variada. Todavia a característica fundamental da política de desenvolvimento local é a de que uma boa parte das iniciativas locais se propõe a atuar sobre os fatores determinantes do processo de acumulação de capital (BARQUERO, 2001, p. 26, grifo nosso).

Em que pese a importância atribuída aos fatores determinantes da acumulação de capital, chama a atenção que os objetivos a serem perseguidos pela política de desenvolvimento local extrapolam os limites das esferas produtiva, mercadológica e econômica. Ela deve considerar e estimular as potencialidades de todos os recursos do território, tomando a devida precaução para que o desenvolvimento seja obtido de forma equilibrada e responsável. Esse é o caso, por exemplo, dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, que devem ser considerados em suas potencialidades de desenvolvimento e em suas necessidades de preservação. Ao considerar diversos aportes teóricos, muitos dos quais díspares, Barquero (2001, p. 41) estabelece que

[...] o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de **mudança estrutural, liderado pela comunidade local** ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população. [...] se trata de um processo no qual **o social se integra ao econômico**. A distribuição de renda e riqueza e o crescimento econômico são dois processos que não ocorrem paralelamente. Na verdade, só adquirem uma dinâmica comum pelo fato de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam elevar a produtividade e a competitividade das empresas, solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade.

Como pode ser observado, o desenvolvimento endógeno demanda por uma nova racionalidade, que rompa com as atuais estruturas de dominação e busque o equilíbrio entre o social e o econômico. No entanto, em que pese o protagonismo atribuído às iniciativas locais e o foco na solução dos problemas igualmente locais, em nenhum momento se diz que isso vai ser alcançado de forma desconectada e independente das políticas estabelecidas nas escalas superiores.

Segundo Rodrigues (2014, p. 152), "[...] as políticas públicas são construídas a partir de questões elaboradas e reconhecidas como públicas e a partir do confronto de interesses e de projetos divergentes, em recortes territoriais bem definidos e identificáveis". Para Grisa e Schneider (2014, p. S127), "as políticas públicas refletem [...] o entendimento dos grupos

sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição". No entanto, tende a prevalecer e transparecer o entendimento dos grupos hegemônicos na concepção das políticas públicas.

No Brasil, o embate entre o capital, através da bancada ruralista, e aqueles que defendem políticas mais inclusivas, ilustra esse processo em que a construção da política pública "[...] é objeto de negociação permanente entre os protagonistas das trocas políticas, sendo suscetível de inclusões, recortes e transformações em função das relações de força e dos objetivos políticos dos diferentes atores envolvidos [...]" (GRISA; SCHINEIDER, 2014, p. S128). É importante ter em conta que as políticas públicas, como estabelece Rodrigues (2014, p. 155), deveriam "[...] estar por princípio orientadas para a garantia de acesso a bens, serviços públicos e justiça social a todos os habitantes do território, indistintamente".

Tradicionalmente tais políticas foram concebidas sob a perspectiva setorial, ou seja, para atender as necessidades e expectativas de setores específicos da economia. São as políticas do tipo *top-down*, ou seja, pensadas e instituídas de cima para baixo, sem levar em consideração as reais necessidades dos atores sociais e se caracterizam por serem "[...] políticas que não levam em consideração as peculiaridades regionais, e nem a participação das populações beneficiárias, justificadas pela simplificação da concepção de desenvolvimento" (OLIVEIRA, 2002, p. 8).

A emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno se dá no final do século XX e início do século XXI, trazendo em seu bojo uma mudança na forma como até então se abordava o desenvolvimento. A nova forma de pensar e conceber política pública seguiria a perspectiva territorial. No Brasil, ela coincide com a transição para o período de governos progressistas que caracterizou a primeira década do século XXI e parte da segunda. Houve o entendimento, praticamente o consenso, de que era necessário mudar a forma como as políticas públicas eram concebidas e implementadas. No entanto, a precoce interrupção desse período de governos progressistas colocou a termo não só a concepção de políticas públicas de corte territorial, mas decretou também a descontinuidade daquelas que estavam vigentes, inclusive interrompendo a implantação de projetos concebidos sob a égide de tais políticas.

Dallabrida (2010, p. 153) compreende o desenvolvimento territorial como “[...] um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida [...] [da] população”. Segundo Favareto (2009/2010, p. 59), “[...] a essência da idéia do desenvolvimento territorial

está na articulação das forças vivas dos territórios em torno de projetos capazes de diversificar suas economias, alavancando novas vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas".

A consolidação de poder político local-regional é condição *sine qua non* à articulação de tais forças vivas, mediante "[...] maior participação democrática dos cidadãos no destino de seu entorno espacial" (DALLABRIDA, 2010, p. 146). A importância do poder na transformação da região e para reversão de tendências negativas do sistema econômico – concentração e desigualdade, por exemplo –, é destacada por Boisier (1998, p. 65, tradução nossa) ao afirmar que "[...] não se mudam as coisas por voluntarismo, senão mediante o uso do poder"³⁵. Com a guinada política que deu o Brasil mediante a ascensão ao poder por um grupo de extrema direita, tais espaços de concertação local-regional, se não foram aniquilados totalmente, foram reduzidos ao mínimo, deixando pouca ou nenhuma margem para o desenvolvimento local e regional na agenda das políticas macroeconômicas.

Quando se fala em poder político não se faz referência apenas ao ato de eleger representantes para atuação nos diferentes poderes e instituições, mas que estes, uma vez escolhidos para "[...] representar os diferentes interesses regionais, se articulam e assumem o papel de orientadores das políticas de desenvolvimento regional", como estabelece Dallabrida (2010, p. 172). O autor entende que a atuação desses representantes, para constituir contrapoder ao movimento hegemônico e contribuir de forma efetiva ao desenvolvimento regional, deve extrapolar os interesses de classe ou corporativos e sua articulação deve priorizar os interesses da coletividade local-regional. No entanto, em que pese essa importância, Boisier (1998, p. 65, tradução nossa) reconhece que "o poder que se acumula na comunidade regional não é poder para fazer revolução, só é suficiente para fazer modificações nos parâmetros do estilo de desenvolvimento, não nos parâmetros do sistema [...]"³⁶.

Segundo Barquero (2001, p. 29), "[...] a política econômica local está associada a uma abordagem de baixo para cima da política de desenvolvimento, na qual são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle". É importante ter em conta que o autor, apesar de em diversos momentos utilizar a expressão "desenvolvimento local", está se referindo ao desenvolvimento voltado para dentro, tanto na escala regional quanto local.

³⁵ "[...] no se cambian las cosas por voluntarismo, sino mediante el uso del poder" (BOISIER, 1998, p. 65).

³⁶ "El poder que se acumula en la comunidad regional no es un poder para hacer una revolución, sólo alcanza para hacer modificaciones en los parámetros del estilo de desarrollo, no en los parámetros del sistema [...]" (BOISIER, 1998, p. 65).

Há a transição da abordagem setorial – com perspectiva *top-down*, as políticas públicas são pensadas para atender setores específicos da economia e concebidas de cima para baixo, sem considerar as especificidades de onde serão implementadas – para a abordagem territorial – com políticas públicas “[...] pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço” (OLIVEIRA, 2002, p. 9), reivindicadas e conquistadas pelos de baixo, pensadas, construídas e implementadas com e para eles, em tese para atender aos anseios e necessidades destes, por isso com perspectiva *bottom-up*. É a emergência desse paradigma que dá novo impulso às pesquisas e ações que almejam o desenvolvimento regional/local.

2.2.1. Desenvolvimento regional

Tendo como ponto de partida os apontamentos inicialmente realizados sobre desenvolvimento, em suas diferentes perspectivas, ainda de forma macro; agora buscar-se-á abordar essa temática em seu desdobramento regional. A questão que se apresenta, cuja elucidação já foi objeto de estudo por pesquisadores como Cabugueira (2000) e Dallabrida (2010), consiste em compreender as razões que levam algumas regiões a atingir patamares elevados de desenvolvimento e outras não. Dallabrida (2010, p. 17), como já referido anteriormente, considera mais apropriado falar-se que as regiões se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Para Cabugueira (2000, p. 111), as análises realizadas por outros pesquisadores indicam que pistas para questões como essa podem ser encontradas “[...] na história, na tecnologia, nas comunicações, nos recursos humanos qualificados, em massas e dimensões críticas de pessoas, capitais e territórios, na disponibilidade de habitação [...]”, dentre outros fatores, como a educação e até mesmo o acaso.

A divisão do trabalho e a especialização de determinada região geográfica na produção de alguns produtos ou na prestação de serviços específicos vem sendo estudada e debatida desde o século XVIII. Essa divisão e especialização levaria em consideração determinados elementos que configurariam a vocação daquela região para proporcionar às empresas condições de desenvolver suas atividades e produzir de forma diferenciada frente a outras localidades e, mercadologicamente falando, obtendo, dessa forma, vantagem competitiva. Bellingieri (2017) resume a evolução do pensamento relativo ao desenvolvimento regional no período precedente ao século XX da seguinte forma:

Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte da riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes (HUNT, 1981). Marshall (1982), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos clusters (BELLINGIERI, 2017, p. 11).

Foi a partir de meados do século XX que, segundo Bellingieri (2017), surgiram as Teorias Clássicas da Localização e as Teorias do Desenvolvimento Regional. As primeiras, originárias da escola alemã, consideravam “[...] a disposição geográfica do mercado e os custos de transporte” (BELLINGIERI, 2017, p. 12). Além destes, a presença local de serviços sofisticados e especializados está entre os fatores locacionais contemporâneos a serem considerados na avaliação da atratividade da região, segundo Bellingieri (2017). De inspiração Keynesiana e com perspectiva macroeconômica, as Teorias do Desenvolvimento Regional

[...] trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de **cima para baixo**, ou **centro-abaixo**, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento (BELLINGIERI, 2017, p. 12, grifo do autor).

Neste momento já é possível discernir e é importante destacar a diferença paradigmática fundamental entre as Teorias do Desenvolvimento Regional e as Teorias do Desenvolvimento Endógeno. Enquanto as primeiras estão ligadas ao paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down*, as segundas identificam-se com o paradigma de desenvolvimento endógeno e *bottom-up*. A forma como se originam e se concebem as políticas voltadas ao desenvolvimento são diferentes: no primeiro paradigma elas são instituídas e no segundo elas são conquistadas.

Para Siedenberg (2004, p. 151), a “[...] política de desenvolvimento tem maiores chances de sucesso quando é implementada de forma descentralizada, regionalizada e participativa”. As razões para isso estão nas assimetrias regionais, o que impõe obstáculos à política de cunho nacional em contemplar as especificidades de cada região. No entanto, é preciso estar atento para que essa política não produza externalidades negativas sobre outras regiões. Para Cabugueira (2000, p. 111), em oposição ao que preconiza Friedman (2016 [1962]), isso se deve ao fato de que “[...] as forças de mercado tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades entre as regiões”.

As políticas que buscam o desenvolvimento de uma região e são baseadas em concessões de benefícios – subsídios, isenções, etc. – têm grande probabilidade de gerar externalidades negativas sobre outras regiões, o que pode provocar as chamadas “guerras fiscais” ou “guerra dos lugares”. O desafio para as políticas de desenvolvimento regional está em neutralizar essa tendência e impedir que o crescimento da região influencie negativamente ou seja obtido em detrimento de outra. Segundo Cabugueira (2000, p. 117),

Uma das prioridades da estratégia actual de desenvolvimento regional e local é [...] o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente em que a incerteza e a turbulência são grandes. Para isso, é necessário fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo. Para o conseguir não é necessário realizar grandes projectos industriais, mas impulsionar projectos de dimensão adequada, que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local.

A nova forma de se pensar e conceber políticas voltadas à promoção do desenvolvimento seguem a perspectiva territorial. Segundo Favareto (2009/2010, p. 59), "[...] a essência da idéia do desenvolvimento territorial está na articulação das forças vivas dos territórios em torno de projetos capazes de diversificar suas economias, alavancando novas vantagens comparativas, transformando-as em vantagens competitivas". Para Cabugueira (2000, p. 117) “os objectivos finais são o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população”.

Pensar política pública de forma territorial requer considerar as especificidades de cada território, as assimetrias entre diferentes territórios, os atores sociais presentes nesses territórios, as relações intra e inter-territoriais, os fatores culturais, os recursos naturais etc. Para isso, o território deve ser considerado "[...] como uma construção social, por natureza conflituosa; uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto. O território é unidade privilegiada de reprodução social" (BRANDÃO, 2008, p. 154). Dentre os elementos presentes no território, merece atenção especial os atores sociais e seus relacionamentos, tanto entre si quanto influenciando e articulando os demais elementos.

Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, barganha, incentivo ao diálogo e à constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado (BRANDÃO, 2008, p. 146).

A abordagem territorial do desenvolvimento deve promover o diálogo entre os atores sociais, induzindo-os a participar do processo e a assumir compromissos na implantação e gestão da política pública. Não é algo construído individualmente, mas fruto da ação coletiva.

Faz-se necessário, para isso, a criação de instituições que fomentem e garantam a participação de todas as partes interessadas. Segundo Brandão (2008, p. 146) as

[...] ações coletivas pelo desenvolvimento, ao assumirem integralmente a natureza e a dinâmica do processo de transformações multidimensionais, devem ser promovidas, simultaneamente, em variados contextos (tecnológico, produtivo, social etc), coordenando diferentes níveis de governo (local, micro e meso regional, nacional etc), e tendo por base múltiplas institucionalidades.

As transformações estruturais necessárias para levar a cabo projetos de desenvolvimento somente serão alcançadas com o efetivo envolvimento das forças sociais responsáveis por mobilizar os recursos, materiais e imateriais, de forma conjunta e articulada, buscando maximizar as potencialidades de obter ganhos para todos. A abordagem utilizada na concepção de estratégias de desenvolvimento territorial deve ser multiescalar, de forma a "[...] encontrar a escala adequada para a definição de determinado campo em que os problemas são mais bem visualizados e quais instrumentos e medidas e ações concretas públicas serão acionadas sob aquele prisma particular de observação" (BRANDÃO, 2008, p. 155). No entanto, se faz necessário compreender que o território é vivo, dinâmico, em constante transformação, com múltiplos interesses em disputa, como assevera Brandão (2008).

Pensar as possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento envolve entender o território como ligadura, junção, confluência, ao mesmo tempo em que este encerra conflitualidade, contenda de interesses múltiplos e *lôcus* de possibilidades de concertação de projetos em disputa. Se o processo de desenvolvimento envolve o fortalecimento de uma dialética previsibilidade/imprevisibilidade, é decisivo ter consciência de seu caráter contingente, incerto, de "história em aberto", à espera de forças que lhe dêem conteúdo (BRANDÃO, 2008, p. 156).

As políticas públicas concebidas sob a égide da abordagem territorial necessitam ser resilientes o bastante para não ter a sua eficácia comprometida pelas transformações ocorridas após a sua implementação. Essas políticas devem ocupar lugar central no planejamento e nos investimentos governamentais, bem como deve estar integrada às demais políticas públicas. Dessa forma, não podem e não devem se transformar em mero apêndice ou estarem dissociadas das demais políticas governamentais.

2.2.2. Desenvolvimento local

Este capítulo parte de macro apontamentos realizados sobre desenvolvimento, em suas diferentes perspectivas, para, em seguida, propiciar uma abordagem dessa temática na escala

regional. O objetivo dessa sessão consiste em prover a reflexão teórica sobre o desenvolvimento local. Enquanto, de um lado, a região é entendida como escala geográfica, de outro lado, o local, embora em alguns casos possa até coincidir territorialmente, não o é, como compreende Bellingieri (2017, p. 8):

O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades.

O paradigma do desenvolvimento endógeno leva em consideração e prioriza as características locais, bem como os atributos e interesses dos sujeitos ali presentes. Trata-se de perspectiva segundo a qual o desenvolvimento será alavancado por reivindicações, ações e políticas construídas de baixo para cima (*bottom-up*), contrapondo a perspectiva, até então hegemônica, em que as ações partem de cima (*top-down*), em tese com a intenção de resolver problemas e atender aos anseios dos que estão em baixo (BELLINGIERI, 2017). O desenvolvimento endógeno

[...] encara o desenvolvimento econômico como sendo resultante da aplicação do conhecimento aos processos produtivos e da utilização das economias externas geradas nos sistemas produtivos e nas cidades, o que resulta em rendimentos crescentes e, portanto, em crescimento econômico. [...] São as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões (BARQUERO, 2001, p. 10).

O desenvolvimento local enquanto objeto de estudo emerge a partir das transformações macroeconômicas internacionais, da constituição de mercados globais – resultantes do avanço no processo de globalização e na intensificação da competição dela decorrente, principalmente a partir da segunda metade do século XX – e dos impactos produzidos por ambos sobre as economias locais e regionais (ULTRAMARI; DUARTE, 2009). Segundo Ultramari e Duarte (2009, p. 20, grifo dos autores), o “[...] **desenvolvimento local** [...] aceita a ideia de haver áreas isoladas de sucesso em meio a regiões ou países extremamente pobres”. Considerado tema controverso e polêmico, o desenvolvimento local suscita debates tanto no plano nacional quanto internacional. Para Oliveira³⁷ (2000 apud BAVA, 2003, p. 21), a inserção na agenda e a relevância das discussões deve-se

³⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **Proposta para discussão sobre desenvolvimento local**: limites e possibilidades. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

[...] ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela “indústria-cultural” como exotismo [...].

Segundo França, Caldas e Vaz (2004, p. 5), no contexto das discussões

Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista”. Para outros, as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e são mais que reflexo da reorganização internacional do capital. Para outros, ainda, o local seria um espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas.

Há aqueles que, segundo Ultramari e Duarte (2009, p. 23), entendem o desenvolvimento local “[...] como um esforço para promover tão somente a atividade econômica e a arrecadação municipal, excluindo, assim, interesses sociais mais imediatos”. O aumento da competitividade entre municípios ou regiões limítrofes está entre os problemas de ações ancoradas neste tipo de perspectiva, o que leva a degradação das relações de vizinhança, vez que impõe ao local “[...] a responsabilidade de atrair investimento para o interior de seu território” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 23). Como exemplo de seus desdobramentos podem ser apontadas as “guerras fiscais” entre estados e/ou municípios, que buscam, mediante concessões das mais diversas, atrair a instalação de empresas.

No entanto, o autor destaca que a “valorização do capital não é a única característica das iniciativas de desenvolvimento local” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 24). O diferencial marcante e de fundamental importância está naquelas “[...] iniciativas de combate à pobreza e à exclusão social” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 24). As pessoas e suas necessidades sociais são priorizadas por alguns autores, em detrimento do mercado e sua incansável busca pelo lucro. Os conflitos entre o desenvolvimento local e o pensamento hegemônico são reconhecidos por Ultramari e Duarte (2009, p. 27) quando afirmam:

A despeito do reconhecimento de que o desenvolvimento local deva articular-se com regras de mercado, é recorrente a defesa da solidariedade nos projetos que assim se classificam. Isso sugere um conflito com a também recorrente defesa da competitividade entre os locais – ou seja, entre as cidades e suas comunidades – há quase duas décadas defendida pelo neoliberalismo.

Romper as amarras do pensamento economicista e buscar engendrar ações que visem as dimensões social e ambiental se apresenta como o grande desafio daqueles que idealizam políticas que almejam o desenvolvimento local. O protagonismo atribuído à instância local coloca-a em condições de ser agente de transformação social e construir o seu próprio futuro.

No entanto, é preciso reconhecer as interdependências com outras instâncias superiores, como estabelecem Ultramari e Duarte (2009, p. 27):

Do mesmo modo que não se pode esquecer do contexto global, seja do ponto de vista das sujeições, seja das oportunidades, a abordagem nacional também deve ser considerada na busca de melhores padrões de desenvolvimento. Assim, a despeito dos possíveis bons resultados de iniciativas de caráter estritamente locais, acredita-se que não se pode abrir mão de políticas maiores, de caráter nacional, estas, sim, capazes de potencializar recursos e esforços locais.

Muitas vezes é somente esse tipo de política que tem condições de prover a infraestrutura – em especial de transporte e comunicação – e os demais recursos necessários às iniciativas locais. Aos atores locais caberia, então, conceber e engendrar ações que extraiam o máximo do potencial contributivo desses recursos no atendimento de suas expectativas e necessidades e, assim, alavancar o desenvolvimento. Em outras palavras, embora os arautos do neoliberalismo apregoem a redução na atuação do Estado e maior liberdade às forças de mercado, o poder local, mesmo que de forma indireta, “[...] necessita de um envolvimento do poder nacional em suas iniciativas”, ainda que somente “[...] na definição de diretrizes e de aporte financeiro” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 28). Em que pese considerar importante a descentralização, Siedenberg (2004, p. 154-155) conclui que a experiência recente parece demonstrar ser “[...] inquestionável que o papel diretivo do Estado, em relação ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional, não pode ser integralmente descentralizado, por mais democrático, endógeno e participativo que se pretenda seja o processo”.

No entanto, não se trata unicamente de criar política pública com a finalidade de prover os recursos materiais e/ou financeiros necessários, faz-se necessária a modificação das atuais instituições ou a criação de novas, é fundamental uma nova institucionalidade. Trata-se de fortalecer a instância local para que possa assumir o controle, ditar os rumos e construir seu próprio futuro. Fortalecidas,

Cabe às regiões criarem mecanismos endógenos a partir da potencialização de recursos, reconhecendo necessidades de interações internas e externas, e, outrossim, da necessidade de atuação conjunta dos diversos atores, proporcionando o melhor posicionamento possível para a cidade ou região (WITTMANN; DOTTO; BOFF, 2004, p. 32).

A atuação conjunta é motivada por elementos e características próprias do capital social. A formação e fortalecimento de capital social são de fundamental importância, vez que laços como compromisso e confiança são necessários à constituição, consolidação e sobrevivência de alianças. Para Bagnasco (2001, p. 359) "o capital social é uma trama de relações construídas

ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados".

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma **rede durável de relações** mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento ou de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à **vinculação a um grupo**, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por **ligações** permanentes e úteis (BORDIEU, 2012, p. 67, grifo do autor).

A participação exige a ruptura com a mentalidade individualista e fragmentada, e demanda por reforçar os vínculos sociais. Para Paiva (2004, p. 42), "[...] o capital social alavanca a capacidade do sistema para superar as soluções perversas [...] que caracterizam uma economia mercantil competitiva, garantindo a conquista de soluções ótimas a partir de estratégias ‘ganha-ganha’". Segundo Barbosa dos Santos (2005, p. 70), "[...] em comunidades onde não há um sentido de cooperação, as relações tornam-se difíceis, o individualismo prevalece, as transações envolvem maiores custos e a sociedade perde. [...] O capital social facilita esses tipos de ação". A importância do capital social para ruptura do individualismo é demonstrada por Putnam (2002, p. 177) ao afirmar que:

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

No caso do Brasil, o grande desafio das políticas de desenvolvimento está em resistir, além das pressões do mercado, a volatilidade política que sacode constantemente o setor público – que não mais se restringe aos períodos imediatamente pós-eleitorais –, gerando instabilidade na estrutura institucional e normativa. De tempos em tempos essas estruturas são desmontadas, alteradas, loteadas e remontadas, tudo para acomodar os mais diversos interesses políticos. Isso prejudica sobremaneira as iniciativas voltadas ao desenvolvimento local/regional e não são raras as políticas que são descontinuadas, muitas vezes antes mesmo de serem implementadas.

Os efeitos deletérios dessas turbulências exercem pressão negativa também sobre a consolidação do capital social, elemento tão necessário para essas ações. Portanto, é necessário dotar tais estruturas de mecanismos que reduzam suas vulnerabilidades ao uso e influência política, como bem demonstrou Siedenberg (2004) ao analisar o papel desempenhado pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) no Rio Grande do Sul. Siedenberg (2004, p. 155) destaca que “no atual mundo globalizado constata-se cada vez mais que nem

idades nem países conseguem subsistir e competir isolada e adequadamente, ao passo que se evidencia a importância dos arranjos regionais”.

2.2.3. Uma perspectiva crítica as teorias do desenvolvimento endógeno

Neste subitem busca-se, com base principalmente nas análises de Gómez (2006) e Brandão (2012), demonstrar que a mudança na abordagem – de setorial para territorial – é simplesmente mais do mesmo. Ou seja, as teorias do desenvolvimento endógeno na realidade seriam mais um jogo de palavras que busca proporcionar nova roupagem para “[...] um desenvolvimento que se mantém economicista e mercantil, apesar das novas nomenclaturas (local ou territorial) e [...]” de eventuais mudanças “[...] na orientação político-partidária [...]” (GÓMEZ, 2006, p. 60). Na realidade fazem parte do rol de estratégias e artimanhas neoliberais que almejam transferir responsabilidades para os sujeitos da base do território.

Ao seguir os ditames do Banco Mundial – instituição multilateral guardião, dentre outras, de interesses capitalistas na escala global –, o Brasil passou, a partir de meados da década de 1990, a adotar concepções de forte corte mercadológico e corporativo na elaboração das políticas públicas. Junto a isso há também a gradativa, mas drástica, redução nas funções do Estado, que ficarão adstritas a setores fora do radar e interesse do capital no que tange a investimentos (saúde, educação, etc.), mas que lhe são estratégicos para conformar o ambiente favorável a ampliação do processo de acumulação.

O discurso encarregado de propalar a perspectiva defendida pelo Banco Mundial e àqueles encarregados de formular as políticas públicas no Brasil, buscou transmitir a ilusão e convencer de que tais mudanças seriam suficientes para atingir o equilíbrio sistêmico – econômico, social e ambiental –, que qualquer não conformidade ou efeitos adversos seriam naturalmente equalizados pelo próprio mercado. No entanto, segundo Gómez (2006, p. 64, grifo do autor),

Tudo isso significa o reconhecimento mais que implícito de que não é possível integrar a todos satisfatoriamente na economia capitalista, sob a lógica do mercado. Oferecer a toda a população meios de subsistência adequados e uma qualidade de vida digna não são consequências diretas da própria evolução do sistema, frutos naturais do seu desenvolvimento. Ao contrário, assume-se que é necessária a participação do Estado, ainda que seja **mínima**, que socializa os custos gerados pelas falhas do mercado e mantém um lado assistencial para oferecer alguns serviços sociais aos mais pobres, de forma a assegurar sua integração social, ainda que marginal, e evitar que a degradação das suas condições de vida, seu crescimento descontrolado e a falta de expectativas possam gerar uma instabilidade social insustentável.

Isso não é outra coisa senão a continuidade do processo de privatização dos lucros e socialização dos custos e prejuízos. Segundo Gómez (2006), a crença de que o próprio mercado seria capaz de resolver seus problemas – autorregulação – levou o Brasil, começando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a colocar em segundo plano, quando não dispensar completamente, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao enfrentamento dos desequilíbrios provocados pelo mercado. Pelo contrário, o país tem demonstrado pouca ou nenhuma preocupação com a degradação das condições de vida, usando as ações assistenciais mais como forma de atrelamento e dependência do que de emancipação.

O enfoque territorial que norteia as teorias do desenvolvimento endógeno e que passa a ser empregado na elaboração das políticas públicas no Brasil, a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, espelha aquilo que se levou a cabo na Europa em momento histórico e contexto social e econômico profundamente diferente. Ainda mais, não traria consigo nada de novo, mas refletiria em grande medida a continuidade daquilo que já vinha sendo engendrado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso nas ações voltadas ao desenvolvimento local. Ou seja, apesar das pesadas críticas realizadas aos direcionamentos adotados pelo governo anterior e da nova roupagem representada pelo uso de terminologias diferentes, é mais do mesmo (GÓMEZ, 2006).

As teorias do desenvolvimento endógeno estão adstritas aos limites do capitalismo, nada avançam para novas águas, pelo contrário, qualquer possibilidade fora dos ditames do capital é negada e qualquer iniciativa nesse sentido de prontamente combatida. Ao compreender que no Brasil há a tentativa de replicar o modelo engendrado exitosamente na região nordeste da Itália – conhecida como “Terceira Itália” –, Gómez (2006, p. 95) assevera que esse modelo, “[...] no caso brasileiro, poderia (e deveria) servir para oferecer cidadania a segmentos da população que permanecem na informalidade e, geralmente, na exclusão”.

No entanto, na prática, as iniciativas alinhadas ao paradigma do desenvolvimento endógeno, mesmo quando de fato levadas a cabo, têm se mostrado incapazes de resolver os problemas a que se destinam, quando não acabam reforçando-os, circunscrevendo-se a mudanças inexpressivas e a reprodução do modelo vigente. No Brasil, os obstáculos a serem transpostos para acessar as políticas públicas – dos quais merecem destaque a burocracia, exigências a serem atendidas e a instabilidade político-institucional – acabam revelando-se proibitivos para a imensa maioria da população. O pior é que na justificativa apresentada pela falta de acesso e/ou falta de efetividade nas ações a culpa é atribuída às pessoas que tanto

necessitam, mas que sua condição social, econômica e cultural foi desconsiderada na elaboração das políticas, desde sua gênese.

Além disso, para Gómez (2006, p. 79), “a tentativa de mudança inscrita dentro dessa orientação territorial (ou local) do desenvolvimento fica muito aquém das verdadeiras necessidades da maioria da população”. O contexto territorial considerado na elaboração das políticas públicas, ao menos no caso brasileiro, não encontra respaldo no mundo real. Em outras palavras, trata-se de ilusão, pois são considerados contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que não se revelam reais, tanto quanto a inexistência de conflitos e interesses dissonantes, ou então que tais dissensões seriam passíveis de superação.

Para Gómez (2006, p. 110), o tipo de desenvolvimento presente na teoria do desenvolvimento endógeno – territorial, regional ou local – é “aquele baseado na concorrência, no consumo, no lucro. Aquele que não enfrenta as assimetrias existentes (de poder, de recursos, de dinheiro) e que vem fracassando há [...]” pelo menos seis décadas. Em grande medida trata-se de jogo de terminologias ou palavras, por vezes modismo, buscando conferir caráter inovador para algo que, no fundo, retrata a continuidade no processo de reprodução e acumulação de capital. Em assim sendo, não há “nada novo sob o sol do desenvolvimento!” (GOMÉZ, 2006, p. 81).

Sem negar a importância da escala local no estabelecimento de políticas voltadas ao desenvolvimento – entendendo-o como processo que visa principalmente a melhoria constante da qualidade de vida da população, a redução nas desigualdades e a erradicação da pobreza –, tais políticas devem representar a tradução, adequação e implementação de ações no plano local (micro), mas que encontram respaldo e estão alinhadas a políticas estaduais e nacionais (macro). Segundo Araújo (2012, p. 18), “um país continental e heterogêneo como o Brasil não pode ser entregue apenas às decisões ditadas pelas regras do mercado [...]. Pode e deve ter uma política pública ativa de desenvolvimento [...]”.

No entendimento de Cano (2012, p. 25), sozinho, “[...] o propalado poder local não conta com as prerrogativas necessárias à formulação e execução de uma política de desenvolvimento, que são os instrumentos básicos da política econômica – o comando sobre a taxa de juros, de câmbio, do crédito e da fiscalidade necessária”. Sem a necessária articulação entre as políticas nas diversas escalas de planejamento, aumenta a vulnerabilidade do país a exploração por interesses individualistas – de determinados grupos sociais, municípios ou regiões –, econômicos e/ou transnacionais, a maioria deles contrastantes com os interesses da maior parcela da população, alguns dos quais atentando contra a própria soberania nacional.

Para Brandão (2012, p. 32), diversas frações do capital mercantil – nacional e internacional – “[...] passam a comandar as regiões e cidades brasileiras, perpetuando o atraso estrutural da situação de subdesenvolvimento”. Sem a presença de um Estado forte e aglutinador, as regiões e/ou municípios tornam-se presa fácil às investidas do capital e suas tentativas de exploração, podendo tornar-se refém de chantagem corporativa – nacional ou transnacional. Na mesma perspectiva de Boff (2018), Araújo (2012, p. 18) assevera que “o grande desafio em um país como o Brasil é o de concluir a construção da nação, num ambiente mundial que agora contesta a importância dos Estados nacionais”. Mas a autora assevera que:

Reconstruir a visão de que continuam importantes políticas públicas à escala nacional não é tarefa fácil. Trata-se de superar o modelo hegemônico, que não dá conta das necessidades da maioria da população do Brasil, nem dá conta de grande parte de nossas enormes potencialidades. Tal modelo desperdiça muitas das virtuosidades existentes no espaço nacional, exatamente porque ele é excludente, seletivo, apropriado apenas para o pedaço mais moderno do Brasil. E o país não é só sua porção mais moderna. Mas a fatia dita “não-moderna” tem muito potencial. O desafio, portanto, é promover uma mudança profunda, desmontando a máquina da desigualdade que foi aqui instalada (ARAÚJO, 2012, p. 19).

É nesse contexto que se defende a importância do Estado nacional, como elemento ativo, aglutinador e articulador. “Negar a importância de políticas nacionais num país como o nosso, como fazem os liberais (que supervalorizam o localismo), é um equívoco” (ARAÚJO, 2012, p. 22). Segundo Brandão (2012, p. 29), as concepções localistas “[...] negam maior importância, entre outras questões, ao ambiente macroeconômico, conflitos políticos, ao Estado, a própria estruturação das classes sociais, à nação e ao papel do espaço nacional”, enfatizando apenas as endogenias. Ao contrário, “é preciso repactuar relações, reconstruir espaços públicos e canais institucionalizados de concertação de interesses e estabelecer contratos sociais territorializados” (BRANDÃO, 2012, p. 33). Dada a heterogeneidade brasileira, Araújo (2012) afirma que:

É preciso pensar em agir em múltiplas escalas no pensar e agir em múltiplas escalas [...] Na hora de buscar soluções aos problemas nacionais, portanto, vale a pena trabalhar um grande potencial desse país: sua magnífica diversidade regional. Em cada lugar há potencialidades latentes a serem apoiadas. [É necessário estimular] propostas que vem de baixo para cima, mas articulando-as numa política em escala nacional. Isso é fundamental. É fundamental evitar o localismo exagerado, que pode intensificar muitos desajustes sociais no país, propondo ações nacionais. No Brasil continental, heterogêneo, diverso e desigual, não servem nem as soluções centralizadas em o localismo atomizante. Temos que construir políticas nacionais que articulem ações descentralizadas. [...]. Construir coletivamente critérios gerais nacionais e só depois fazê-los operar descentralizadamente. Esse é o caminho (ARAÚJO, 2012, p. 21-22).

Brandão (2012, p. 33) recorda que “[...] o processo de desenvolvimento é intrinsecamente marcado por tensões. Distorcer a correlação de forças sociais e políticas

conservadoras requer manejar políticas e projetos em diversas escalas espaciais”. No entanto, como asseveram Araújo (2012) e Brandão (2012), o capital – representado principalmente pelas grandes corporações transnacionais, mas também por algumas nacionais – tem grande habilidade e capacidade para manipular constantemente as diferentes escalas em proveito próprio, com pouca ou nenhuma preocupação e reponsabilidade para com as sociedades locais, lançando mão dos artifícios que se fizerem necessários ao atendimento de seus interesses.

Por isso, “é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento” (BRANDÃO, 2012, p. 36). É da capacidade de aglutinar e articular interesses das diferentes escalas que o Estado poderá extrair sua força e poder fazer frente às investidas do capital, e, dessa forma, arbitrar entre interesses contrastantes. Segundo Brandão (2012, p. 50), “[...] é preciso pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro processo de desenvolvimento nacional”. No entanto, não se pode perder de vista que o capital não tem pátria e é deveras arredo quanto a imposição de limites aos seus processos de expansão e acumulação (LUXEMBURG, 1985; SMITH, 1988; CHESNAIS, 1996; RATTNER, 1999; ROSA, 2016).

Resumindo, conceber e implementar políticas públicas de desenvolvimento na escala local – que de fato permitam a participação dos sujeitos, que considerem os processos e interesses sociais, bem como as potencialidades e demais especificidades presentes no território – é uma necessidade. No entanto, em que pese sua importância, todo esse esforço será em vão se não estiver articulado com iniciativas presentes nas escalas superiores – regional, estadual e nacional – e que tenham de fato a mesma finalidade.

Ao contrário do que defendem os arautos do neoliberalismo, é necessário a articulação entre as iniciativas nas diferentes escalas, o que demanda a presença forte, ativa e estratégica do Estado. Somente assim será possível estabelecer uma política de desenvolvimento articulada, integrada e direcionada à solução dos históricos problemas brasileiros, em especial os sociais. É nesse sentido que Carvalho (2020, p. 118), assim como outros autores, propõe o redesenho ou reorientação da política industrial brasileira, para o “[...] combate às desigualdades no acesso à infraestrutura urbana de transporte, moradia, saneamento básico, tecnologia verde, habitação popular, educação e saúde”.

É justamente a superação das carências identificadas em todas essas áreas que permitiria colocar novamente o Estado em posição ativa e estratégica no desenho dos incentivos à inovação e à produção local, evitando assim a sua captura por interesses

particulares de quem já concentra parte substancial da riqueza do país (CARVALHO, 2020, p. 119).

Trata-se de um novo projeto de e para o país, focadas nas reais necessidades da população. Mudar-se-ia o foco, deixando de perseguir a fronteira tecnológica estabelecida pelos países mais adiantados, para centrar nas reais demandas da população. Com tal direcionamento nacional, poderiam então ser estabelecidas políticas específicas voltadas à solução dos problemas nas escalas inferiores.

Pela perspectiva adotada neste trabalho, é necessário também romper a lógica economicista e de valorização do capital que norteia o processo de concepção de tais políticas públicas. Não se pretende aqui negar a importância do econômico, mas evidenciar a existência de outras dimensões que precisam avançar e outros objetivos a serem perseguidos para se atingir o desenvolvimento integral. É necessária a inversão nas prioridades; hoje as decisões estão centradas na valorização do capital e os avanços em outras áreas são aspectos residuais. O ser humano deve ocupar essa centralidade, as decisões devem buscar em primeiro lugar o progresso e o bem-estar humano.

A reflexão teórica realizada até aqui será fundamental para demonstrar que o modelo de desenvolvimento representado pela instalação de unidades industriais sucroenergéticas está adstrito a lógica do crescimento econômico, da geração de emprego e renda. Ainda assim, só tem suas externalidades positivas percebidas em pequenos municípios, onde há pouca atividade econômica, não sendo percebidas em municípios maiores e economicamente diversificados, e nem em análises regionais ou outras escalas superiores. O que é facilmente percebido são os danos ambientais e o desaparecimento dos cultivos alimentares que a atividade produz. Não há como negar que algumas poucas pessoas melhoram de vida, mas a grande parte dos ganhos obtidos com o crescimento econômico propiciado pelas usinas permanece concentrado e evade-se para outras regiões do país e, no caso daquelas ligadas ao capital internacional, do mundo.

2.3. Desenvolvimento e setor sucroenergético

As análises realizadas por Houtart (2010) estão em perfeita sintonia com as discussões aqui realizadas e podem contribuir sobremaneira no atingimento do objetivo e na comprovação da hipótese apresentada neste trabalho. Segundo Houtart (2010, p. 8), “[...] o cálculo econômico do sistema capitalista mira a curto prazo, silenciando assim o custo efetivo daquilo que é exterior à sua lógica, ou seja, os aspectos que provocam os efeitos colaterais desse sistema”.

Para ilustrar tal comportamento é possível citar o caso da petroleira Exxon, que possui "uma posição ideológica sustentada de maneira sistemática [...] que desconhece qualquer causa de origem antropogênica para o problema da mudança climática" (BRAVO, 2007, p. 102), o que a leva a desacreditar nos benefícios ambientais e, por isso, não investir em agrocombustíveis. Além dessa autoafirmação, a ideologia do sistema precisou tornar-se hegemônica e suas crenças e valores precisam ser reafirmados cotidianamente para que as ações sejam consideradas normais e como o melhor ou único caminho, para que não sejam contestadas pelo conjunto da sociedade ou que as contestações, se houver, não ofereçam risco ao sistema.

A mídia desempenha papel fundamental nesse sentido, como demonstra Chomsky (2013). Um bom exemplo disso consiste na propaganda intitulada “O Agro é Pop” financiada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e veiculada pela Rede Globo com grande número de inserções, principalmente no horário considerado nobre. Essa propaganda procura engendrar no imaginário popular a ideia de que tudo aquilo que é produzido no campo acontece por obra do agronegócio, inclusive os alimentos básicos, que o agronegócio é tudo. Aliás, isso é afirmado com todas as letras na seguinte frase que compõe a propaganda: “Agro é pop, agro é tech, agro é tudo”. No que se refere aos agrocombustíveis, Houtart (2010, p. 8) destaca

[...] que todo este processo provoca uma guerra ideológica no interior da qual as palavras se transformam em armas e os argumentos que enaltecem as vantagens dos biocombustíveis e os que apelam para a redução do consumo de energia transformam os grandes conglomerados petrolíferos, industriais e comerciais em verdadeiros benfeitores da humanidade. Consequentemente, sempre mais revestidos de verde, todos, indistintamente, apelam para as infinitas possibilidades da ciência e da tecnologia como solucionadoras das questões hoje pendentes, desde que se deixe a iniciativa privada agir livremente.

Uma outra atitude adotada pela mídia e pelo pensamento hegemônico consiste em desqualificar, invisibilizar e até, se necessário, criminalizar todo pensamento, ação ou movimento dissonante (HOUTART, 2010). Trata-se, sobretudo, de mascarar a realidade, de negar e invisibilizar todo tipo de externalidade produzida pelo capital, cuidando, inclusive, de garantir a possibilidade de eximir-se de responsabilidade sobre os impactos gerados. Segundo Houtart (2010, p. 10),

[...] o problema dos agrocombustíveis [...] está no centro das relações sociais, visto que a energia é o motor da economia no mercado capitalista, e motor inclusive daquilo que chamamos de “civilização ocidental”. Esta é a razão pela qual os poderes econômicos e políticos tendem a adotar soluções que permitam a continuidade de um modelo de desenvolvimento, sem questionar seus parâmetros. Resta saber se tal lógica é factível, e a que preço, ou se, ao contrário, outra lógica deveria ancorar o destino futuro da humanidade.

Apesar de celebrada como solução aos problemas energéticos e ambientais – resta perguntar, solução para quem? –, a agroenergia – energia proveniente dos agrocombustíveis – envolve interesses que extrapolam fronteiras nacionais, está atrelada, inclusive, a interesses geopolíticos imperialistas. O interesse por esse tipo de energia “[...] se inscreve no interior de um longo processo de exploração da natureza, interesse despreocupado com sua recuperação e atrelado ao desprezo pelas classes trabalhadoras e pelos povos da periferia” (HOUTART, 2010, p. 16). Como condição ao desenvolvimento,

A energia está no coração de toda esta problemática. E está na raiz do modelo de desenvolvimento capitalista, visto que sem o recurso às fontes energéticas o capitalismo seria inoperante. E, nesta perspectiva, se as formas existentes de produção de energia se acusam contrárias tanto ao modelo econômico quanto à sociedade, urge buscar novas energias. É aqui que intervém o desenvolvimento da agroenergia como substituto das energias fósseis (HOUTART, 2010, p. 20).

Os problemas relacionados à matriz energética – consumo excessivo de energia e impactos gerados na sua produção – não são privilégio apenas dos países que compõem o centro dinâmico do modo de produção capitalista. A onda neoliberal que, desde a década de 1970, vem impondo seu modelo de desenvolvimento ao redor do mundo que muito se assemelha àquele levado a cabo nos países centrais, diferindo em grande medida quando se trata de satisfazer a interesses imperialistas desses mesmos países, em especial daqueles que compõe o que Houtart (2010) denomina como tríade – Estados Unidos, Europa e Japão.

O Brasil, por exemplo, de quem esperávamos outro comportamento econômico, em nada mudou sua orientação neoliberal, e inclusive não hesita em fazer alianças com os Estados Unidos na questão do etanol que, em última análise, favorece os grandes proprietários e as empresas multinacionais do agronegócio [...]. Todos estes modelos recentes de desenvolvimento das periferias não manifestam grandes preocupações com o caráter não renovável da energia. Eles, ao contrário, apresentam-se como concorrentes das economias ocidentais, das quais perceberam as vantagens no domínio da produção de bens e serviços. Além do mais, eles torcem o nariz quando se trata de adotar medidas ecológicas preservacionistas, argumentando, e não sem razão, que a vez deles chegou, e que os países que atualmente mais desperdiçam energia não têm senão más razões quando buscam impor-lhes restrições que ao longo da história eles próprios nunca respeitaram, mesmo cientes de que tais medidas lhes permitiram ocupar um lugar dominante na economia mundial (HOUTART, 2010, p. 27).

Na década de 1970 foram lançadas, e desde então vêm sendo aprimoradas, ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, o que seria possível mediante o equilíbrio entre três dimensões: econômica, social e ambiental. Nesta perspectiva, o desenvolvimento para ser sustentável deveria ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Esse equilíbrio é requisito para que o modelo de desenvolvimento seja capaz “[...]”

de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas” (CMMAD, 1991, p. 9). Atingir esse tipo de desenvolvimento tem apresentado obstáculos intransponíveis e Houtart (2010) aponta como razão para isso a não contestação do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

Apesar da característica renovável, os insumos necessários a produção de agroenergia – seja o etanol (cana-de-açúcar, milho, mandioca, beterraba) ou o biodiesel (soja, mamona, girassol, pinhão manso) – passam a competir com a produção de alimentos por um recurso essencial, a terra. Com isso a humanidade se depara com o dilema: produzir energia para manter o sistema funcionando ou alimentar a população em constante crescimento. Novamente a humanidade confia que o progresso técnico proporcionado pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento científico será capaz de resolver os problemas e promover o equilíbrio entre produção de alimentos e de energia (SAFATLE, 2011).

Na busca por romper com a dependência externa quanto ao petróleo e seus derivados, agravada pela crise do petróleo de 1973, o Brasil passa, a partir de então, a engendrar reiterados esforços voltados a renovação da matriz energética. A tradição histórica do Brasil no cultivo e industrialização da cana-de-açúcar, bem como a estrutura fundiária e o modelo de exploração agrária, serão determinantes na escolha do agronegócio sucroenergético como base para o desenvolvimento da nova matriz energética e é parte da estratégia de consolidação do país na economia mundial.

2.4. O setor sucroenergético no Brasil

Como “primeira atividade econômica não extrativa no Brasil, iniciada ainda na primeira metade do século XVI” (GIRARDI, 2019, p. 2), a referida relação histórica tem início com o cultivo para produção de açúcar, posteriormente para produção também de etanol e, muito mais tarde, de energia elétrica. O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil fez parte das estratégias levadas a cabo pelo governo de Portugal visando defender estas terras contra invasões por outras nações imperialistas. A decisão pelo cultivo da cana-de-açúcar em função do alto valor alcançado pelo açúcar no mercado europeu da época, bem como das condições climáticas e do solo brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1987). Em outras palavras, essa tradição remonta aos tempos do Brasil enquanto colônia de Portugal, com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar.

Segundo Prado Júnior (1987, p. 33), o cultivo da cana-de-açúcar carrega em si o requisito de que, para viabilizar-se economicamente, necessita de ser produzida em grande

quantidade, o que demanda por grandes extensões de terra e vai determinar o modelo “[...] de exploração agrária no Brasil: a grande propriedade”. Essa é a razão pela qual “a grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura, os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 34).

O empreendimento colonizador português introduziu o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil já na primeira metade do século XVI. “Os dois grandes núcleos iniciais estão [...] na Bahia e em Pernambuco” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 39). A partir daí a cultura canavieira e as indústrias destinadas a transformar sua produção – os denominados engenhos na época –, vão se expandir pela costa brasileira, tanto para o norte quanto para o sul, até atingir outros estados e regiões.

Segundo Prado Júnior (1987, p. 39), “na Bahia o movimento mais ou menos estacionou em torno da baía de Todos os Santos, mas tomará tamanho vulto que não será superado por nenhum outro setor da colônia. Localiza-se aí o maior centro produtor” da época. Ainda segundo o autor, “para o sul [...], a produção de açúcar concentrar-se-á na vizinhança do Rio de Janeiro e em São Vicente”; contudo, ao menos “até o séc. XVIII”, tais regiões “permanecerão num apagado segundo plano” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 39). Em suas análises, Prado Júnior (1987, p. 38-39) indica que “durante mais de século e meio a produção do açúcar [...] representará praticamente a única base em que se assenta a economia brasileira [...]. Até meados do séc. XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar [...]”.

O processo de planejamento e regulação do setor sucroenergético pelo Estado teve início nos anos 1930 com a criação do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) (RUAS; FERREIRA; BRAY, 2014). A partir daí, o Estado passou a exercer papel ativo no direcionamento e sustentação do setor, inclusive da expansão. Como iniciativa voltada a alavancar o desenvolvimento do setor, o Decreto 19.717, de 20/02/1931, marca a introdução do etanol como aditivo à gasolina, inicialmente na proporção de 5% de etanol e 95% de gasolina (UNICA).

Trata-se de setor extremamente favorecido pelas políticas públicas de crédito e pela omissão do Estado frente aos impactos ambientais e sociais produzidos por esse tipo de exploração agrícola. O setor teve seu início marcado pelo uso intensivo de mão de obra escravizada e, mesmo após a abolição e apesar de decorrido considerável lapso temporal, ainda é caracterizado pela persistência de condições sub-humanas de trabalho, inclusive com casos de formas análogas ao trabalho escravo em passado recente. Segundo Pitta, Xavier, Navarro e Mendonça (2014, p. 7), “o agronegócio necessita de volumosas massas de crédito e subsídios

estatais para manter sua expansão, o que gera crescente endividamento, que, por sua vez, incentiva a expansão territorial". Os autores asseveram ainda que

A expansão do agronegócio no Brasil gera queda na produtividade de alimentos, degradação dos solos e de fontes de água. A expansão territorial de monocultivos intensifica a repressão e a expropriação da terra e das lavouras alimentares de pequenos produtores e de povos indígenas. Além disso, o agronegócio consome bilhões em recursos públicos e créditos subsidiados que acabam por se transformar em dívidas impagáveis. Dados oficiais revelam que as políticas agrícolas do Estado brasileiro priorizam o apoio à expansão de monocultivos. O Estado disponibiliza linhas de crédito subsidiadas para o agronegócio através da negociação de Títulos do Tesouro Nacional no sistema financeiro (PITTA; XAVIER; NAVARRO; MENDONÇA, 2014, p. 5-6).

Como parte da estratégia para eliminar a dependência quanto ao petróleo e seus derivados, em especial aqueles oriundos de fontes externas, além de fortalecer a presença do Brasil no mercado internacional, é assinado o Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Esse decreto institui o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e representa grande impulso para a expansão do setor. Segundo Safatle (2011, p. 63), “o objetivo do decreto era incentivar a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar, mandioca ou qualquer outra matéria-prima agrícola, procurando expandi-la através de novas destilarias ou da ampliação das existentes”. Através desse mesmo decreto, foi instituída a Comissão Nacional do Álcool, a qual estabeleceu ao menos 5 (cinco) objetivos e diretrizes para o programa:

- a) economia de divisas com a redução da importação de petróleo;
- b) redução das disparidades regionais de renda com a expansão da produção de etanol para as regiões de baixo nível de ocupação produtiva;
- c) redução das disparidades individuais de renda através da geração de emprego nas atividades agrícolas;
- d) crescimento da renda interna com uma ocupação mais intensiva da terra e ocupação de mão-de-obra;
- e) expansão da indústria de bens de capital, impulsionada pelo efeito dinâmico do setor sucroalcooleiro (SAFATLE, 2011, p. 64).

Segundo Safatle (2011, p. 36), “há trinta anos, o Brasil iniciou a produção em larga escala de etanol combustível, como alternativa à crise do petróleo, produzindo energia a partir da biomassa, e com a vantagem de ser renovável”. No entanto, em momento algum teve como objetivo confrontar o modo de produção vigente, pelo contrário, foi a saída encontrada pelo capital para não apenas garantir sua sobrevivência e reprodução, como ampliar seu processo de acumulação.

Segundo Pitta, Xavier, Navarro e Mendonça (2014, p. 7), "o agronegócio necessita de volumosas massas de crédito e subsídios estatais para manter sua expansão, o que gera crescente endividamento, que, por sua vez, incentiva a expansão territorial [...]". A dependência do setor

sucroenergético no que se refere a favorecimentos governamentais – em especial os incentivos creditícios – foi constatada por diversos autores, dentre os quais Bray (1980) e Oliveira (2010).

A cooptação do Estado pelo capital e a atuação deste no direcionamento das políticas públicas para a agricultura ficam bem explícitas na análise de Oliveira (2010). São os subsídios governamentais que garantem a sobrevivência e monopólio do setor, como por exemplo aqueles obtidos já através da instituição do Proálcool, canalizando para si **"recursos que o feijão e os alimentos de primeira necessidade vêm reclamando há muito tempo sem nada conseguir**". A atuação mediadora do Estado vem em perfeita consonância com o capital multinacional do setor automobilístico", e conduziu à produção em larga escala de "veículos movidos a álcool" (OLIVEIRA, 2010, p. 22, grifo nosso).

Para Pitta, Xavier, Navarro e Mendonça (2014, p. 5, grifo nosso), "a produção de agrocombustíveis serve para justificar o aumento da **concentração fundiária** sob o argumento da necessidade da produção de energia barata e da concessão de vantagens comerciais para o agronegócio brasileiro". Como o capital não se interessa pela produção de alimentos e sim pela produção de matérias primas para a indústria, os recursos para financiamento da atividade produtiva são claramente canalizados para atividades de interesses capitalistas. A dependência e as constantes oscilações do mercado levam o setor a conviver com constantes crises e, em alguns casos, ao fechamento de unidades, fato este que já ocorreu na região estudada.

A atuação do Estado tem sido determinante na preparação das condições necessárias ao estabelecimento do monopólio sucroalcooleiro. Segundo Bray³⁸ (1980 apud OLIVEIRA, 2010), o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, instituído através do Decreto-Lei no 1.186, de 27 de agosto de 1971, é exemplo da intervenção estatal. Essa política pública abre precedente para que o capital possa pressionar as pequenas usinas de açúcar e os pequenos produtores de cana no sentido de obter a sua fusão ou integração aos grandes empreendimentos capitalistas.

O objetivo era "aumentar a competitividade do açúcar brasileiro no mercado internacional, que foi o responsável pela grande expansão das propriedades usineiras e da produção do açúcar e do álcool, a partir de 1971" (BRAY³⁹, 1980 apud OLIVEIRA, 2010, p. 23). A capacidade de monopolizar a produção da cana-de-açúcar e, por consequência, dos produtos resultantes da sua industrialização, se deu diretamente através da aquisição de terras

³⁸ BRAY, Silvio C. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema**: um estudo da Geografia Agrária. 304 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP - São Paulo, 1980

³⁹ Ibidem.

ou mediante a subordinação de outros proprietários, grande parte deles parentes e amigos dos usineiros. O poder dos usineiros, como integrantes da classe dominante, para pressionar o governo e estabelecer o monopólio foram destacados por Oliveira (2010, p. 23) ao afirmar que:

[...] o monopólio total exercido pela agroindústria açucareira, talvez, no caso brasileiro, o único exemplo por demais evidente de desenvolvimento do monopólio na produção agrícola, fazendo com que, concomitantemente, a circulação dessa mercadoria ficasse a ela subordinada, [...], mediada pela ação do Estado e representando de fato a "porção do bolo" que este segmento da burguesia brasileira recebeu como parte integrante do bloco no poder, como integrante da classe dominante que é.

É importante frisar ainda que o papel do Estado na consolidação de monopólios ou oligopólios no setor não se restringe a produção, mas também na distribuição. O Decreto nº 82.476, de 23 de outubro de 1978, estabelece as “[...] normas de comercialização do etanol para fins carburantes definindo que seria faturado diretamente às companhias distribuidoras de derivados de petróleo” (SAFATLE, 2011, p. 64). Dessa forma, o Estado garante ao capital petrolífero que as perdas com eventual queda na venda dos derivados de petróleo serão compensadas com a comercialização do etanol – anidro, para mistura à gasolina, e hidratado, utilizado como alternativa à gasolina. Estão em curso estudos e movimentos – pró e contra – relacionados a venda direta, pelas usinas, de etanol aos postos de combustíveis, mas o futuro dessas iniciativas ainda é incerto.

Segundo Safatle (2011, p. 65), “a produção de etanol deslanchou a partir da oferta de financiamentos para que as usinas de açúcar pudessem instalar aparelhos de destilarias maiores e, assim, produzir também etanol”. Os números de bases instaladas da indústria sucroenergética no país e no estado são apontados por Ruas, Ferreira e Sales (2014, p. 192).

Até o (sic) junho de 2010, o país contava com 432 unidades industriais inscritas no cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo 166 destilarias de álcool, 16 usinas produtoras somente de açúcar e 250 usinas produtoras de açúcar e álcool (MAPA 2010), distribuído em 23 estados da federação, [...]. São Paulo consta com 197 unidades industriais (45,6% do nacional), sendo 6 unidades produtoras de açúcar, 61 unidades produtoras de álcool e 130 unidades produtoras de açúcar e álcool.

Nas projeções feitas por Ruas, Ferreira e Sales (2014), dadas as condições políticas vigentes à época, era de que o Brasil tivesse 615 usinas de etanol até 2025. Com o fracasso na tentativa de comoditização do etanol, a redução no crescimento da demanda interna e as turbulências políticas que sacodem o país desde 2014, e que culminaram com a ascensão ao poder pela extrema direita, ainda não estão claros os rumos e políticas destinadas ao setor.

Safatle (2011) defende a tese de que “o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem disponibilidade de terras para expandir sua produção de etanol sem concorrência com a cadeia de produção de alimentos”. No entanto, entende-se aqui que da mesma forma que nem toda terra serve a produção canavieira igualmente ocorre com a produção de alimentos. A consequência, algo já relativamente histórico, as terras não apropriadas às monoculturas – como é o caso da cana-de-açúcar –, mais periféricas, de menor qualidade e com topografia desfavorável são aquelas que têm sido destinadas à produção de alimentos. Segundo Girardi (2019, p. 10),

A cana-de-açúcar é a cultura economicamente mais rentável no Brasil, tanto para quem a produz e fornece para as unidades industriais quanto no pagamento dos arrendamentos aos proprietários rurais, motivo pelo qual sua produção hoje monopoliza as terras naturalmente mais produtivas do país e mais próximas dos grandes mercados consumidores, notadamente as terras paulistas, monopolizando o território em grande parte do estado.

As análises realizadas por Safatle (2011) resultam num projeto para desconcentração do sistema de produção de etanol no Brasil mediante instituição de programa para criação de microdestilarias. Na ânsia de comprovar a viabilidade do projeto de microdestilarias, Safatle (2011) procura demonstrar que a expansão do cultivo da cana-de-açúcar não se daria pela simples substituição de outros cultivos, mas pelo reaproveitamento de terras disponíveis ou subutilizadas, inclusive considerando a possibilidade do avanço sobre as terras dos assentamentos de reforma agrária.

No entanto, entende-se que as terras destinadas à realização dos assentamentos de reforma agrária não têm como finalidade o monocultivo, como é o caso da cana-de-açúcar. Os lotes são de dimensão reduzida e têm como finalidade a fixação o homem no campo, mediante a produção diversificada de gêneros voltados à subsistência e à produção de excedente que possibilite adquirir externamente aquilo que não é possível produzir no lote. O que se precisa, de fato, é de política pública que permita ao assentado melhor utilização da sua terra e melhores condições para comercialização da produção.

Até aqui foram realizadas análises acerca da temática do desenvolvimento em algumas de suas concepções e como o setor sucroenergético, já devidamente integrado ao circuito do comércio internacional de açúcar, se transforma em fonte de energia alternativa que vai permitir ao Brasil maior independência quanto ao petróleo. Essa maior independência não significa autonomia, pois o setor sucroenergético, além da presença cada vez mais intensa de capital estrangeiro, tem sua atuação pautada e fortemente influenciada pelo mercado internacional, ou

seja, seu foco não está no mercado interno, mas este é na realidade, uma forma de transbordo, uma alternativa quando as condições externas se apresentam menos vantajosas.

Como modelo de desenvolvimento, o setor sucroenergético revelou-se como mais uma forma de dominação pelo capital, que não liberta, não reduz as assimetrias, mas sim restringe as possibilidades de maior autonomia aos locais onde se instala. Baseado na aliança entre capital, latifundiários e Estado, transforma-se também em modelo de desenvolvimento que tende mais a concentração do que a desconcentração pretendida por Safatle (2011), e passa a drenar recursos públicos para viabilizar-se economicamente, como será analisado no capítulo seguinte, já aproximando-se da região de estudo.

3. SETOR SUCROENERGÉTICO E A REGIÃO DE ESTUDO

Sob o discurso desenvolvimentista vários esforços voltados à promoção da integração econômica foram engendrados na Região do Pontal do Paranapanema. Como parte destes foi implantada e entrou em funcionamento na década de 1970 a Destilaria Alcídia. A primeira destilaria autônoma financiada com recursos do Proálcool foi instalada no município de Teodoro Sampaio e marcou a chegada do setor sucroenergético no extremo oeste do estado de São Paulo (LEITE, 1981; SAFATLE, 2011; BARRETO, THOMAZ JÚNIOR, 2012).

É importante ter em conta que desde o princípio estes esforços estão também voltados à questão da regularização dos títulos de posse das terras. A aliança entre o capital canavieiro, os latifundiários e o Estado é que, mais tarde, vai proporcionar às terras utilizadas pelos canaviais, ainda que de forma questionável, a conformidade com a função social da terra, previsto no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, e com isso impedir a sua desapropriação para fins de reforma agrária.

3.1. Territorialização recente do setor sucroenergético

De acordo com Barreto e Thomaz Júnior (2012, p. 1), “o processo de territorialização da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, é recente, se compararmos sua temporalidade com a produção/expansão desse cultivo no estado de São Paulo, ou mesmo no Brasil”. Os autores destacam que esse processo de territorialização ocorre em dois momentos históricos, separados por aproximadamente duas décadas, mas ambos frutos de fomento estatal mediante políticas públicas específicas para o setor.

O primeiro momento engloba o período que vai de meados da década de 1970 até meados da década de 1980. As duas primeiras unidades industriais sucroenergéticas chegam à Região do Pontal do Paranapanema na década de 1970, sendo elas a Destilaria Alcídia – implantada em 1974 no município de Teodoro Sampaio –, e a Destilaria de Álcool Vale do Anastácio (DALVA) – implantada em Santo Anastácio no ano de 1979. No início da década de 1980 chegariam à região mais quatro unidades, quais sejam: Destilaria Decasa – Marabá Paulista, 1980 –, Destilaria Laranja Doce – Regente Feijó, 1981 –, Destilaria Paranapanema – Narandiba, 1982 – e Usina Alto Alegre – Caiabu, 1982. Com isso elevou-se, já na década de 1980, para seis o total de unidades industriais sucroenergéticas em operação na região, todas de capital independente, sem vínculo entre si. Ou seja, há não mais do que quatro décadas é que

teve início o processo de consolidação do setor sucroenergético na região (BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2012).

O segundo e mais recente período da territorialização do setor sucroenergético na Região do Pontal do Paranapanema vai ter início em princípios da primeira década do século XXI. Segundo Girardi (2019, p. 2), “em 2003 o estímulo ao setor foi retomado por meio de uma política que almejava aumentar o consumo interno e sobretudo as exportações de etanol”, e a expansão vai ocorrer “[...] principalmente no estado de São Paulo”. O aumento no consumo interno é impulsionado pela indústria “[...] automobilística a partir da produção dos carros *flex fuel*” (BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 3).

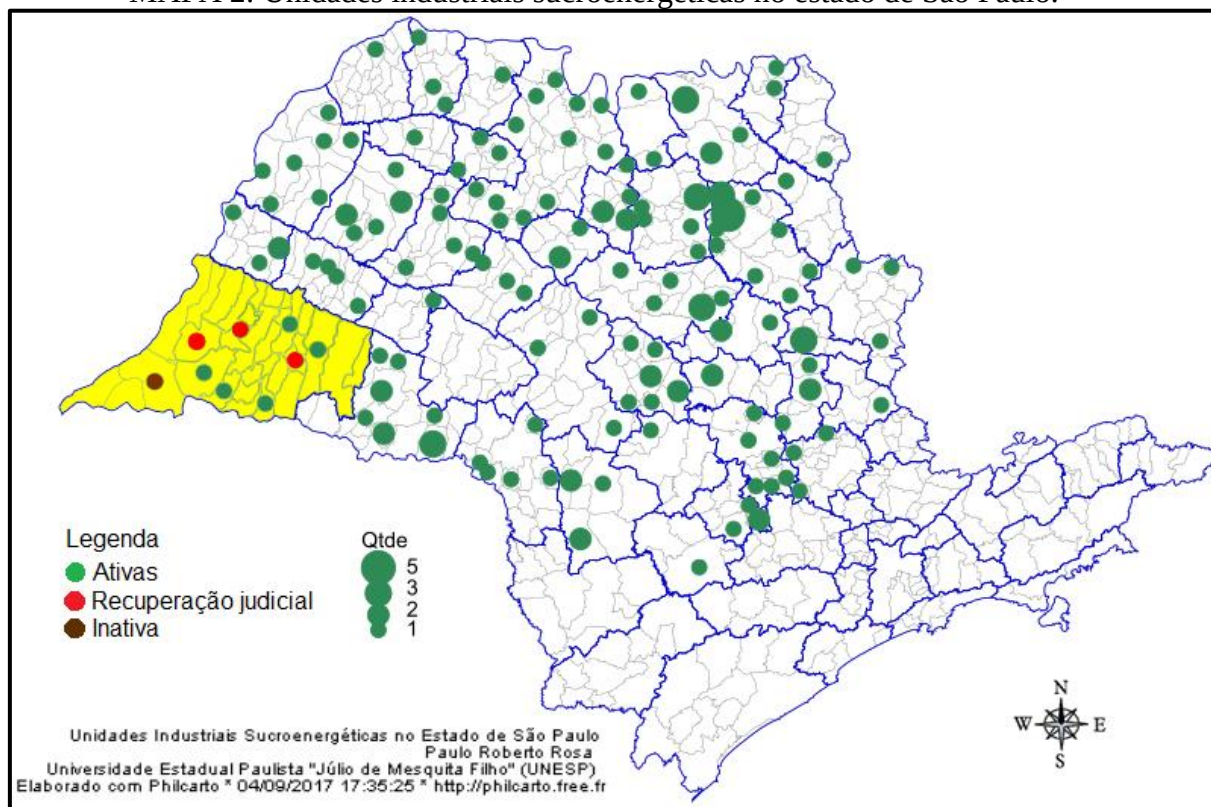
No período compreendido entre 2005 e 2009 foram implantadas na região mais quatro agroindústrias, o que elevou o número total para dez unidades industriais sucroenergéticas, o ápice da região. As unidades implantadas foram: Atena – Martinópolis, 2005 –, Umoe Bioenergy/Destilaria Paranapanema II – Sandovalina, 2006 –, Usina Cocal II – Narandiba, 2008 – e Usina Conquista do Pontal – Mirante do Paranapanema, 2009. É importante destacar que esta última etapa foi marcada pela chegada de grupos empresariais de capital nacional e internacional, até então ausentes na região, bem como a incorporação a estes grupos de duas unidades anteriormente instaladas e que se encontravam desativadas (BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2012).

As oscilações de mercado costumam afetar consideravelmente esse setor, gerando crises que são maximizadas pela sua dependência com relação a financiamento – para não dizer subsídio ou empréstimos a fundo perdido – estatal. Segundo Barreto e Thomaz Júnior (2012, p. 9),

[...] nos anos subsequentes 2011 e 2012, observa-se a ocorrência de mais transformações, o cenário voltou a mudar. Em 2011 entre as dez unidades canavieiras instaladas na região, duas foram desativadas. [...] Além disso, a região contou com mais duas unidades canavieira que obtiveram o (PRJ) Plano de Recuperação Judicial [...].

Do total de dez unidades industriais sucroenergéticas que a Região do Pontal do Paranapanema chegou a ter, atualmente apenas cinco encontram-se em operação, uma está desativada temporariamente, três desativadas e em processo de recuperação judicial, e uma encerrou definitivamente as atividades, tendo a infraestrutura transferida para outra região do país (Mapa 2). Isso demonstra que a região está passando por processo de concentração do capital canavieiro, seguindo a tendência nacional apontada por Pitta, Xavier, Navarro e Mendonça (2014).

MAPA 2: Unidades industriais sucroenergéticas no estado de São Paulo.



Fonte: O autor.

O Mapa 2 apresenta a distribuição de unidades industriais sucroenergéticas no estado de São Paulo, com destaque para a Região do Pontal do Paranapanema. Os pontos em verde representam as 5 unidades ativas, presentes nos municípios de Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Presidente Prudente e Sandovalina. O ponto na cor marrom representa a unidade desativada temporariamente no município de Teodoro Sampaio. Os pontos em vermelho representam as 3 unidades em recuperação judicial e instaladas nos municípios de Marabá Paulista, Regente Feijó e Santo Anastácio.

A territorialização do capital canavieiro aumentou a complexidade do histórico problema fundiário e da luta pela terra na Região do Pontal do Paranapanema. "Nesse cenário, latifundiários/grileiros usam o período de crescimento do agronegócio canavieiro na região para justificar e obter a 'jurisprudência' das terras, e evitar que estas sejam designadas as políticas de Reforma Agrária" (BARRETO; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 5).

O discurso desenvolvimentista que dá origem a territorialização do setor sucroenergético na Região do Pontal do Paranapanema termina por não resolver os dois principais problemas enfrentados pela região: a ilegalidade na titulação das terras e a estagnação. Negar que a região tenha experimentado surtos do progresso seria um equívoco. No entanto, a história demonstra que tais surtos não se sustentaram, foram momentos pelos

quais a região foi objeto de exploração capitalista até que deixasse de ser interessante e o capital transladasse para outras localidades, deixando atrás de si incentivos fiscais sem a devida compensação, desemprego e, muitas vezes, trabalhadores empobrecidos e sem receber sequer os direitos trabalhistas.

Uma política pública que resolveria a questão da legalidade na propriedade da terra e que poderia alavancar o desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema seria a reforma agrária. Em que pese as condições não serem as ideais e as dificuldades, limites e restrições com as quais se depararam, as iniciativas já levadas a cabo com essa finalidade na região deixaram saldo positivo, como bem demonstrou em suas análises Mazzini (2007) e como espera-se demonstrar na análise do município de Mirante do Paranapanema a ser realizada mais adiante. Essa é a razão pela qual a reforma agrária é apresentada no tópico seguinte como caminho e estratégia capaz de promover o desenvolvimento regional e de contribuir para com a soberania alimentar e nutricional.

3.2. Políticas de desenvolvimento na Região do Pontal do Paranapanema

3.2.1. Reforma agrária como estratégia para o desenvolvimento com soberania alimentar

A agricultura contemporânea é caracterizada pela presença e polarização de dois modelos distintos de desenvolvimento: o agronegócio e a agricultura familiar ou camponesa. Segundo Fernandes (2017, p. 1), "o agronegócio é o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista". Para León (2015, p. 1, tradução nossa), "o agronegócio (agribusiness) é a expressão das mudanças estruturais na produção agrícola da nova fase do capitalismo hegemônico pelo capital financeiro e corporações transnacionais que irrompe na década de 1980"⁴⁰. No entanto, apesar da sua hegemonia, o agronegócio

[...] não é o único modelo do mundo. A agricultura familiar ou camponesa é um modelo de desenvolvimento da agricultura que existe desde antes da criação do agronegócio. A diferença estrutural desses modelos são as classes sociais que produzem diferentes relações e territórios (FERNANDES, 2017, p. 1).

Para explicitar características a diferenciar tais modelos de desenvolvimento, Fernandes (2014, p. 48) ressalta que, para o camponês, "[...] a terra é lugar de produção e moradia, para o

⁴⁰ "El agronegocio (agribusiness) es expresión de los cambios estructurales en la producción agrícola de la nueva fase del capitalismo hegemónico por el capital financiero y las transnacionales que irrumpe en la década de los '80 del siglo pasado" (LEÓN, 2015, p. 1).

agronegócio, a terra é somente lugar de produção". Em outras palavras, "[...] a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e [...] a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade" (FERNANDES, 2014, p. 48). O agronegócio esforça-se para manipular a mente das pessoas e demonstrar que a agricultura é uma só, que tudo é agronegócio, mas a agricultura camponesa⁴¹ resistiu no passado e resiste hoje.

Enquanto a agricultura camponesa é voltada prioritariamente ao autoconsumo, produzindo de forma diversificada os alimentos que, caso haja excedente, possa ser comercializado e consumido tanto no campo quanto na cidade; o agronegócio é voltado para a produção de *commodities* destinadas ao mercado externo, através de monoculturas em larga escala. No Brasil, a agricultura camponesa, apesar de ocupar apenas 24% das terras agricultáveis, responde por aproximadamente 75% das ocupações rurais e produz mais de 70% dos alimentos consumidos na cidade e no campo (FERNANDES, 2014; GOMES; GOMES JR., 2014; LEÓN, 2015; MATTEI, 2014b).

Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2014b, p. 73).

Já o agronegócio, trata-se de projeto hegemônico que,

[...] articulado externamente pela "reprimarização" do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, contando com forte aparato ideológico (mídias, academia, burocracia) [...]. Conta também com uma sólida bancada ruralista [...] (DELGADO, 2014, p. 33-34).

Essa hegemonia do agronegócio no desenvolvimento da agricultura no Brasil é responsável por engendrar as profundas desigualdades que caracterizam esse país de dimensões continentais (FERNANDES, 2014). A aliança de poder entre capital, latifundiários e Estado conduziu à cooptação deste e possibilitou que as agroindústrias controlassem

[...] as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. Produzindo predominantemente commodities, o agronegócio no Brasil também se constitui em um poder hegemônico que determina o planejamento da

⁴¹ Apesar de ter-se ciência do embate paradigmático que o envolve, não é objetivo deste trabalho entrar nas discussões relacionadas ao conceito de agricultura camponesa e familiar.

agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte [da] produção dos alimentos destinados à economia doméstica (FERNANDES, 2014, p. 47).

É na perspectiva da promoção da autonomia e emancipação do campesinato – entendido aqui como aqueles que praticam a agricultura familiar ou camponesa e sendo o grupo composto por pequenos produtores rurais, assentados, trabalhadores rurais e aqueles que lutam por terra –, da potencial capacidade para restaurar os vínculos sociais, contribuir na preservação dos recursos naturais e na construção do futuro com soberania alimentar que se apresenta a reforma agrária. Conduzida de forma eficaz, faz parte do rol das estratégias que alavancaram o desenvolvimento em parte significativa dos atuais países ricos e, recentemente, de alguns países localizados no leste e sudeste asiático (SEN, 2010).

Não é possível abordar a reforma agrária sem considerar a temática da questão agrária, pois são vinculadas diretamente à estrutura agrária, são expressões interdependentes, mas, simultaneamente, autônomas (DELGADO, 2014). A questão agrária é complexa e conflituosa, tem sua origem nas contradições estruturais do capitalismo e caracteriza-se pela disputa entre o campesinato e o capital pelo domínio da terra, do trabalho e da tecnologia (DELGADO, 2014; FELICIO, 2011; FERNANDES, 2008). “Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: [...] de monopólio do território camponês pelo capital” (FERNANDES, 2008, p. 177).

Como proposta política para desconcentração dessa estrutura agrária tem-se a reforma agrária, a qual, almejando transformar-se em política de desenvolvimento para o país, necessita avançar para além das políticas compensatórias, produtivas e assistencialistas (DELGADO, 2014; MATTEI, 2014a). Em que pese a relevância das recentes políticas de assentamento, segundo Fernandes (2010, p. 192), “no Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI”.

A realização de reforma agrária efetiva é parte integrante do rol de estratégias engendradas pelos países que alcançaram o desenvolvimento, como compreendem Sen (2010) e Mattei (2014a). Do contrário, a sua não realização torna-se elemento que obstaculiza o desenvolvimento equilibrado e nega a soberania alimentar no Brasil. A preservação da estrutura fundiária concentrada resulta de ações políticas e econômicas nas mãos do capital, o qual utiliza o Estado e toda sua estrutura jurídica/administrativa, retirando qualquer oportunidade para melhorar as condições de acesso à terra e promover a distribuição justa de renda (CARVALHO, 2014; GOMES, GOMES JR., 2014; MATTEI, 2014a).

Em que pese a importância da desapropriação de latifúndios e realização de assentamentos, que deve levar em conta a quantidade e a qualidade da terra designada a cada produtor, a política de reforma agrária deve ser parte de um conjunto amplo de políticas. Nesse conjunto merecem destaque aquelas voltadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural, "[...] uma política de crédito e um fundo de apoio à reforma agrária para garantir a sustentabilidade desse processo reformador" (MATTEI, 2014a, p. 98).

A concepção dessas políticas e os recursos necessários à sua efetiva implementação são objeto do embate entre os dois modelos de produção presentes no campo. De um lado a agricultura familiar ou camponesa, que possui lógica fundada, principalmente, no uso da mão de obra familiar, na harmonia com a natureza e na produção diversificada de alimentos saudáveis, em pequena escala, para autoconsumo e/ou fornecimento ao mercado interno. De outro lado o agronegócio, com perspectiva de negócio e lógica voltada ao uso de mão de obra assalariada e à produção em larga escala através do monocultivo de *commodities* para exportação (CARVALHO, 2014; FERNANDES, 2014; ROSA, 2016).

Os processos de reestruturação produtiva e mundialização do capital representam novos desafios e obstáculos à reforma agrária no Brasil, vez que promovem a ampliação da concentração fundiária mediante a aquisição – direta ou indireta – de terras por empresas estrangeiras. No Brasil, apesar das limitações impostas pela legislação num passado recente – cuja tendência atual aponta no sentido da minimização dessas barreiras –, trata-se de processo histórico que coloca em risco a própria soberania nacional, requisito fundamental para alcançar a soberania alimentar e nutricional (CARVALHO, 2014; MATTEI, 2014a).

Isso implica colocar a oferta de alimentos sob o controle oligopolista de grandes conglomerados transnacionais, que passam a deter domínio – direto ou indireto – sobre toda a cadeia produtiva e de distribuição (CARVALHO, 2014). As análises de Castro (1955, 1984) já apontavam a fome como problema social, que envolve a ausência – quantitativa ou qualitativa, total ou parcial – de alimentos, mas sobretudo a forma como se organiza e controla a produção e distribuição. Neste sentido, "[...] a fome de milhões de seres humanos não poderá ser superada enquanto se considerar que o funcionamento dos mercados e dos intercâmbios internacionais por si só pode resolver esse problema" (CHONCHOL, 2005, p. 40).

Os camponeses, assim como outros povos tradicionais – indígenas, ribeirinhos, quilombolas –, com seu jeito peculiar de fazer agricultura ancorado nos fundamentos da soberania alimentar, representam um modelo alternativo de desenvolvimento. Eles ocupam hoje apenas 24% das terras agricultáveis, respondem por cerca de 75% dos empregos rurais e

produzem mais de 70% dos alimentos consumidos. Como principais produtores de alimentos, podem contribuir sobremaneira no alcance da soberania alimentar e nutricional (CARVALHO, 2014; FERNANDES, 2014; GOMES; GOMES JR., 2014; LEÓN, 2015; MATTEI, 2014a).

Reivindicando o princípio que a alimentação é um direito humano e não mais uma mercadoria, o movimento internacional Via Campesina propõe a noção de **soberania alimentar** como alternativa político-estratégica ao agronegócio e sua matriz socialmente injusta; economicamente inviável; subordinada a grandes corporações (cujo propósito é maximizar seus lucros), insustentável ambientalmente; e cuja produção de alimentos traz graves consequências para a saúde (ALAI, 2016, p. 2, grifo do autor, tradução nossa)⁴².

No entanto, a mídia – sob o controle do capital – procura manipular a opinião pública e transferir o protagonismo na produção de alimentos para o agronegócio, apresentando essa produção como segura e sustentável. A hegemonia do agronegócio engendra mecanismos que desestimulam, dificultam e até impedem os camponeses de industrializarem sua produção, introduz as agroindústrias processadoras e conduz à realidade em que "[...] a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses" (FERNANDES, 2014, p. 46).

As soberanias nacional, alimentar e nutricional apresentam-se como "[...] pontos intrínsecos à questão agrária atual, e [...] constituem fortes argumentos na defesa da necessidade e da atualidade da reforma agrária" (GOMES, GOMES JR., 2014, p. 124) no Brasil. Guiado por racionalidade centrada nas reais necessidades humanas e na preservação ambiental e dos recursos naturais, a produção agroecológica de alimentos diversificados e saudáveis apresenta-se como caminho para uma sociedade com soberania alimentar e nutricional, justa e sustentável.

Especificamente, para a Via Campesina, a soberania alimentar é o direito da população de produzir e consumir comida saudável e culturalmente adequada, produzida através de métodos ecologicamente sustentáveis; o que só é possível quando se fortalece a agricultura camponesa e seus sistemas de produção. Nesse sentido, inclui e extrapola o conceito de segurança alimentar estabelecido pela FAO - que faz referência apenas a disponibilidade e acesso aos alimentos para combater a fome - e o direito a alimentação. Ou seja, não se trata unicamente de produzir uma quantidade de alimentos que permita alimentar o conjunto da população, tal como se define na segurança alimentar, mas contempla também a qualidade dessa produção, quer dizer, definir o que, onde, como e quanto se produz, que são as perguntas a serem respondidas através da construção da soberania alimentar. Por isso, a soberania alimentar incorpora o direito dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias

⁴² “Reivindicando el principio que la alimentación es un derecho humano y no una mercancía más, el movimiento internacional Vía Campesina propone la noción de la soberanía alimentaria como alternativa político-estratégica al agronegocio y su matriz socialmente injusta; económicamente inviable; subordinada a grandes corporaciones (cuyo propósito es el incremento de sus ganancias), insustentable para el medio ambiente; y con una producción de alimentos con graves consecuencias para la salud” (ALAI, 2016, p. 2, grifo do autor)

sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população [...] (ALAI, 2016, p. 2, tradução nossa)⁴³.

O fortalecimento da agricultura camponesa como requisito para alcance da soberania alimentar passa, segundo León (2015), pelo estabelecimento de políticas públicas visando: *a reforma agrária popular e integral*; formação de estoques reguladores; política de preços mínimos; assistência técnica; concessão créditos subsidiados à produção de alimentos; proteção dos direitos camponeses; legislação específica à produção, industrialização e comercialização de alimentos pelos camponeses; educação camponesa; acesso dos camponeses aos mercados institucionais; uso de insumos naturais; transição à produção agroecológica, apoio a processos de cooperação e reconhecimento do modo camponês de fazer agricultura. A realização da reforma agrária popular e integral encabeça o rol dessas políticas públicas e seus pilares são: democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, organização e priorização da produção de alimentos, desenvolvimento de nova matriz tecnológica de produção e distribuição da riqueza na agricultura, industrialização e política agrícola, educação e luta (SANTOS, 2015).

A Reforma Agrária Integral e Popular é uma concepção de Reforma Agrária que interessa não só aos camponeses mas também ao conjunto da classe trabalhadora, especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nos grandes centros urbanos [...]. Esta proposta de Reforma Agrária e Popular requer amplas medidas, que vão além da distribuição da terra e sintetizam [...] um novo modelo de agricultura, centrado nas necessidades das pessoas (SANTOS, 2015, p. 6, tradução nossa)⁴⁴.

O duplo desafio a ser enfrentado para alcançar a soberania alimentar no Brasil envolve a resistência e enfrentamento da concentração fundiária e "[...] do controle oligopolista da oferta e comercialização de alimentos" (CARVALHO, 2014, p. 89). Segundo Castro (1955, p. 43), "o problema da fome mundial não é [...] um problema de limitação da produção [...]; é antes um problema de distribuição". Ao estabelecer o vínculo entre fome, latifúndio e monocultura,

⁴³ Específicamente, para la Vía Campesina, la soberanía alimentaria es el derecho de la población a producir y consumir comida saludable y culturalmente adecuada, obtenida con métodos ecológicamente sostenibles; lo que solo es posible si se fortalece la agricultura campesina y sus sistemas de producción. En tal sentido, abarca y supera el concepto de seguridad alimentaria planteada por la FAO – que hace referencia sólo a la disponibilidad y acceso a los alimentos para combatir el hambre – y el derecho a la alimentación. Es decir, no se trata únicamente de producir una cantidad de alimentos que permita dar de comer al conjunto de la población, tal como se define la seguridad alimentaria, sino también de contemplar la calidad de esa producción, es decir, definir qué, dónde, cómo y cuánto se produce, que son las preguntas que hay que responder a través de la construcción de la soberanía alimentaria. Por lo mismo, la soberanía alimentaria incorpora el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población [...]" (ALAI, 2016, p. 2).

⁴⁴ "La Reforma Agraria Integral y Popular es una concepción de Reforma Agraria que interesa no sólo a los campesinos sino al conjunto de la clase trabajadora, especialmente a los trabajadores y trabajadoras que viven en los grandes centros urbanos [...]. Esta propuesta de Reforma Agraria y Popular requiere amplias medidas, que van más allá de la distribución de la tierra y sintetizan [...] un nuevo modelo de agricultura, centrado en las necesidades de los pueblos" (SANTOS, 2015, p. 6).

Castro (1955, 1984) permite compreender que o problema transcende a distribuição propriamente dita dos gêneros alimentícios produzidos e envolve diretamente a distribuição da terra que possibilita a produção de alimentos, além do que e quanto de cada cultura nela se produz.

Para Gomes e Gomes Jr. (2014, p. 125), "a reforma agrária permanece, na atualidade, como peça essencial no complexo jogo da questão social e agrária do nosso país". É por essa razão que a política de reforma agrária necessita extrapolar as ações de desapropriação e assentamento – paliativas e que não desconcentram a propriedade da terra –, avançando para tornar-se política efetiva de desenvolvimento do país, combate à pobreza e às desigualdades, que promova a emancipação dos sujeitos sociais do campo (MATTEI, 2014a).

O fortalecimento dos mercados locais, mediante produção prioritariamente voltada ao atendimento de necessidades também locais, e o desenvolvimento de mentalidade que privilegie o consumo desses gêneros em detrimento dos produzidos externamente, é um dos caminhos no enfrentamento ao controle oligopolista dos alimentos. Além disso, o fomento e suporte a atividades de economia solidária possibilitarão, de forma gradativa, a ruptura desse controle. A integração entre esses mercados e a criação de redes de iniciativas solidárias, guiadas por mentalidade que privilegie aquisições no âmbito dessas redes, possibilitará a comercialização do excedente ou a aquisição de gêneros exóticos sob a perspectiva da localidade (MANCE, 1999).

Algumas características colocam o setor sucroenergético na contramão desse pensamento. Primeiro porque é focado e dirigido pelo mercado externo; mesmo quando as condições externas não o favorecem e parte da produção é destinada ao mercado interno, suas mercadorias, em especial o etanol, serão deslocadas rumo a outras localidades para posteriormente retornarem, o que eleva o custo para os consumidores locais. O setor sucroenergético, por necessitar de grandes áreas para o monocultivo da cana-de-açúcar e buscar o monopólio sobre as melhores e mais bem localizadas terras – característica comum do agronegócio –, é altamente prejudicial ao sistema policultural característico da agricultura em pequena escala, em especial àquelas voltadas a produção de alimentos.

Sem pretender esgotar o rol dessas características prejudiciais à agricultura em pequena escala, pelos seus impactos ambientais, na produção e à saúde humana, é imperativo citar a utilização intensiva de água e insumos químicos – fertilizantes e pesticidas – pelo agronegócio. No contato com a base empírica da pesquisa buscou-se identificar como essas características são percebidas pelos sujeitos e a importância por eles atribuída. A identificação da presença de

políticas públicas que favorecessem a criação e fortalecimento de iniciativas solidárias, o processamento – quando necessário –, e o acesso aos mercados local e regional estiveram entre as preocupações da pesquisa.

3.3. Conjuntura social e evolução econômica da região de estudo

Esta seção é destinada a apresentação e análise de alguns indicadores na tentativa de apreender a dinâmica econômica e a conjuntura social da região de estudo. É preciso atentar para o fato de que a conjuntura econômica e social na escala micro é fortemente influenciada pelos acontecimentos na escala macro. O Brasil possui dimensão continental, é marcado por abissais desigualdades e frequentemente sacudido por instabilidades econômicas e políticas.

No início do século XXI o país era governado por políticos ligados a partidos de esquerda, com uma agenda mais progressista e que representa grande parte do período aqui analisado. No entanto, a partir de 2014 o país teve sua estabilidade comprometida por uma crise econômica e política, passou pelo impeachment da então presidente e tem início uma guinada que culminará com a ascensão ao poder por um grupo de extrema direita, com uma agenda marcada pela austeridade e pelos cortes nos gastos públicos, em especial daqueles relacionados a serviços públicos como saúde, educação.

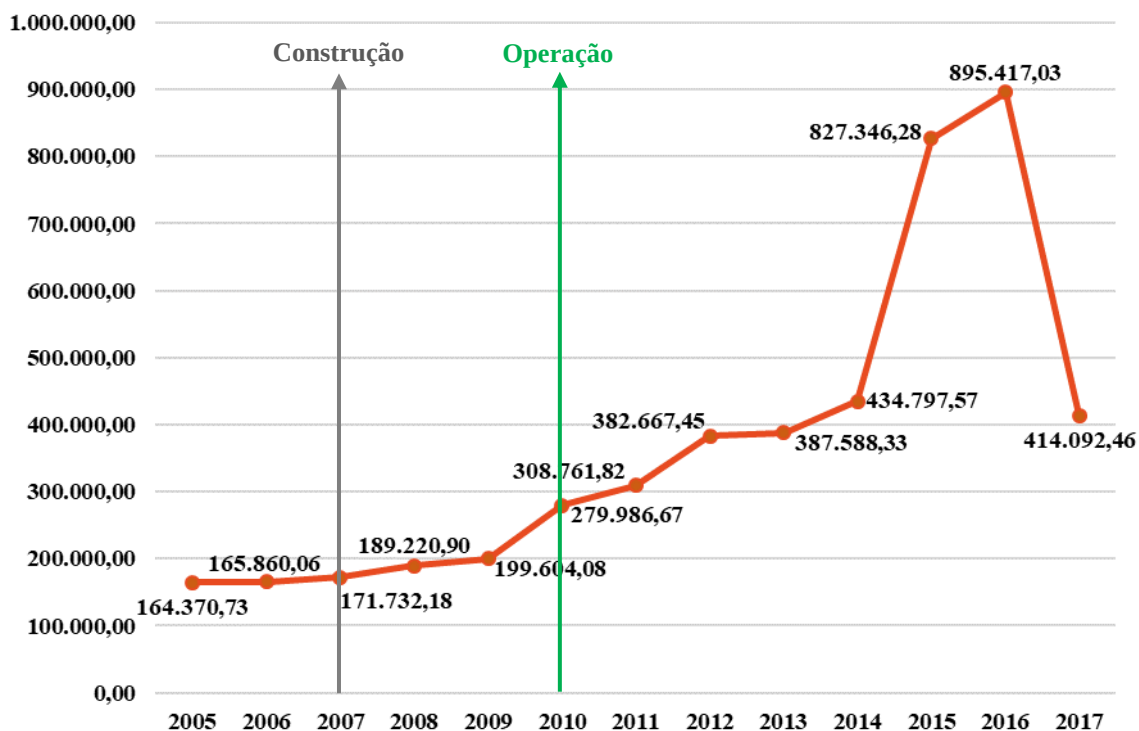
A instabilidade econômica, política e social, que dura até hoje, vai deixar marcas na conjuntura econômica e social da escala macro, o que tende a afetar todos os entes subnacionais. Como elemento metodológico para tentar isolar e compreender se e como tais oscilações influenciaram os municípios estudados, optou-se por levantar, analisar e comparar informações referentes a alguns dos mesmos indicadores para o conjunto dos municípios da região e em que não há presença de unidade industrial sucroenergética.

3.3.1. Análise de alguns indicadores econômicos

A análise de alguns indicadores econômicos dos municípios de Mirante do Paranapanema e de Nanduba é importante primeiramente para identificar o desempenho precedente a instalação das unidades sucroenergéticas e como esses indicadores se comportaram durante o período de construção e após a entrada em operação dessas unidades. Para que sejam passíveis de comparação, todos os valores apresentados foram atualizados (inflacionados) para dezembro de 2017 utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os Gráficos 1 e 2 retratam o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, respectivamente, no período compreendido entre 2005 e 2017.

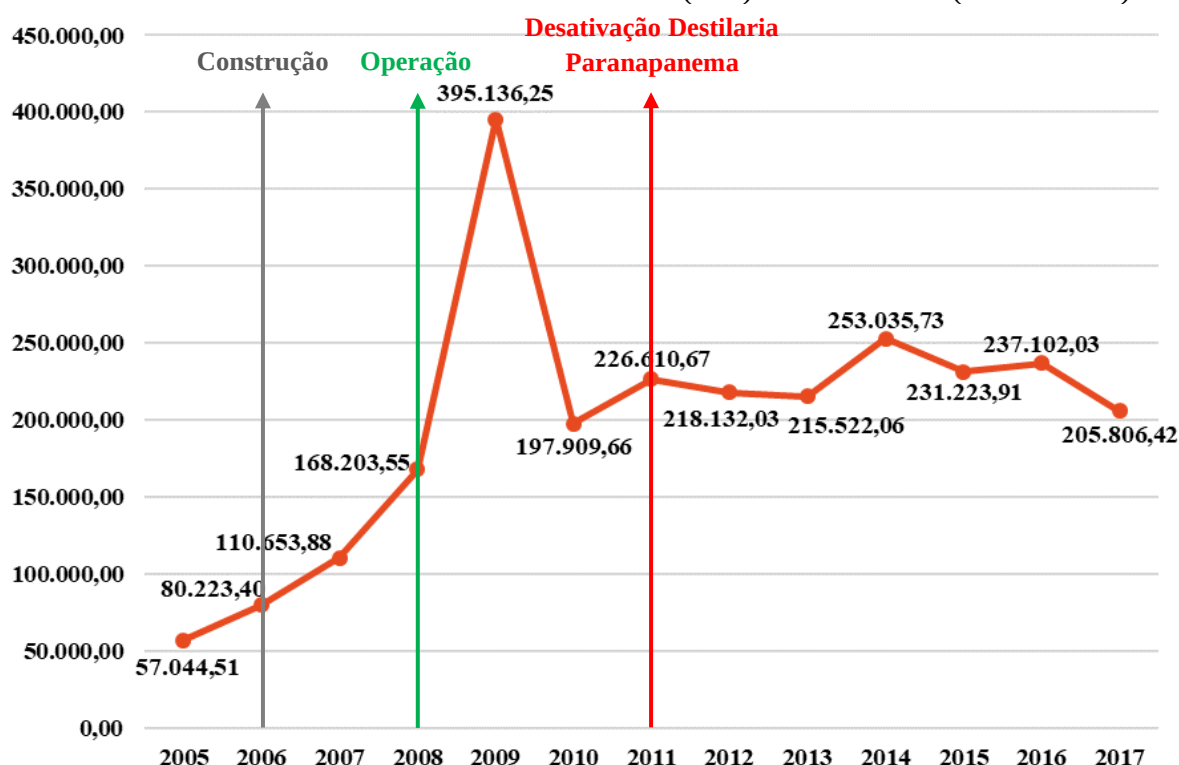
GRÁFICO 1: Mirante do Paranapanema – Produto Interno Bruto (PIB) – 2005 a 2017 (em mil reais).



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O Gráfico 1 permite observar que em Mirante do Paranapanema o ritmo na evolução do PIB é lento até 2009. Com a entrada em operação da Usina Conquista do Pontal é possível observar o aumento no ritmo do crescimento econômico representado por este indicador – 40,27% já em 2010. Apesar do desempenho apresentado nos anos de 2010 e 2012 ser consideravelmente superior ao dos anos anteriores, é no ano de 2015 que o PIB de Mirante do Paranapanema apresentou recorde na evolução de um ano para outro, no período analisado (90,28%). Do ano de 2015 para 2016 há a desaceleração no ritmo de crescimento seguido de brusca queda em 2017.

GRÁFICO 2: Narandiba – Produto Interno Bruto (PIB) – 2005 a 2017 (em mil reais).



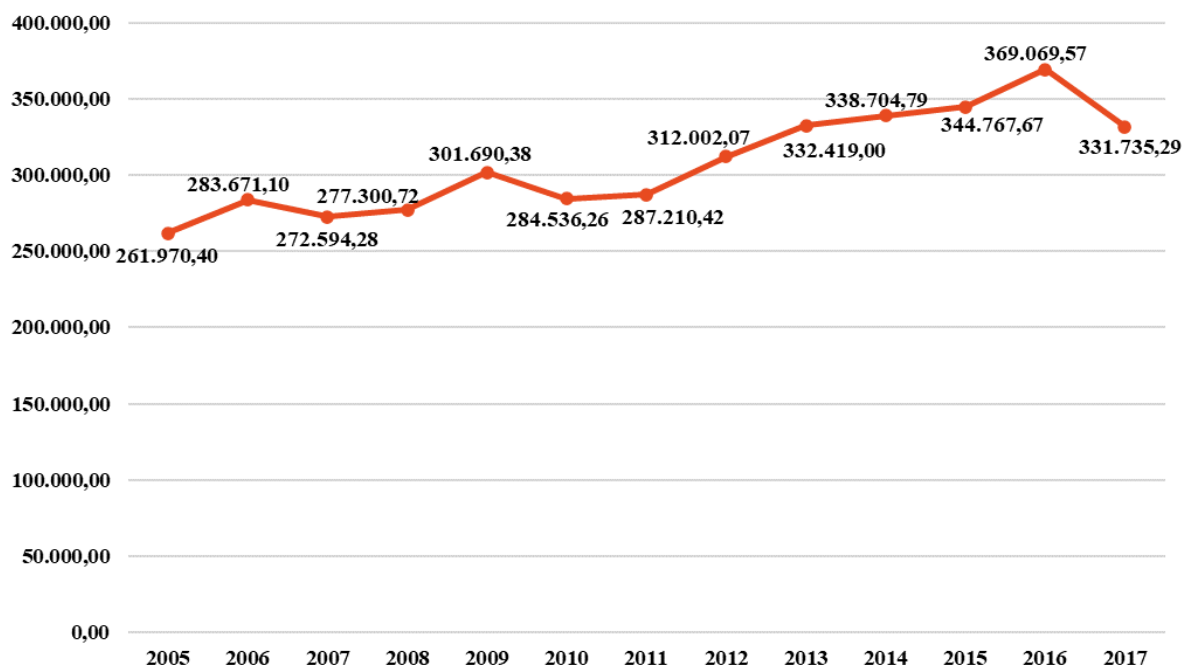
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O Gráfico 3 por sua vez retrata o comportamento médio do mesmo indicador para a Região de Governo de Presidente Prudente, considerados apenas os municípios sem histórico de presença de unidades industriais sucroenergéticas – 22 municípios do total de 31. Não são considerados os municípios de Marabá Paulista (Usina Decasa, 1980 a 2012/2013), Martinópolis (Usina Atena – desde 2005), Mirante do Paranapanema (Usina Conquista do Pontal – desde 2010), Narandiba (Destilaria Paranapanema – 1982 a 2011 – e Usina Cocal II – desde 2008), Presidente Prudente (maior cidade da região, Usina Alto Alegre – desde 1982), Regente Feijó (Destilaria Santa Fany – 1981 a 2011), Sandovalina (Umoe Bioenergy – desde 2006), Santo Anastácio (Usina Alvorada do Oeste – 1979 a 2012) e Teodoro Sampaio (Destilaria Alcídia – 1974 a 2015). Tal procedimento foi aplicado a todos os gráficos e dados da Região de Governo de Presidente Prudente.

Até 2009 o PIB mirantense apresentava comportamento estatístico semelhante ao da Região de Governo de Presidente Prudente (Gráfico 3). É importante considerar que em 2015 tem início a desativação da Usina Alcídia, localizada em Teodoro Sampaio, e a transferência do processamento realizado por essa unidade para a Usina Conquista do Pontal, ambas da Odebrecht Agroindustrial, atual Atvos, localizada em Mirante do Paranapanema. A Tabela 3

resumo informações relativas ao processamento e produção das usinas Alcídia e Conquista do Pontal nas safras de 2010/2011 a 2014/2015.

GRÁFICO 3: Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Produto Interno Bruto (PIB) médio – 2005 a 2017 (em mil reais).



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

TABELA 3: Usinas Alcídia e Conquista do Pontal – Quantidades processadas e produzidas – Safras 2010/2011 a 2014/2015.

	Usina Alcídia					Usina Conquista do Pontal				
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Moagem (mil t)	1.482	1.673	1.932	1.894	1.925	1.052	1.581	2.831	3.689	3.500
Etanol (m³)	87.898	88.098	96.892	92.725	80.954	132.573	134.545	113.517	100.340	124.678
Energia (GWh)	-	141	156	145	104	157	177	257	358	220
Açúcar VHP (t)	64.758	84.218	89.552	92.253	98.372	-	-	167.455	308.366	260.466

Fonte: Atvos – Organizado pelo autor.

Infelizmente os relatórios das safras posteriores a 2014/2015 passaram a apresentar os dados consolidados para todo o conglomerado de empresas da Atvos, pois é justamente na safra seguinte – 2015/2016 – que vai acontecer a desativação da Usina Alcídia e a transferência de seu processamento para a Usina Conquista do Pontal. A se considerar os dados da safra 2014/2015, a Usina Conquista do Pontal teria acréscimo estimado de 55% no volume de cana processada, 65% na produção de etanol e 38% de açúcar, além de 47% na geração de energia. **Isso pode explicar a súbita elevação ocorrida em 2015 no PIB de Mirante do Paranapanema que, apesar do ritmo menor, prossegue em 2016.**

No entanto, o PIB do município despenca em 2017 e regride a valor próximo daqueles vigentes no período de 2012 a 2014. Não se pode deixar de recordar que o grupo empresarial

Odebrecht, ao qual a Usina Conquista do Pontal pertencia, foi alvo da Operação Lava Jato, o que resultou em grande desgaste para a imagem do grupo, além das consequências de cunho econômico e financeiro, o que levou a troca de seus controladores e pode ter contribuído para a queda no desempenho. Também neste período houve agravamento da crise econômica no país. Essa queda, apesar de maior, acompanha a tendência observada no município de Narandiba (Gráfico 2) e nos municípios da Região de Governo de Presidente Prudente (Gráfico 3), o que indica que a queda está relacionada com aspecto mais geral da economia. Apesar disso, o ano de 2017 fecha com PIB 151,93% maior que aquele atingido em 2005.

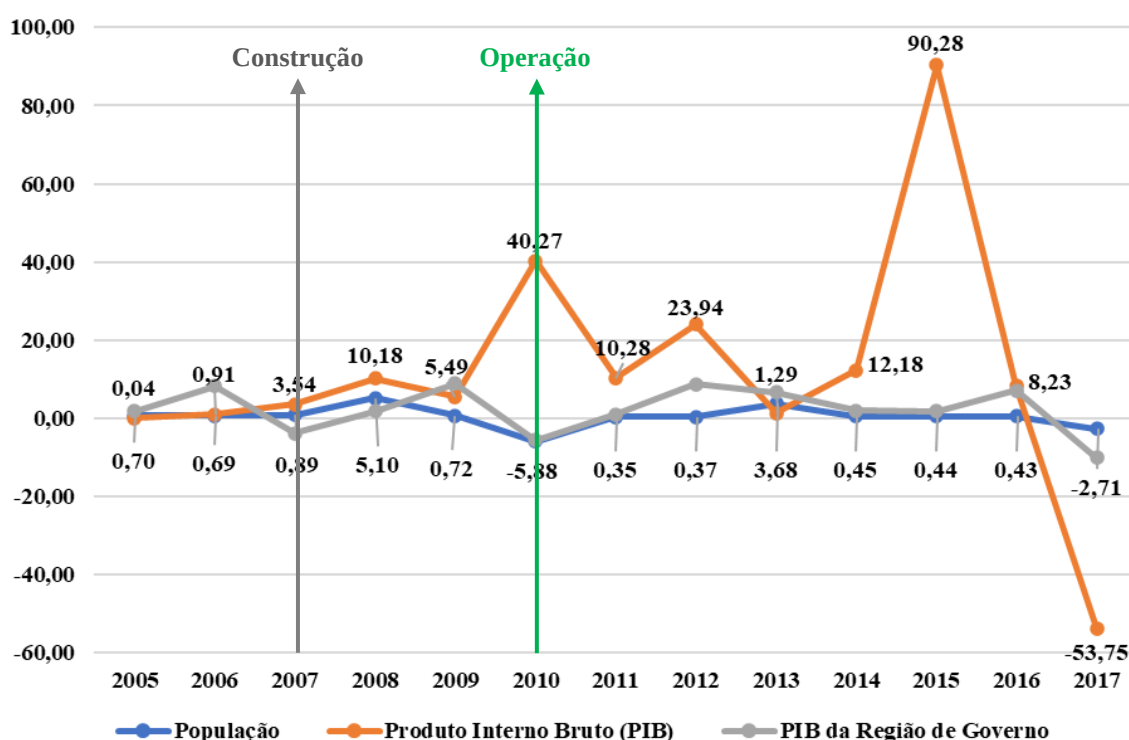
Na série histórica analisada, o ritmo de crescimento do PIB no município de Narandiba foi bem mais acelerado já no princípio, como demonstra a Gráfico 2, diferente do que pode ser observado no município de Mirante do Paranapanema (Gráfico 1) e na Região de Governo de Presidente Prudente (Gráfico 3). No entanto é no biênio 2008/2009, com a entrada em operação da Usina Cocal, que esse crescimento se intensifica e atinge seu auge em 2009 (134,98%). No ano seguinte o indicador despencou e, a partir de então, passa a apresentar desempenho bastante instável, fechando 2017 com números relativamente próximos do que apresentou em 2010. A razão dessa queda pode estar relacionada, dentre outros fatores, a transferência gradativa para Sandovalina do processamento realizado pela unidade da Umoa Bioenergy até então existente em Narandiba, o que culminou com a completa desativação dessa unidade em 2012. Apesar da instabilidade apresentada, o PIB atingido em 2017 por Narandiba é 260,78% maior do que o auferido em 2005, início do período em análise.

Comparativamente, tomando-se por base apenas o desempenho do PIB municipal no período, o crescimento econômico obtido por Narandiba (em média 16,77% ao ano) foi mais intenso do que o de Mirante do Paranapanema (em média 11,76% ao ano). Isso pode estar relacionado às especificidades municipais, vez que Narandiba possui comércio incipiente e maior dependência com relação à usina, ao passo que Mirante do Paranapanema, com comércio mais pujante e forte presença de assentamentos de reforma agrária, é menos dependente do setor sucroenergético. De 2005 para 2017, a Região de Governo de Presidente Prudente apresentou crescimento econômico de 26,63% – média de 2,14% ao ano –, resultado muito diferente daquele apresentado por Mirante do Paranapanema e Narandiba.

Os Gráficos 4 e 5 retratam os índices referentes à variação do PIB e crescimento populacional nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, respectivamente. Em ambos a linha cinza representa o PIB médio da Região de Governo de Presidente Prudente, desconsiderados os municípios com histórico de presença do setor sucroenergético. No período

analisado, a cada ano, em média o PIB de Mirante do Paranapanema oscilou positivamente 11,76% e o de Narandiba 16,77%, ao passo que a população cresceu anualmente, em média, 0,40% em Mirante do Paranapanema e 1,13% em Narandiba. Considerando a perspectiva de Furtado (1980), no geral o período foi favorável à acumulação de capital – condição para o desenvolvimento econômico –, vez que o resultado do PIB foi superior ao crescimento populacional.

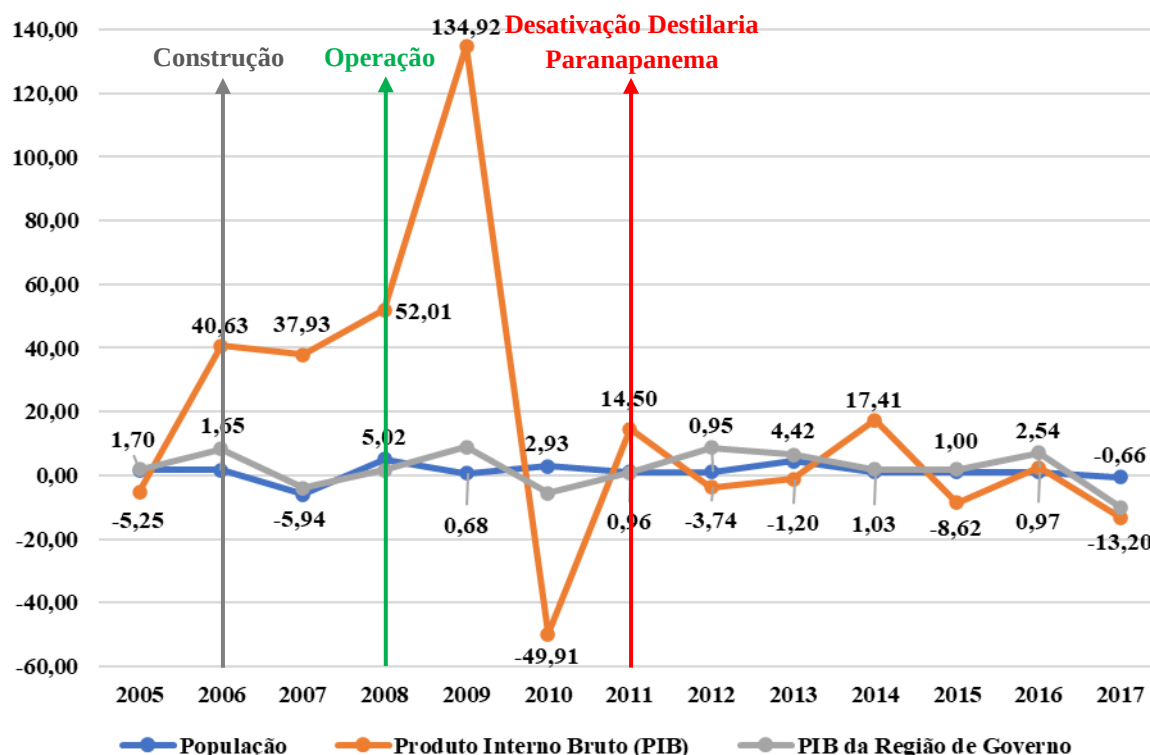
GRÁFICO 4: Mirante do Paranapanema – Variação do PIB e crescimento populacional – 2005 a 2017 (em %).



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Especificamente no caso de Mirante do Paranapanema (Gráfico 4), o comportamento do PIB não apresenta grandes oscilações até 2007 – ano de início da construção da Usina Conquista do Pontal –, passando a partir daí, ainda que com resultados positivos, a apresentar sucessivos picos e vales no comportamento estatístico da série histórica. No entanto, nos anos de 2005 e 2013 o índice de crescimento econômico foi levemente inferior ao crescimento populacional e em 2017 o PIB retrocedeu e atingiu patamares próximos daqueles auferidos de 2012 a 2014.

GRÁFICO 5: Narandiba – Variação do PIB e crescimento populacional – 2005 a 2017 (em %).



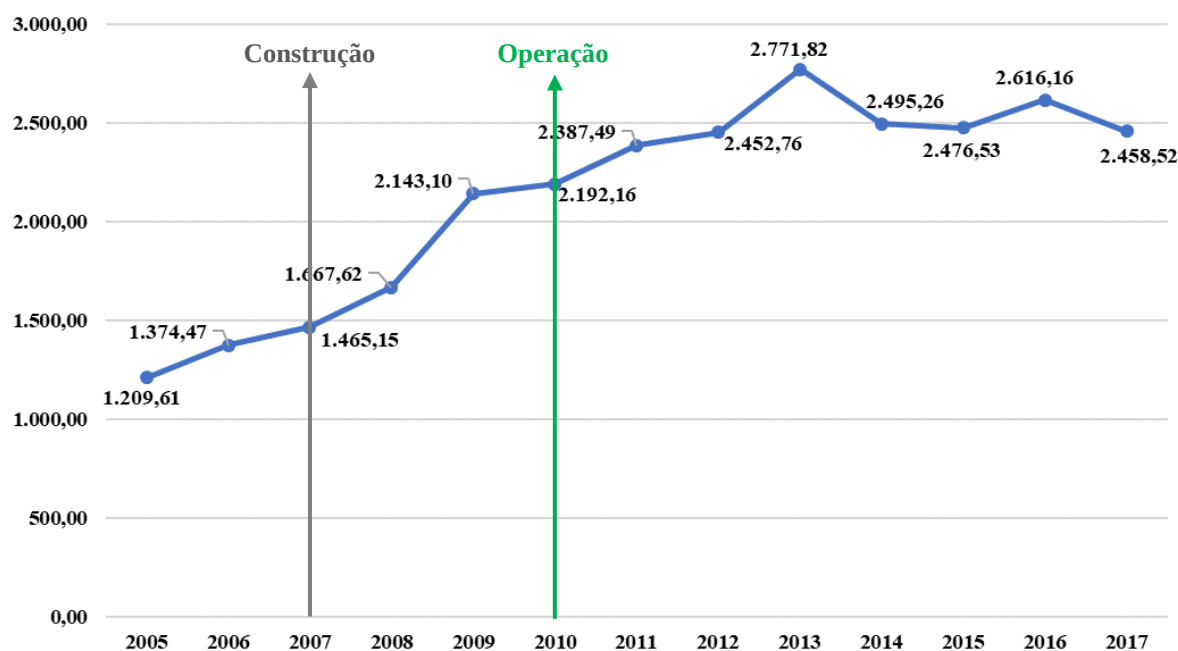
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O comportamento desse mesmo indicador no município de Narandiba (Gráfico 5) apresenta resultados muito favoráveis à acumulação no período de 2006 a 2009, seguido de grande recuo em 2010. A partir de então o desempenho passa a apresentar grande instabilidade, como anos, sucessivos ou não, em que o desempenho do PIB fica aquém do crescimento populacional, ou seja, períodos em que a acumulação, se houve, não foi suficiente sequer “[...] para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho [...]” (FURTADO, 1980, p. 10). Em comum os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba apresentam crescimento populacional relativamente estável em todo o período e PIB fortemente influenciado pelas crises que comumente sacodem o setor sucroenergético.

O desempenho do PIB médio regional apresenta comportamento semelhante a evolução populacional dos municípios estudados. Ou seja, não há sinais de que o crescimento econômico provocado pela construção e entrada em operação das usinas, ou as constantes crises que frequentemente sacodem o setor, tenham capacidade para impactar significativamente os demais municípios. Em outras palavras, trata-se, na realidade, de crescimento para fora, com pouca capacidade para retenção da riqueza gerada, um modelo de desenvolvimento que não se demonstra capaz de alterar a realidade regional de estagnação e pobreza, embora tenha fortes impactos nos municípios que recebem as plantas industriais.

Um outro indicador considerado neste trabalho para tentar apreender se e como esse comportamento do PIB refletiu sobre os ganhos auferidos pela classe trabalhadora é o rendimento médio total dos empregos formais. O ponto de partida será a análise do rendimento médio total da população economicamente ativa nos municípios estudados e na região, através dos dados apresentados separadamente nos Gráficos 6, 7 e 8, e sumariados pela Tabela 4.

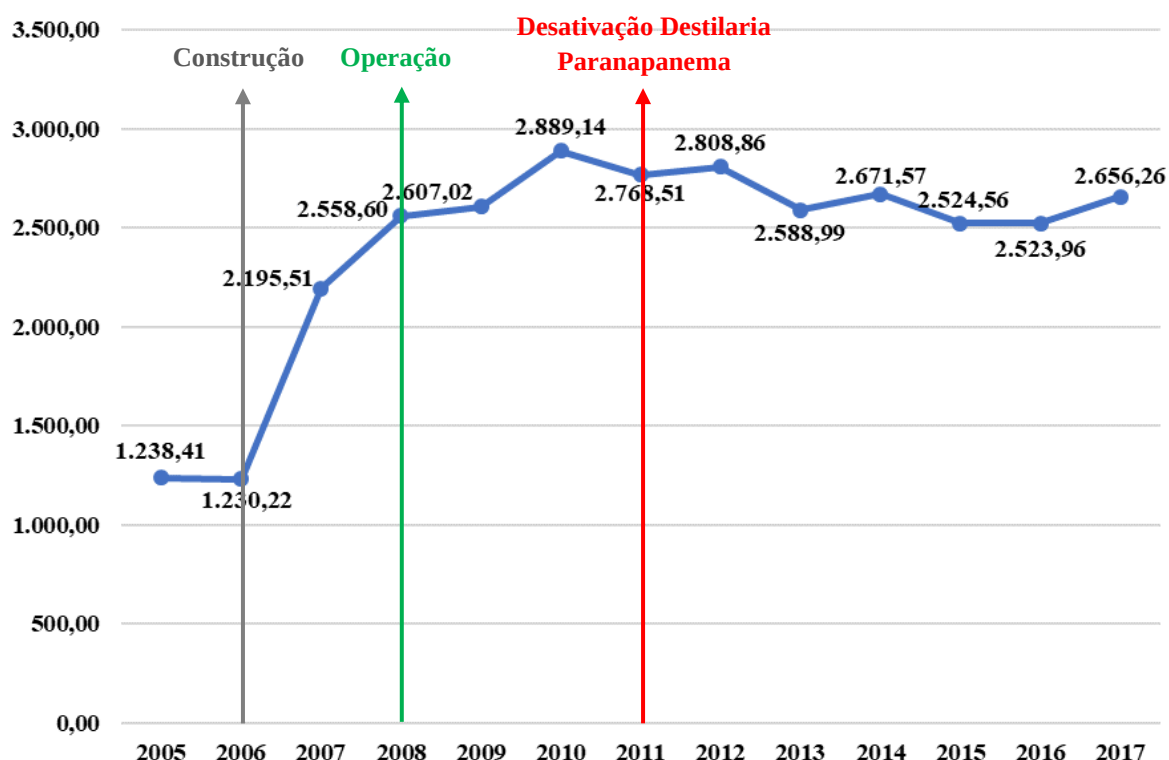
GRÁFICO 6: Mirante do Paranapanema – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: SEADE – Organizado pelo autor.

Como demonstra o Gráfico 6, em Mirante do Paranapanema a curva de tendência à elevação no rendimento médio vai até atingir o ápice em 2013 – a maior evolução ocorre de 2008 para 2009 (28,51%), na reta final do período de construção da usina –, vindo em seguida a retroagir e, apesar das oscilações, apresentar tendência a estabilização, vez que o rendimento médio total auferido em 2017 é praticamente idêntico àquele obtido em 2012. Já em Narandiba, a tendência evolutiva apresentada pelo rendimento médio tem repentino e grande salto de 2006 para 2007 (78,47%) – também durante o período de construção da usina –, tendência esta que, apesar da menor intensidade, vai persistir até 2010, momento em que, apesar do viés de baixa, passa a apresentar relativa tendência a estabilização (Gráfico 7).

GRÁFICO 7: Narandiba – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: SEADE – Organizado pelo autor.

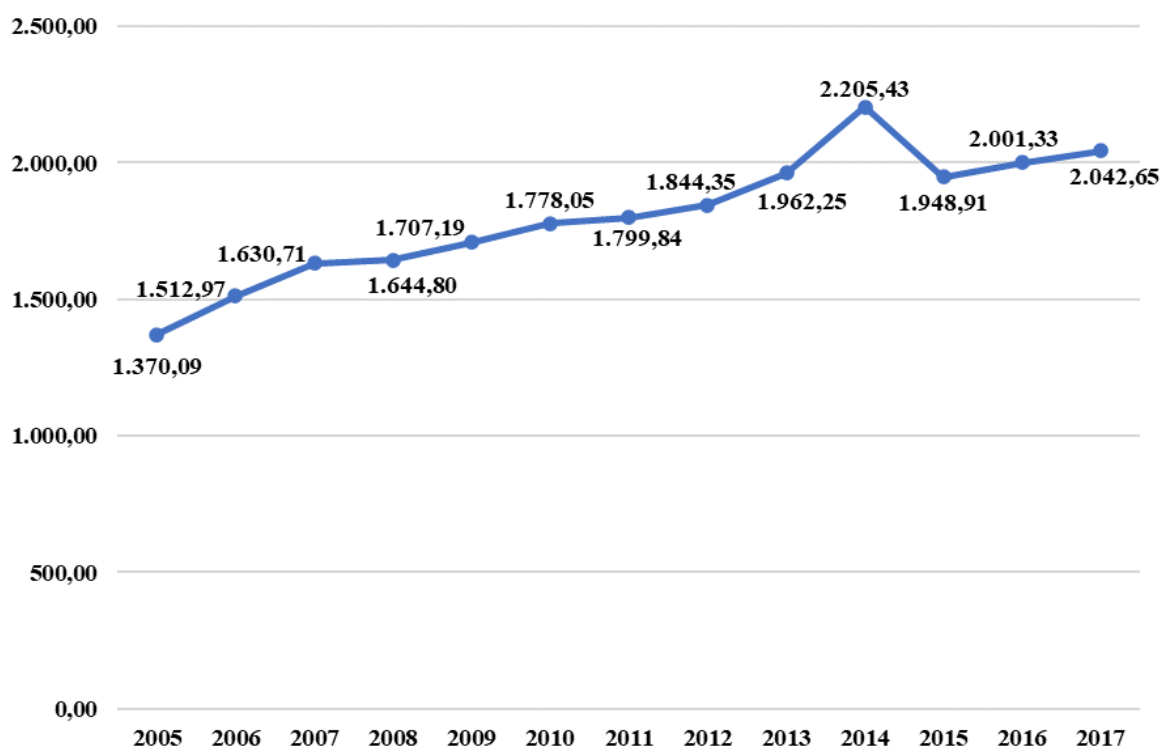
Apesar dos distintos comportamentos estatísticos, o rendimento médio total apresenta resultado semelhante em ambos os municípios. É relevante observar que o rendimento médio total dos empregos formais em 2017 é muito próximo daquele auferido em 2012 no caso de Mirante do Paranapanema, e 2009 no caso de Narandiba. Cumpre aqui recordar o preconizado Furtado (1961, p. 25), de que o desenvolvimento dificilmente é alcançado “[...] sem elevação da renda real *per capita*”.

Comparando-se os rendimentos médios de 2005 e 2017, em Mirante do Paranapanema houve evolução de 103,25% (média de 6,86% ao ano) e em Narandiba de 114,49% (média de 6,94% ao ano). Considerados os demais municípios onde não há presença – atual ou histórica – de usina sucroenergética (Gráfico 8), observa-se curva estatística ascendente com certa regularidade, à exceção do ano de 2014. Nesses municípios o rendimento médio total dos empregos formais cresceu 49,09% de 2005 para 2017 (média anual de 3,66%) e situa-se abaixo dos rendimentos médios auferidos pelos trabalhadores de Mirante do Paranapanema e Narandiba.

A Tabela 4 possibilita melhor comparação entre os municípios e destes para com a realidade dos demais municípios da Região de Governo de Presidente Prudente onde não há histórico da presença, presente ou passada, de usina. Como pode ser observado, tanto em

Mirante do Paranapanema quanto em Narandiba, até o ano em que tem início a construção das usinas, o rendimento médio total dos empregos formais está abaixo daquele vigente na região. No entanto, já no ano seguinte ao início da construção, esses rendimentos elevam-se nesses municípios e ultrapassam àquele encontrado na região, situação que permanece até o final da série histórica analisada.

GRÁFICO 8: Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: SEADE – Organizado pelo autor.

TABELA 4: Mirante do Paranapanema, Narandiba e Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Dados consolidados sobre o rendimento médio total – 2005 a 2017 (em reais).

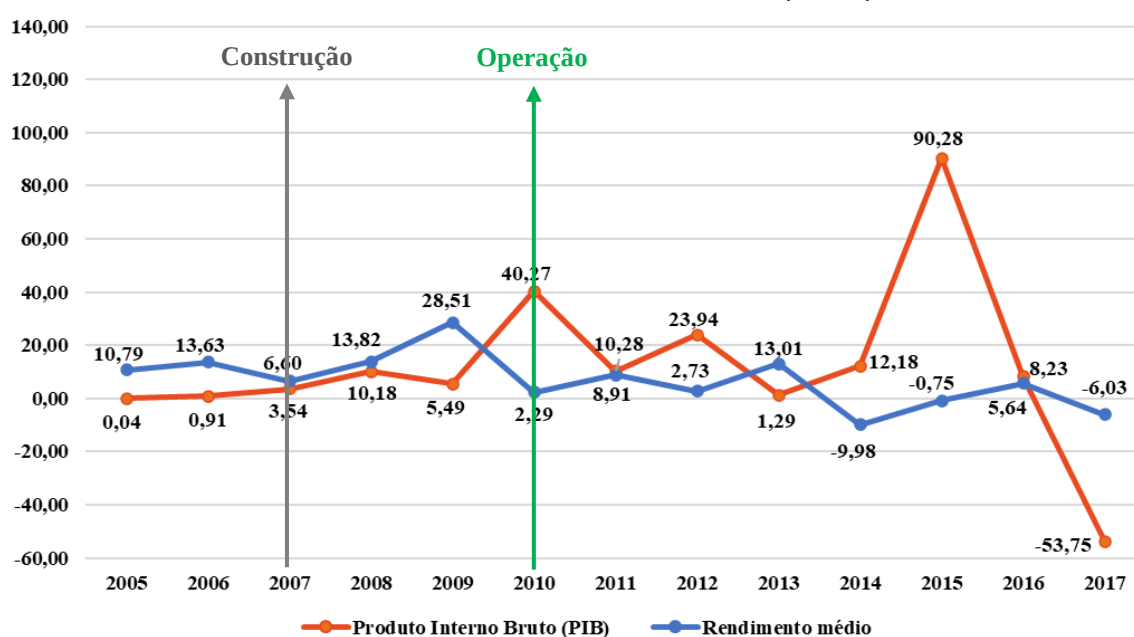
Ano	Mirante do Paranapanema	Narandiba	Região de Governo de Presidente Prudente
2005	1.209,61	1.238,41	1.370,09
2006	1.374,47	1.230,22	1.512,97
2007	1.465,15	2.195,51	1.630,71
2008	1.667,62	2.558,60	1.644,80
2009	2.143,10	2.607,02	1.707,19
2010	2.192,16	2.889,14	1.778,05
2011	2.387,49	2.768,51	1.799,84
2012	2.452,76	2.808,86	1.844,35
2013	2.771,82	2.588,99	1.962,25
2014	2.495,26	2.671,57	2.205,43
2015	2.476,53	2.524,56	1.948,91
2016	2.616,16	2.523,96	2.001,33
2017	2.458,52	2.656,26	2.042,65

Fonte: SEADE – Organizado pelo autor.

Objetivando verificar se a evolução na renda acompanha o crescimento econômico demonstrado pelo PIB, são apresentados nos Gráficos 9, 10 e 11 o comportamento estatístico destes dois indicadores para os municípios em questão e para a região. Como pode ser observado através do Gráfico 9, até 2009 o crescimento da renda em Mirante do Paranapanema apresenta desempenho ligeiramente superior ao do PIB, voltando a superá-lo novamente somente nos anos de 2013 e 2017. Ou seja, com a entrada em operação, a Usina Conquista do Pontal influenciou a elevação do PIB (151,93% no período, média de 11,76% ao ano) mas não foi capaz de elevar o rendimento médio dos trabalhadores na mesma proporção (103,25% no período, média de 6,86% ao ano), embora esteja acima da média dos municípios da Região de Governo de Presidente Prudente – desconsiderados os municípios com presença de usina –, que é de 49,09% (média de 3,66% ao ano).

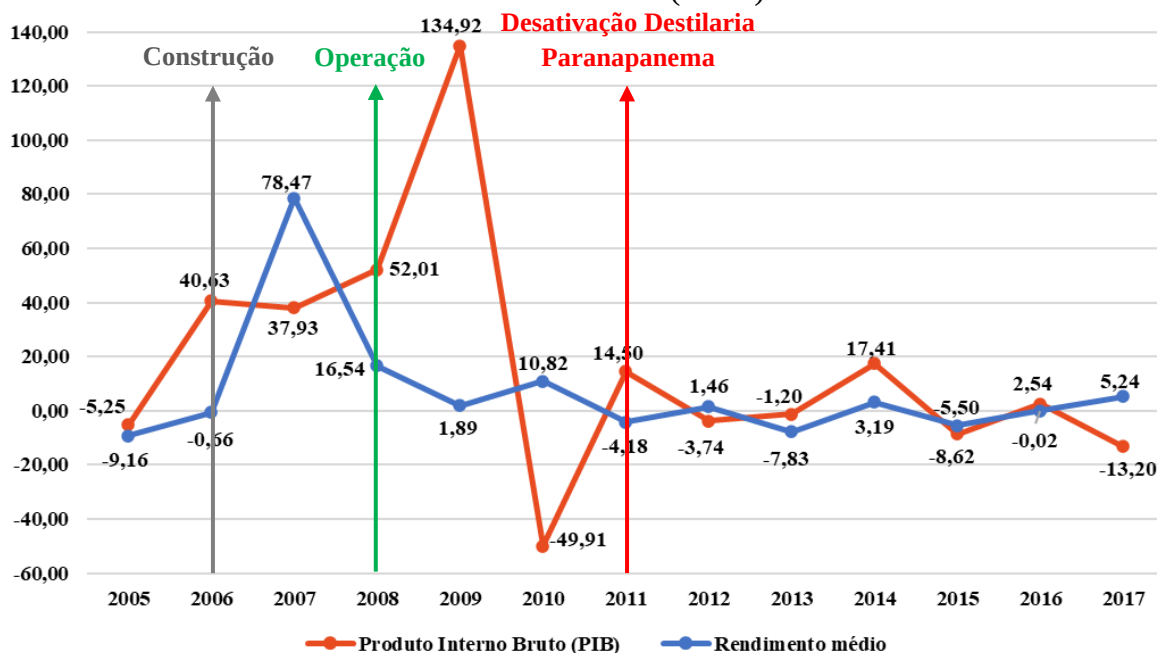
Em Narandiba (Gráfico 10) os comportamentos desses dois indicadores partem de desempenhos negativos em 2005 e apresentam desempenhos diferentes daqueles identificados em Mirante do Paranapanema. O PIB experimenta dois momentos de grande expansão (2006 e 2009) seguidos de enorme queda em 2010 e a retomada em 2011, vindo a partir de então, apesar das oscilações e do viés de baixa, a apresentar relativa estabilização. O rendimento médio por sua vez apresentou grande evolução em 2007, mas já a partir de 2008 seu ritmo de expansão passa a perder fôlego e, quando não há decréscimo, apresentar-se adstrito aos limites da reposição de perdas inflacionárias.

GRÁFICO 9: Mirante do Paranapanema – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %).



Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

GRÁFICO 10: Narendiba – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %).



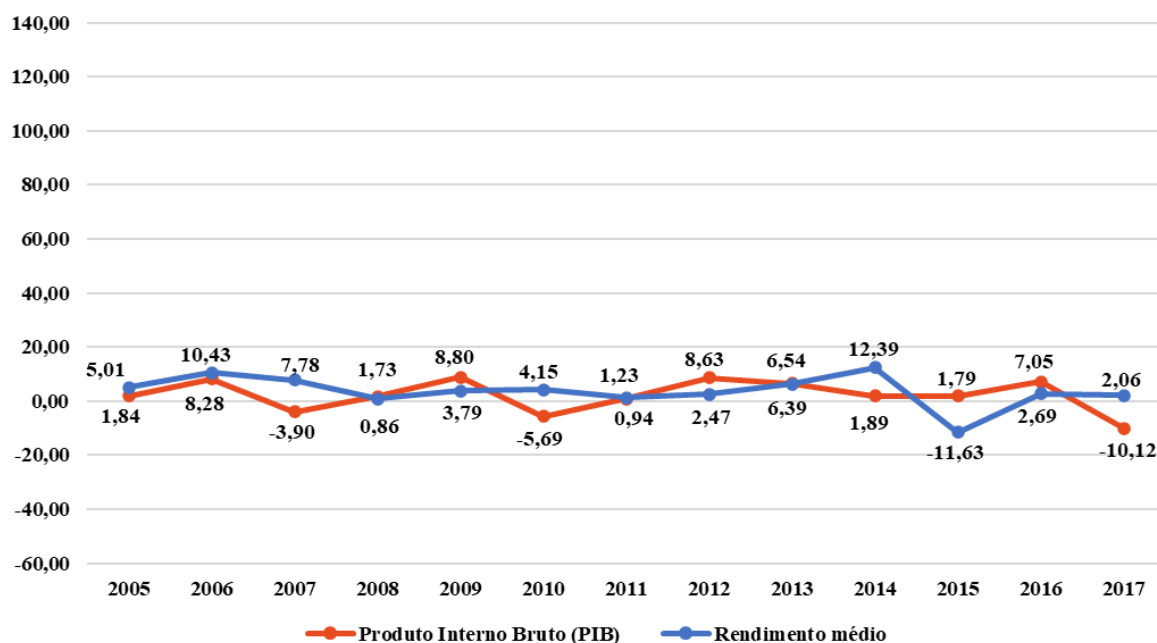
Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

A implantação da Usina Cocal em Narendiba fez o PIB crescer 260,78% de 2005 para 2017 – em média 16,77% ao ano –, impacto este bem superior àquele aferido em Mirante do Paranapanema. Em que pese o rendimento médio total dos empregos formais tenha crescido significativamente ali no mesmo período – 114,49%, média anual de 6,94% –, esse crescimento é bem menor e representa menos da metade do desempenho apresentado pelo PIB. Comparativamente, o impacto no PIB desses municípios foi bem diferente, mas quando se olha para o impacto sobre os rendimentos médios totais observa-se que são bastante próximos. Em ambos os municípios a riqueza total produzida não conduziu à elevação dos rendimentos na mesma proporção, o que, associado ao crescimento populacional reduzido, favorece a concentração de renda. Em comum, ambos os municípios demonstram que o impacto da implantação das usinas sucroenergéticas sobre os rendimentos médios se dá no momento da implantação, vindo depois a ajustar-se aos padrões vigentes, mais elevados do que antes da implantação da usina.

Em termos regionais o que se observa é a relativa similaridade entre o comportamento estatístico demonstrado pela evolução de ambos os indicadores, como pode ser observado através do Gráfico 11. No período em análise (2005 a 2017) o PIB regional cresceu 26,63% (média anual de 2,14%) e o rendimento médio total dos empregos formais cresceu 49,09% (anualmente em média 3,66%). Não há sinais evidentes de que a implantação das usinas sucroenergéticas Conquista do Pontal – em Mirante do Paranapanema – e Cocal – em Narendiba

– tenha gerado externalidades positivas e contribuído para aumentar o dinamismo regional, mas apenas local. Pelo contrário, o que se observa é a persistência do quadro atual de estagnação.

GRÁFICO 11: Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Oscilação do Produto Interno Bruto (PIB) e do rendimento médio total – 2005 a 2017 (em %).



Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

Na busca por melhor compreender a dinâmica desses indicadores, bem como a influência da implantação da usina sobre eles, serão apresentadas duas tabelas que sumarizam esses indicadores em três momentos: antes da construção da usina, durante a construção e após a entrada em operação. Nesse momento é ampliado o período de análise – o ponto de partida passa a ser o ano 2000 e não mais 2005 –, na tentativa de captar melhor o comportamento dos indicadores. A Tabela 5 resume os dados referentes ao período que antecede a construção da Usina Conquista do Pontal em Mirante do Paranapanema (2000 a 2006), durante a construção (2007 a 2009) e após a entrada em operação (2010 a 2017).

TABELA 5: Mirante do Paranapanema – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio no município – 2000 a 2017.

Indicador	Período		
	2000 a 2006	2007 a 2009	2010 a 2017
Produto Interno Bruto (PIB)	0,93% aa	6,40% aa	16,59% aa
Rendimento médio total	3,39% aa	16,31% aa	1,98% aa

Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

No período 2010 a 2017, o PIB do município de Mirante do Paranapanema foi fortemente impactado pela entrada em operação da Usina Conquista do Pontal e cresceu

anualmente, em média, 16,59%, enquanto o rendimento médio total dos empregos formais cresceu apenas 1,98%, o que sinaliza no sentido da concentração de renda e acirramento nas desigualdades econômicas e sociais. Ao se considerar as informações constantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 31 de dezembro de 2017, o número de empregos formais na indústria de transformação – o que inclui o setor sucroenergético – representa 46,9% dos 3.633 empregos formais em Mirante do Paranapanema. No entanto, é preciso ter em conta que a importância relativa da Usina Conquista do Pontal na indústria de transformação deste município é diferente daquela de Narandiba. A seguir, a Tabela 6 sumaria os dados referentes ao período precedente a construção da Usina Cocal em Narandiba (2000 a 2005), durante a construção (2006 a 2007) e após a entrada em operação (2008 a 2017).

TABELA 6: Narandiba – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio no município – 2000 a 2017.

Indicador	Período		
	2000 a 2005	2006 a 2007	2008 a 2017
Produto Interno Bruto (PIB)	-0,87% aa	39,28% aa	14,47% aa
Rendimento médio total	-1,67% aa	38,90% aa	2,16% aa

Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

Como é passível de ser observado através da Tabela 6, diferentemente de Mirante do Paranapanema, sem desprezar os efeitos pós implantação, o grande impacto da usina na elevação do PIB municipal na realidade ocorreu durante a construção. No entanto, ao se considerar que no período 2008 a 2017 o PIB do município de Narandiba cresceu anualmente em média 14,47% e que o rendimento médio total dos empregos formais cresceu apenas 2,16%, é possível depreender que, assim como em Mirante do Paranapanema, houve concentração de renda e alargamento nas desigualdades econômicas e sociais.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 31 de dezembro de 2017, o número de empregos formais na indústria de transformação – o que inclui o setor sucroenergético – representa 38,9% do total de 1.059 empregos formais existentes em Narandiba. Aqui a participação da Usina Cocal no portfólio de empresas da indústria de transformação é muito maior, próximo talvez da totalidade. O que se pode afirmar com certeza é que, em ambos os municípios, de forma e em grau diferentes, a usina como geradora de postos de trabalho é componente importante.

Tanto em Mirante do Paranapanema quanto em Narandiba os efeitos positivos da implantação das usinas sucroenergéticas sobre o PIB municipal são inegáveis. No entanto, ainda que em Narandiba a implantação da usina tenha sido capaz de reverter a realidade até então de rendimentos médios decrescentes, no longo prazo a tendência no comportamento estatístico do

rendimento médio é ajustar-se ao mínimo necessário para subsistência e reprodução da força de trabalho. No período de 2000 a 2017, o PIB de Mirante do Paranapanema cresceu 1,9 vezes mais rápido do que os rendimentos médios totais, ao passo que em Narandiba esse crescimento foi 2,3 vezes intenso, sinalizando que ali o processo de acumulação foi mais acelerado. É importante recordar que o crescimento econômico representado pelo PIB é condição para o desenvolvimento – ainda que insuficiente –, mas este só ocorre quando aquele se distribui quantitativa e qualitativamente entre todos os estratos sociais (BERNSTEIN, 1996; RATTNER, 1999; GIRARDI, 2016; ROSA, 2016).

A Tabela 7 resume o comportamento dos indicadores PIB e rendimento médio total dos empregos formais na Região de Governo de Presidente Prudente, desconsiderados aqueles municípios onde há histórico da presença de usina. Os dados referem-se ao período de 2000 a 2017 e encontram-se segregados em três períodos: antes da chegada das usinas Conquista do Pontal e Cocal (2000 a 2005), durante o período em que alguma delas estava em construção (2006 a 2009) e após a entrada em operação de ambas (2010 a 2017).

TABELA 7: Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Resumo da evolução nos indicadores PIB e rendimento médio – 2000 a 2017.

Indicador	Período		
	2000 a 2005	2006 a 2009	2010 a 2017
Produto Interno Bruto (PIB)	7,12% aa	3,73% aa	1,38% aa
Rendimento médio total	-0,29% aa	5,72% aa	2,47% aa

Fonte: IBGE, SEADE – Organizado pelo autor.

O que se observa é a redução no ritmo do crescimento econômico apresentado pela região em todo o período, segundo números representados pelo PIB. No que se refere ao rendimento médio total dos empregos formais sai-se de um período de retração salarial, que precede a chegada dessas duas usinas na região, para um período de crescimento durante a construção. No entanto, após a entrada em operação dessas usinas o que se observa é a redução no ritmo desse crescimento.

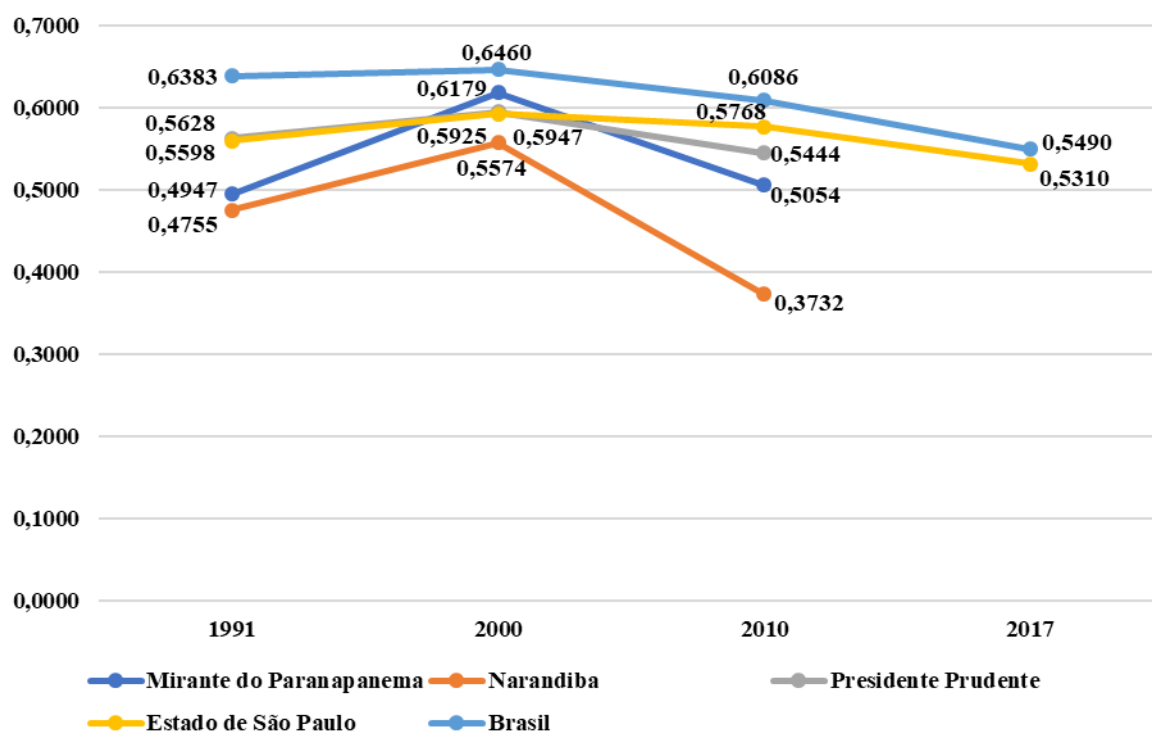
É importante destacar também que em 2014/2015 tem início nova crise e ela influenciou certamente o desempenho apresentado pelos municípios. Em que pese os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba apresentem crescimento médio anual do PIB relativamente próximo no período de 2010 a 2017, mais de 10 vezes acima daquele apresentado pelo conjunto de municípios da região onde não há presença das usinas, a queda que se verifica de 2016 para 2017 está presente nos três casos, mas foi mais intensa em Mirante do Paranapanema.

Em contraposição, considerado o período de 2010 a 2017, o crescimento no rendimento médio total dos empregos formais foi em média maior nos municípios da região sem

territorialização do setor sucroenergético do que em Mirante do Paranapanema e Narandiba. Ou seja, a crise iniciada em 2014/2015 repercutiu consideravelmente mais sobre os salários nesses municípios do que no PIB. O crescimento econômico representado pelo PIB é muito superior ao crescimento apresentado pelos indicadores que representam o desenvolvimento de fato, como é o caso do rendimento médio.

Outro indicador a ser aqui considerado é o Índice de Gini referente à concentração de renda. Trata-se de instrumento que permite apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de 0 a 1, sendo que, de um lado, o extremo 0 reflete situação de total igualdade e, de outro, o extremo 1 implica completa desigualdade de renda, pois uma só pessoa detém toda a renda do lugar. O Gráfico 12 apresenta o comportamento deste indicador nas escalas nacional, estadual e dos municípios estudados, para os anos de 1991, 2000 e 2010, anos de realização do censo.

GRÁFICO 12: Índice de Gini nacional, estadual e nos municípios de Mirante do Paranapanema, Narandiba e Presidente Prudente – 1991 a 2017.



Fonte: BRASIL, IBGE – Organizado pelo autor.

Os dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010 foram obtidos através da Base de Dados do Sistema Unificado de Saúde (DATASUS), do Ministério da Saúde. Já os dados referentes ao ano de 2017 foram extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais encontram-se disponíveis apenas para as escalas estadual e nacional. O

município de Presidente Prudente foi considerado no Gráfico 12 pela sua importância regional, tanto como centro comercial quanto de serviços, o que se espera contribuir como parâmetro para comparações na escala regional.

Em que pese os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, em 1991, apresentassem desempenhos muito próximos e melhor que aqueles identificados nas escalas regional – Presidente Prudente –, estadual e nacional, ambos veem seu desempenho deteriorar-se no ano 2000 – principalmente Mirante do Paranapanema, que acaba por revelar-se mais desigual que as escalas regional e estadual. No Censo Demográfico de 2010 – quando a Usina Cocal completava dois anos de operação em Narandiba e a Usina Conquista do Pontal entrava em operação em Mirante do Paranapanema –, ambos apresentam considerável melhora no indicador e fecham com desempenho melhor que as escalas regional, estadual e nacional.

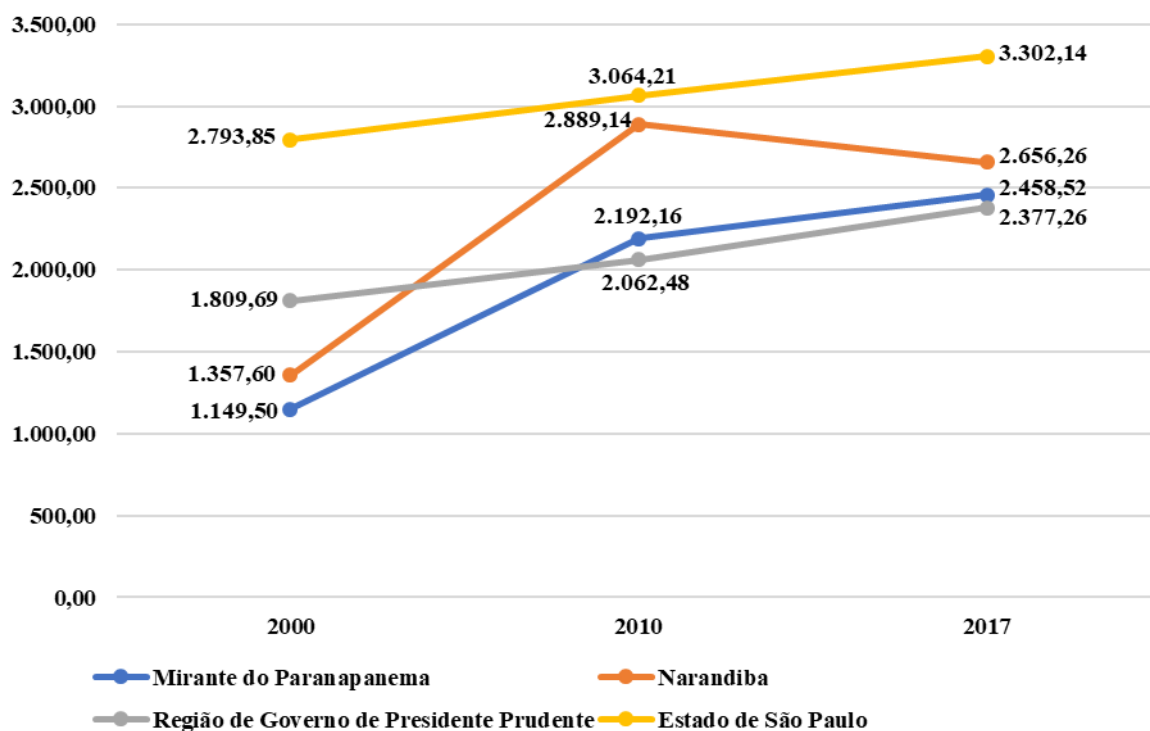
O município de Narandiba, assim como em 2000, apresenta desempenho melhor – agora distanciando-se bastante de Mirante do Paranapanema –, o que indica ter havido ali sensível melhora na distribuição da renda e redução da desigualdade econômica. Tal desempenho corrobora a redução de 12% no número de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social em Narandiba, como será demonstrado adiante através do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

É importante ter em conta que na composição do Índice de Gini entram as rendas auferidas pelos sujeitos no âmbito do município apenas, ou seja, ele não contempla a desigualdade nos rendimentos percebidos no contexto de diferentes municípios. Em outras palavras, a localidade pode apresentar rendimento médio superior e ser mais desigual do que outra onde o rendimento médio é menor, conforme busca-se ilustrar através do Gráfico 13.

Como é possível observar, embora o município de Narandiba apresentasse em 2000 rendimento médio total dos empregos formais menor que aquele auferido em Presidente Prudente e no estado de São Paulo, o seu Índice de Gini revelava ser aquele menos desigual que estes. O mesmo fenômeno pode ser identificado quando se observa que, tanto em 2010 quanto em 2017, os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba apresentam rendimentos médios inferiores aos do estado de São Paulo, mas revelam-se menos desiguais na escala local do que a escala estadual segundo o mesmo Índice de Gini. Entretanto, especificamente no caso dos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, o rendimento médio total maior no município de Narandiba coincide com o melhor desempenho no Índice de Gini, mas isso não é regra. Considera-se serem esses três casos suficientes para corroborar o aludido anteriormente,

ou seja, de que o Índice de Gini revela a maior ou menor desigualdade na distribuição de renda em determinada localidade, mas não considera a diferença de renda entre as regiões.

GRÁFICO 13: Rendimento médio total dos empregos formais no estado de São Paulo, na Região de Governo de Presidente Prudente e nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba – 2000 e 2017 (em reais).



Fonte: SEADE – Organizado pelo autor.

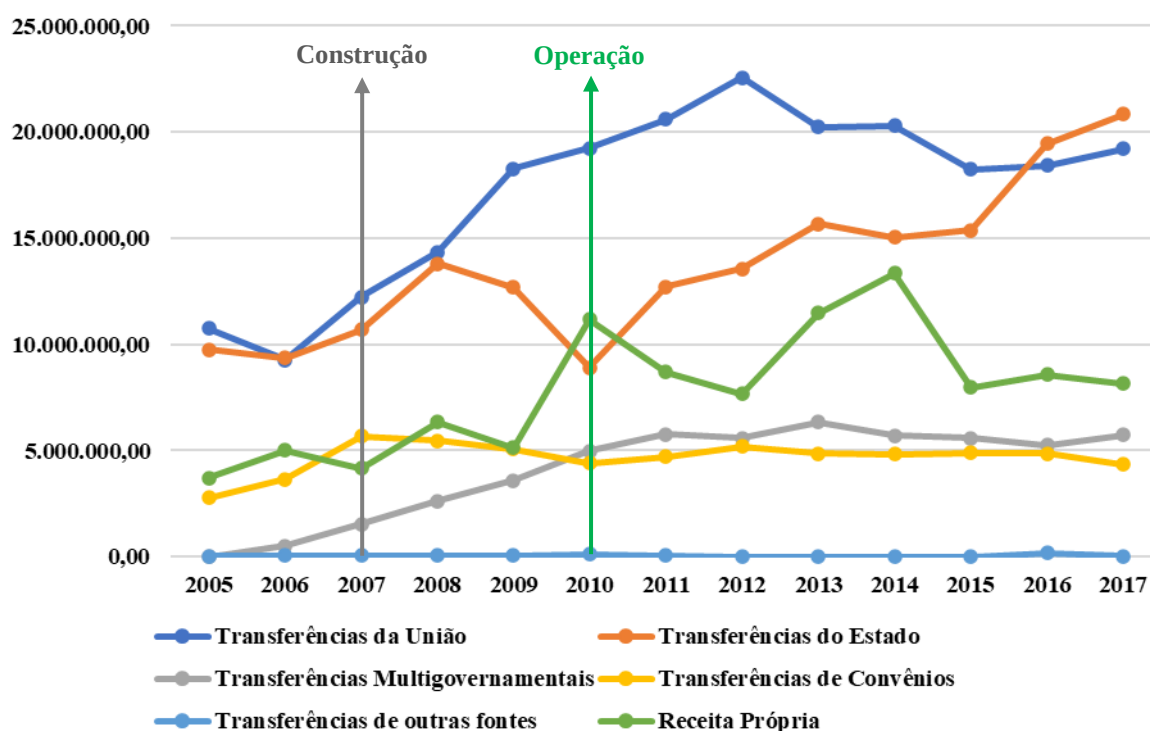
É importante destacar que os rendimentos médios totais dos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba estão acima da média observados no conjunto dos municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente, sem considerar aqueles com presença de usina sucroenergética. Além disso, o Gráfico 13 permite observar que os rendimentos médios dos dois municípios estão relativamente próximos em 2000, ao passo que em 2010 é possível observar evolução significativamente maior no valor auferido pelos trabalhadores de Narandiba, mas volta a aproximar-se daquele auferido pelos trabalhadores de Mirante do Paranapanema em 2017, face a redução relativa ocorrida de 2010 para 2017. Isso contrariou a tendência de rendimentos crescentes apresentada pelo município de Mirante do Paranapanema, pela Região de Governo de Presidente Prudente e pelo estado de São Paulo.

Extrapolando as fronteiras do PIB e da renda, considera-se importante abordar o comportamento da receita municipal, suas fontes, como e quanto dela é revertido nos serviços públicos e educação e saúde. Além da receita própria, os municípios tem como fontes de receita principalmente as transferências governamentais. As transferências realizadas pelo Governo

Federal incluem, por ordem de importância: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), royalties, Imposto Territorial Rural (ITR), Lei Kandir (LC 87/96), dentre outras de menor relevância. No cálculo do FPM é levado em conta a população do município e a renda per capita no estado. O repasse do FUNDEB aos municípios é realizado com base no número de matrículas da educação infantil e do ensino fundamental.

Já as transferências estaduais contemplam a participação dos municípios, principalmente, na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Conforme preconiza a Constituição Federal (CF) de 1988, 25% da arrecadação do ICMS pertence aos municípios e o rateio é feito tomando por base o Índice de Participação dos Municípios (IPM), apurado anualmente. Quanto o IPVA, a mesma CF 1988 determina o repasse de 50% do valor arrecadado aos respectivos municípios. Tomando por base informações contábeis prestadas pelo poder público municipal e disponibilizadas pelo Tesouro Nacional, os Gráficos 14 e 15, bem como a Tabela 8, apresentam a série histórica da receita própria arrecadada e das transferências recebidas pelo município de Mirante do Paranapanema.

Gráfico 14: Mirante do Paranapanema – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

GRÁFICO 15: Mirante do Paranapanema – Principais transferências recebidas pelo município – 2005 a 2017 (em reais).

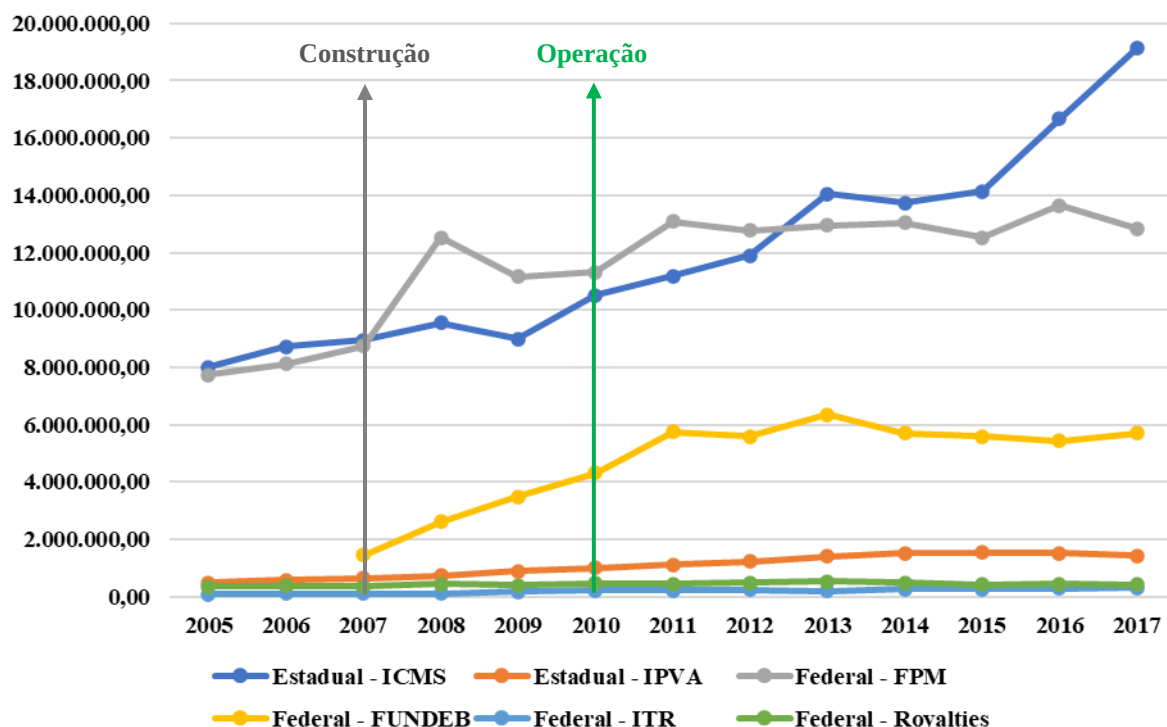


TABELA 8: Mirante do Paranapanema – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais).

Ano	Transferências					Receita Própria	RECEITA TOTAL
	União	Estado	Multigoverno	Convênios	Outras		
2005	10.751.274,04	9.759.392,91	0,00	2.778.398,25	19.461,20	3.715.933,97	27.024.460,36
2006	9.268.540,01	9.370.234,43	495.697,10	3.634.237,81	64.229,27	5.016.070,20	27.849.008,82
2007	12.242.577,99	10.702.652,07	1.536.995,29	5.667.466,80	50.460,40	4.159.002,73	34.359.155,29
2008	14.330.161,26	13.809.221,90	2.609.638,41	5.454.446,05	62.206,72	6.335.519,52	42.601.193,86
2009	18.280.324,14	12.690.307,97	3.588.493,27	5.082.579,95	49.059,25	5.126.163,05	44.816.927,62
2010	19.241.567,13	8.908.282,19	4.967.302,22	4.417.295,62	110.920,62	11.179.049,87	48.824.417,65
2011	20.615.213,80	12.707.337,77	5.769.024,60	4.702.012,66	43.549,94	8.701.338,17	52.538.476,93
2012	22.555.029,57	13.572.839,56	5.583.626,90	5.183.372,45	0,00	7.652.359,95	54.547.228,44
2013	20.247.887,71	15.675.210,63	6.345.345,57	4.853.256,04	6.502,24	11.475.935,50	58.604.137,70
2014	20.286.391,43	15.033.371,19	5.708.910,08	4.822.750,90	0,00	13.333.826,21	59.185.249,82
2015	18.242.888,19	15.382.489,91	5.584.032,57	4.898.117,58	0,00	7.969.253,01	52.076.781,25
2016	18.433.261,10	19.452.924,17	5.261.369,87	4.865.934,47	179.774,19	8.561.481,71	56.754.745,50
2017	19.214.300,93	20.848.268,04	5.721.760,36	4.331.027,20	17.376,12	8.141.309,81	58.274.042,45

Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

Como pode ser observado através do Gráfico 14, lastreada pelas informações constantes da Tabela 8, a tendência de alta na receita total municipal é decorrente das transferências realizadas pelo estado de São Paulo, vez que os valores referentes as demais transferências, apesar de pequenas oscilações, encontram-se relativamente estáveis desde 2010. Percebe-se que a arrecadação municipal, que se encontrava relativamente estável, experimentou dois momentos de expansão após a entrada em operação da usina (2010 e 2013/2014), vindo a regredir em 2015 para em seguida estabilizar-se.

As transferências realizadas pelo Governo Federal, que cresceram rapidamente durante o período de construção da usina, reduziram o ritmo de expansão a partir da sua entrada em funcionamento até atingir relativa estabilidade. As transferências estaduais estavam relativamente no mesmo patamar das federais até 2007, cresceram em 2008, caíram significativamente na reta final da construção da usina e atingiram o menor patamar em 2010; a partir de então começaram a expandir-se e superaram as federais nos anos de 2016 e 2017. Em 2017, a receita própria do município (tributária, contribuições, serviços, patrimonial, capital, etc.) representou apenas 13,97% da receita total, ou seja, aproximadamente 86% da receita municipal tem como fonte outras escalas de governo.

O Gráfico 15 demonstra que as duas principais transferências realizadas pelo Governo Federal (FPM e FUNDEB) passam a apresentar relativa estabilidade já de 2011/2012, no ano seguinte a entrada em operação da usina. No que se refere aos repasses realizados pelo governo do estado de São Paulo, é justamente com a entrada em operação da Usina Conquista do Pontal que se inicia o ciclo de expansão naqueles referentes ao ICMS que não é interrompido até 2017 e leva as transferências estaduais a ultrapassar o volume de recursos repassados pelo Governo Federal em 2016.

Assim como para Mirante do Paranapanema, os Gráficos 16 e 17 ilustram as informações constantes da Tabela 9 e referentes aos valores e fontes da receita auferida pelo município de Narandiba. O que se observa através do Gráfico 16 é que se repete em Narandiba o mesmo fenômeno que em Mirante do Paranapanema, ou seja, considerando a relativa estabilidade das outras fontes de receita, o comportamento da receita total é reflexo das transferências realizadas pelo estado de São Paulo. Também como ocorre em Mirante do Paranapanema, as transferências recebidas pelo município de Narandiba são componente vital no orçamento – aproximadamente 89% –, pois a receita própria corresponde apenas a 10,96% da receita total.

Em Narandiba, isoladamente, apesar da significativa redução que houve a partir de 2014, são os repasses relativos à participação do município no ICMS a principal fonte de receita. No entanto, somadas, diferente do que ocorre em Mirante do Paranapanema, as transferências realizadas pelo Governo Federal excedem àquelas realizadas pelo estado de São Paulo. Como pode ser observado em ambos os municípios, a capacidade de dinamização das usinas, que consiste em fazer florescer e/ou crescer outras atividades que se transformem em novas fontes de emprego e receita, é bastante limitada.

GRÁFICO 16: Narandiba – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais).

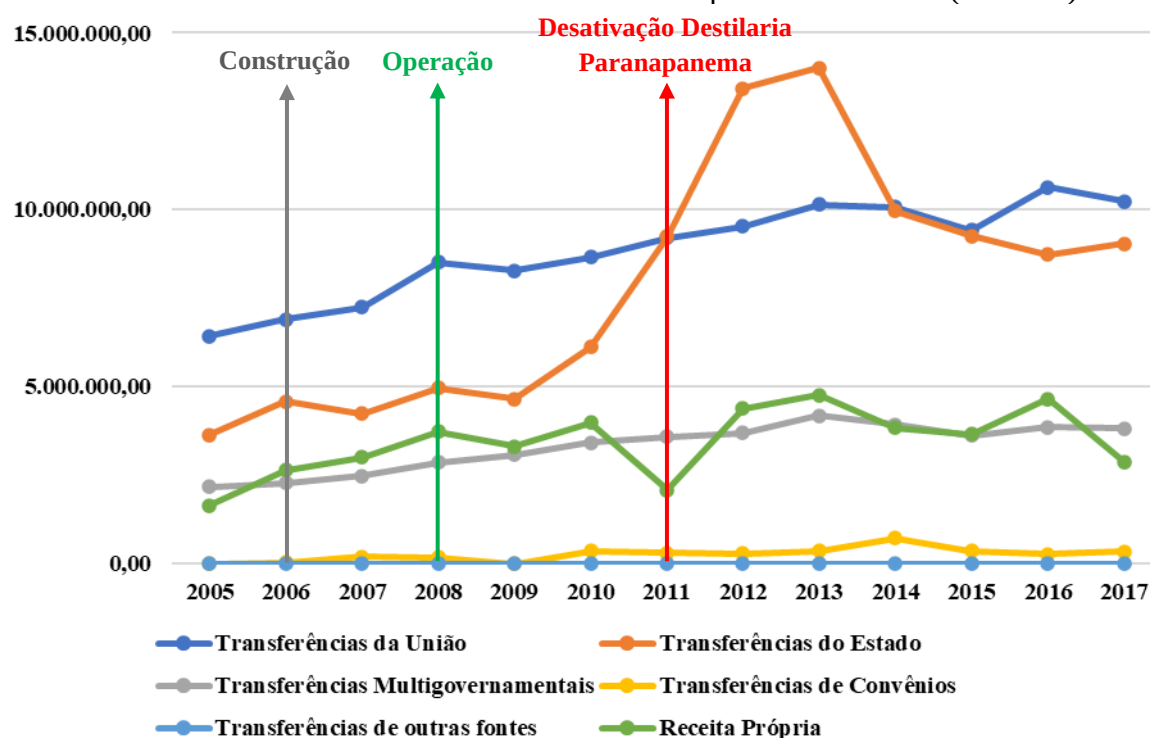


GRÁFICO 17: Narandiba – Principais transferências recebidas pelo município – 2005 a 2017 (em reais).

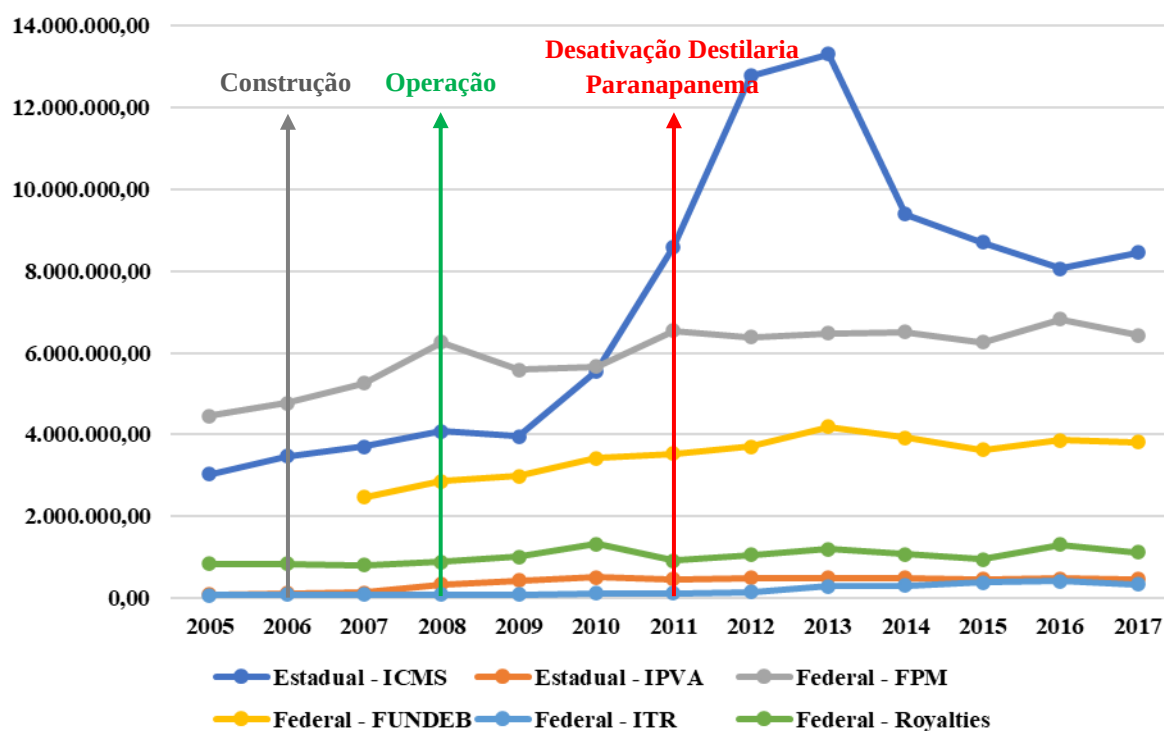


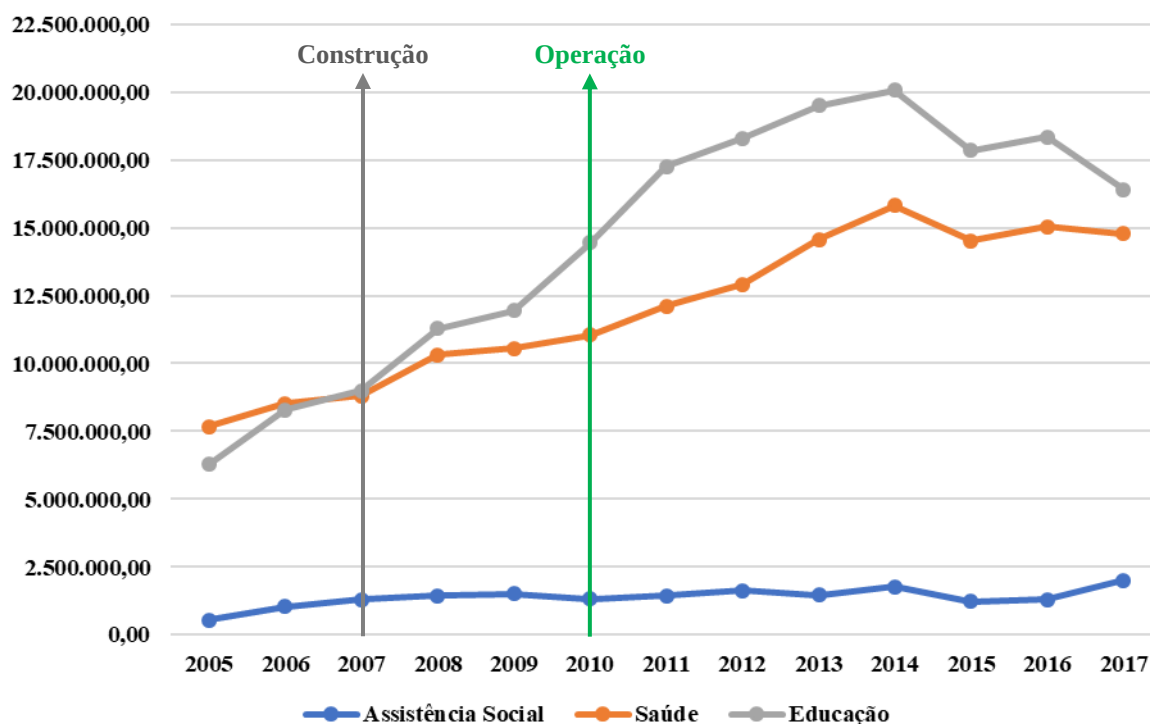
TABELA 9: Narandiba – Receitas do município – 2005 a 2017 (em reais).

Ano	Transferências					Receita Própria	RECEITA TOTAL
	União	Estado	Multigoverno	Convênios	Outras		
2005	6.434.564,92	3.635.384,05	2.173.318,28	0,00	0,00	1.645.987,77	13.889.255,01
2006	6.900.356,81	4.587.943,38	2.277.612,77	35.756,59	0,00	2.633.500,83	16.435.170,38
2007	7.240.509,35	4.229.406,09	2.470.662,48	196.683,15	0,00	3.012.413,42	17.149.674,49
2008	8.522.856,42	4.956.161,97	2.865.400,18	170.429,36	0,00	3.729.613,02	20.244.460,95
2009	8.283.067,92	4.653.348,66	3.072.631,61	0,00	0,00	3.310.192,95	19.319.241,15
2010	8.669.261,49	6.118.929,04	3.427.859,82	363.703,58	0,00	3.992.149,32	22.571.903,24
2011	9.201.867,32	9.243.588,47	3.586.553,40	297.470,44	0,00	2.076.274,79	24.405.754,43
2012	9.525.361,19	13.433.369,96	3.700.401,96	292.114,84	0,00	4.374.116,30	31.325.364,26
2013	10.150.033,95	14.009.229,34	4.183.102,39	351.394,20	0,00	4.762.492,11	33.456.252,00
2014	10.073.354,14	9.968.023,18	3.924.298,51	722.510,20	0,00	3.841.370,59	28.529.556,61
2015	9.420.657,56	9.263.608,05	3.628.952,28	353.841,27	0,00	3.652.377,67	26.319.436,82
2016	10.637.310,32	8.740.183,97	3.865.644,59	274.889,88	0,00	4.654.689,44	28.172.718,21
2017	10.243.017,59	9.040.656,84	3.819.122,15	348.333,87	0,00	2.885.801,86	26.336.932,32

Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

Dessa forma o município continua a ter nas escalas superiores de governo a fonte dos recursos necessários para expansão dos serviços públicos demandados pelas camadas sociais menos favorecidas, mais vulneráveis e dependentes do poder público para ter acesso a tais serviços, como é o caso dos serviços de assistência social, educação e saúde. O Gráfico 18 e a Tabela 10 apresentam a série histórica dos investimentos realizados em assistência social, saúde e educação pelo município de Mirante do Paranapanema.

GRÁFICO 18: Mirante do Paranapanema – Investimentos realizados no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação pelo município – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

TABELA 10: Mirante do Paranapanema – Investimentos realizados pelo município no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação – 2005 a 2017 (em reais).

Ano	Assistência Social	Saúde	Educação
2005	552.929,78	7.663.942,79	6.270.748,28
2006	1.052.432,85	8.521.346,00	8.295.963,30
2007	1.296.986,83	8.804.636,09	8.993.064,75
2008	1.453.418,09	10.313.106,03	11.290.523,41
2009	1.510.611,57	10.544.312,18	11.944.344,58
2010	1.335.702,61	11.056.002,04	14.444.228,50
2011	1.448.478,34	12.122.331,72	17.260.166,42
2012	1.628.213,28	12.914.999,56	18.300.264,41
2013	1.465.201,05	14.571.495,41	19.490.896,04
2014	1.782.040,87	15.811.081,13	20.074.837,00
2015	1.225.279,89	14.522.623,15	17.841.223,93
2016	1.293.039,63	15.041.670,13	18.343.135,74
2017	2.012.021,29	14.778.858,36	16.404.908,00

Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

No que se refere ao município de Mirante do Paranapanema, como pode ser observado através do Gráfico 18 e da Tabela 10, os investimentos realizados nas três categorias de serviços públicos em análise não apresentam oscilação significativa no comportamento estatístico que possa ser relacionada diretamente a usina. Os investimentos em serviços de assistência social, apesar das oscilações, têm apresentado certa estabilidade, sendo que o maior valor investido ocorreu 2017 – equivalente a 3,45% da receita total –, com média mensal per capita de R\$9,55. Ou seja, o poder público municipal investiu mensalmente em média R\$9,55 nos serviços de assistência social por habitante naquele ano.

É importante salientar que, segundo informações das contas anuais do município e obtidas junto ao Tesouro Nacional, no período de 2005 a 2017 os repasses referentes ao Fundo Nacional de Assistência Social, quando houve – em 2009, 2012 e 2017 isso não aconteceu –, foram de valores insignificantes. No entanto, comparativamente, de 2005 para 2017 a população cresceu 4,18% e o investimento em serviços de assistência social 263,88%. É importante destacar que o valor investido em 2017 não só foi o maior em toda a série analisada como está em média 60% acima daquele investido nos dois anos anteriores.

Em que pese o ideal seja que todos os sujeitos conseguissem melhorar de vida por si, a ponto de não necessitarem de assistência, a realidade demonstra que isso não acontece e grande parte da população necessita de ação e suporte efetivos por parte do Estado. Essa é a demonstração fática da impossibilidade de prescindir do Estado, como o querem os neoliberais. O desenvolvimento vem também da capacidade Estado, neste caso do município, em utilizar os recursos para as áreas sociais, proporcionando maior segurança de emprego, melhorando a renda, ampliando e/ou aprimorando serviços públicos.

Segundo Piketty (2015, p. 112), a redistribuição fiscal, “[...] por meio de tributações e transferências, permite corrigir a desigualdade das rendas produzida pela desigualdade das dotações iniciais e pelas forças de mercado [...]”. Se a melhoria nas condições de vida da população é o objetivo final do desenvolvimento, então, ainda que o crescimento econômico alavancado pela instalação da Usina Conquista do Pontal não proporcione o desenvolvimento ideal, não se pode ignorar que, dentro do modelo tradicional, há algum desenvolvimento.

As condições que possibilitam a ascensão verificada nos investimentos em serviços públicos de saúde e educação no município de Mirante do Paranapanema não emanam da receita própria, mas das transferências oriundas da arrecadação tributária realizada pelo estado e pela união. Assim, não é possível dissociar a realização de tais investimentos de influências geradas pela instalação da usina. A escalada nos investimentos em saúde tem início e foram muito mais significativas nos anos de 2001 (35,85%) e 2002 (45,68%), quando foram investidos, respectivamente, em média, mensalmente, R\$26,09 e R\$37,51 por habitante. Essa escalada tem seu ápice em 2014 – ano com o maior valor médio mensal por habitante (R\$73,60) –, ponto a partir do qual passa a apresentar relativa estabilização.

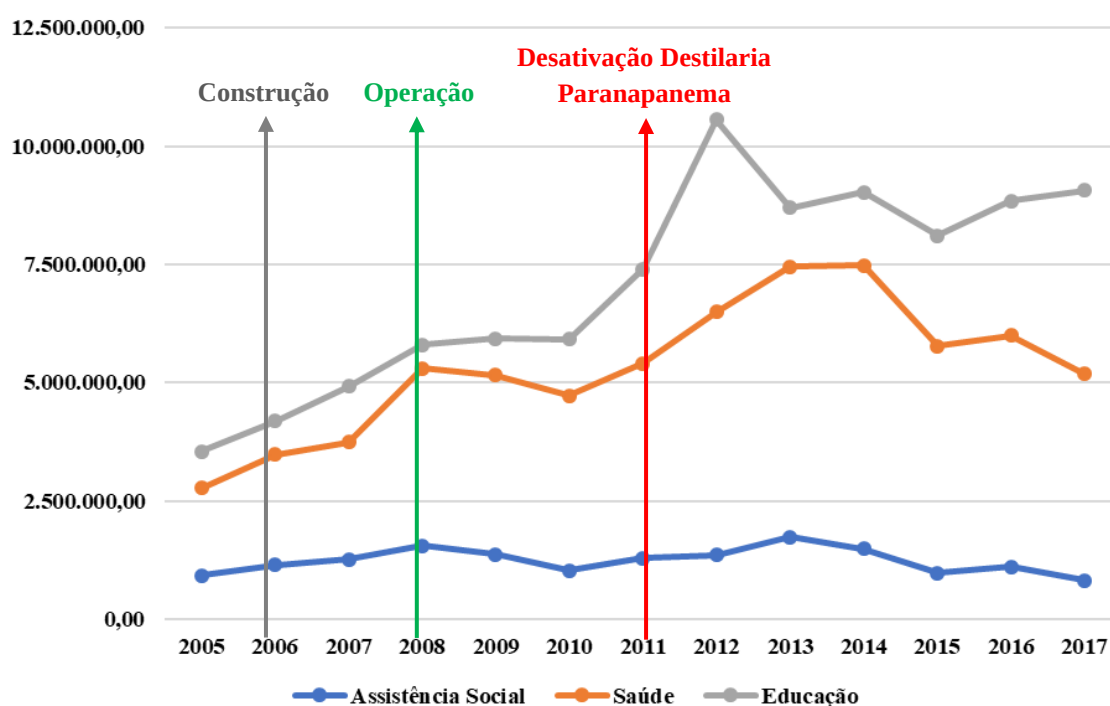
No ano de 2017 investiu-se ali mensalmente, em média, R\$70,16 em saúde pública por habitante e, considerando o investimento total neste tipo de serviço, há 92,84% de crescimento quando comparado a 2005 – média de 6,65% ao ano. Em 2017 foi investido em saúde o equivalente a 25,36% da receita municipal, sendo que 26,23% do montante investido foi proveniente de transferências recebidas especificamente para a saúde, segundo as informações contábeis enviadas pelo poder público municipal ao Tesouro Nacional – 23,45% segundo dados obtidos junto ao Fundo Nacional de Saúde. Resumidamente, aproximadamente 75% do valor investido pelo município em serviços de saúde pública não provém de transferências específicas para essa finalidade.

Os investimentos realizados pelo município em educação, que iniciam 2005 abaixo daqueles realizados em saúde, vai atingir seu maior crescimento percentual em 2006 (32,30%) – valor médio mensal de R\$40,72 por habitante –, ano imediatamente anterior ao início da construção da usina. No entanto, investimentos significativos (acima de 20%) também foram feitos em 2008 e 2010, durante o período de construção e após a usina entrar em operação. Assim como na saúde, o maior valor médio mensal investido em educação por habitante foi em 2014 (R\$93,45).

Após superar os investimentos em saúde no ano de 2007, os serviços de educação fecham 2017 com a média mensal per capita de R\$77,83 – valor médio mensal 16,7% abaixo de

2014 – e evolução de 161,61% comparativamente a 2005 – 9,76% em média ao ano. Nesse ano, tais investimentos equivaleram a 28,15% da receita total e 69,57% deles foram realizados com recursos provenientes de transferências recebidas especificamente para a educação. Somados, os serviços públicos de assistência social, saúde e educação consumiram 56,96% da receita total do município de Mirante do Paranapanema. O Gráfico 19 e a Tabela 11 apresentam a série histórica dos investimentos realizados em assistência social, saúde e educação pelo município de Narendiba.

GRÁFICO 19: Narendiba – Investimentos realizados no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação pelo município – 2005 a 2017 (em reais).



Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

TABELA 11: Narendiba – Investimentos realizados pelo município no provimento dos serviços públicos de assistência social, saúde e educação – 2005 a 2017 (em reais).

Ano	Assistência Social	Saúde	Educação
2005	917.494,57	2.774.924,43	3.539.016,06
2006	1.149.155,73	3.479.847,74	4.191.467,77
2007	1.257.464,52	3.747.030,52	4.924.188,88
2008	1.551.583,81	5.304.887,54	5.793.734,59
2009	1.370.758,88	5.152.077,54	5.936.967,45
2010	1.020.646,19	4.728.769,60	5.918.288,25
2011	1.294.918,39	5.408.083,16	7.399.308,06
2012	1.354.235,71	6.499.194,69	10.559.784,70
2013	1.737.129,07	7.446.762,73	8.697.818,97
2014	1.480.497,10	7.475.504,49	9.022.752,63
2015	978.296,80	5.768.728,07	8.112.003,74
2016	1.107.674,92	6.002.341,58	8.841.190,09
2017	816.350,68	5.185.115,63	9.063.418,01

Fonte: BRASIL – Organizado pelo autor.

Assim como ocorreu em Mirante do Paranapanema, as oscilações nos investimentos em serviços de assistência social no município de Narandiba não apresentam comportamento estatístico atípico que possa ser associado a instalação da Usina Cocal. O ápice desses investimentos ocorreu em 2013, com o valor médio mensal de R\$31,72 por habitante. Foram investidos nos serviços de assistência social, em 2017, o equivalente a 3,10% da receita total e a R\$14,56 por habitante, em média, ao mês; diferentemente de Mirante do Paranapanema, investiu-se menos que em 2005 (média de R\$18,55 ao mês por habitante), o que revela a tendência de baixa iniciada já em 2015. Comparativamente, enquanto a população narandibense cresceu 13,32% de 2005 para 2017, o investimento nesse tipo de serviço recuou 11,02%.

Em Narandiba, os investimentos em serviços de saúde pública apresentam comportamento atípico que coincide com a chegada a usina. Tais investimentos cresceram 25,4% em 2006, ano em que se iniciou a construção da usina, e mais 7,68% em 2007, anos em que se investiu, em média, respectivamente, R\$ 69,21 e 79,23 ao mês por habitante. No ano de 2008, ano em que a usina entrou em operação, há o salto de 41,58% nesses investimentos – média mensal de R\$ 106,81 por habitante – e, após queda nos dois anos seguintes, há a retomada e continuam crescendo até 2014, quando há novo recuo e passa a apresentar tendência de baixa. O maior investimento médio mensal por habitante se dá em 2013 (R\$ 135,97), mantendo-se praticamente estável no ano seguinte (R\$135,10). Em 2017 os investimentos médios mensais em saúde pública foram equivalentes a R\$92,51 por habitante, consumiram 19,69% da receita total e cresceram 86,86% quando comparados ao investimento realizado em 2005 (R\$ 56,10 em média, por habitante, ao mês) – crescimento médio anual de 5,63%.

Segundo informações obtidas junto ao Tesouro Nacional e referentes as contas anuais enviadas pelo poder público municipal, 29,08% do valor investido em serviços públicos de saúde no município de Narandiba tem como origem verbas oriundas de transferências específicas para tal finalidade. No entanto, informações obtidas junto ao Fundo Nacional de Saúde indicam que tais repasses responderiam por 35,19% dos recursos utilizados para investimento nesse tipo de serviço. Ou seja, os serviços de saúde em Narandiba são majoritariamente mantidos com recursos oriundos de outras fontes – aproximadamente ao menos 65%.

Assim como ocorre com a saúde, os investimentos realizados pelo município de Narandiba em serviços públicos educacionais apontam no sentido de terem sido influenciados pela chegada da usina. Após um período de queda significativa em tais investimentos, durante a construção da usina houve a retomada que os fez retornar à patamares já praticados no início

do século XXI. Com a entrada em operação, esses investimentos continuaram crescendo, de início em ritmo mais lento e com aceleração no biênio 2011/2012, quando atingiu-se o ápice em tais investimentos.

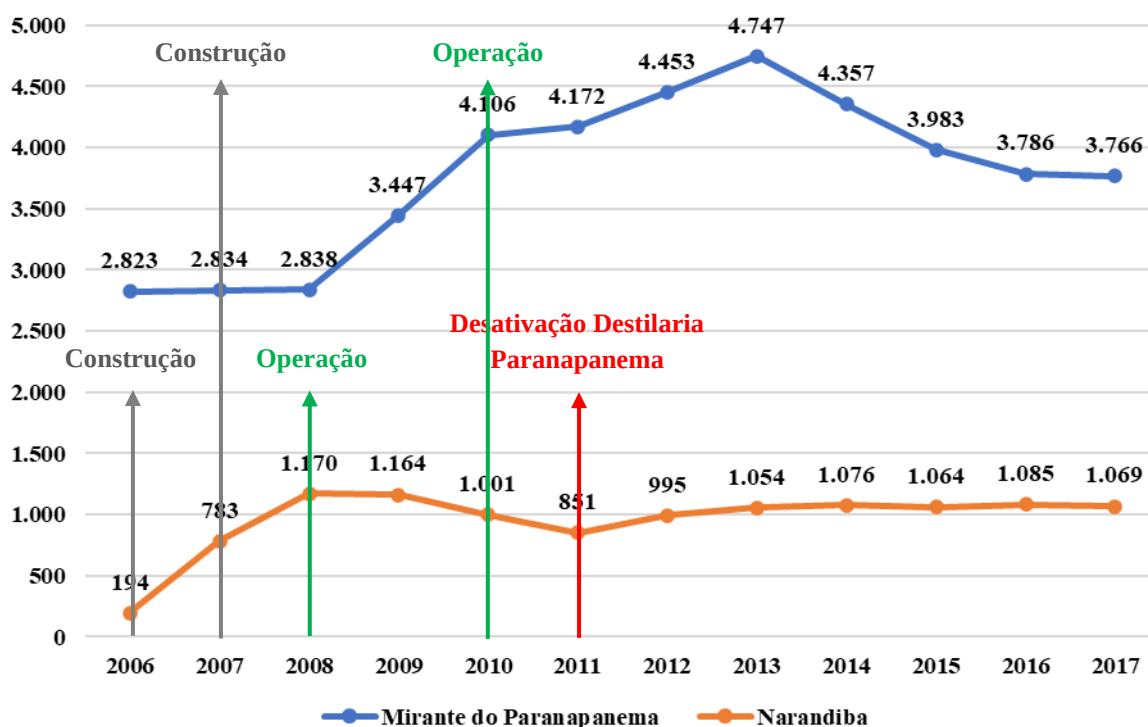
O ano de 2012 teve o maior investimento médio mensal por habitante: R\$201,32. A partir de então passa a haver a desaceleração nesses investimentos – com anos inclusive de recuos (2013 e 2015) –, e fecha-se 2017 com crescimento equivalente a 156,1% quando comparado a 2005 – 8,96% em média ao ano. Em 2017 investiu-se em média, ao mês, R\$161,70 por habitante, enquanto em 2005 foi investido R\$71,55.

No ano de 2017 o município investiu 34,41% da receita total em serviços educacionais. Nesse ano, 52,23% do valor aplicado em educação foi proveniente de transferências recebidas especificamente para essa finalidade, segundo dados referentes as contas anuais enviadas pelo município e disponibilizados pelo Tesouro Nacional. Juntos, os valores investidos em serviços de assistência social, saúde e educação equivalem a 57,2% da receita total auferida pelo município de Narandiba no ano de 2017.

No modelo de desenvolvimento pautado pelo crescimento econômico e geração de empregos, que está diretamente atrelada ao nível de atividade econômica, o nível de emprego é indicador chave, em que pese possa ser questionada a qualidade e o salário oferecido nesses empregos. O Gráfico 20 retrata o número de empregos formais nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba no período de 2006 a 2017, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para o ano de 2005 não foram encontradas informações disponíveis.

Como pode ser observado, em ambos os municípios o volume de postos de trabalho formais cresceu vertiginosamente com a chegada da usina. Em Narandiba esse crescimento se apresenta mais sustentado, vez que com a entrada em operação da Usina Cocal o nível de emprego passa a apresentar relativa estabilidade, interrompida apenas em 2011 com o fechamento da Destilaria Paranapanema, pertencente a Umoe Bioenergy. Os postos de trabalho perdidos são parcialmente recuperados nos dois anos seguintes e retorna à estabilidade dos empregos. Em Narandiba, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2018, o setor que mais empregou foi a indústria de transformação – com 411 postos de trabalho –, seguido de perto pela administração pública com 399 postos de trabalho.

GRÁFICO 20: Mirante do Paranapanema e Narandiba – Número de empregos formais nos municípios – 2006 a 2017.

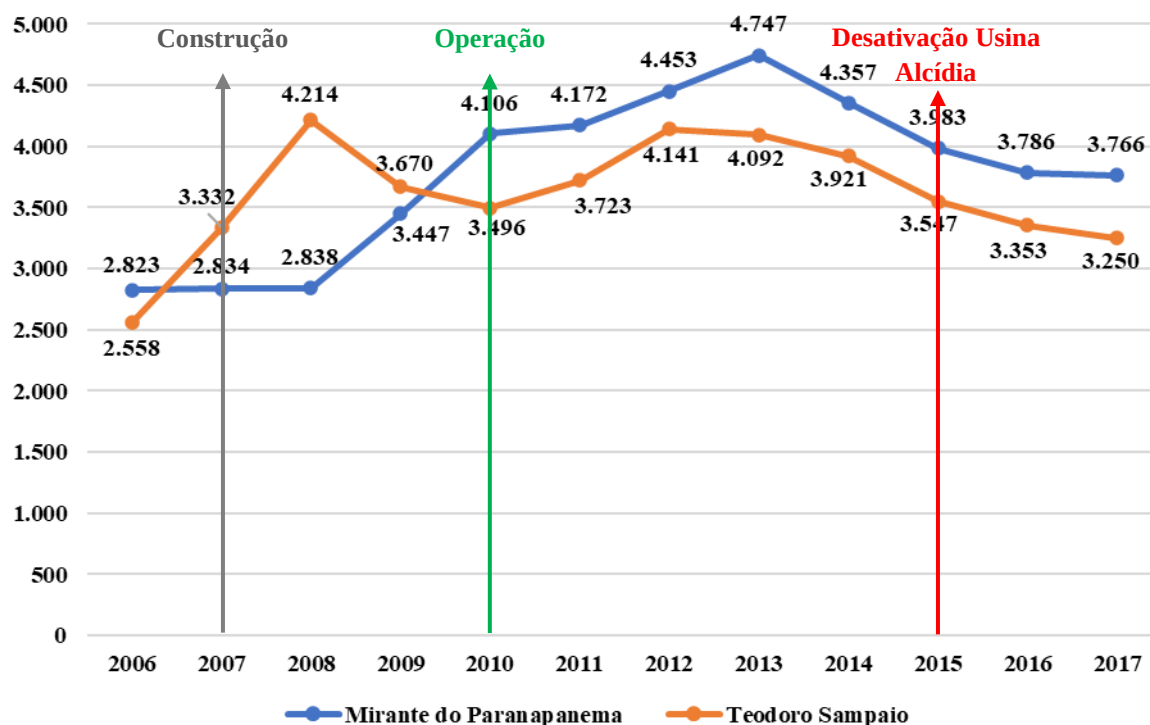


Fonte: CAGED, RAIS. – Organizado pelo autor.

Em Mirante do Paranapanema, além de primeiro ciclo de crescimento nos empregos que se dá com a chegada da usina e sua entrada em operação (2010), há nova etapa de crescimento, embora em menor intensidade, nos 3 anos seguintes e que revelará o limite máximo de emprego atingido pelo município no período em análise (2013). A partir de 2014 o número de empregos passa a apresentar queda significativa que só vai começar a perder força no período de 2016 para 2017. Assim como em Narandiba, em 2018 os principais empregadores em Mirante do Paranapanema também são a indústria de transformação e a administração pública, com 1.751 e 842 postos de trabalho, respectivamente. Mas ali há dois outros setores importantes em termos de geração de emprego: serviços – com 655 empregos – e comércio – com 362 postos de trabalho.

No contato com a base empírica houve diversos relatos de que a Usina Conquista do Pontal estaria dando preferência para quem morava no município de Teodoro Sampaio, e até certo ponto forçando as pessoas a mudarem para lá. Por essa razão foi elaborado o Gráfico 21, que apresenta as informações e possibilita a comparação entre o número de postos de trabalho formais nos dois municípios.

GRÁFICO 21: Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio – Número de empregos formais nos municípios – 2006 a 2017.



Fonte: CAGED, RAIS. – Organizado pelo autor.

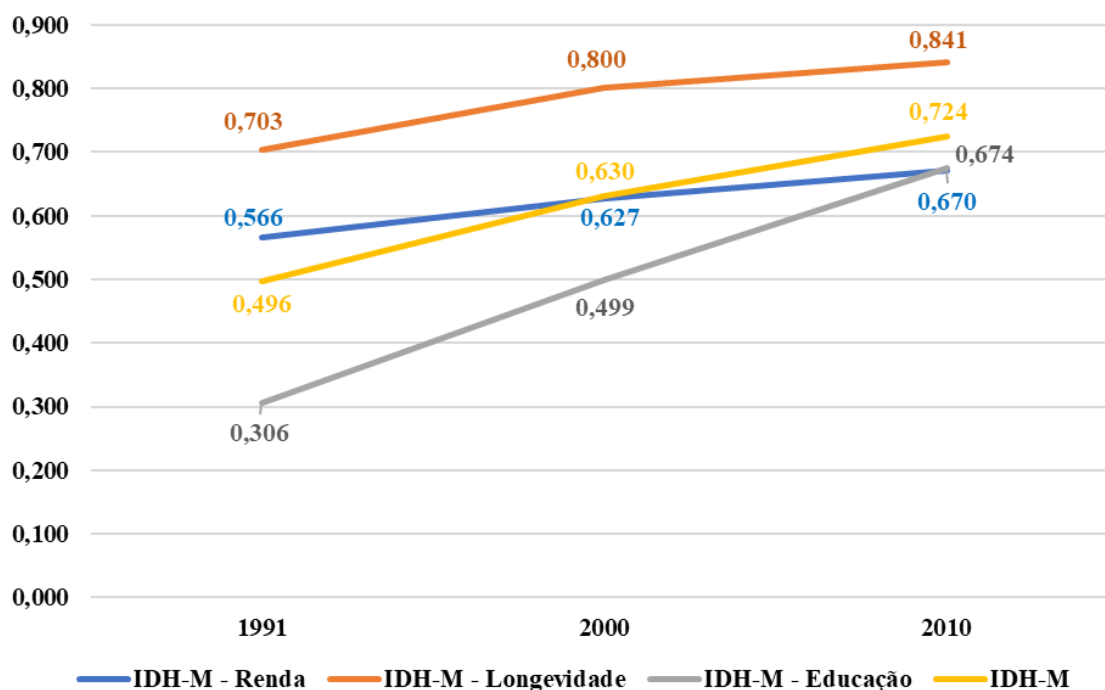
Como pode ser observado, o número de postos de trabalho em ambos os municípios apresenta comportamento similar após a entrada em operação da Usina Conquista do Pontal em 2010. Ou seja, os números não confirmam a hipótese levantada junto a base empírica de que estaria havendo a evasão dos postos de trabalho em prol da cidade vizinha. Pelo contrário, a perda de postos de trabalho pelo município de Teodoro Sampaio, iniciada em 2013, ainda não foi interrompida e apresenta-se em 2017 num patamar inferior àquele vigente em 2007. A sangria representada pela desaceleração e fechamento da Usina Alcídia, bem como pela redução do nível de atividade na Usina Conquista do Pontal, até 2017, não dá sinais de ter encontrado seu limite.

3.3.2. Análise de indicadores sociais

Embora entenda-se que os indicadores de desenvolvimento com corte social não estão completamente segregados ou dissociados das questões econômicas e que não são isentos de influências oriundas destas, optou-se por apresentar separadamente esses indicadores. Para dar início nas análises de corte social o indicador escolhido é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), inicialmente na escala do município – com as dimensões renda, longevidade e educação

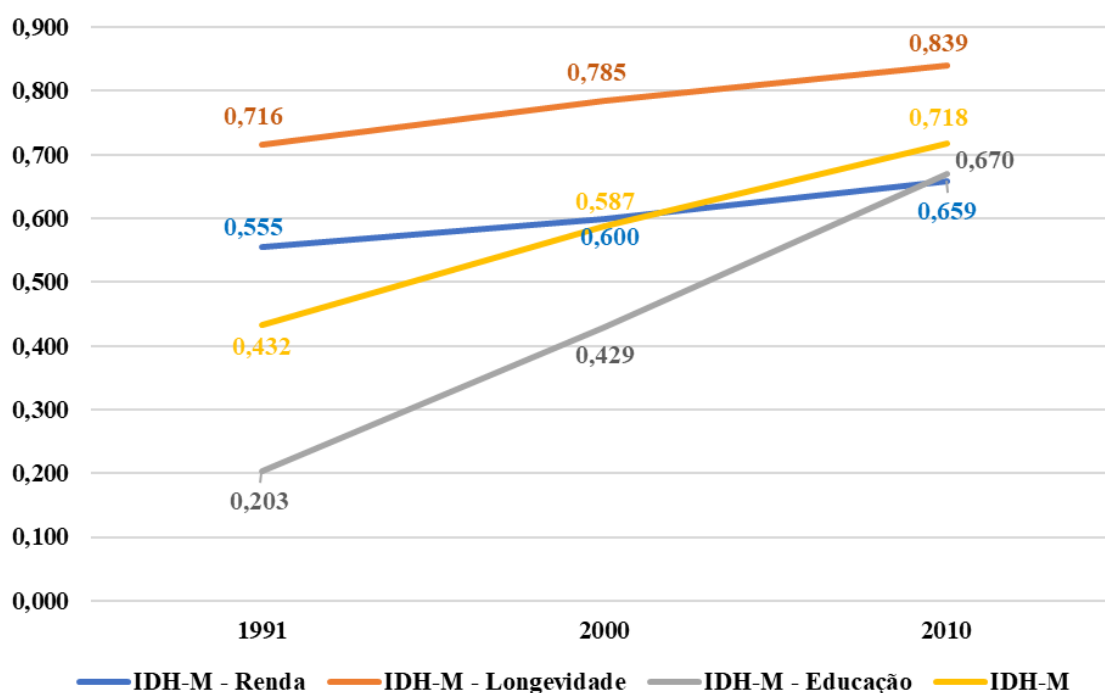
– e posteriormente a comparação com as escalas estadual e nacional. Os Gráficos 22 e 23 apresentam a perspectiva histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e suas dimensões para os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, respectivamente.

GRÁFICO 22: Mirante do Paranapanema – Série histórica do IDH-M – 1991 a 2010.



Fonte: Atlas Brasil – Organizado pelo autor.

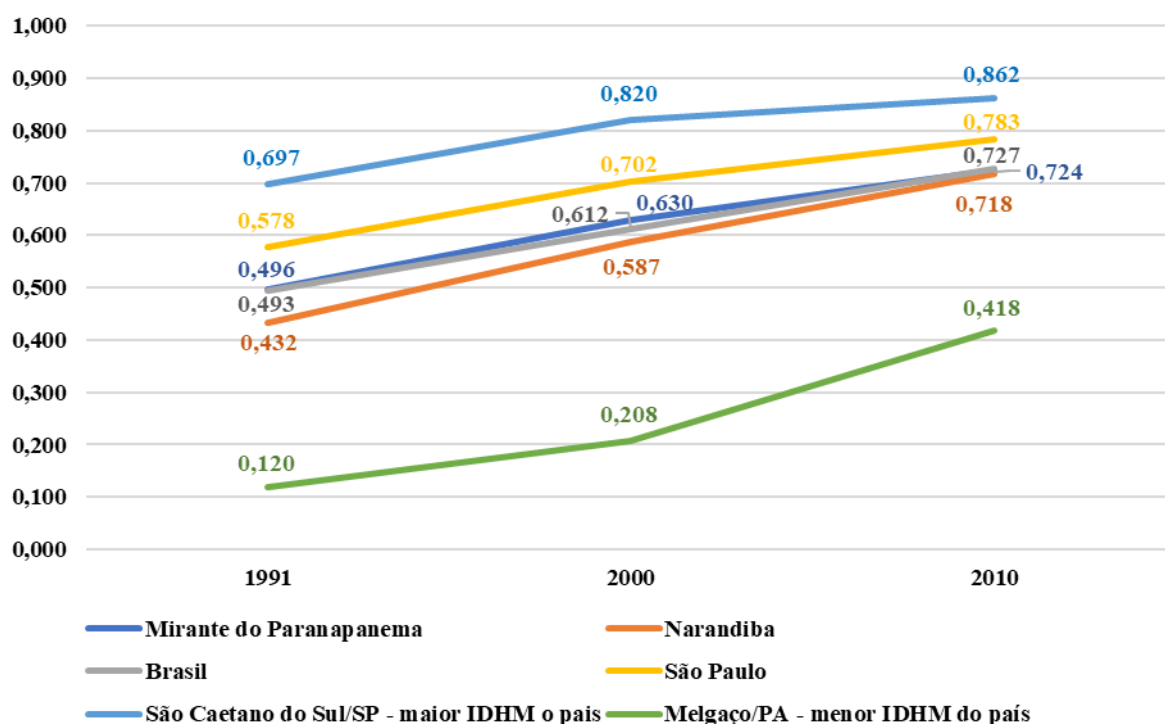
GRÁFICO 23: Narandiba – Série histórica do IDH-M – 1991 a 2010.



Fonte: Atlas Brasil – Organizado pelo autor.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) varia de 0 a 1 sendo que quanto mais esse índice se aproxima de 1 significa que há maior desenvolvimento humano. A interpretação do IDH-M obedece às seguintes classificações quanto ao desenvolvimento humano: de 0 a 0,499 – muito baixo; de 0,500 a 0,599 – baixo; de 0,600 a 0,699 – médio; de 0,700 a 0,799 – alto; e de 0,800 a 1 – muito alto. Ao se observar o comportamento deste indicador em suas três dimensões identifica-se a ocorrência do mesmo fenômeno em ambos os municípios. Enquanto em 1991 a dimensão renda do IDH-M, junto com a dimensão longevidade, alavanca o IDH-M geral dos municípios, em 2010 ela não só passou a desempenhar o papel de âncora, junto com a dimensão educação, como foi superada por esta. Ou seja, a dimensão em que o indicador menos evoluiu de 1991 para 2010 – apesar da construção e entrada em operação das usinas – foi a renda, em ambos os municípios. Apesar disso, ambos os municípios apresentam desempenho no IDH-M geral como sendo alto, como pode ser observado através do Gráfico 24.

GRÁFICO 24: Mirante do Paranapanema e Narandiba – IDH-M dos municípios comparados com os IDH's das escalas estadual, nacional e com os municípios com maior e menor IDH-M – 1991 a 2010.



FONTE: Atlas Brasil – Organizado pelo autor.

O município de Mirante do Paranapanema apresenta desempenho muito próximo da média nacional, mas Narandiba inicia o período bem abaixo, mas evolui e termina o período com IDH-M semelhante ao de Mirante do Paranapanema e ao IDH nacional. No entanto, é

possível observar que ambos os municípios pouco avançaram rumo a média estadual, para aproximar-se de São Caetano do Sul/SP – o município com maior IDH-M –, ou para distanciarem-se de Melgaço/PA – município com o pior IDH-M. Infelizmente há que se aguardar o próximo Censo Demográfico a ser realizado em 2020 para verificar se a instalação das usinas nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba foi capaz de interferir no desempenho do IDH-M a longo prazo.

É importante salientar que, movidos diferentes ideologias, para melhor captar a realidade, para defender interesses específicos, por discordarem das metodologias utilizadas, para corroborar suas hipóteses e/ou lançar dúvida sobre a veracidade do que foi evidenciado por outro indicador ou por outros motivos não elencados aqui, algumas organizações podem desenvolver seus próprios indicadores. Esse é o caso da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – com o Índice Paulista de Responsabilidade Social –, e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) – com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Desenvolvido pela Fundação Seade, em atendimento a solicitação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Índice Paulista de Responsabilidade Social resulta de esforço por melhor expressar o grau de desenvolvimento social e econômico dos municípios paulistas. Atualmente as possibilidades de agrupamento ou classificação dos municípios segundo o IPRS são: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis. As dimensões de avaliação são riqueza, longevidade e escolaridade. A forma como tais dimensões se combinam para resultar na classificação do município e os parâmetros utilizados para classificação nas dimensões estão representados na Figura 1 e na Tabela 12, respectivamente.

FIGURA 1: Grupos ou classificações segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

		RIQUEZA		LONGEVIDADE	ESCOLARIDADE
DINÂMICOS	=	ALTA	+	MÉDIA <u>ou</u> ALTA	
DESIGUAIS	=	ALTA	+	BAIXA LONGEVIDADE <u>e</u> MÉDIA / ALTA ESCOLARIDADE <u>ou</u> BAIXA ESCOLARIDADE <u>e</u> MÉDIA / ALTA LONGEVIDADE	
EQUITATIVOS	=	BAIXA	+	MÉDIA <u>ou</u> ALTA	
EM TRANSIÇÃO	=	BAIXA	+	BAIXA LONGEVIDADE <u>e</u> MÉDIA / ALTA ESCOLARIDADE <u>ou</u> BAIXA ESCOLARIDADE <u>e</u> MÉDIA / ALTA LONGEVIDADE	
VULNERÁVEIS	=	BAIXA	+	BAIXA LONGEVIDADE <u>e</u> BAIXA ESCOLARIDADE	

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social.

TABELA 12: Estado de São Paulo – Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias – 2014-2018.

Categorias	Ano de referência	Dimensões do IPRS		
		Riqueza municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2014	Até 39	Até 66	Até 42
	2016	Até 38	Até 68	Até 49
	2018	Até 38	Até 68	Até 52
Média	2014	-	67 a 69	43 a 50
	2016	-	69 a 71	50 a 56
	2018	-	69 a 71	53 a 60
Alta	2014	40 ou mais	70 ou mais	51 ou mais
	2016	39 ou mais	72 ou mais	57 ou mais
	2018	39 ou mais	72 ou mais	61 ou mais

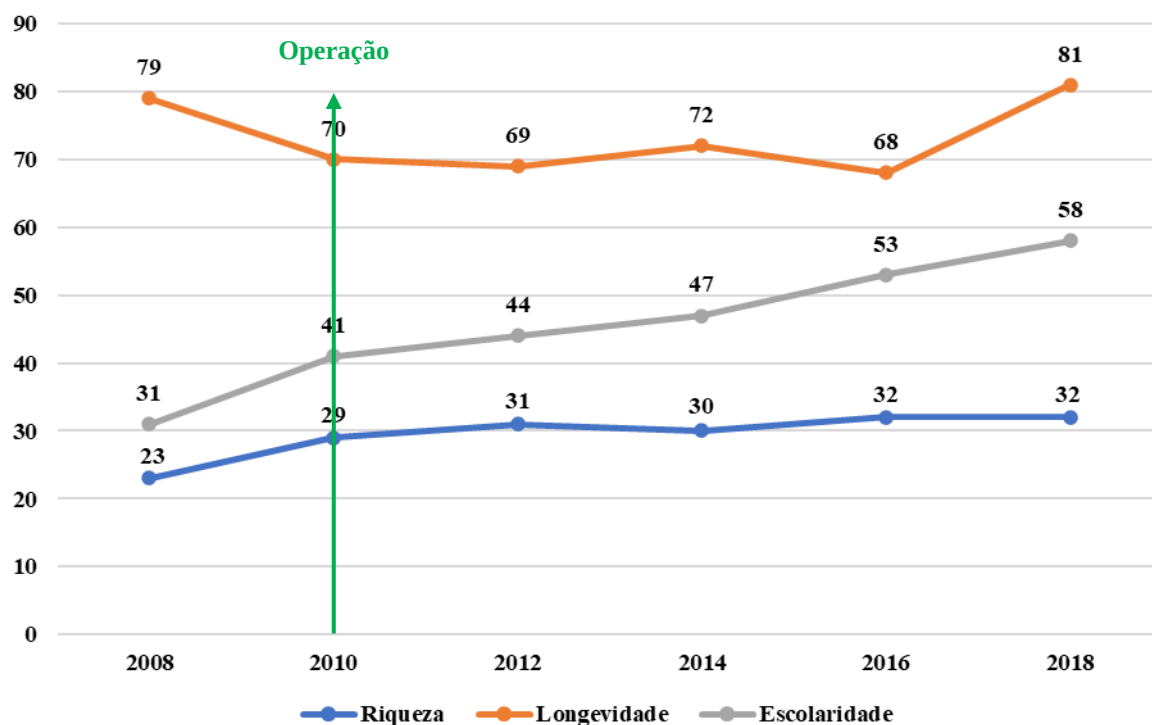
Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – Adaptado pelo autor.

Os Gráficos 25 e 26 apresentam o comportamento deste indicador, em suas 3 (três) dimensões para os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, respectivamente, no período de 2008 a 2018. É importante salientar a não localização de informações disponíveis referentes a este indicador em períodos anteriores. Com base nos critérios estabelecidos, em 2018, o município de Mirante do Paranapanema é classificado como equitativo por enquadrar-se nas categorias de baixa riqueza municipal, alta longevidade e média escolaridade. A expectativa de vida da população mirantense, que cai de 2008 para 2010 e apresenta relativa estabilidade até 2016, cresce em 2018 e apresenta desempenho próximo daquele vigente em 2008.

Coincidência ou não, essa queda inicial na expectativa de vida ocorre no período em que se dá a construção da usina e a melhora nesse indicador só vai acontecer dez anos depois. Na dimensão da riqueza municipal há sensível melhora com a entrada em operação da usina em 2010, mas a partir de então passa a apresentar relativa estabilidade. O desempenho na dimensão escolaridade apresenta curva ascendente em todo o período, com elevação ligeiramente maior de 2008 para 2010, período em que há a construção e entrada em operação da Usina Conquista do Pontal.

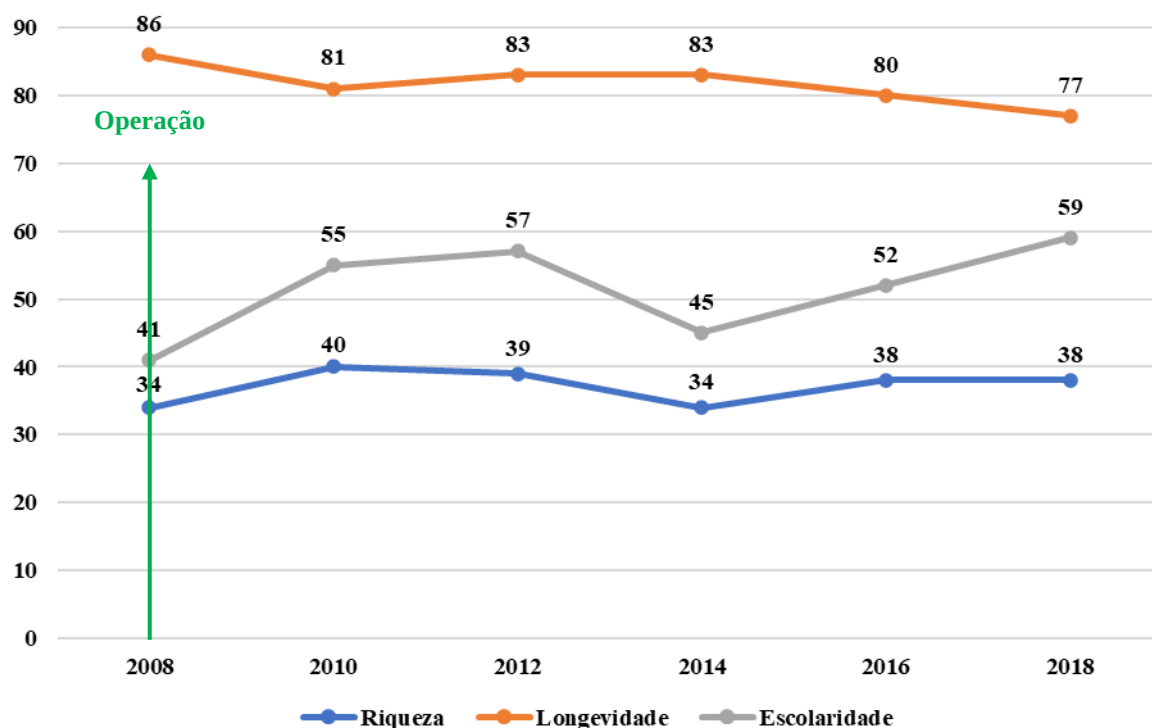
O município de Narandiba, segundo os mesmos critérios, é também classificado em 2018 como equitativo, vez que, apesar de resultados diferentes, igualmente apresenta baixa riqueza municipal, alta longevidade e média escolaridade. No entanto, o que se observa é a pioria significativa na expectativa de vida da população narandibense, segundo o IPRS em sua dimensão longevidade. No que se refere as dimensões riqueza e escolaridade, diferentemente de Mirante do Paranapanema, o município de Narandiba apresenta comportamento instável desses indicadores no período em análise. Isso pode estar atrelado a maior dependência que este município apresenta com relação a usina, no que se refere a geração de emprego e renda. Apesar

GRÁFICO 25: Mirante do Paranapanema – Índice Paulista de Responsabilidade Social do município – 2008 a 2018.



Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

GRÁFICO 26: Narandiba – Índice Paulista de Responsabilidade Social do município – 2008 a 2018.

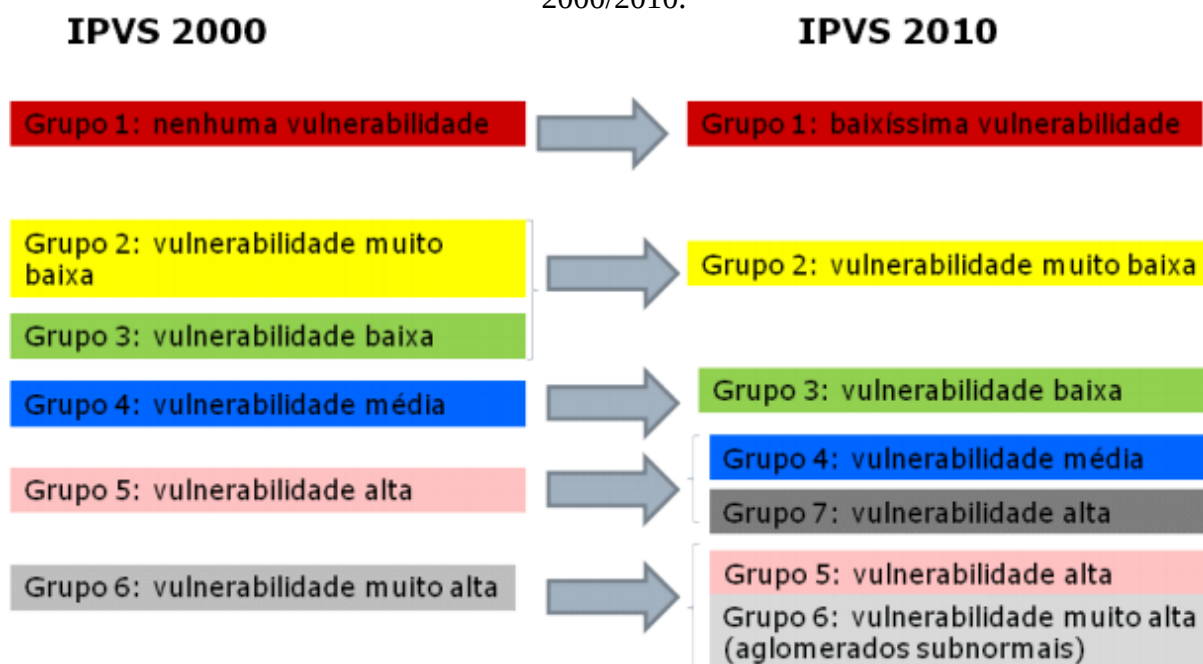


Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

dessa instabilidade, ao final do período, o desempenho de Narandiba no IPRS – dimensões renda e escolaridade – é melhor do que aquele apresentado por Mirante do Paranapanema.

Ciente de que o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), apesar de sua contribuição com dados sobre o desempenho econômico e social, não dá conta integralmente das questões da desigualdade e da situação de pobreza no interior dos municípios, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo solicitou à Fundação Seade a elaboração de outro estudo que resultou no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). No IPVS de 2000 não há segregação entre as diferentes populações que habitam o espaço urbano e rural; essa talvez seja a grande diferença para com a versão 2010 desse estudo. A Figura 2 ilustra as mudanças no formato de classificação do IPVS 2000 para o estudo realizado em 2010. A Tabela 13 sumaria os resultados desse estudo nos anos de 2000 e 2010, o que coincide com os dois últimos Censos demográficos.

FIGURA 2: Mudanças na classificação no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – 2000/2010.



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Em Mirante do Paranapanema 96,26% da população estavam em situação de alta vulnerabilidade social, de acordo com IPVS 2000. Consideradas as transformações pela qual passou o IPVS, se a realidade social dessas pessoas não houvesse mudado em nada de 2000 para 2010, esperava-se encontrar esse contingente populacional distribuído entre os grupos 4 (média vulnerabilidade social) e 7 (alta vulnerabilidade social – rurais) no IPVS 2010. No entanto, é possível observar no IPVS 2010 a presença de 6,1% da população em situação de

alta vulnerabilidade social e que residem na área urbana, algo que na edição anterior deveria ser encontrada no “Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta” e não consta. Somados os grupos 5, 6 e 7 do IPVS 2010 tem-se que 43,6% da população mirantense apresenta alta vulnerabilidade social e que, destes, 86% residem na zona rural.

TABELA 13: Mirante do Paranapanema e Narandiba – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) dos municípios – 2000 a 2010.

Ano	Classificação	População exposta (%)	
		Mirante do Paranapanema	Narandiba
2000	Grupo 1 - Nenhuma Vulnerabilidade	-	-
	Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa	3,17	-
	Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa	0,57	-
	Grupo 4 - Média Vulnerabilidade	-	-
	Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta	96,26	78,01
	Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta	-	21,99
2010	Grupo 1 - Baixíssima Vulnerabilidade	-	-
	Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa	3,20	12,50
	Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa	1,40	-
	Grupo 4 - Vulnerabilidade Média (Urbanos)	51,90	38,90
	Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta (Urbanos)	6,10	31,90
	Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos)	-	-
	Grupo 7 - Vulnerabilidade Alta (Rurais)	37,50	16,70

Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

No caso da população de Narandiba, tomando-se por base o IPVS 2000, a situação de vulnerabilidade social é patente – 100% população estava em situação de vulnerabilidade social alta ou muito alta. Observado o IPVS 2010 verifica-se que há modificação na distribuição, algo que não se observa em Mirante do Paranapanema, e 12,5% apresenta vulnerabilidade social muito baixa. Segundo esse indicador, a vida melhorou para esse contingente da população.

Para possibilitar melhor comparação foi elaborada a Tabela 14, com a reorganização dos dados relativos ao IPVS obedecendo aos critérios de classificação utilizados na edição 2000. Como é possível observar, apesar da chegada das usinas, permanecem em situação de vulnerabilidade social (alta ou muito alta) 95,5% da população mirantense e 87,5% da narandibense. Ou seja, em Mirante do Paranapanema o quadro de vulnerabilidade social praticamente se mantém, ao passo que em Narandiba há pequena melhora segundo este indicador. Isso demonstra que a capacidade do setor sucroenergético em transformar a realidade é limitada e adstrita a localidades em que o ecossistema empresarial é limitado e, consequentemente, são restritas as opções para geração de trabalho e renda.

TABELA 14: Mirante do Paranapanema e Narandiba – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) reorganizado segundo classificação do IPVS 2000 – 2000 a 2010.

Classificação	População exposta (%)			
	Mirante do Paranapanema		Narandiba	
	2000	2010	2000	2010
Grupo 1 - Nenhuma Vulnerabilidade	-	-	-	-
Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa	3,17	3,20	-	12,50
Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa	0,57	-	-	-
Grupo 4 - Média Vulnerabilidade	-	1,40	-	-
Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta	96,26	89,40	78,01	55,60
Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta	-	6,10	21,99	31,90

Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

Em reportagem publicada no jornal O Imparcial, edição de 05/07/2018, Buosi (2018) apresenta o estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e “que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde” (FIRJAN, 2018). Apesar de publicado em 2018, o estudo tem por base o ano de 2016 e os números são apresentados na Tabela 15.

Ao se considerar o IFDM-Geral, dos 31 municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente, segundo esse estudo, 4 (12,9%) apresentariam alto desenvolvimento, todos os demais são enquadrados como desenvolvimento moderado. Os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, classificados nesse estudo como desenvolvimento moderado, apresentam IDH-M alto. É importante destacar que Estrela do Norte e Pirapozinho, dois municípios sem a presença de unidades sucroenergéticas estão entre aquelas com alto desenvolvimento, segundo este indicador. Gera certa preocupação quanto a acurácia deste estudo, quando apresenta o município de Estrela do Norte, com 2.658 habitantes em 2017, comércio incipiente, sem indústrias e poucas oportunidades de trabalho além do serviço público municipal, como o primeiro colocado na Região do Pontal do Paranapanema e o terceiro dentre todos os municípios paulistas e brasileiros.

Na dimensão emprego e renda, os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba estão entre os 17 (54,8%) dos municípios da Região de Governo de Presidente Prudente com IFDM regular – o IDH-M deles é classificado como médio. Na dimensão educação, o estudo da FIRJAN apresenta todos os 31 municípios da região como tendo alto desenvolvimento, contrapondo o médio desenvolvimento evidenciado pelo IDH-M educação para os municípios estudados. Na dimensão saúde há também 17 municípios (54,8%) da região classificados como alto desenvolvimento, dentre os quais também figuram Mirante do Paranapanema e Narandiba.

TABELA 15: Região de Governo de Presidente Prudente – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	Ranking (IFDM Geral)		
					Regional	Estadual	Nacional
Alfredo Marcondes	0,7984	0,5729	0,9862	0,8361	5°	186°	455°
Álvares Machado	0,7604	0,5407	0,8986	0,8420	10°	332°	978°
Anhumas	0,7330	0,3609	0,9738	0,8642	16°	430°	1435°
Caiabu	0,6695	0,2934	0,9289	0,7862	25°	602°	2834°
Caiuá	0,6412	0,3988	0,8802	0,6445	28°	630°	3464°
Emilianópolis	0,6357	0,3676	0,9099	0,6295	30°	632°	3587°
Estrela do Norte	0,8810	0,7365	0,9978	0,9087	1°	3°	3°
Euclides da Cunha Paulista	0,6919	0,3658	0,8717	0,8384	22°	555°	2313°
Iepê	0,7276	0,4435	0,9298	0,8095	18°	453°	1546°
Indiana	0,7549	0,5050	0,9750	0,7847	13°	357°	1071°
Marabá Paulista	0,6381	0,3222	0,8710	0,7210	29°	631°	3526°
Martinópolis	0,6967	0,3836	0,9719	0,7345	21°	547°	2206°
Mirante do Paranapanema	0,7539	0,4227	0,9315	0,9075	14°	363°	1092°
Nantes	0,7470	0,5380	0,9564	0,7467	15°	388°	1199°
Narandiba	0,7657	0,5195	0,9430	0,8345	9°	305°	884°
Piquerobi	0,6461	0,3981	0,9149	0,6252	26°	627°	3348°
Pirapozinho	0,8047	0,5697	0,9529	0,8917	4°	166°	378°
Presidente Bernardes	0,6814	0,4978	0,9053	0,6412	24°	582°	2548°
Presidente Epitácio	0,6912	0,3968	0,9302	0,7467	23°	557°	2337°
Presidente Prudente	0,8535	0,7201	0,9563	0,8840	2°	40°	64°
Presidente Venceslau	0,7182	0,4136	0,9604	0,7807	19°	489°	1745°
Rancharia	0,7706	0,5120	0,9744	0,8254	8°	285°	794°
Regente Feijó	0,7596	0,5368	0,9713	0,7708	12°	339°	991°
Ribeirão dos Índios	0,6136	0,3380	0,8829	0,6198	31°	636°	3953°
Rosana	0,7602	0,4724	0,9376	0,8707	11°	334°	982°
Sandovalina	0,8204	0,5914	0,9308	0,9390	3°	117°	241°
Santo Anastácio	0,6427	0,4336	0,9164	0,5782	27°	629°	3429°
Santo Expedito	0,7791	0,5254	0,8838	0,9282	6°	254°	673°
Taciba	0,7301	0,3973	0,9742	0,8188	17°	442°	1489°
Tarabai	0,7708	0,5499	0,8725	0,8901	7°	283°	789°
Teodoro Sampaio	0,7155	0,3471	0,9429	0,8564	20°	498°	1804°

Legenda: Desenvolvimento  alto,  moderado,  regular ou  baixo.

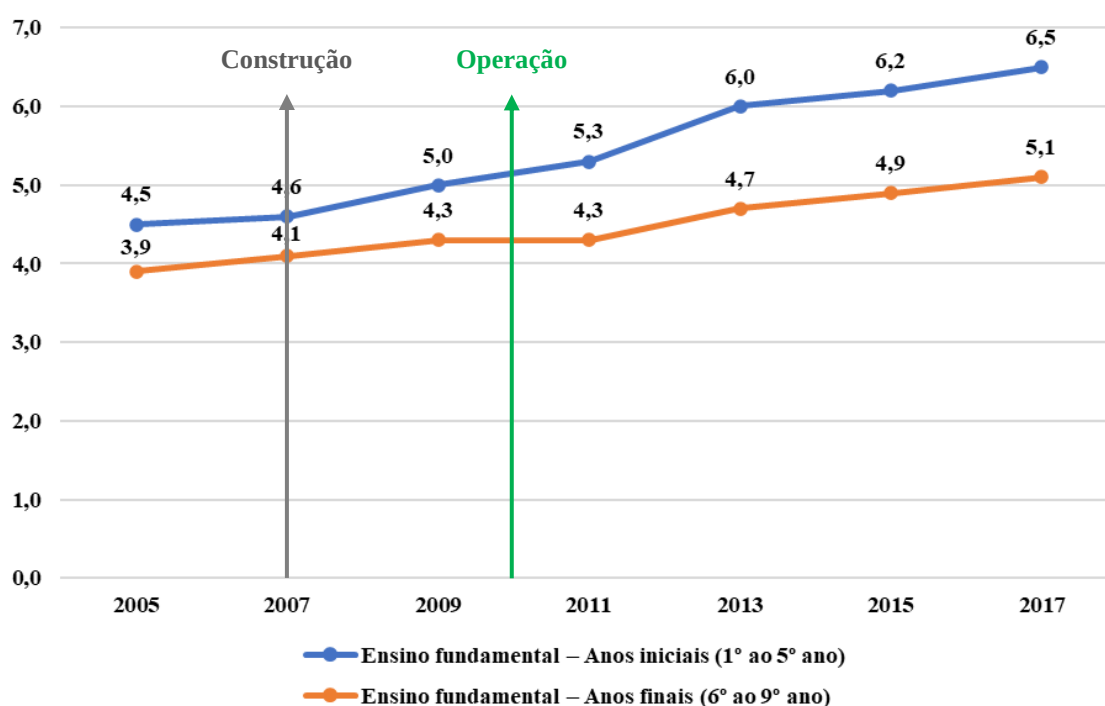
Fonte: Firjan (2018), Buosi (2018) – Organizado e adaptado pelo autor.

Compreendendo que o desenvolvimento não obtém sem avanços na educação e que a educação básica, em especial os anos iniciais (1º ao 5º ano), são de responsabilidade dos municípios, serão apresentados a seguir os Gráficos 27 a 29. Estes gráficos evidenciam o desempenho dos municípios estudados e do conjunto de municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente – exceto aqueles com presença de usina – no provimento da educação básica, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O que se observa no município de Mirante do Paranapanema é a curva ascendente, que mantém certa regularidade e não retrocede em momento algum no período, tanto no que se refere aos anos iniciais quanto finais (Gráfico 27). A inexistência de informação anterior a 2005 torna impossível afirmar que tenha ocorrido alguma alteração significativa provocada pelo início da construção da Usina Conquista do Pontal. No que se refere aos anos iniciais do ensino

fundamental o que se observa é o crescimento de 0,1 na média obtida em 2007, ano em que se iniciou a construção. Já o IDEB de 2009 (durante a construção) apresenta crescimento de 0,4 frente a média anterior (2007) e a média obtida em 2011 (após a entrada em operação da usina) cresce mais 0,3 pontos; salto mais significativo ainda, de 0,7 pontos, apresenta o IDEB de 2013. O IDEB referente aos anos finais do ensino fundamental evoluiu 1,2 pontos em todo o período. Dessa forma, não há como negar que a educação básica em Mirante do Paranapanema tenha avançado no período.

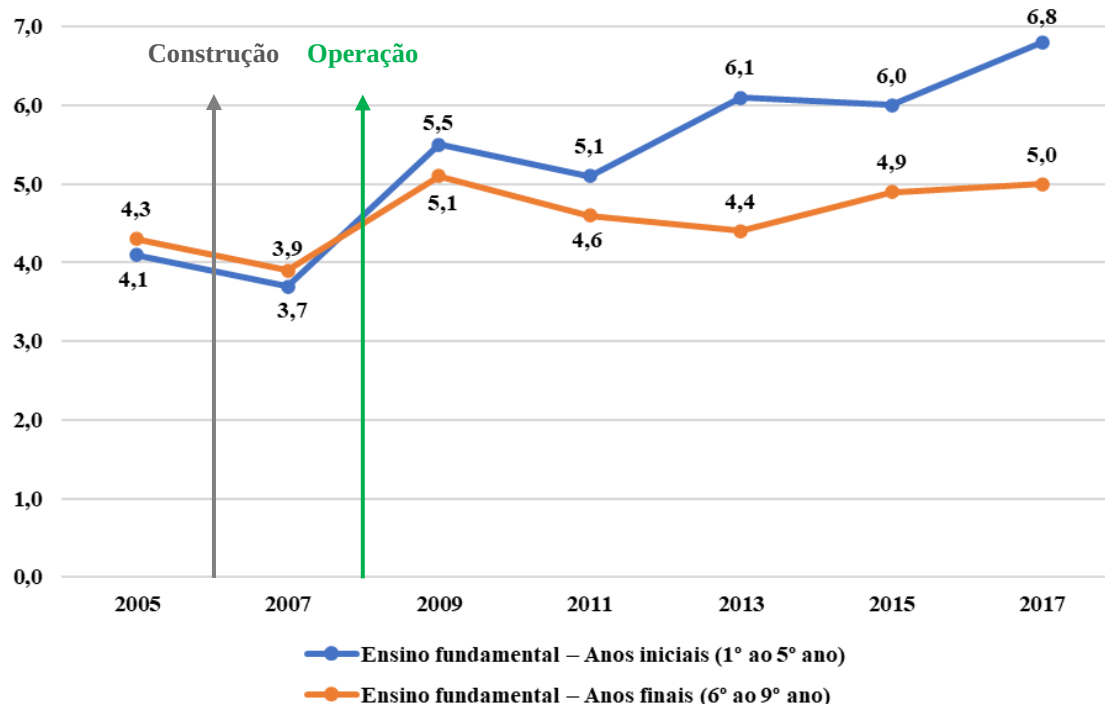
GRÁFICO 27: Mirante do Paranapanema – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017.



Fonte: INEP – Organizado pelo autor.

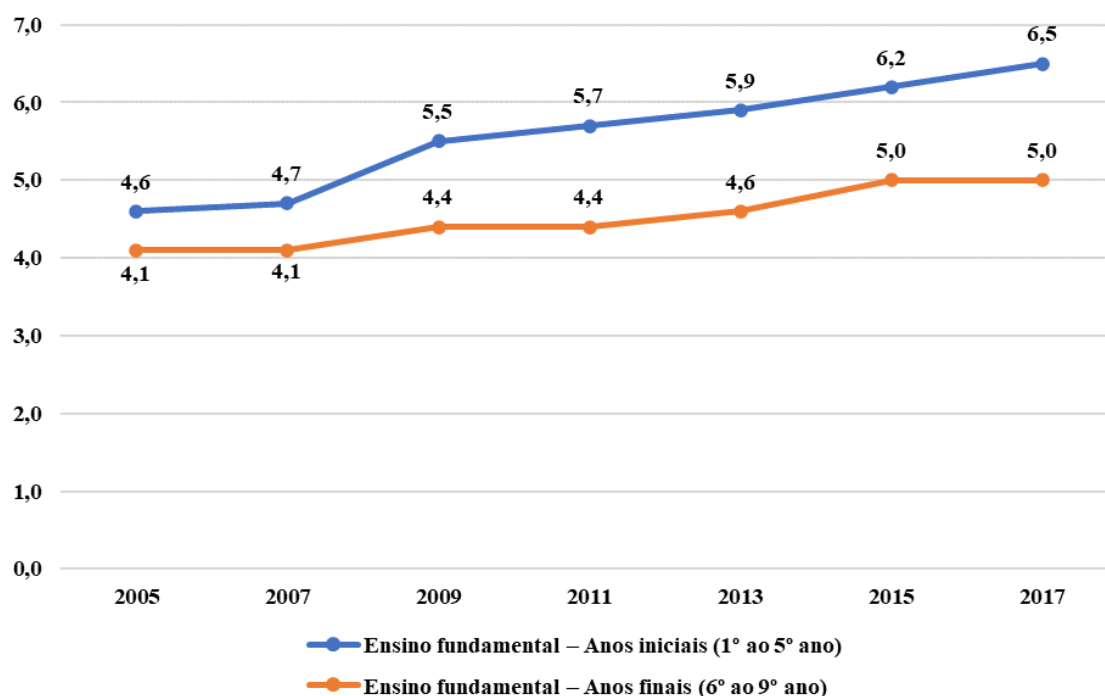
Já em Naranđiba observa-se, em ambas as etapas da educação básica, que o indicador apresenta instabilidade significativa em todo o período – com momentos de retração, inclusive no período de construção da Usina Cocal –, mas com tendência geral de crescimento. Essas oscilações são mais acentuadas na etapa inicial do ensino fundamental, de responsabilidade do município (Gráfico 28). É importante destacar que as duas primeiras amostragens do IDEB (2005 e 2007) apresentam os anos iniciais da educação básica com desempenho inferior ao dos anos finais e indicador com tendência decrescente, quadro este que vai reverter-se completamente já no IDEB de 2009.

GRÁFICO 28: Narandiba – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017.



Fonte: INEP – Organizado pelo autor.

GRÁFICO 29: Região de Governo de Presidente Prudente, exceto municípios com presença de usina – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2005 a 2017.



Fonte: INEP – Organizado pelo autor.

No entanto, em que pese persistam as oscilações, o desempenho no IDEB vai elevar-se com a entrada em operação da usina, principalmente no que se refere aos anos iniciais do ensino

fundamental, em que a nota obtida pelo município vai ultrapassar àquela obtida pelo município de Mirante do Paranapanema e ficará, inclusive, acima daquela alcançada pelo conjunto dos municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente, exceto os municípios com presença de usina (Gráfico 29).

Os Gráficos 27 e 29 demonstram que o município de Mirante do Paranapanema apresenta desempenho no IDEB muito semelhante àquele apresentado pelo conjunto de municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, inclusive fechando a série histórica com desempenho idêntico. O que os Gráficos 27, 28 e 29 têm em comum é que eles revelam a abertura de brecha qualitativa representada pelo desempenho mais elevado obtido pelos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental frente àquele obtido pelos estudantes dos anos finais. Isso é forte indicativo de que, ao menos na educação, o setor sucroenergético tem possibilitado aos municípios em que se instala, no máximo, acompanhar os avanços obtidos pelo conjunto de municípios da região nos quais ele não se faz presente.

4. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DE ESTUDO

Este capítulo é dedicado a apresentação e análise dos dados obtidos junto a base empírica da pesquisa mediante a realização das entrevistas. É momento em que se buscou aplicar o conhecimento proporcionado pela reflexão teórica e pela análise dos dados secundários em busca de melhor apreender a realidade apresentada pelo objeto de estudo. O estudo envolveu a realização de 57 entrevistas divididas entre os municípios de Mirante do Paranapanema (32) e Narandiba (25) e o roteiro da entrevista encontra-se em anexo.

Como já foi demonstrado na parte introdutória deste trabalho, mais especificamente na parte em que se delimitou geograficamente a área da pesquisa, os municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, apesar de serem relativamente próximos, possuem dimensões e realidades bem distintas. Dada a existência de algumas discrepâncias nos dados obtidos em cada município as informações obtidas nas entrevistas foram apresentadas separadamente. No entanto, antes de iniciar a apresentação dos dados, será realizada, em seguida, breve caracterização dos dois empreendimentos do setor sucroenergético que se instalaram nesses municípios.

A Usina Conquista do Pontal tem sua origem na ETH Bioenergia, constituída em 2007 com investimentos do Grupo Odebrecht e que teve como primeira aquisição a Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio/SP. Fruto de um dos três projetos iniciais da ETH Bioenergia, teve o início de sua construção ainda em 2007 e entrou em operação em 2010 com a produção de etanol e cogeração de energia elétrica, vindo a produzir açúcar a partir de 2012. A capacidade de processamento da Usina Conquista do Pontal é de 4,5 milhões de toneladas de cana. Em 2013 a ETH Bioenergia mudou de nome para Odebrecht Agroindustrial e no final de 2017 para Atvos. Com 9 unidades agroindustriais, distribuídos em 6 polos produtivos e presente de 4 unidades da federação, na safra 2017/2018, o Grupo Atvos empregou 11 mil trabalhadores, processou 25,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produziu 1,8 bilhão de litros de etanol e 456,3 mil toneladas de açúcar VHP, além de gerar 1,8 mil GWh de energia elétrica (ATVOS, 2019).

Originária do município de Paraguaçu Paulista, onde possui uma unidade desde a década de 1980, a unidade de Narandiba da Usina Cocal começou a ser construída em 2006 e entrou em operação no ano de 2008, segundo dados disponíveis no site oficial da empresa. Projetada para processar 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano, começou processando 2,5 milhões de toneladas para produção de açúcar e etanol, e em 2010 teve início a cogeração de

energia elétrica. Juntas, as duas unidades da Cocal empregam mais de 4,8 mil colaboradores, cultivam 133 mil hectares e produzem 8,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 700 mil toneladas de açúcar e 350 mil m³ de etanol, além da capacidade para gerar até 450 mil MWh de energia elétrica (COCAL, 2019).

4.1. Mirante do Paranapanema

O município de Mirante do Paranapanema foi o segundo a ser pesquisado e envolveu a realização de 32 entrevistas. Quanto ao local de domicílio, 31 (96,9%) informaram residir no próprio município – houve apenas o caso de 1 pessoa que trabalha no município, mas declarou residir em Teodoro Sampaio – e 21 (65,6%) declararam residir no campo, enquanto 11 (34,4%) disseram morar na cidade. Essa divisão entre citadinos e camponeses não foi arbitrária e não tem relação com o expressivo contingente populacional desse município que ainda mora na zona rural (41,12%), mas algo que foi sendo construído no contato direto com as pessoas e mediante indicações. Do total de entrevistados, 28 (87,5) disseram ser proprietários do local onde moram.

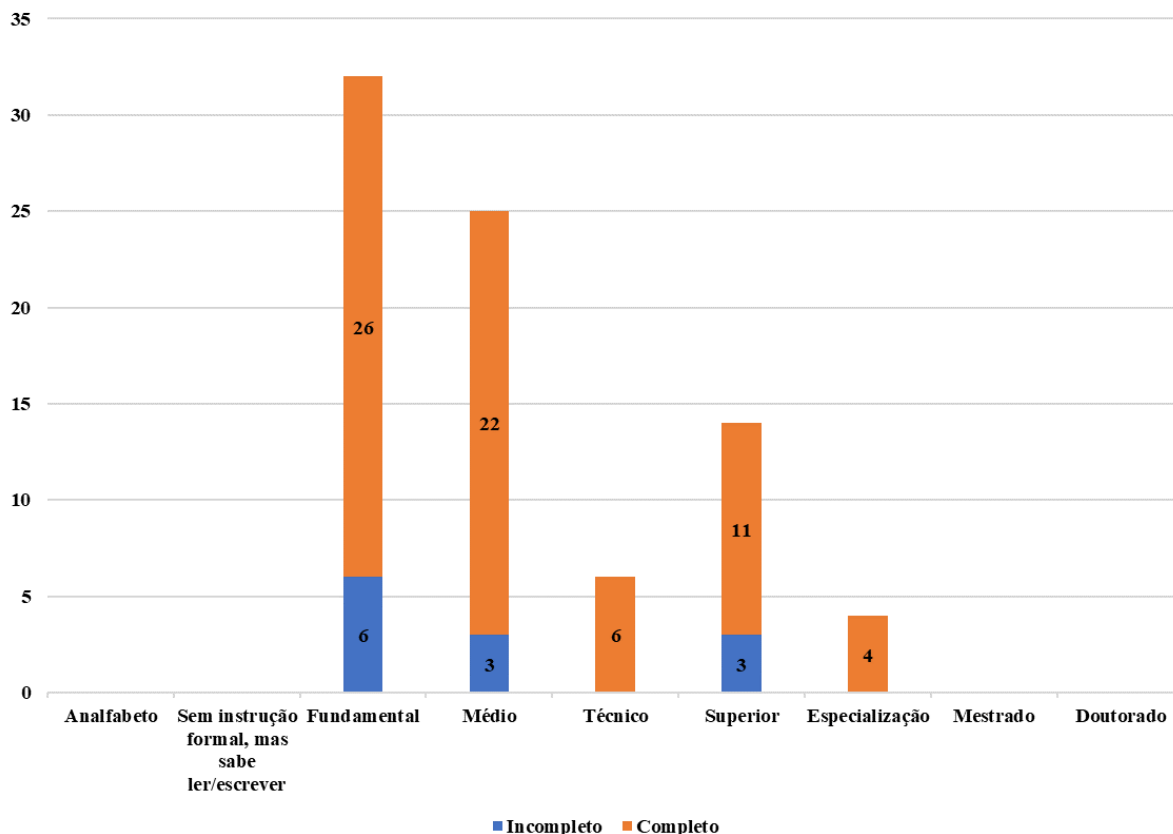
Já no que se refere ao município de nascimento, 19 (59,4%) informaram ter nascido em outros municípios, sendo que, destes, 11 (57,9%) são originários de outros estados – principalmente do Paraná – e também 11 (57,9%) relataram ter vindo para a região em função da luta pela terra e da reforma agrária (assentados), além de 2 (10,5%) que adquiriram os direitos do lote. Somados, 68,4% dos entrevistados que nasceram em outras localidades vieram para Mirante do Paranapanema em decorrência da reforma agrária.

Segundo dados do Dataluta (2014, 2016), até o ano de 2013, o município possuía 35 (trinta e cinco) assentamentos de reforma agrária – 30,7% dos 114 assentamentos localizados na Região do Pontal do Paranapanema, 12,9% dos 272 existentes no estado de São Paulo, 4,1% dos 854 realizados no Região Sudeste e 0,37% dos 9.444 assentamentos criados no Brasil. Em Mirante do Paranapanema foram 1.698 as famílias beneficiadas com esses assentamentos e que receberam um lote com 20,9 hectares (8,6 alqueires) em média, incluindo áreas de reserva legal e de proteção permanente

O público envolvido com a pesquisa no município de Mirante do Paranapanema envolveu alguns vereadores, boa parte do *staff* municipal (diretores ou secretários municipais de agricultura, cultura, educação, esportes e lazer, promoção social, saúde, serviços, etc.),

produtores rurais e outros tipos de trabalhadores. O Gráfico 30 apresenta o perfil instrucional dos sujeitos que compõe a amostra entrevistada no município de Mirante do Paranapanema.

GRÁFICO 30: Mirante do Paranapanema – Perfil instrucional da amostra.



Fonte: O autor.

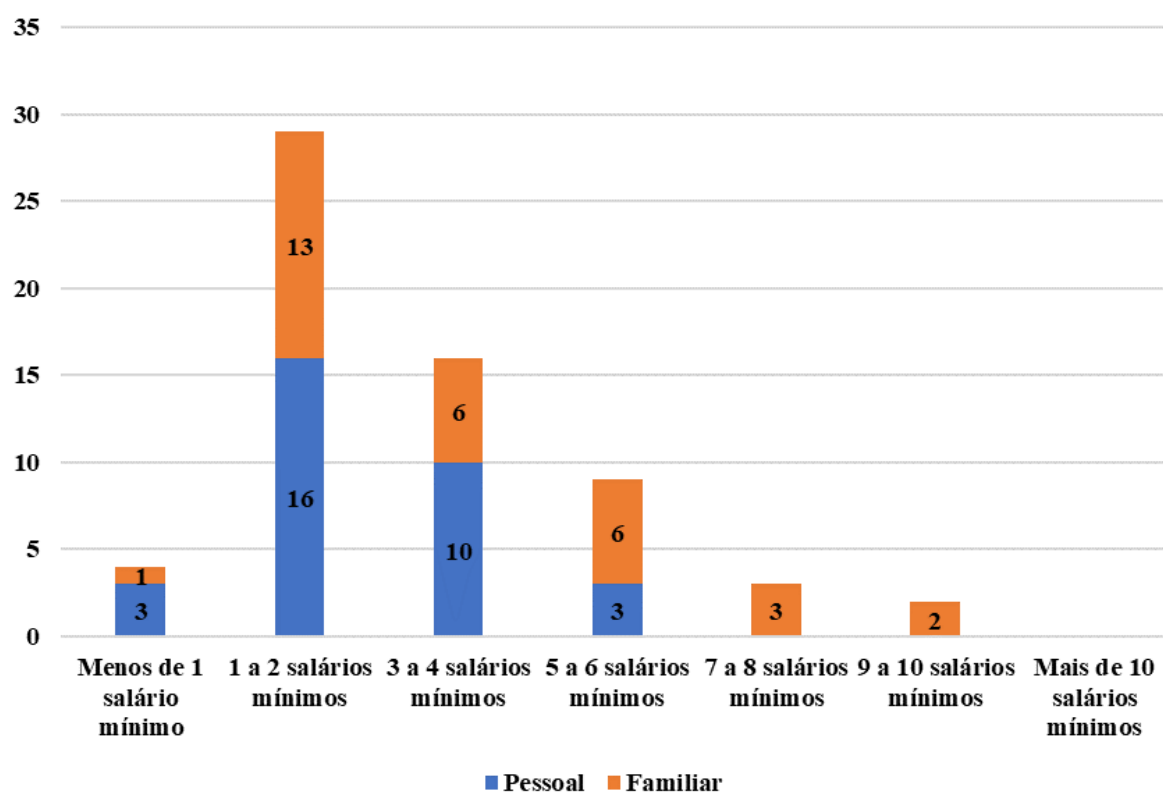
Como é possível observar, das 32 (trinta e duas) pessoas entrevistadas, 81,3% concluiu o ensino fundamental, 68,8% o ensino médio e apenas 34,4% alcançaram concluir um curso superior. Em que pese aquilo que preconizam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96) – apesar de já decorridos 3 décadas e duas décadas, respectivamente, e já no princípio da terceira década do século XXI –, 31,2% dos entrevistados ainda não lograram concluir a educação básica, sendo que 18,8% não concluiu sequer o ensino fundamental. Além disso, apenas 12,5% dos entrevistados alcançou concluir uma especialização, nível instrucional máximo alcançado pelos integrantes da amostra pesquisada em Mirante do Paranapanema.

Os números apresentados permitem afirmar que o perfil instrucional dos entrevistados é baixo. A título de comparação, o percentual de pessoas que não concluíram a educação básica é quase o dobro do encontrado em Narandiba e daqueles que não concluíram o ensino fundamental é mais que o dobro. É importante destacar ainda que, segundo a Fundação Seade,

os dados censitários de 2010 demonstram que o município de Mirante do Paranapanema apresenta taxa de analfabetismo de 12,5% entre a população com 15 anos de idade ou mais e que, da população com idade entre 18 e 24 anos, apenas 55,75% concluiu o ensino médio.

Considerado apenas a dimensão quantitativa, apesar dos avanços, essas poucas informações são suficientes para demonstrar que Mirante do Paranapanema, assim como Nandiba, ainda tem um longo caminho a percorrer quando o assunto se refere a democratização e universalização do ensino. A dimensão qualitativa não é coberta por este trabalho. É importante lembrar que, conforme apresentado no capítulo anterior, o IDEB demonstra que esses municípios tem realizado avanços ao menos na educação básica. Segundo informações prestadas pelos entrevistados, 81,3% das famílias são compostas por 2 a 4 membros e o perfil da renda pessoal e familiar dos participantes é apresentado no Gráfico 31.

GRÁFICO 31: Mirante do Paranapanema – Rendas pessoal e familiar dos entrevistados (em salários mínimos).



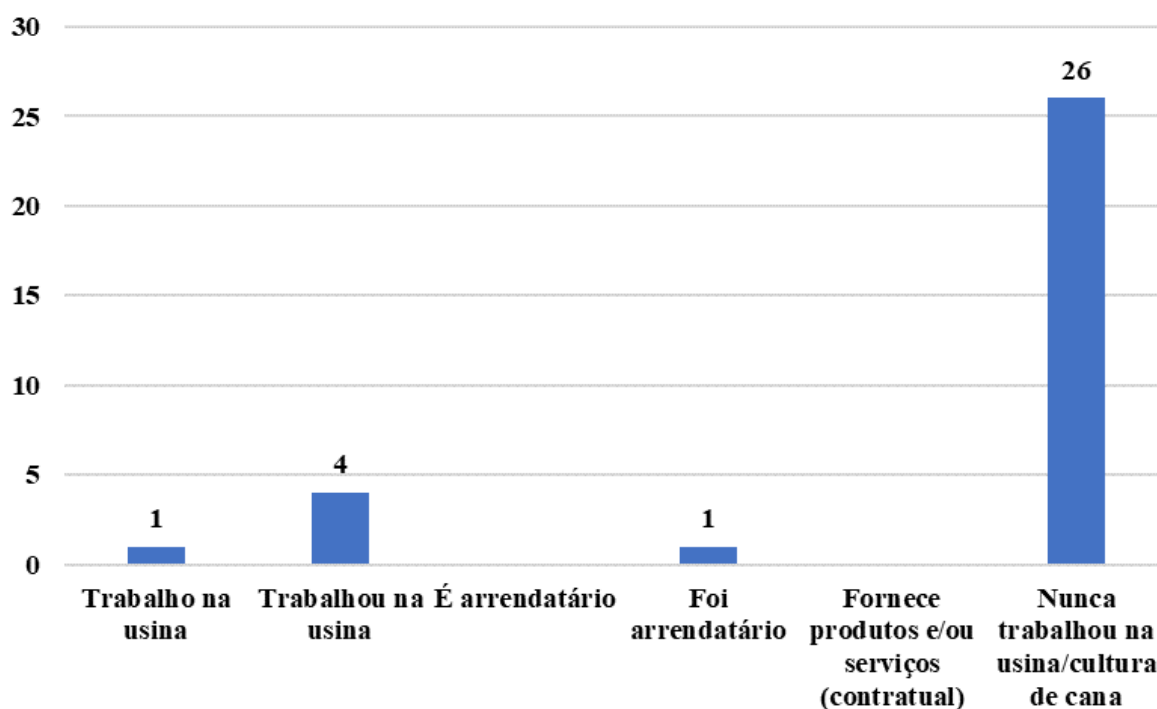
Fonte: O autor.

Existe, por parte dos entrevistados, relativo receio em revelar sua renda pessoal e/ou familiar, o que pode levar a negativa em informar ou a imprecisão da informação. A renda pessoal declarada por 81,3% dos entrevistados situa-se na faixa que vai de 1 a 4 salários mínimos, e a renda familiar de 71% dos 31 que forneceram essa informação está entre 1 e 6

salários. Em ambos os casos, a maior parte da renda dos mirantenses está concentrada entre 1 e 2 salários mínimos. Como pode ser observado, a renda familiar informada em Mirante do Paranapanema é relativamente bem menor do que em Narandiba.

Neste momento julga-se importante explicitar os vínculos pessoais ou familiares dos entrevistados com a Usina Conquista do Pontal e/ou com o cultivo da cana-de-açúcar. Considera-se essa informação relevante, vez que a existência de tais vínculos pode influenciar nas respostas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa. Como pode ser observado através dos Gráficos 32 e 33, daqueles que foram entrevistados, há, de um lado, o predomínio quase absoluto de pessoas que nunca tiveram qualquer vínculo com a usina – 81,3% – (Gráfico 32), e, de outro, o relativo equilíbrio na relação familiar, entre a presença de familiares que trabalham ou já trabalharam na usina (37,5%) e famílias em que seus membros não estabeleceram, até aquele momento, qualquer laço (Gráfico 33) para com a usina e/ou cultura canavieira (40,6%).

GRÁFICO 32: Mirante do Paranapanema – Relação pessoal dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar.



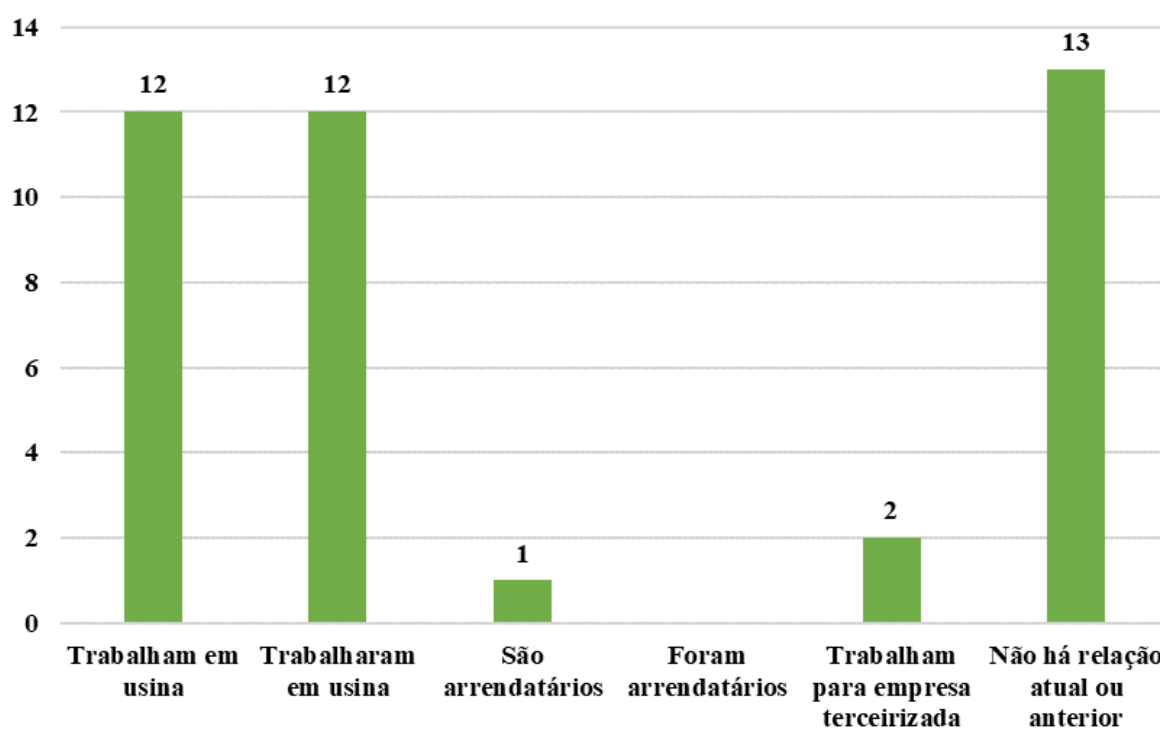
Fonte: O autor.

Muitos entrevistados chegaram a afirmar que os assentamentos de reforma agrária – 35 ao todo – foram e são muito mais importantes para o município do que a usina. Alguns afirmaram também que o maior beneficiado pela instalação da usina acabou sendo o município vizinho, Teodoro Sampaio. Há, segundo os entrevistados, a preferência por parte da usina em

contratar mão de obra residente em Teodoro Sampaio, informação esta que não foi confirmada quando se analisou, no capítulo anterior, os números relativos aos empregos nos dois municípios.

Isso não significa que a usina não seja importante para o município, apenas que existem outras possibilidades além dela; ou seja, não há ali a mesma dependência verificada em Narandiba. Isso se deve a um conjunto de fatores: trata-se de cidade maior, com o comércio e o setor de serviços mais desenvolvidos, além da presença dos assentamentos de reforma agrária. É preciso destacar que houve a melhora em alguns indicadores, como por exemplo o rendimento médio total dos empregos formais, o IDH-M e os investimentos em saúde e educação, mas a vulnerabilidade social permaneceu estagnada, segundo o IPVS.

GRÁFICO 33: Mirante do Paranapanema – Relação familiar dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar.



Fonte: O autor.

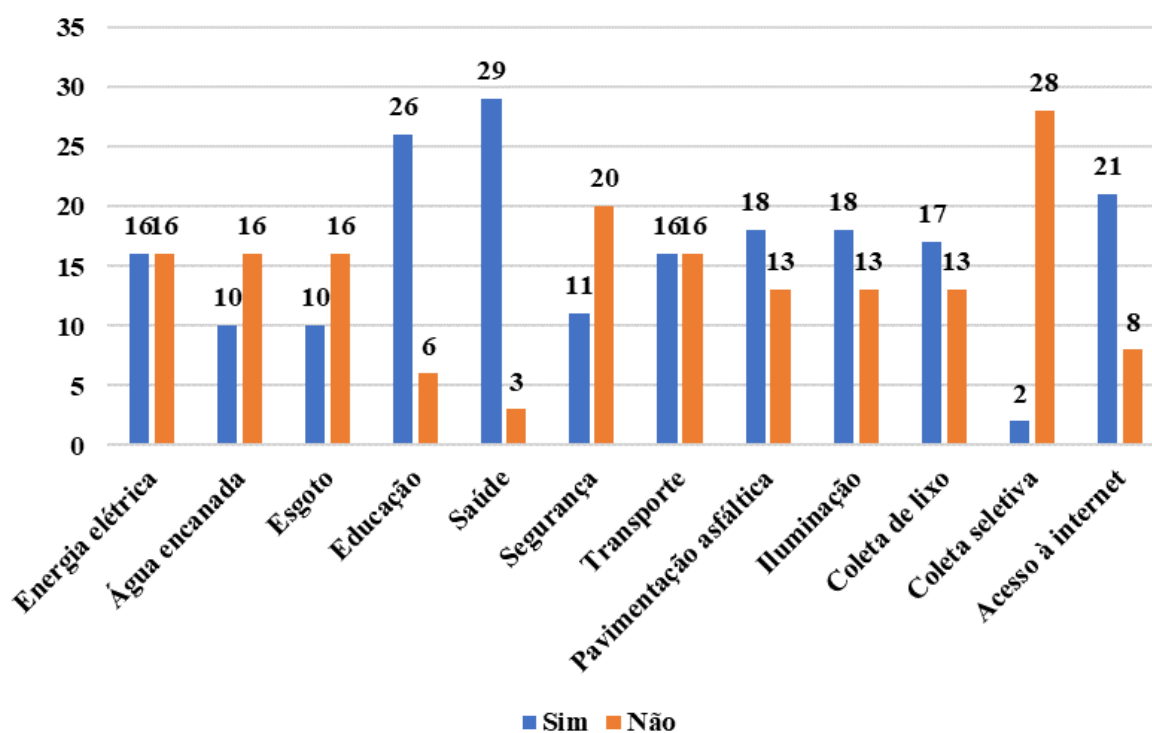
Aos entrevistados que não possuem vínculo com a usina, buscou-se captar o interesse, ou não, em trabalhar lá, seja como funcionário ou terceirizado. Destes, 67,7% disseram não ter interesse em trabalhar na usina, 29% informaram que gostariam de trabalhar como funcionário e 3,2% demonstraram interesse em trabalhar para empresas terceirizadas. Os que demonstraram interesse em trabalhar na usina apontaram como áreas de preferência a agrícola, ambiental, laboratório, transportes, etc. Em Narandiba essa pergunta foi apresentada apenas a 9 dos 25

entrevistados, dos quais 5, pouco mais que a metade, manifestou interesse em trabalhar na Usina Cocal.

Concluída a caracterização dos sujeitos que integram a amostragem referente ao município de Mirante do Paranapanema, doravante discorrer-se-á sobre as questões que foram apresentadas aos entrevistados. Essas questões buscaram captar as percepções, entendimentos e/ou pontos de vistas sobre aspectos importantes para esclarecer como são percebidos pela população do município a implantação e os impactos, sejam eles positivos ou negativos, decorrentes da usina.

Como a ideia inicial deste estudo era ter como ponto de partida o ano de 2007, pelas razões já referidas anteriormente, aos entrevistados foi solicitado que informassem se, na opinião deles, teria havido aumento na oferta ou melhoria na qualidade de alguns serviços públicos, bem como o que teria contribuído nesse sentido – questão 3 do roteiro de entrevista. É importante destacar que parte dos entrevistados não se julgaram em condições de avaliar alguns serviços, em especial, mas não somente, por residirem em áreas onde eles não são ofertados. A avaliação dos entrevistados encontra-se sumariada no Gráfico 34.

GRÁFICO 34: Mirante do Paranapanema – Avaliação quanto ao aumento na oferta ou melhoria na qualidade dos serviços públicos a partir de 2007.

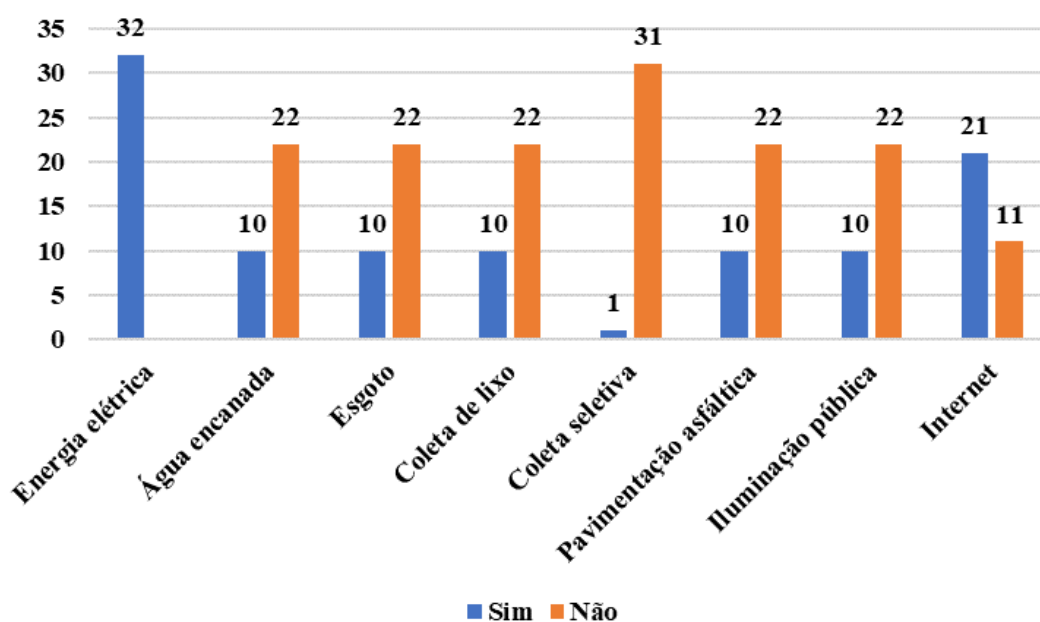


Fonte: O autor.

Como pode ser observado, os serviços em que houve maiores avanços a partir de 2007, segundo os entrevistados, foram a saúde (90,6%), a educação (81,3%) e o acesso à internet (72,4%). Na opinião dos entrevistados, os serviços com pouco ou nenhum avanço foram a coleta seletiva (93,3%) e a segurança pública (64,5%). Quanto aos demais serviços há relativo equilíbrio entre aqueles que consideram que houve algum progresso e aqueles para quem isso não aconteceu. É importante ter em conta que, apesar de 2 (dois) entrevistados informarem que houve avanços na coleta seletiva, trata-se de serviço em que não há evidência empírica de sua existência, pelo contrário, todos os demais respondentes informaram que o município ainda não possui implantada e operando a coleta seletiva.

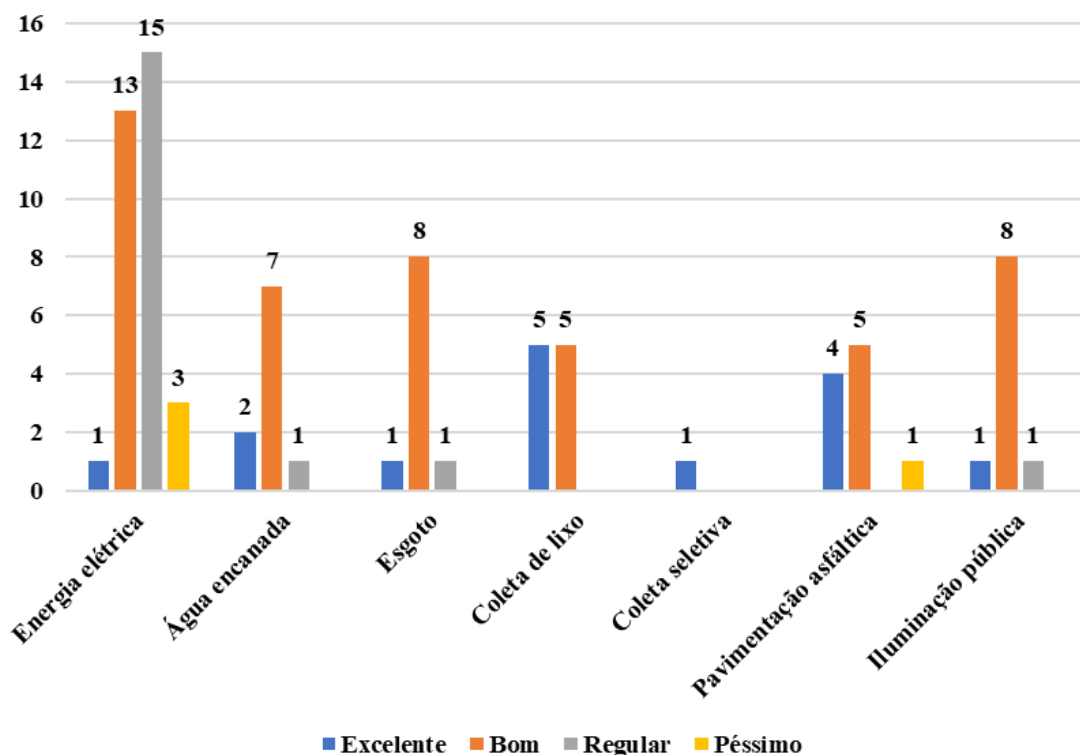
Em que pese os avanços em alguns serviços, os mirantenses consideram que eles estão muito mais atrelados a gestão municipal do que em função da implantação da usina, razão pela qual, inclusive, alguns participantes optaram por não responder esta parte da entrevista. No que se refere aos serviços de segurança pública ficou nítido certo grau de descontentamento, motivado, segundo os entrevistados, pela redução do efetivo policial (inclusive delegado) e o encerramento de alguns serviços, que foram transferidos para outra cidade da região (caso do 190). Em seguida duas outras questões foram colocadas aos entrevistados e tiveram como objetivo verificar a presença de tais serviços públicos no local de residência e como está a satisfação deles com tais serviços – questões 4 e 5 –, cujas respostas encontram-se resumidas nos Gráficos 35 e 36.

GRÁFICO 35: Mirante do Paranapanema – Oferta de serviços públicos no local de residência dos entrevistados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 36: Mirante do Paranapanema – Avaliação da qualidade dos serviços públicos.



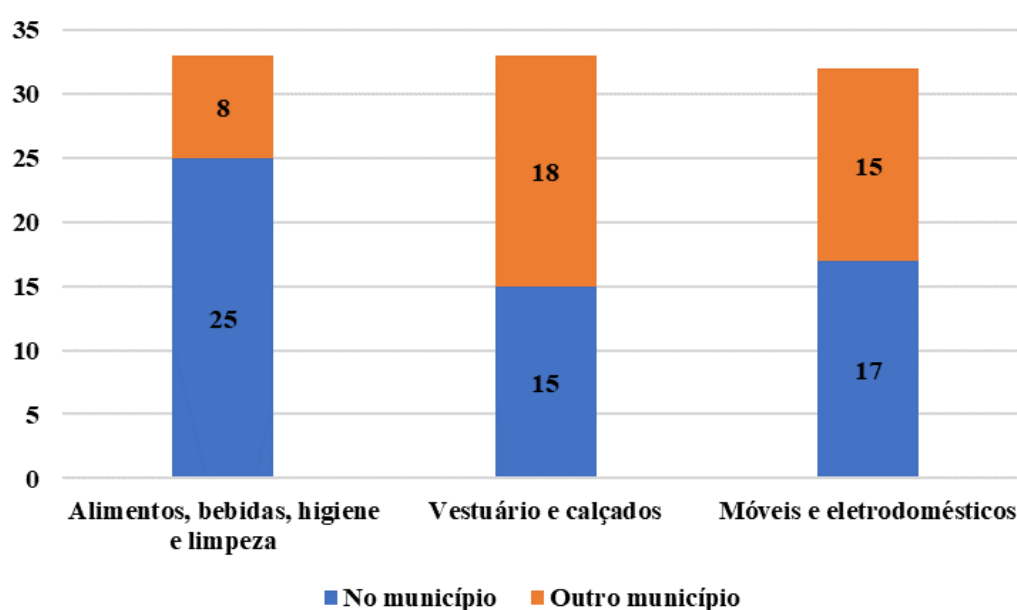
Fonte: O autor.

Assim como em Naranjito, o único serviço público que atinge 100% dos entrevistados é o provimento de energia elétrica. O segundo serviço a atingir o maior número de domicílios é o acesso à internet, disponível para 65,6% dos entrevistados, ou seja, tem-se ainda 34,4% dos mirantenses residentes na zona rural excluídos do acesso à internet. Boa parte daqueles que residem na zona rural permanecem também excluídos quanto a prestação dos serviços de água encanada, esgoto, coleta de lixo, coleta seletiva, pavimentação asfáltica e iluminação pública. Diferentemente de quem mora na cidade, essas pessoas precisam desenvolver suas próprias estratégias, as suas próprias expensas, dentro do que é possível, mesmo que nem sempre sejam as mais adequadas.

A exceção do serviço de energia elétrica, o Gráfico 36 permite observar que os serviços foram avaliados positivamente pelos respondentes. No entanto, em Mirante do Paranapanema, a energia elétrica, único serviço a atingir todos os domicílios, tem avaliação relativamente negativa segundo 56,3% dos entrevistados que avaliaram o serviço como regular (46,9%) ou péssimo (9,4%). Essa avaliação é sustentada pelos entrevistados mediante relatos de instabilidade do serviço – muita oscilação e interrupção, que resulta na queima de equipamentos – e mau atendimento por parte da concessionária.

A implantação de grandes empreendimentos, como é o caso da usina sucroenergética, vem carregada pela expectativa de alavancar a economia através da geração de emprego e renda. Para avaliar se a massa salarial é gasta no próprio município ou se há evasão de receita para outros municípios, os entrevistados foram questionados quanto ao local – se no município ou em outro município – em que realizavam os gastos referentes a três grupos de produtos: a) alimentos, bebidas, higiene e limpeza; b) vestuário e calçados; e c) móveis e eletrodomésticos. O resultado encontra-se ilustrado no Gráfico 37.

GRÁFICO 37: Mirante do Paranapanema – Local onde os entrevistados realizam suas compras.



Fonte: O autor.

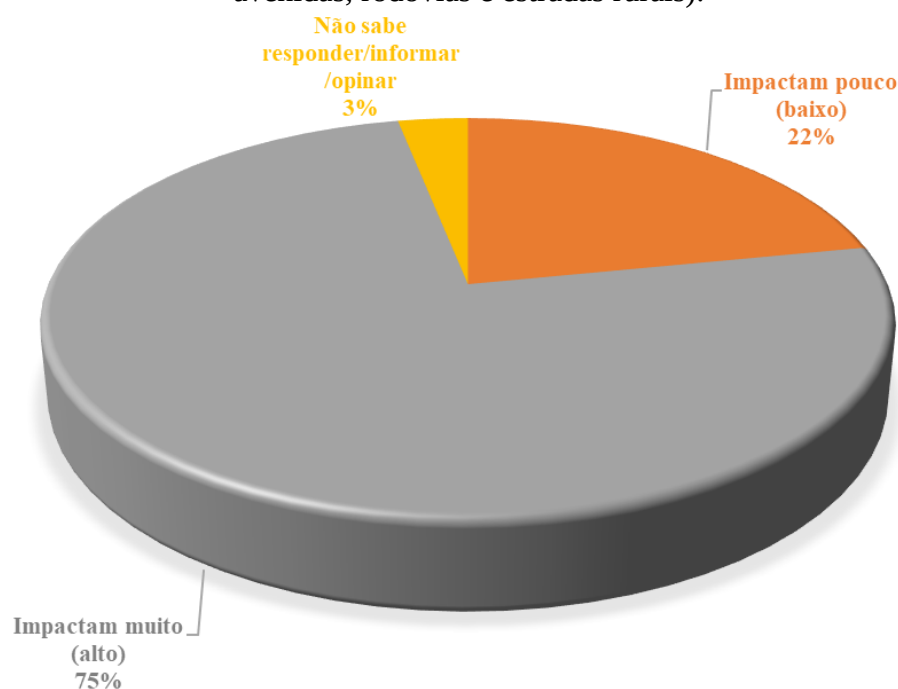
No quesito referente ao local em que são realizadas as despesas familiares, a realidade encontrada no município de Mirante do Paranapanema é contrastante àquela de Narandiba. Com o comércio mais desenvolvido Mirante do Paranapanema consegue reter no município parte significativa da massa salarial gasta com os produtos envolvidos na pesquisa – alimentos, bebidas, higiene, limpeza, vestuário, calçados, móveis e eletrodomésticos. No que se refere a parte de supermercado – alimentos, bebidas, higiene e limpeza –, 78,1% dos entrevistados afirmam comprar este tipo de produto no comércio local. Já no que se refere a vestuário, calçados, móveis e eletrodomésticos, há relativo equilíbrio entre aqueles que adquirem no comércio local e aqueles que disseram fazê-lo em outros municípios, principalmente Presidente Prudente e Teodoro Sampaio.

Os limites territoriais do município alcançam o entorno da cidade de Teodoro Sampaio, o que leva muitos daqueles que residem na zona rural a optarem por realizar suas compras

naquele município, pela proximidade geográfica. Outro fator que favorece a evasão de parte da massa salarial para o município vizinho está no fato de que a Usina Conquista do Pontal está instalada também geograficamente mais próxima daquele município, o que a estaria levando, segundo alguns entrevistados, a concentrar sua contratação de mão de obra e a instalação de empresas terceirizadas lá, o que contribui sobremaneira para o desenvolvimento, diversificação e dinamização do comércio no município vizinho. É importante recordar que, conforme apresentado no capítulo anterior, não foram encontradas evidências dessa transferência nas contratações. Segundo relatos colhidos principalmente junto à comunidade assentada, o comércio de Mirante do Paranapanema também não é muito receptivo com os assentados quando estes vão realizar suas compras, diferentemente do que ocorreria no comércio de Teodoro Sampaio.

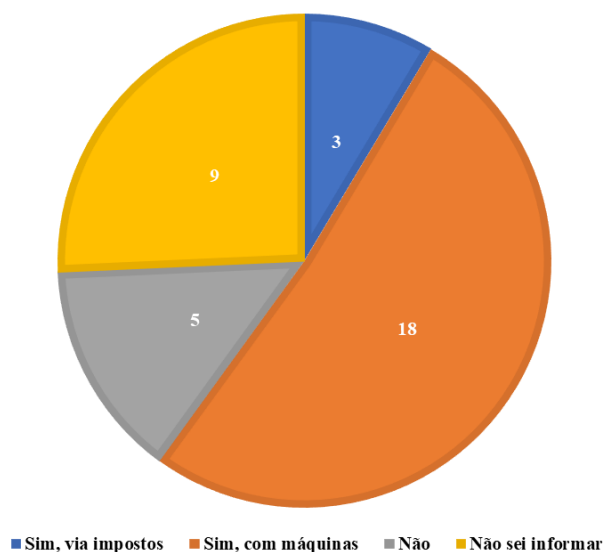
A intensa atividade logística relacionada a colheita e transporte da cana-de-açúcar até a usina despertou o interesse por investigar como os entrevistados percebem os impactos das atividades relacionadas – direta ou indiretamente – ao setor sucroenergético sobre as vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais) – questão 17. A seguir foi levantada a questão quanto a respectiva participação do setor na recuperação e manutenção destas vias – questão 18. Os Gráficos 38 e 39 retratam a percepção dos entrevistados quanto a esses aspectos.

GRÁFICO 38: Mirante do Paranapanema – Impacto da usina nas vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais).



Fonte: O autor.

GRÁFICO 39: Mirante do Paranapanema – Contribuição da usina na manutenção das vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais).



Fonte: O autor.

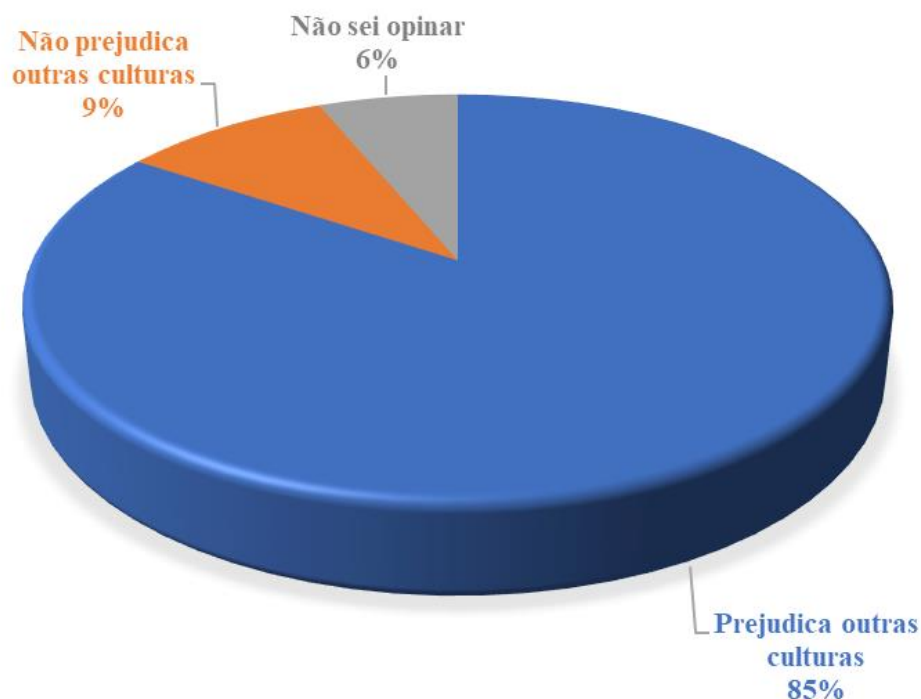
Como pode ser observado através do Gráfico 38, há praticamente consenso entre os entrevistados (97%) de que as atividades relacionadas ao setor sucroenergético exercem pressão e impactam negativamente as vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais), sendo esse impacto alto para 24 (75%) das 32 pessoas entrevistadas. Em que pese 18 (56,3%) pessoas considerarem que a usina contribui com máquinas para a manutenção dessas vias – como pode ser observado através do Gráfico 39 –, alguns destes relataram que essa participação ocorre somente nos trechos utilizados e apenas durante a safra, e que a destruição é maior que a contrapartida oferecida.

Além dos impactos sobre a infraestrutura viária municipal, buscou-se captar a percepção dos entrevistados também no que se refere a relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas. Com esse intuito foi perguntado aos entrevistados se o monocultivo da cana-de-açúcar, da forma como é praticada pelas unidades industriais sucroenergéticas, seria prejudicial a outras culturas e, caso assim a considerassem, em quais aspectos isso ocorreria – questões 19 e 20. Os Gráficos 40 e 41 ilustram a opinião dos respondentes.

Em Mirante do Paranapanema é sensivelmente maior, quando comparado com Nandiba, a percepção entre os entrevistados de que o cultivo da cana-de-açúcar seja prejudicial as outras culturas – 85% contra 60%. A percepção de que a cana exerce pressão sobre outras culturas é patente para 27 (85%) dos 32 entrevistados, como pode ser observado através do Gráfico 40. O Gráfico 41 permite observar que, dentre aqueles que entendem ser o cultivo da cana-de-açúcar prejudicial às outras culturas, isso se deve, principalmente, aos

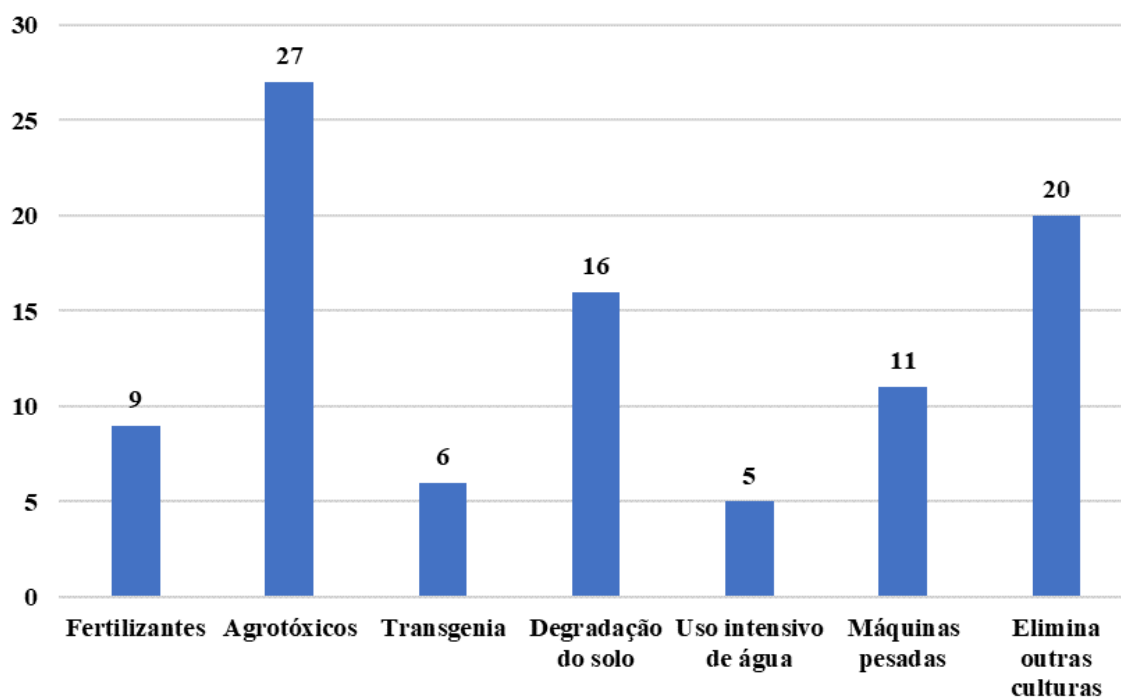
agrotóxicos (100%), a eliminação de outras culturas (74,1%) e a degradação do solo (59,3%) – mesmos fatores apontados pelos entrevistados em Naranjito.

GRÁFICO 40: Mirante do Paranapanema – Relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas.



Fonte: O autor.

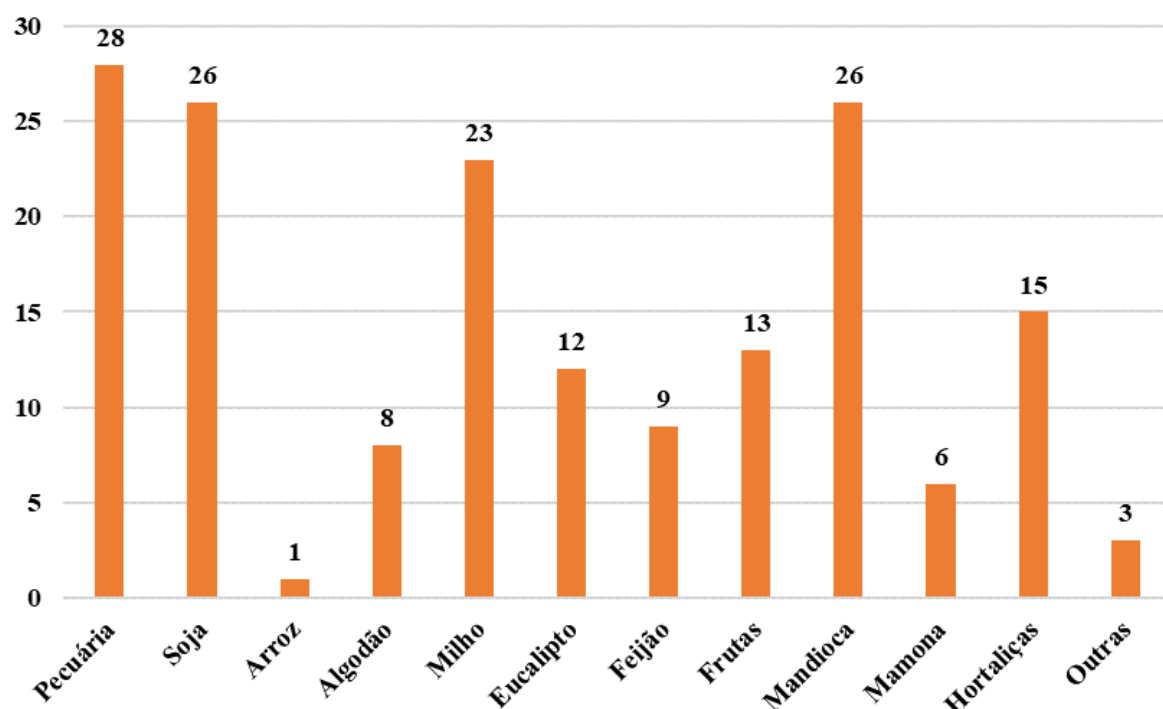
GRÁFICO 41: Mirante do Paranapanema – Fatores do cultivo da cana-de-açúcar prejudiciais a outras culturas.



Fonte: O autor.

A eliminação de outras culturas é fator que está diretamente atrelado, ainda que alguns entrevistados não tenham se apercebido disso, ao próximo ponto a ser analisado: se há concorrência por terras entre a cana-de-açúcar e outras culturas – questão 21. Para a totalidade dos entrevistados em Mirante do Paranapanema é flagrante a concorrência por terras entre a cana-de-açúcar e outras culturas. De forma complementar, mediante rol de culturas pré-estabelecido, eles foram convidados a opinar com quais culturas essa concorrência se daria – questão 22. O Gráfico 42 ilustra a percepção dos entrevistados quanto ao embate entre a cana-de-açúcar e outras culturas.

GRÁFICO 42: Mirante do Paranapanema – Culturas com as quais a cana-de-açúcar concorre por terras.



Fonte: O autor.

As principais culturas envolvidas no embate por terra com a cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema (Gráfico 42) em pouco diferem daquelas apontadas pelos narandibenses. No entanto aqui a expansão da cana-de-açúcar tem se dado principalmente sobre terras anteriormente ocupadas pela pecuária, segundo 87,5% dos entrevistados. No campo da agricultura, as principais culturas a disputar território com a cana-de-açúcar são a mandioca e a soja – cada qual apontada por 81,3% dos entrevistados –, seguidas pelo milho (71,9%).

É importante ter em conta que a presença da soja é mais perceptível no município de Mirante do Paranapanema e o papel por ela desempenhado difere do que foi encontrado em Narandiba. Aqui, segundo os entrevistados, é cada vez mais comum pessoas do Paraná

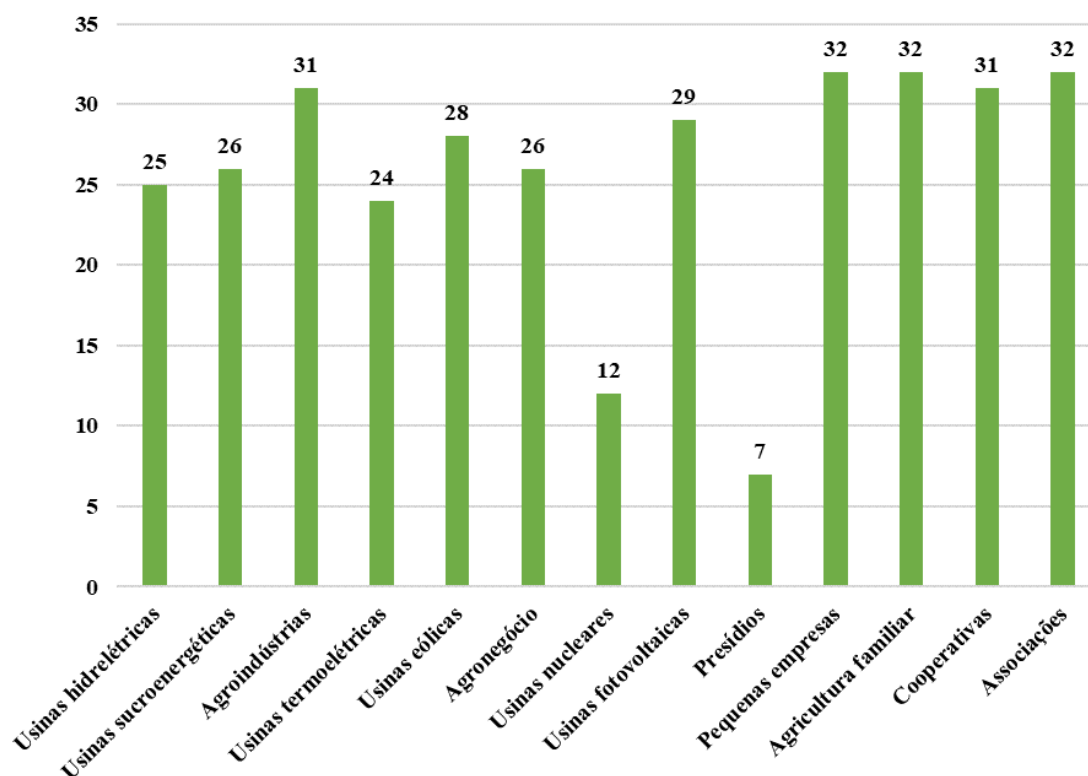
arrendarem terra para esse tipo de cultivo, fato este comprovado durante os trabalhos de campo, em que foi possível presenciar *in loco* áreas anteriormente ocupadas pela cana-de-açúcar e que passaram a ser ocupadas pela soja. No município de Narandiba a informação obtida foi de que o cultivo da soja é muito utilizado na reforma dos canaviais.

De forma complementar às quatro questões anteriores, que versaram sobre a relação conflituosa entre o cultivo da cana-de-açúcar e outras culturas, os entrevistados foram a seguir questionados quando a relação da cultura canavieira com a produção de alimentos, se haveria algum tipo de influência, seja positiva ou negativa, sobre a disponibilidade e a qualidade dos alimentos – questão 23. Para 23 (71,9%) dos entrevistados o cultivo da cana-de-açúcar influencia negativamente a disponibilidade de alimentos e para 24 (75%) essa influência é prejudicial também para a qualidade dos alimentos. O principal fator que levou os entrevistados a considerarem essa cultura prejudicial à produção de alimentos – seja no âmbito da disponibilidade e/ou da qualidade – foi o uso intensivo de agrotóxicos, aplicados principalmente através de pulverização aérea. Não foram raros os relatos sobre a impossibilidade de se realizar determinado tipo de cultivo ou de perda da produção devido à pulverização.

Na perspectiva de que as ações voltadas a promoção do desenvolvimento devem estar amparadas na identificação das necessidades e orientadas para atender as aspirações de determinado público alvo, os sujeitos presentes em determinada localidade (bairro, cidade, região, etc.), buscou-se obter junto aos entrevistados a opinião sobre o que poderia alavancar o desenvolvimento do município e da região – questão 32. Foi-lhes apresentado um rol de empreendimentos, políticas ou ações que, historicamente, têm sido implementadas na busca pelo desenvolvimento.

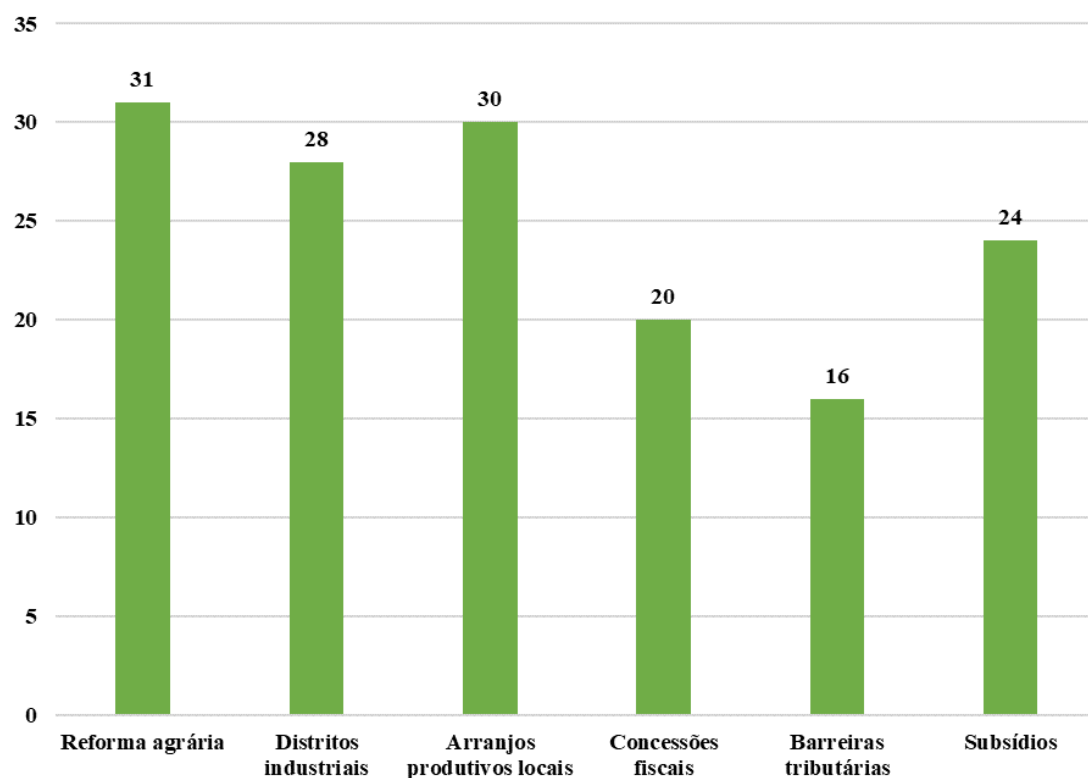
Os entrevistados em Mirante do Paranapanema apresentaram perspectiva relativamente diferente daquela obtida em Narandiba, como pode ser observado através dos Gráficos 43 e 44. Dentre as 32 pessoas entrevistadas, houve consenso em torno de três tipos de empreendimentos: as pequenas empresas, a agricultura familiar e as associações seriam os empreendimentos com maior potencial para alavancar o desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema. Estes são seguidos de perto, citados por 96,9% dos entrevistados, por outros dois empreendimentos: as agroindústrias e as cooperativas.

GRÁFICO 43: Mirante do Paranapanema – Empreendimentos que seriam capazes de promover o desenvolvimento.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 44: Mirante do Paranapanema – Políticas ou ações que seriam capazes de promover o desenvolvimento.



Fonte: O autor.

A reforma agrária, com 96,9%, seguida de perto pelos arranjos produtivos locais, com 93,8%, são, segundo os entrevistados de Mirante do Paranapanema, as políticas públicas com maior capacidade de contribuir para alavancar o desenvolvimento regional. Ao se observar os Gráficos 43 e 44 é possível perceber que os resultados são compatíveis e coadunam com a realidade regional, caracterizada pela hegemonia de pequenos empreendimentos urbanos – composta, principalmente, de pequenos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços –, com grande número de pequenos estabelecimentos rurais e com tradição ligada a agropecuária.

Neste ponto, é importante ter em conta que, segundo Barquero (2001, p. 38), a principal ideia do paradigma do desenvolvimento endógeno “[...] é a de que o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades) [...]”. Ainda segundo o autor, “são precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno” (BARQUERO, 2001, p. 39).

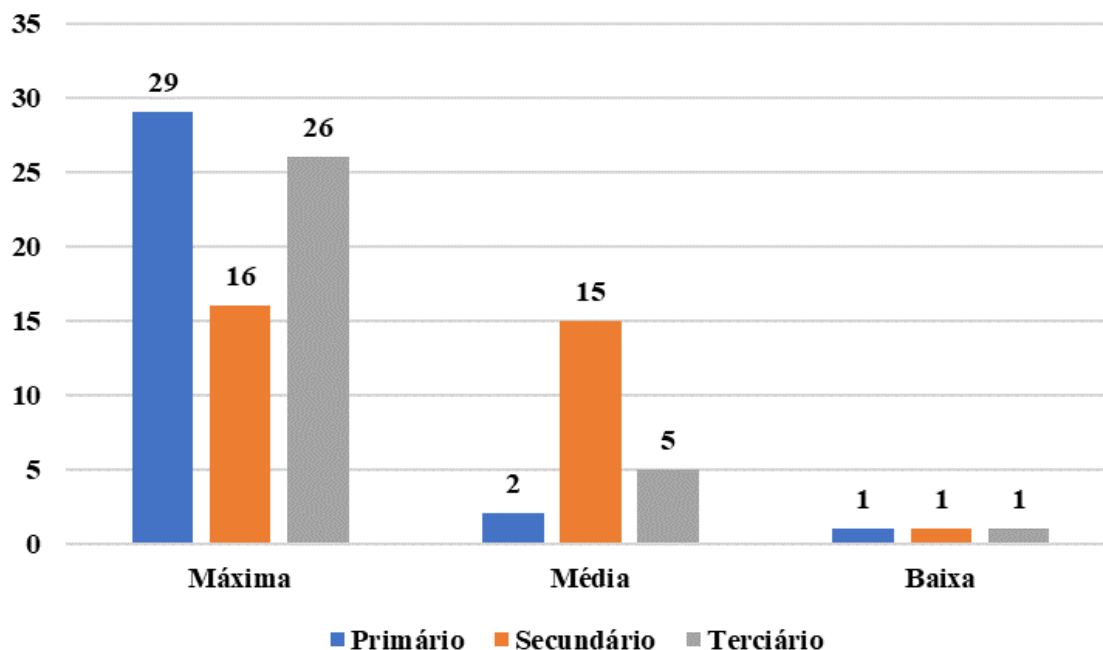
É importante ter em conta que, ao referir-se a agroindústrias, os entrevistados provavelmente compreendem-nas como aquelas pequenas unidades processadoras vinculadas as associações ou cooperativas de produtores rurais, condizente com a realidade do município. É importante ressaltar que, durante os trabalhos de campo, foram identificadas em Mirante do Paranapanema ao menos quatro projetos de agroindústrias voltadas ao processamento da produção realizada por grupos de pequenos produtores associados. No entanto, a totalidade desses projetos encontrava-se parada e/ou encontrando grande dificuldade para avançar, tamanha a dificuldade para vencer a burocracia necessária à liberação dos recursos financeiros e à obtenção das licenças necessárias.

As usinas sucroenergéticas, o agronegócio e os distritos industriais não aparecem em Mirante do Paranapanema como aquelas que teriam alto potencial para alavancar o desenvolvimento regional, ou seja, não há aqui aquela perspectiva industrializante presente em Nandiba. A política de descentralização do sistema prisional, engendrada pelo governo do estado de São Paulo e “vendida” aos municípios como política de desenvolvimento, é rechaçada quase que por unanimidade, tanto em Mirante do Paranapanema quanto em Nandiba.

Dando sequência ao conjunto de questões que almejam captar, qual é, na opinião dos entrevistados, a identidade ou vocação regional, um novo questionamento foi apresentado. Aos participantes foi solicitado opinar quanto ao grau de priorização a ser observado, para cada setor

da economia, pelas políticas públicas elaboradas para buscar o desenvolvimento do município e da região – questão 33. O Gráfico 45 ilustra a opinião dos entrevistados.

GRÁFICO 45: Mirante do Paranapanema – Priorização dos setores da economia a ser observado pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

É a identidade regional que, segundo Barquero (2001), guiaria as escolhas a serem feitas para garantir o desenvolvimento regional e local. Segundo a opinião de 29 (90,6%) entrevistados em Mirante do Paranapanema, as políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento do município e da região deveriam dar prioridade máxima ao setor primário (extrativista: agricultura, pecuária, pesca, mineração, etc.) e para 26 (81,3%) essa mesma prioridade deveria ser atribuída ao setor terciário (serviços: comércio, educação, saúde, etc). Dessa forma, a perspectiva teórica do autor encontra respaldo na visão de mundo dos entrevistados e na interpretação da realidade empírica proporcionada por esta pesquisa.

A importância para o desenvolvimento regional de empreendimentos como cooperativas, associações e agroindústrias manifestada pelos entrevistados de Mirante do Paranapanema é reforçada pelos números obtidos junto aos narandibenses. No entanto, empreendimentos de economia solidária, como é o caso das cooperativas e associações, demandam a existência de capital social. Em regiões com histórico de baixo estoque de capital social, como já demonstraram Sanchez (1973) e Barbosa dos Santos (2005), torna-se fundamental atuar na constituição dos seus elementos, tais como a confiança e a reciprocidade.

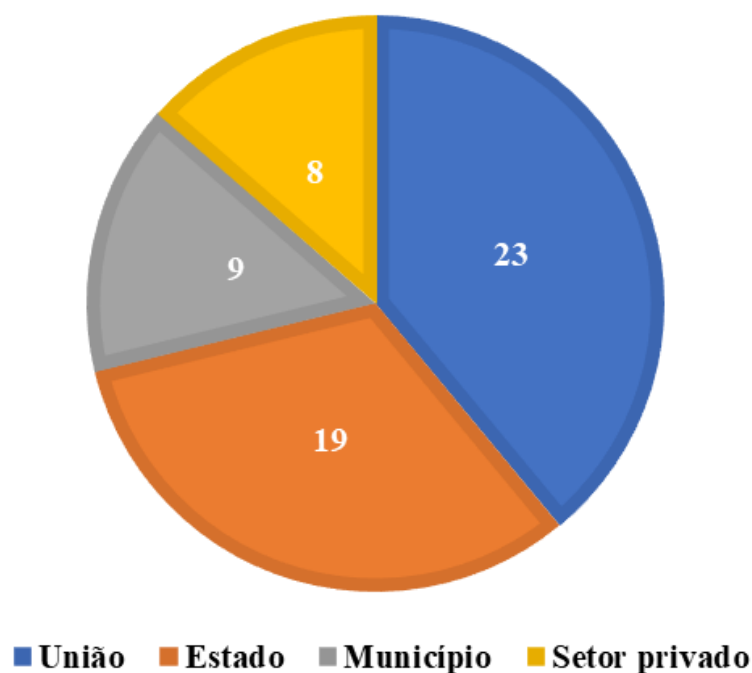
Esse problema está relacionado, segundo os entrevistados – em especial os assentados –, a algumas experiências frustradas que tiveram no passado, mas, como já apontado anteriormente, as raízes do problema podem ser ainda mais remotas.

A falta de confiança foi apontada pelos entrevistados como a causa-raiz para a série de ações fragmentadas entre várias pequenas associações ou cooperativas, o que impõe limitações severas às possibilidades de sucesso dessas iniciativas. Através do Programa Micro Bacias II algumas associações – em Mirante do Paranapanema foram identificadas ao menos quatro – obtiveram a aprovação para projetos de agroindústrias voltadas ao processamento, por exemplo, de leite, frango, mandioca e pescado. No entanto, por serem projetos isolados, esbarram nas limitações impostas pela baixa capacidade organizacional e pela falta de capital, algo característico na maioria das pequenas associações presentes na região, além da burocracia envolvendo as licenças necessárias à liberação de recursos e ao funcionamento.

Além de superar os desafios impostos pela falta de confiança, para “evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação”, os atores regionais e/ou locais precisam “[...] fortalecer sua capacidade organizacional [...]” (BARQUERO, 2001, p. 39). Segundo Barquero (2001, p. 39-40), “é a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno”. A importância atribuída ao protagonismo e a liberdade regional para escolha dos caminhos a serem trilhados no seu desenvolvimento sinalizam para a convergência entre as análises de Barquero (2001) sobre a teoria do desenvolvimento endógeno e a teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen (2010).

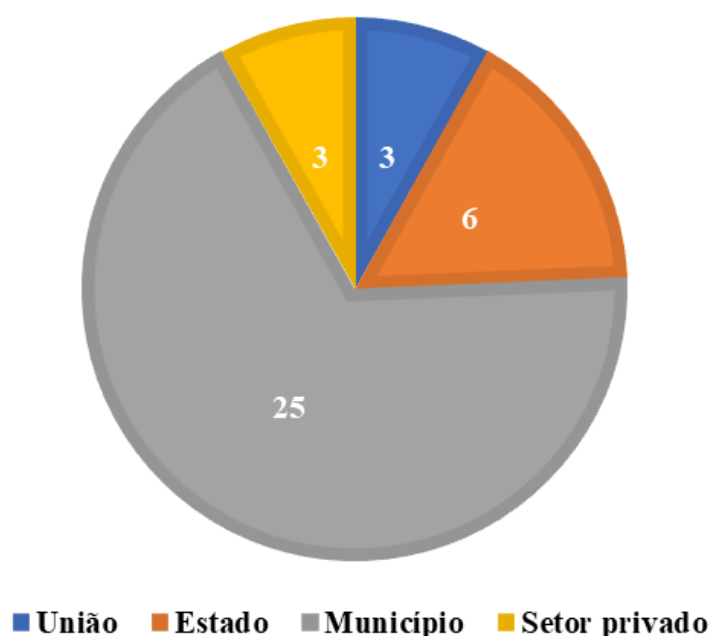
Uma questão que precisa ficar clara na elaboração da política pública é quais são as atribuições e responsabilidades de cada um dos envolvidos. Como a política pública envolve aporte de recursos e execução das ações, os entrevistados foram questionados quanto a de quem seria a responsabilidade por aportar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema e, uma vez disponibilizados tais recursos, de quem seria a responsabilidade por aplicá-los em iniciativas capazes de promover tal desenvolvimento – questões 34 e 35. Os Gráficos 46 e 47 resumem a opinião dos entrevistados quanto a ambos os aspectos. A união e/ou o estado – em primeiro e segundo lugares, respectivamente para 23 (71,9%) e 19 (59,4%) dos entrevistados – seriam os principais responsáveis por suprir a região com tais recursos (Gráfico 46).

GRÁFICO 46: Mirante do Paranapanema – Responsável por investir os recursos necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 47: Mirante do Paranapanema – Responsável por realizar as ações necessárias ao desenvolvimento do município, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

O Gráfico 47 apresenta a percepção dos entrevistados quanto a responsabilidade, quando disponibilizados os recursos, em engendrar as ações necessárias a promoção do desenvolvimento do município. Em Mirante do Paranapanema é ainda maior a compreensão de

cabe ao município exercer o papel de protagonista nesse processo. Como é possível observar, 25 (78,1%) dos 32 entrevistados entendem ser o município, de posse dos recursos necessários, o responsável por articular, junto ao setor privado e a outras instâncias governamentais, as ações que resultariam no desenvolvimento municipal.

Esta percepção está em consonância com aquilo que disciplinam Ultramari e Duarte (2009, p. 23) ao afirmarem que “[...] o governo municipal passa a ser visto como viabilizador local da instalação e do sucesso de novos empreendimentos, por meio do fornecimento de infraestrutura urbana e subsídios para a instalação de novas atividades econômicas”. Em outras palavras, o município deve assumir o papel de protagonista, idealizando, planejando e implementando suas próprias políticas; e deixar de ser mero receptor de políticas idealizadas de forma exógena.

No entanto, é preciso estar atento para os efeitos adversos que podem decorrer desse ponto de vista. Dentre eles merecem destaque a dependência e as externalidades negativas. Quanto à dependência, o município pode se tornar refém dos empreendimentos, suscetível a toda sorte de chantagem corporativa. Quanto às externalidades negativas, as vantagens concedidas localmente podem provocar efeitos de vizinhança adversos, trazendo prejuízos aos municípios vizinhos e dando início a uma “guerra fiscal”, a que já se fez referência anteriormente.

É necessário compreender que dificilmente o município conseguirá ser uma ilha de desenvolvimento numa região estagnada, como é o caso do Pontal do Paranapanema. Por isso, é necessário que o conjunto de municípios que compõe a região consigam estabelecer conjunta e complementarmente o papel que cada membro desempenhará e as ações a serem desenvolvidas, de forma isolada ou em conjunto. Esse esforço demandará a existência de capital social e político que viabilize a coordenação das ações, a renúncia de interesses isolados em prol do coletivo, como demonstraram as análises de Putnam (2002) e Barbosa dos Santos (2005).

Pela perspectiva adotada neste trabalho, o desenvolvimento deve ter como objetivo o atendimento das necessidades e a melhoria na qualidade de vida das pessoas, razão pela qual foram realizados quatro questionamentos aos entrevistados: a) se sentiam-se felizes, satisfeitos e realizados morando em Mirante do Paranapanema (questão 30); b) se o município havia se desenvolvido a partir de 2007 (questão 36); c) qual a participação da usina nesse desenvolvimento (questão 37); e d) se a vida deles havia melhorado com a implantação da usina (questão 38). De forma geral, 30 (93,8%) dos entrevistados informaram sentirem-se felizes,

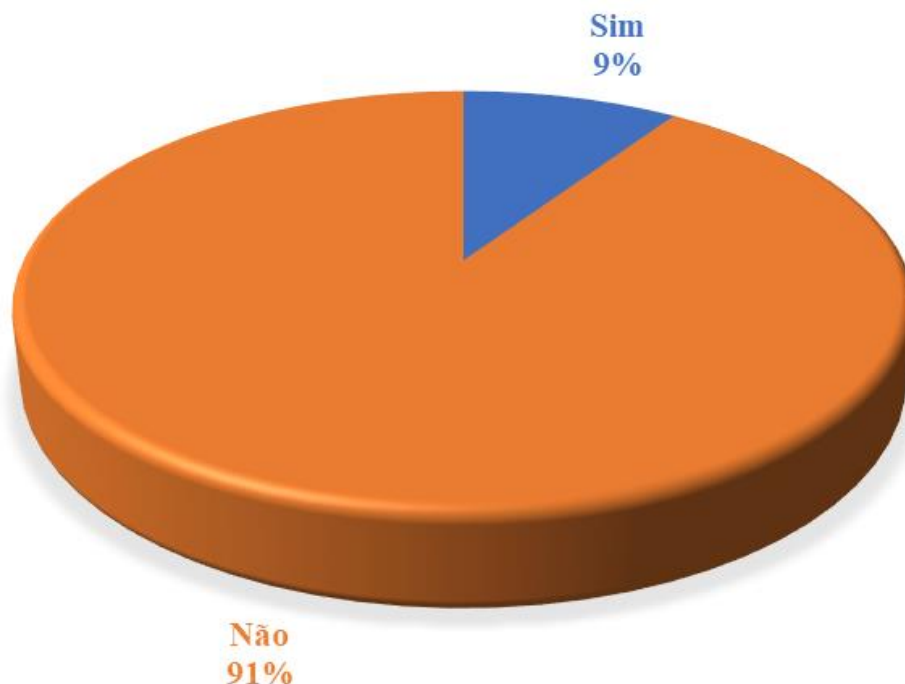
satisfeitos e realizados morando no município. Para 29 (90,6%) dos entrevistados o município se desenvolveu a partir de 2007 e, destes, 25 (86,2%) entendem que a usina teve participação nesse desenvolvimento.

No entanto, segundo os mirantenses a participação da usina nesse processo foi pequena, até mesmo porque ela está situada muito mais próxima do município de Teodoro Sampaio, o qual teria sido beneficiado com a dinamização do comércio, com a instalação de empresas terceirizadas e com a priorização para contratação de mão de obra. Os assentamentos de reforma agrária tiveram protagonismo muito maior no desenvolvimento do município e são muito mais importantes hoje do que a usina, segundo os entrevistados. Talvez essa seja a razão pela qual apenas 34,4% dos entrevistados disseram que sua vida melhorou com a implantação da usina.

Tendo em mente a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma sustentável e que para isso as ações devem estar voltadas ao atendimento das “[...] necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas” (CMMAD, 1991, p. 9), os entrevistados foram questionados quanto as possibilidades dos jovens permanecerem em Mirante do Paranapanema. A percepção dos mirantenses quanto a existência de oportunidades para que os jovens permaneçam no município é radicalmente oposta àquela demonstrada pelos narandibenses. Como pode ser observado através do Gráfico 48, 29 (91%) entrevistados consideram não haver ali condições favoráveis a permanência dos jovens. Nesse município em específico, há grande preocupação com o futuro dos assentamentos rurais, pois os jovens estão indo embora, a população que permanece está envelhecendo e pode não haver elementos que possibilitem a transição dos lotes entre gerações. Ou seja, a própria sustentabilidade do processo de reforma agrária ali engendrado encontrar-se-ia em risco.

No início do século XXI várias alterações na legislação passaram a demandar também dos gestores mudanças de postura na condução da “máquina” pública, na forma como as decisões eram tomadas e no provimento de informações aos cidadãos. Tais transformações vão demandar a instituição de alguns instrumentos e formas de controle. Conceitualmente controlar consiste em “[...] verificar se a realização de uma determinada atividade não se desvia dos objetivos ou das normas e princípios que a regem” (ENAP, 2015, p. 5). No âmbito da administração pública isso “[...] pressupõe examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública (em oposição às finalidades privadas), à legislação e aos princípios básicos aplicáveis ao setor público (legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, transparência, etc.)” (ENAP, 2015, p. 5-6).

GRÁFICO 48: Mirante do Paranapanema – O município apresenta oportunidades de permanência aos jovens?



Fonte: O autor.

Nessa perspectiva, são duas as possibilidades para exercício desse controle: o institucional – executado pela própria administração pública, como é o caso, por exemplo, da Controladoria Geral da União (CGU) e dos Tribunais de Contas – e o social – aquele exercido pela própria sociedade. As ferramentas de controle social podem ser originadas através de iniciativa do ente público ou por iniciativa da sociedade, mas o seu objetivo é o controle da atividade estatal, seja pelo próprio Estado ou então pela sociedade. São exemplos de iniciativas de controle social oriundas do ente público as audiências públicas, conferências, conselhos, ouvidorias, portais de transparência, etc. Como exemplos de ações de controle social que partem da sociedade tem-se as manifestações, redes sociais, grupos organizados, etc.

Evidentemente existem outras interpretações quanto ao conceito de controle social, algumas mais outras menos agressivas, como por exemplo Garelli (1998) e Gómez (2006). Segundo Garelli (1998, p. 283),

Por Controle social se entende o conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

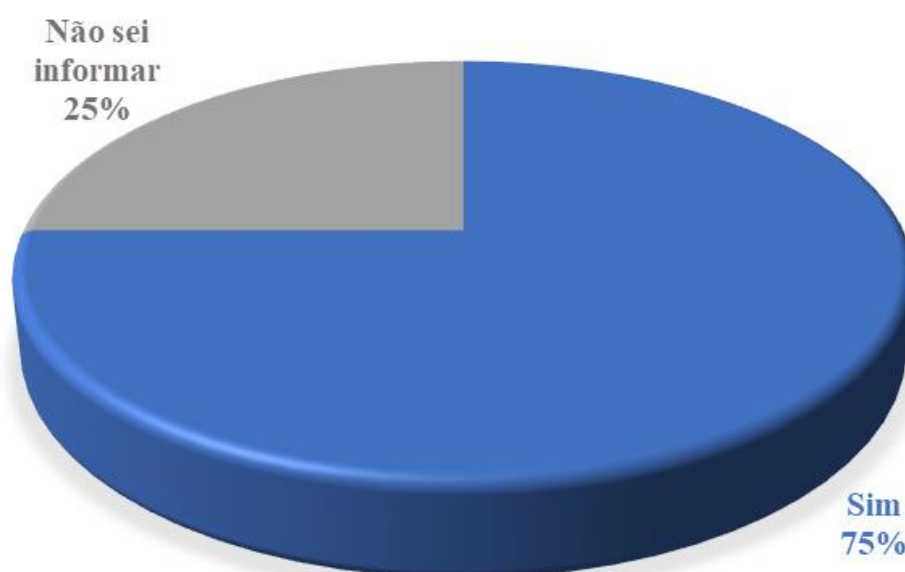
Já Gómez (2006, p. 38) compreende “[...] o controle social como a tarefa de ordenar a sociedade, impondo-lhe as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o

sistema socioeconômico e político vigente”. Aqui se visa o controle da sociedade pelo Estado, ou através dele, para manutenção de determinada ordem social, atendendo a interesses e finalidades que por vezes são estranhas a maior parte de tal sociedade. Em outras palavras, trata-se de “[...] uma forma de ordenar a sociedade e não o contrário [...]” (GÓMEZ, 2006, p. 28).

A perspectiva assumida nesta pesquisa e presente nos Gráficos 49 a 52 é aquela do controle social estabelecida pela ENAP (2015). De forma mais específica, busca identificar a presença de instrumentos criados pelo poder público municipal e que possibilitem o controle do ente público pela própria sociedade, como preconizam, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), bem como avaliar o nível de engajamento dos sujeitos da pesquisa com esses instrumentos.

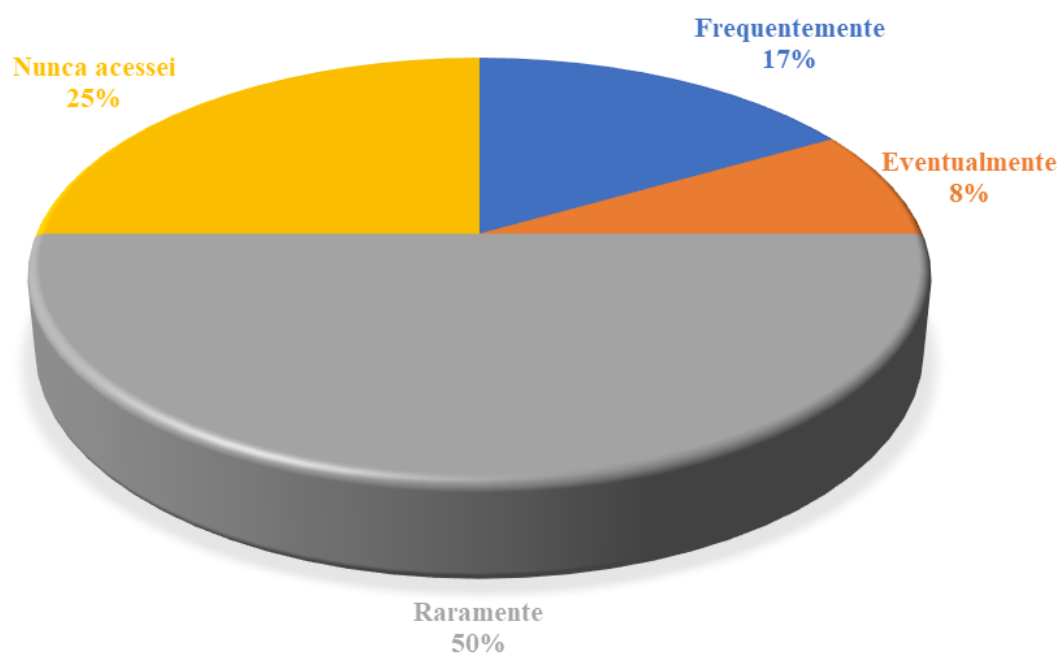
Este estudo buscou identificar, no município de Mirante do Paranapanema, a presença dos instrumentos de controle social portal de transparência e órgãos colegiados (conselhos, comitês, fóruns, etc.), bem como o envolvimento dos entrevistados com esses mecanismos. Os Gráficos 49 e 50 ilustram as respostas dos entrevistados quanto a existência do portal de transparência no município e a frequência com que estes fazem uso desta ferramenta. Já os Gráficos 51 e 52 apresentam as manifestações quanto a existência e participação em órgãos colegiados no município.

GRÁFICO 49: Mirante do Paranapanema – Existência do portal de transparência.



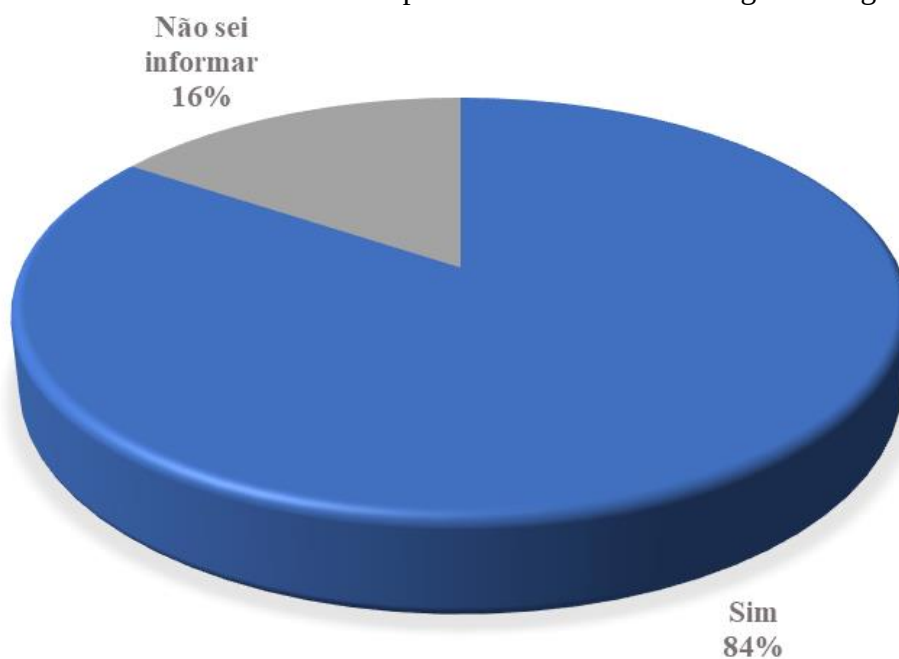
Fonte: O autor.

GRÁFICO 50: Mirante do Paranapanema – Frequência de acesso ao portal de transparência.



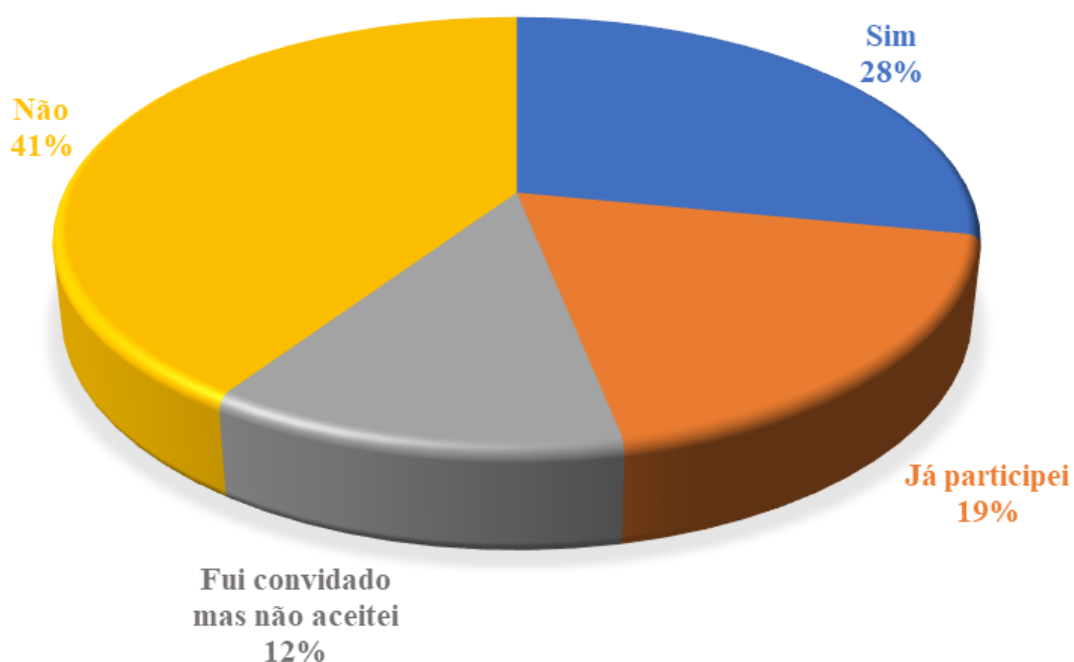
Fonte: O autor.

GRÁFICO 51: Mirante do Paranapanema – Existência de órgãos colegiados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 52: Mirante do Paranapanema – Participação em órgãos colegiados.



Fonte: O autor.

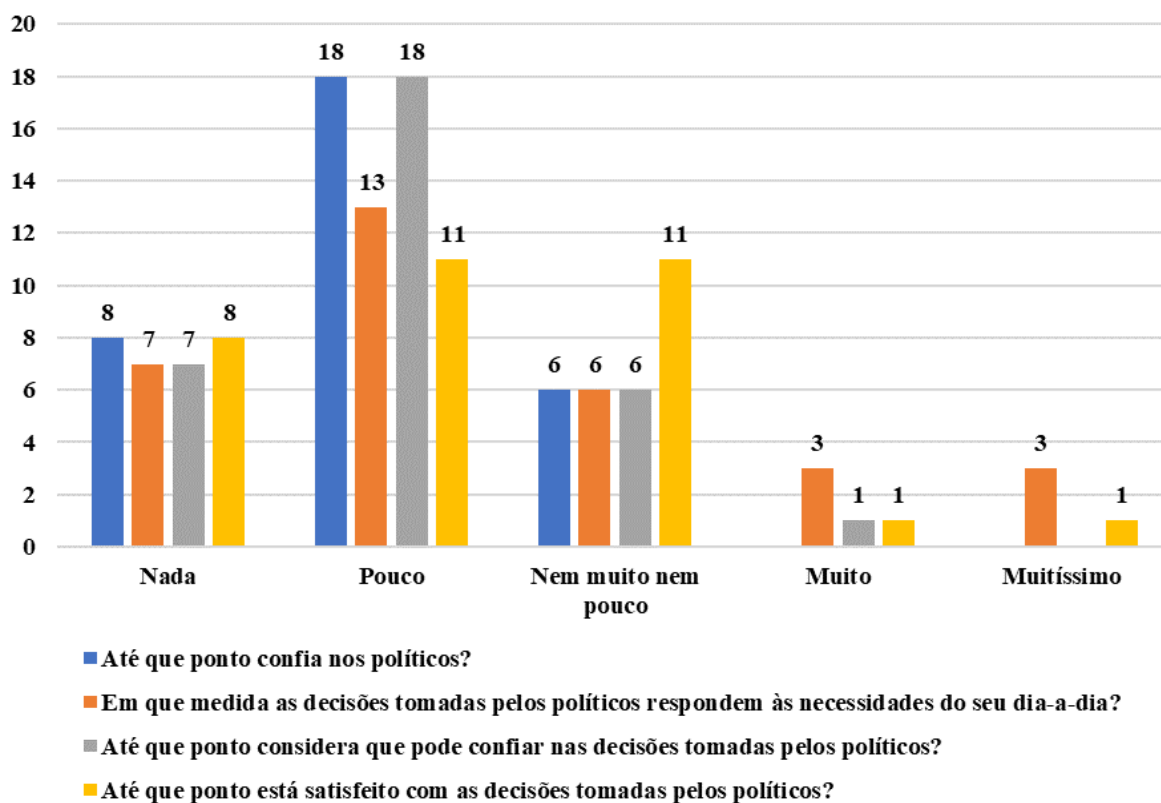
Como é possível observar através dos Gráficos 49 e 50, há relação inversamente proporcional entre a ciência de que existe portal de transparência no município, que permite ao cidadão acompanhar o andamento das finanças municipais e como o dinheiro do município está sendo gasto, e o efetivo acesso a esse serviço. Enquanto 75% dos entrevistados declararam haver portal de transparência no município, somente 17% informaram acessá-lo com frequência e 8% eventualmente. Ou seja, 75% deles também informaram acessá-lo raramente (50%) ou nunca o ter acessado (25%).

No que se refere aos órgãos colegiados (Gráficos 51 e 52) há relativa melhora nos números, de um lado 84% confirmaram a existência destes no município, e, de outro, 47% declararam participar (28%) ou já ter participado (19%) destes tipos de órgãos, em especial os conselhos municipais. No entanto, ao se considerar a situação atual, 72% dos entrevistados não estão engajados em órgãos colegiados.

O grupo de entrevistados em Mirante do Paranapanema contrasta relativamente com aquele de Narandiba, vez que aqui 62,5% são produtores rurais assentados que estão na condição de representantes de associações ou cooperativas. Além destes, foram entrevistadas pessoas que ocupam ou já ocuparam algum cargo público (vereador(a), ex-vereador(a), diretor(a), secretário(a), etc.). Por se tratar de pessoas com envolvimento em questões coletivas, esperava-se maior engajamento com os instrumentos que possibilitam a participação da

sociedade no direcionamento e condução dos negócios públicos. Acredita-se que essa situação esteja diretamente atrelada a percepção dos entrevistados quanto a determinados aspectos relacionados ao cenário político atual, como ilustra o Gráfico 53.

GRÁFICO 53: Mirante do Paranapanema – Confiança e satisfação com a atuação dos políticos.



Fonte: O autor.

Aos entrevistados foram feitos quatro questionamentos quanto a atuação dos políticos e relacionados a confiança, satisfação e alinhamento às necessidades diárias. Como pode ser observado através do Gráfico 53, de forma geral essa avaliação demonstra como os políticos são percebidos de maneira bastante negativa. Entende-se que a baixa adesão aos mecanismos de participação social tenha intrínseca relação com essa avaliação. As razões relatadas pelos entrevistados para que isso aconteça são as mesmas apontadas em Naranjito, ou seja, a existência dessas ferramentas apenas com o fulcro de cumprir preceitos legais, o uso político dessas instituições e a falta de resultados efetivos.

4.2. Narandiba

A pesquisa junto a base empírica começou pelo município de Narandiba, com a realização de 25 entrevistas. Dos entrevistados, 21 (84%) disseram morar no próprio município, sendo que os demais residem em Pirapozinho (02), Presidente Prudente (01) e Tarabai (01). O vínculo, direto ou indireto, dessas pessoas que residem em outros municípios com a Usina Cocal é patente, vez que 1 possui contrato de prestação de serviços, 1 arrenda terra, 1 abriu comércio na cidade e 1 trabalha no comércio de Narandiba, sendo estes dois estabelecimentos comerciais decorrentes da abertura da usina.

No que se refere ao município de nascimento verificou-se relativo equilíbrio entre narandibenses (12) e aqueles provenientes de outras localidades (13). Dos nascidos em outros municípios 11 (84,6%) nasceram no estado de São Paulo e 6 (46,1%) nasceram em cidades da região de estudo. É importante ter em conta que, segundo dados do Dataluta (2014), o município de Narandiba não possui nenhum assentamento de reforma agrária.

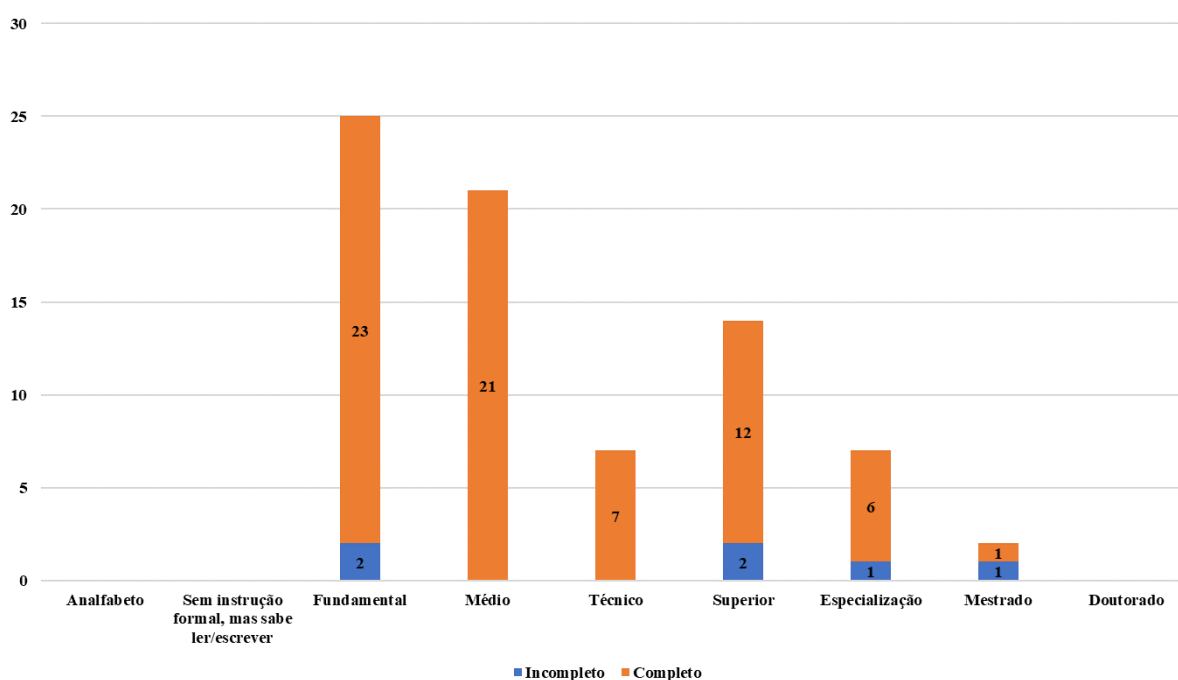
Após a realização de 15 entrevistas, verificou-se a necessidade de promover-se alguns ajustes no instrumento utilizado para coletar os dados, para melhor se ajustar a proposta e as necessidades da pesquisa. Destas modificações decorreu questão destinada a levantar junto aos entrevistados se residiam na cidade ou no campo, bem como se a moradia era própria ou não. Por se tratar de perguntas introduzidas já com a pesquisa em andamento, elas foram feitas para apenas 10 (dez) entrevistados, sendo que, destes, 7 (70%) informaram residir na cidade, o que reflete em parte o grau de urbanização do município (80,51%), e 9 (90%) disseram ser proprietários do local de moradia.

A amostra pesquisada no município de Narandiba envolve alguns vereadores, boa parte do *staff* municipal (secretários, coordenadores ou diretores municipais de agricultura e meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação, esportes e lazer, obras, turismo e cultura, etc.), comerciantes, prestadores de serviço, proprietários rurais e trabalhadores. O Gráfico 54 apresenta o perfil instrucional dos sujeitos que compõe a amostra entrevistada no município de Narandiba.

Como é possível observar, o perfil instrucional dos entrevistados pode ser considerado baixo, vez que apenas 48% dos 25 entrevistados informaram possuir ensino superior completo e, destes, apenas 50% lograram concluir especialização. Dentre os entrevistados há 8% que sequer concluíram o ensino fundamental e, daqueles que venceram essa primeira etapa, apenas 84% concluiu o ensino médio.

Ou seja, apesar da Constituição Federal de 1988 considerar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, somados, 24% dos entrevistados ainda não lograram concluir a educação básica, considerado aquilo que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96). Além disso, segundo a Fundação Seade, os dados censitários de 2010 revelam que no município de Narandiba a taxa de analfabetismo entre a população com 15 anos de idade ou mais é de 11,11% e que apenas 54,4% da população na faixa de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio. Isso demonstra que, apesar dos progressos alcançados, ainda é longo o percurso a ser percorrido no que se refere a democratização e universalização do ensino. Isso no que se refere a aspectos quantitativos, sem ter em conta aspectos qualitativos que demandariam maior aprofundamento e ultrapassam os limites estabelecidos pelo escopo da pesquisa.

GRÁFICO 54: Narandiba – Perfil instrucional da amostra.

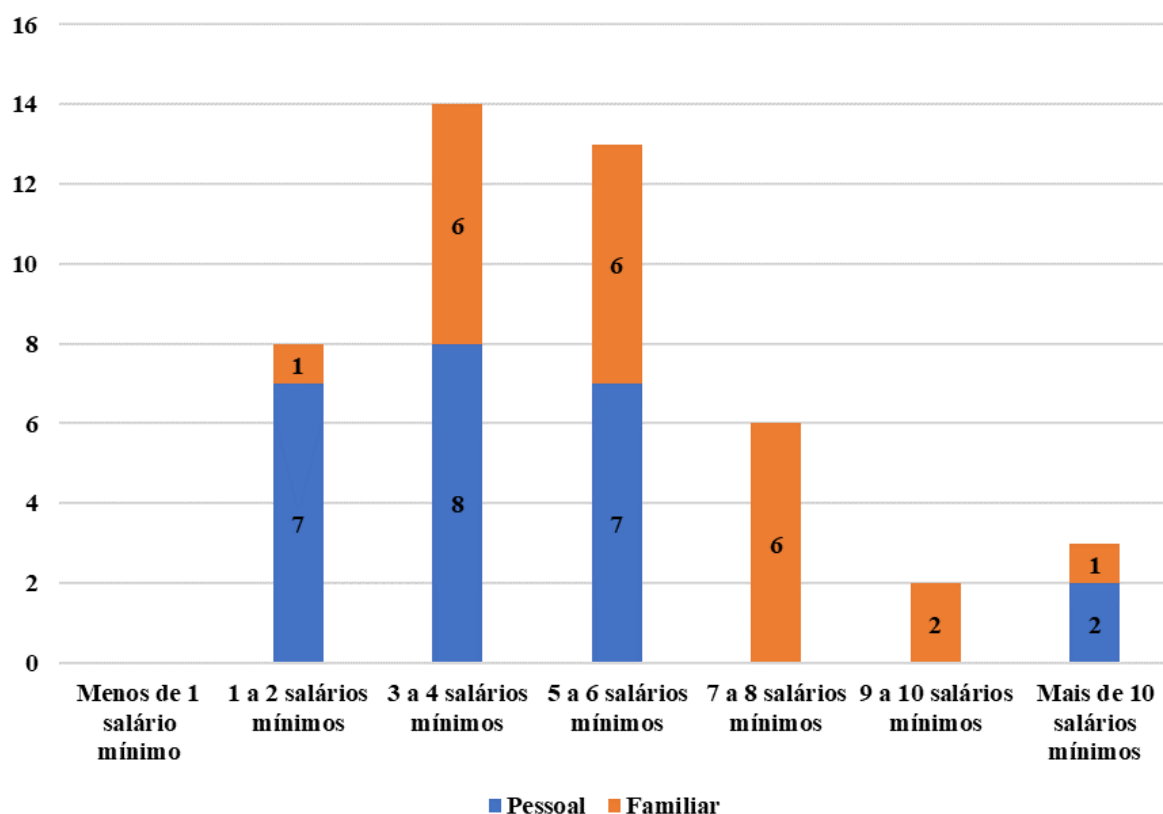


Fonte: O autor.

A composição familiar – número de pessoas que residem junto ao entrevistado – é outra questão que só foi apresentada a 10 (dez) sujeitos da pesquisa no município de Narandiba. Com 70% desta fração de entrevistados relatando possuir famílias com 3 a 4 membros, o Gráfico 55 apresenta o perfil da renda pessoal e familiar dos participantes. Como pode ser observado, a renda pessoal informada por 88% dos entrevistados situa-se entre 1 e 6 salários mínimos. No que se refere a renda familiar, 72% dos participantes declararam que o rendimento de suas famílias está entre 3 e 8 salários mínimos. É importante ter em conta a existência do tabu quanto

a informar renda, o que levou alguns dos entrevistados a sonegar tal informação. Em função disso, 1 pessoa não declarou sua renda pessoal e 3 pessoas não informaram a renda familiar.

GRÁFICO 55: Narandiba – Rendas pessoal e familiar dos entrevistados (em salários mínimos).



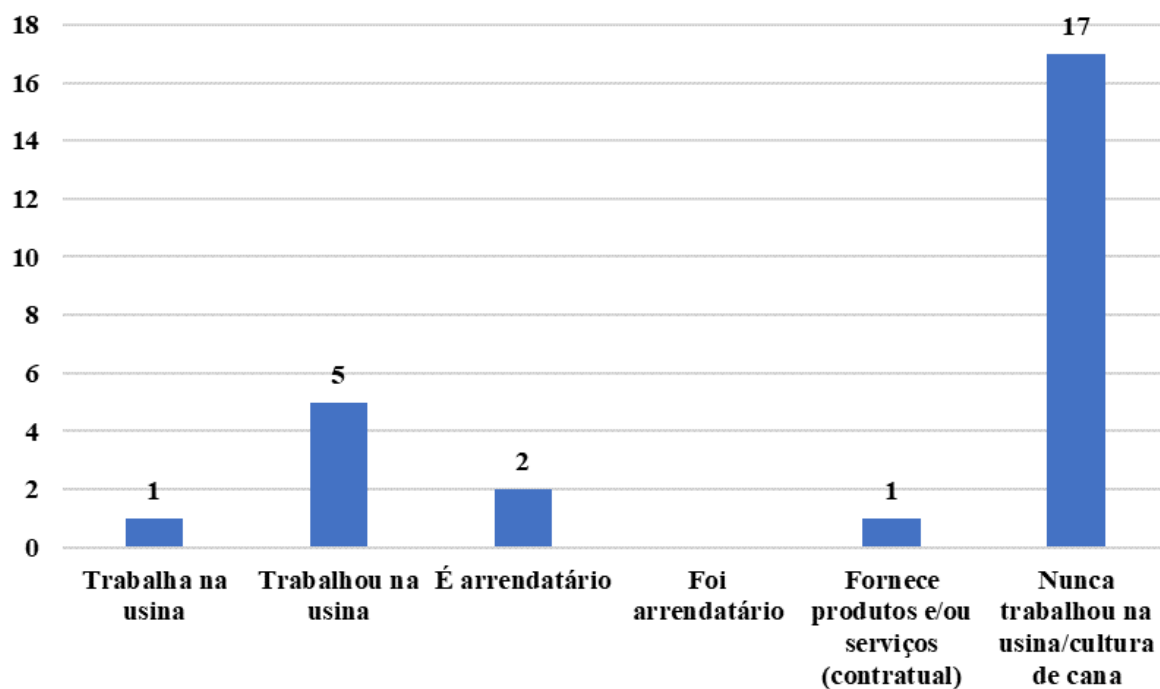
Fonte: O autor.

Assim como no caso de Mirante do Paranapanema, considera-se relevante, neste momento, explicitar os vínculos pessoais ou familiares dos entrevistados com a Usina Cocal e/ou com o cultivo da cana-de-açúcar, o que pode ser observado através dos Gráficos 56 e 57. Há relação inversamente proporcional entre a relação pessoal (Gráfico 56) e a relação familiar (Gráfico 57) para com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar. Enquanto, de um lado, a imensa maioria – 17 (68%) – nunca trabalhou ou teve qualquer relação com a usina e/ou o cultivo da cana-de-açúcar; de outro lado, 21 (84%) possuem familiares trabalhando ou que já trabalharam na usina, que já foram arrendatários ou estão trabalhando em empresa terceirizada.

Com base nos Gráficos 56 e 57 é possível afirmar que, em Narandiba, na visão dos entrevistados a usina é muito importante para o município. Embora a maior parte dos entrevistados não atue na empresa ou segmento, o impacto do setor sobre suas famílias torna-se explícito, tanto no âmbito positivo (emprego e renda) quando negativo (dependência). Isso se deve ao comércio incipiente – que emprega pouquíssima mão de obra, na maioria dos casos

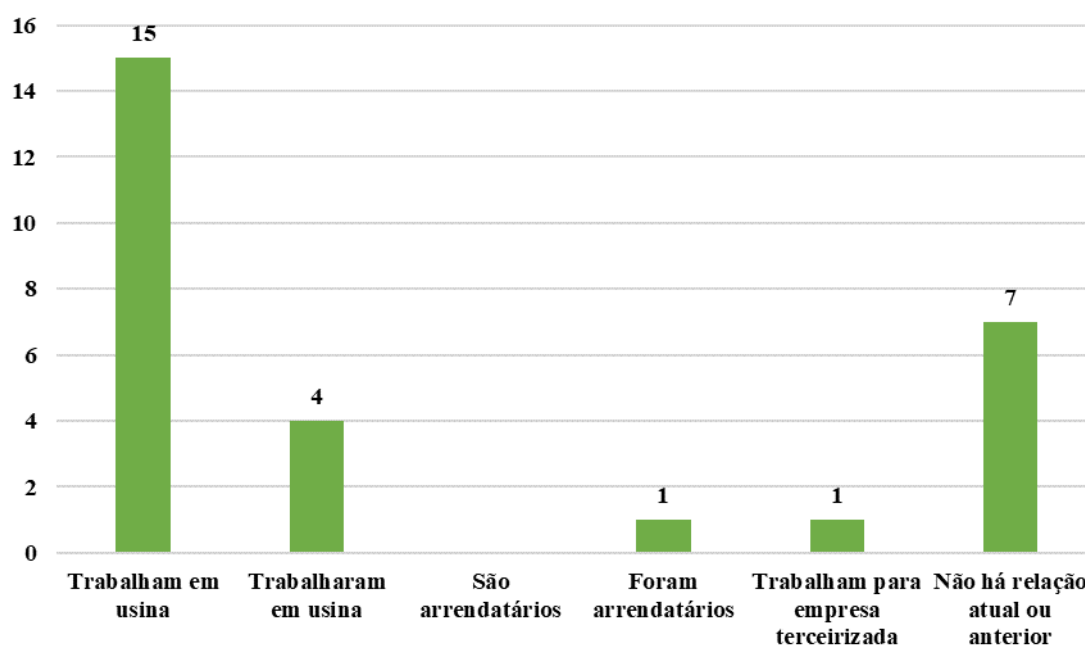
o trabalho é realizado pelos próprios familiares – e a ausência de outras empresas. Em grande medida as limitadas oportunidades de trabalho restringem-se ao poder público municipal e a usina.

GRÁFICO 56: Narandiba – Relação pessoal dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 57: Narandiba – Relação familiar dos entrevistados com a usina e/ou cultivo da cana-de-açúcar.



Fonte: O autor.

Como já apontado anteriormente, durante o período de realização da pesquisa o instrumento para coleta dos dados precisou ser ajustado e foi realizada a inserção de pergunta destinada a captar dos entrevistados que informaram não possuir qualquer vínculo com o setor sucroenergético, se gostariam de trabalhar na usina – como funcionário ou terceirizado – ou não. Por se tratar de pergunta introduzida já com a pesquisa em andamento ela foi feita para apenas 9 entrevistados e houve relativo equilíbrio entre os respondentes, com 5 (55,6%) manifestando interesse de trabalhar como funcionário e 4 (44,4%) informando não ter interesse em trabalhar, seja na usina ou para os terceirizados. Dentre aqueles que desejam estabelecer vínculos profissionais junto a usina, foram diversas as áreas escolhidas, tais como agrícola, construção civil e educação, dentre outras.

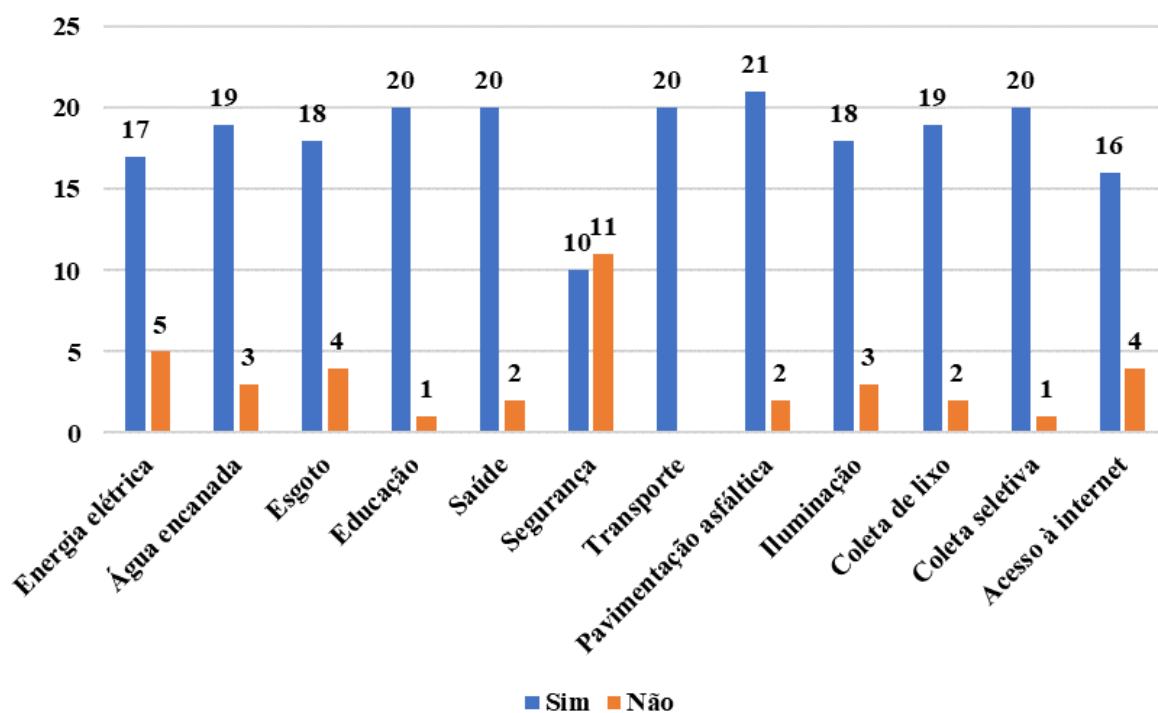
Em que pese a importância da usina para o município, o que é inegável sob o prisma da geração de emprego e renda, a dependência em relação a esta empresa ou ao setor, somado as constantes instabilidades que assolam o setor sucroenergético, geram vulnerabilidades que podem comprometer o futuro do município. Por outro lado, é necessário destacar que alguns indicadores econômicos e sociais melhoraram. O rendimento médio total dos empregos formais, por exemplo, em Narandiba está acima daquele encontrado em Mirante do Paranapanema e na Região de Governo de Presidente Prudente. Outro exemplo é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), segundo o qual 12,5% da população narandibense teria melhorado de vida e em 2010, após a entrada em operação da Usina Cocal, apresentavam baixa vulnerabilidade social.

Realizada a caracterização dos sujeitos que compõe a amostra da base empírica referente a Narandiba, passar-se-á agora a discorrer sobre as questões que almejaram captar o ponto de vista desses sujeitos sobre aspectos específicos que se entende poderem lançar luz sobre como a implantação da usina e seus desdobramentos são percebidos pela população. Tomando por base o ano de 2007, pelos motivos já apontados anteriormente, aos entrevistados foi solicitado que informassem se, na opinião deles, teria havido aumento na oferta ou melhoria na qualidade de alguns serviços públicos e o que teria contribuído para isso – pergunta 3 do roteiro de entrevista. A opinião dos entrevistados encontra-se sumariada no Gráfico 58.

Fica nítido que o município de Narandiba, na opinião dos entrevistados, avançou no provimento – seja ele público ou privado – de quase todos os serviços, a exceção da segurança pública. É importante ter em conta que alguns dos entrevistados, variando conforme o serviço, julgaram-se impossibilitados de avaliar alguns serviços. Esse é o caso do serviço de segurança pública, pois 4 pessoas não opinaram. Dentre os 21 que avaliaram esse serviço há relativo

equilíbrio, com ligeira vantagem para aqueles que informaram não ter havido avanços quantitativos e/ou qualitativos, ou estes não acompanharam a expansão territorial e populacional da cidade.

GRÁFICO 58: Narandiba – Avaliação quanto ao aumento na oferta ou melhoria na qualidade dos serviços públicos a partir de 2007.



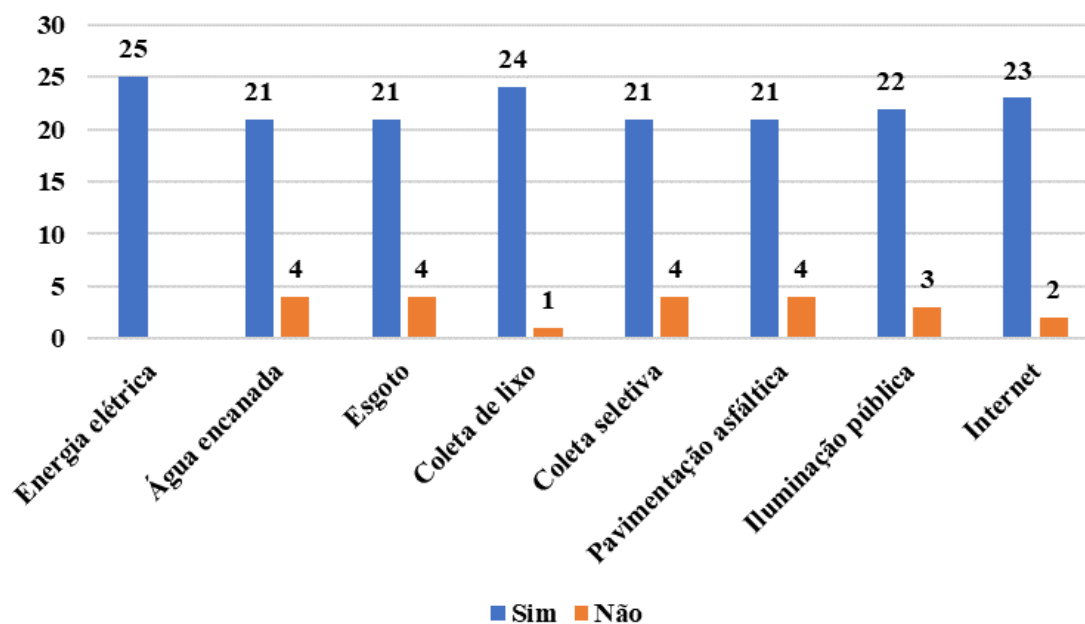
Fonte: O autor.

Duas outras questões foram apresentadas aos participantes da entrevista e buscaram, primeiro, identificar a presença de tais serviços públicos no local de residência destes e, em seguida, o nível de satisfação destes com os serviços – questões 4 e 5 do roteiro de entrevista. O Gráfico 59 demonstra os resultados quanto a presença de tais serviços no domicílio dos entrevistados e o Gráfico 60 ilustra o nível de satisfação desses entrevistados quanto a qualidade dos mesmos.

O único serviço que atende ao domicílio da totalidade dos entrevistados é o de energia elétrica. Quanto aos demais serviços, dado que a maioria dos entrevistados são cidadãos, a taxa de atendimento é de no mínimo 84%. Essa é a cobertura aferida junto a amostra dessa pesquisa para os serviços de água e esgoto, o que difere consideravelmente dos 99,28% e 94,86%, respectivamente, divulgados pela Fundação Seade. Em que pese apenas 1 pessoa (4%) ter informado que seu domicílio não é atendido pela coleta de lixo convencional, esse dado contradiz os 100% de cobertura para este serviço, conforme divulgado também pela Fundação Seade. Merece destaque o fato de Narandiba, apesar da cidade ser pequena, possuir implantada

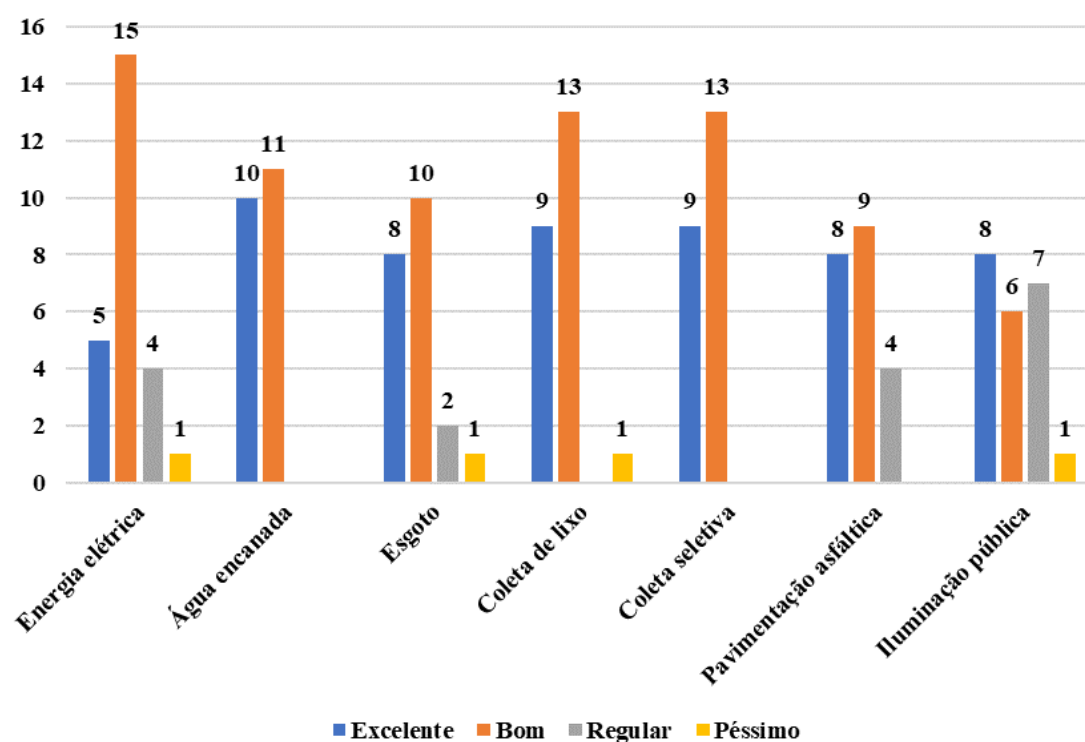
a coleta seletiva e apenas 4 (16%) dos entrevistados informarem que esse serviço não é oferecido no seu domicílio. Outro ponto importante é o acesso à internet, presente em 92% dos domicílios entrevistados.

GRÁFICO 59: Narandiba – Oferta de serviços públicos no local de residência dos entrevistados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 60: Narandiba – Avaliação da qualidade dos serviços públicos.

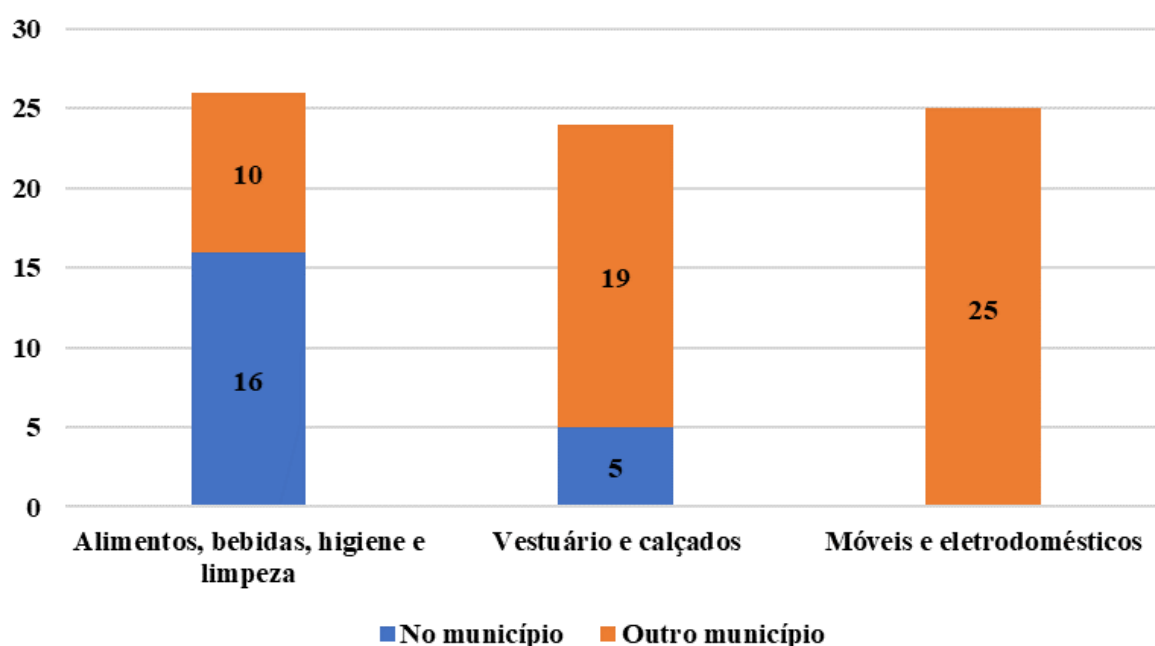


Fonte: O autor.

Ao serem arguidos quanto à qualidade desses serviços, se eram excelentes, bons, regulares ou péssimos, considerando o número de respondentes para cada serviço, de forma geral os entrevistados atribuíram o conceito bom, sendo que somados aqueles que avaliaram como bom e excelente atinge-se entre 63,6% e 100%, conforme o serviço. O serviço com avaliação relativamente mais equilibrada foi o da iluminação pública – avaliado por 22 entrevistados –, com 36,3% dos entrevistados avaliando como excelente, 27,2% com bom, 31,8% como regular e apenas 4,7% como péssimo.

A se considerar que a implantação da usina sucroenergética no município gera empregos e que a massa salarial tem potencial para proporcionar certo dinamismo na economia, buscou-se avaliar se essa massa salarial é gasta no próprio município ou se há evasão dessa receita para outros municípios. Para isso, os entrevistados foram questionados sobre onde efetuavam suas compras relativas a três grupos de produtos: a) alimentos, bebidas, higiene e limpeza; b) vestuário e calçados; e c) móveis e eletrodomésticos – questão 6. O resultado encontra-se ilustrado no Gráfico 61.

GRÁFICO 61: Narandiba – Local onde os entrevistados realizam suas compras.



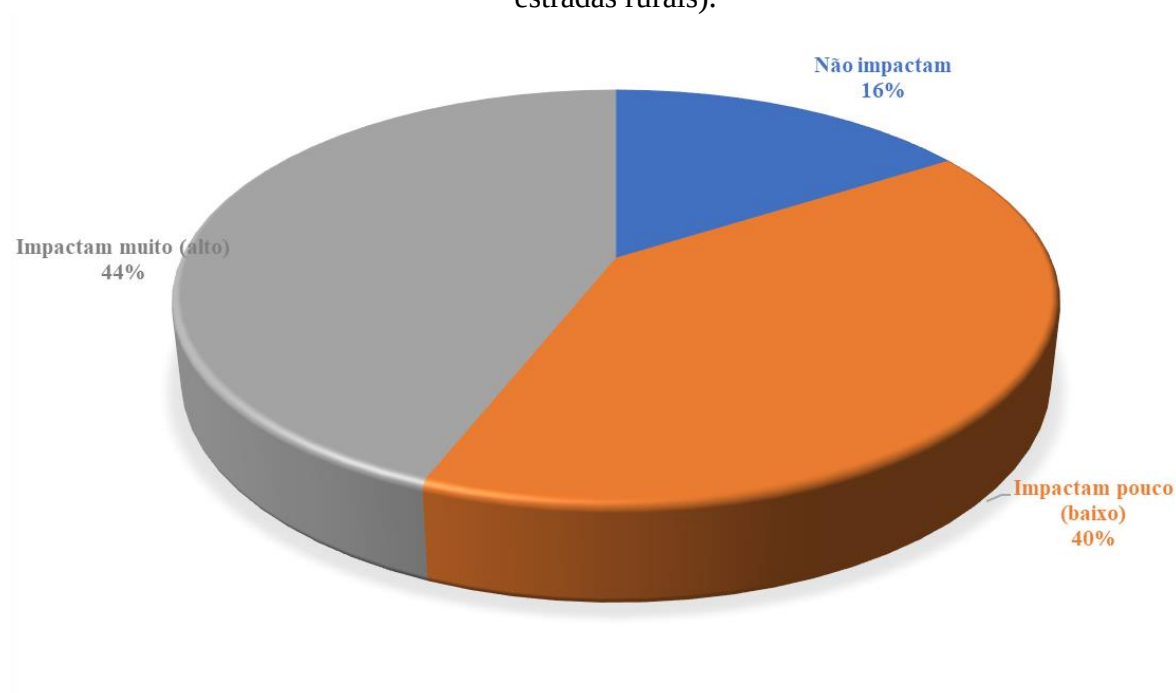
Fonte: O autor.

Para o grupo de alimentos, bebidas, higiene e limpeza, apesar da maioria (61,5%) dos entrevistados ter indicado que comprem no comércio local, o resultado sinaliza que os gastos realizados nesses produtos contribuem para a evasão da receita proveniente da massa salarial. Narandiba, com comércio ainda incipiente e restrito a algumas atividades – o que está em parte

diretamente atrelado a dimensão do seu contingente populacional –, parte dos gastos com alimentos, bebidas, higiene e limpeza tendem a acompanhar àqueles com vestuário, calçados, móveis e eletrodomésticos, ou seja, a serem canalizados para outros municípios da região, principalmente Presidente Prudente e Pirapozinho. Ou seja, parte significativa da renda auferida pelos trabalhadores tende a ser gasto em outros municípios.

Como a cadeia produtiva do setor sucroenergético demanda por intensa atividade logística que envolve o transporte de cargas volumosas e pesadas, entendeu-se ser necessário captar a percepção dos entrevistados quanto aos impactos das atividades relacionadas – direta ou indiretamente – ao setor sucroenergético sobre as vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais) – questão 17. Em seguida lhes foi apresentada outra questão diretamente relacionada e que diz respeito a respectiva participação desse setor na recuperação e manutenção dessas vias – questão 18. Os Gráficos 62 e 63 ilustram as percepções dos entrevistados quanto a tais aspectos.

GRÁFICO 62: Narandiba – Impacto da usina nas vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais).

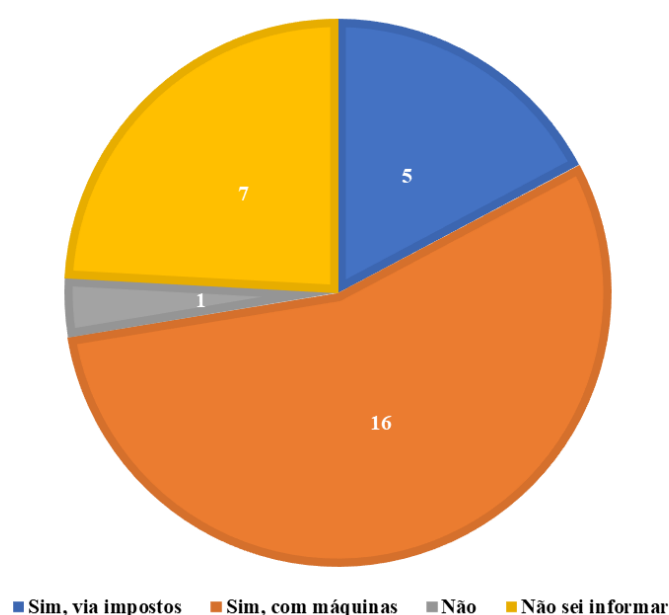


Fonte: O autor.

O Gráfico 62 deixa claro que, na opinião de 21 (84%) pessoas entrevistadas, as atividades relacionadas ao setor sucroenergético exercem pressão e impactam negativamente as vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais). Para 11 (44%) esse impacto é alto e 10 (40%) consideram esse impacto baixo; apenas 4 (16%) das pessoas entrevistadas consideram não haver impacto sobre a infraestrutura viária. Quanto a participação da usina na

manutenção e recuperação dessas vias (Gráfico 63), 7 (28%) disseram não saber informar, 1 (4%) disse que a usina não contribui em nada para essa finalidade e para 17 (68%) a usina contribui via impostos e/ou com máquinas. Para 4 (16%) das pessoas entrevistadas, essa contribuição se dá tanto com máquinas quanto via impostos. Dentre os entrevistados há o entendimento de que a usina inclusive melhora a qualidade dessas vias, ou de que essa contribuição se estende até para outros recursos utilizados na manutenção/recuperação ou ainda de que essa contribuição se restringe as estradas rurais.

GRÁFICO 63: Narandiba – Contribuição da usina na manutenção das vias públicas (ruas, avenidas, rodovias e estradas rurais).



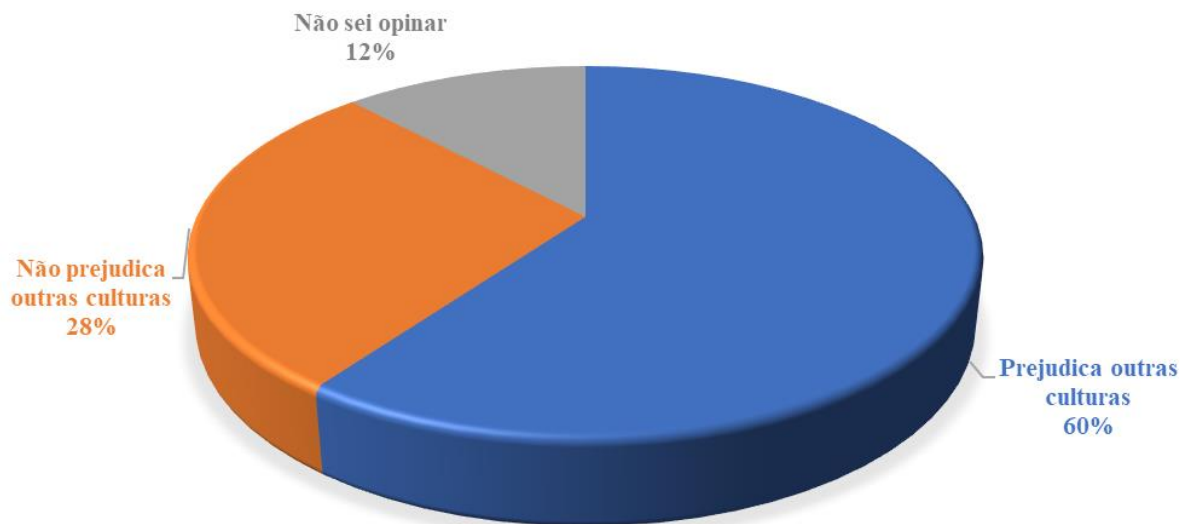
Fonte: O autor.

É nítida a percepção entre os narandibenses entrevistados (84%) de que a cadeia produtiva impacta as vias públicas e passa a demandar por serviços de manutenção e recuperação. No entanto, parte significativa dos entrevistados entende que a usina, de uma forma ou de outra, contribui para que tais serviços sejam realizados e a qualidade das vias restabelecida. O que escapa a compreensão daqueles que veem nos impostos a forma da usina contribuir para a realização de tais serviços é que esses recursos poderiam estar sendo empregados na melhoria de serviços públicos como educação e saúde, por exemplo, e não serem canalizados para recuperar danos causados pelo próprio contribuinte.

Dando sequência na tentativa de captar a percepção dos entrevistados quanto aos impactos produzidos pelo setor sucroenergético, eles foram convidados a opinar quanto a relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas, se seriam prejudiciais ou não, e qual

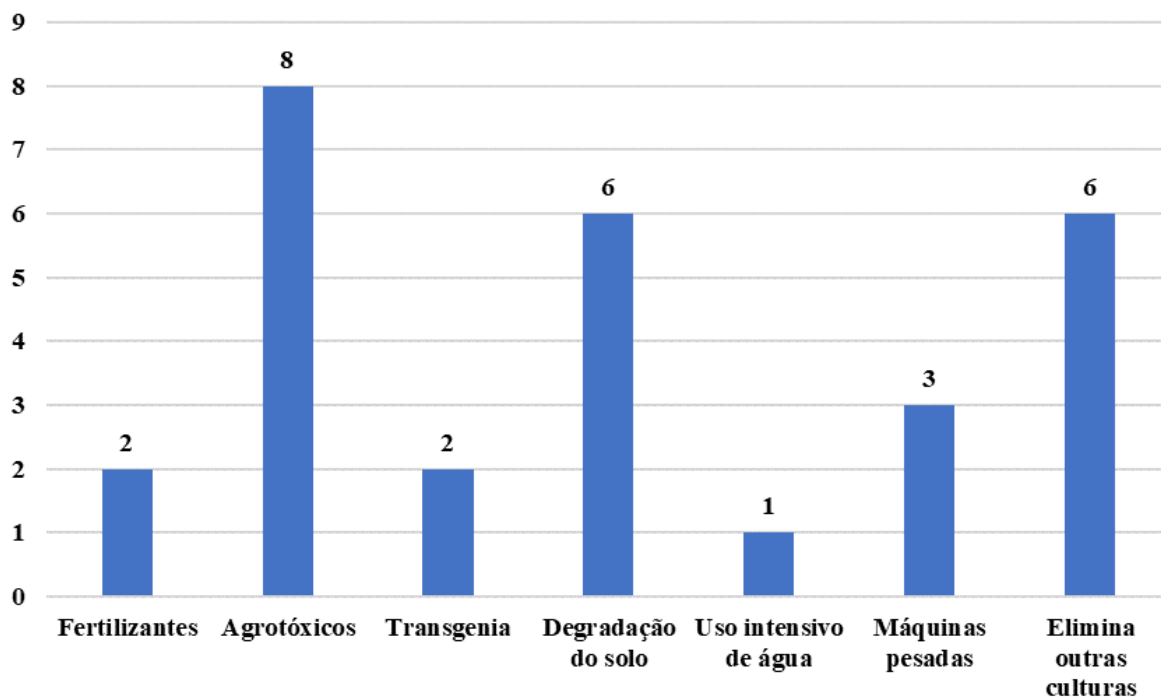
a razão disso – questões 19 e 20. A seguir, os Gráficos 64 e 65 retratam, respectivamente, a percepção dos entrevistados quanto a esse aspecto.

GRÁFICO 64: Narandiba – Relação do cultivo da cana-de-açúcar com outras culturas.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 65: Narandiba – Fatores do cultivo da cana-de-açúcar prejudiciais a outras culturas.



Fonte: O autor.

A percepção de que a cana exerce pressão sobre outras culturas é significativa entre os entrevistados, vez que 15 (60%) deles consideram que o cultivo da cana-de-açúcar prejudica as

outras culturas. Como desdobramento dessa questão, aqueles que compreenderam ser o cultivo da cana-de-açúcar prejudicial à outras culturas foram convidados a apontar a razão dessa percepção – questão 20. O Gráfico 65 demonstra que para 8 (53,3%) daqueles que consideram essa cultura prejudicial às demais, o uso intensivo de agrotóxicos é o principal fator prejudicial às outras culturas, seguido de perto pela degradação do solo e eliminação de outras culturas, apontadas igualmente por 6 (40%).

A eliminação de outras culturas, percepção apontada por 40% daqueles que consideram a cana-de-açúcar prejudicial à outras culturas, está diretamente ligada, embora muitos entrevistados não tenham percebido isso, ao próximo ponto a ser analisado: se o cultivo da cana-de-açúcar concorre por terras e com quais culturas isso acontece – questões 21 e 22 –, como ilustram os Gráficos 66 e 67.

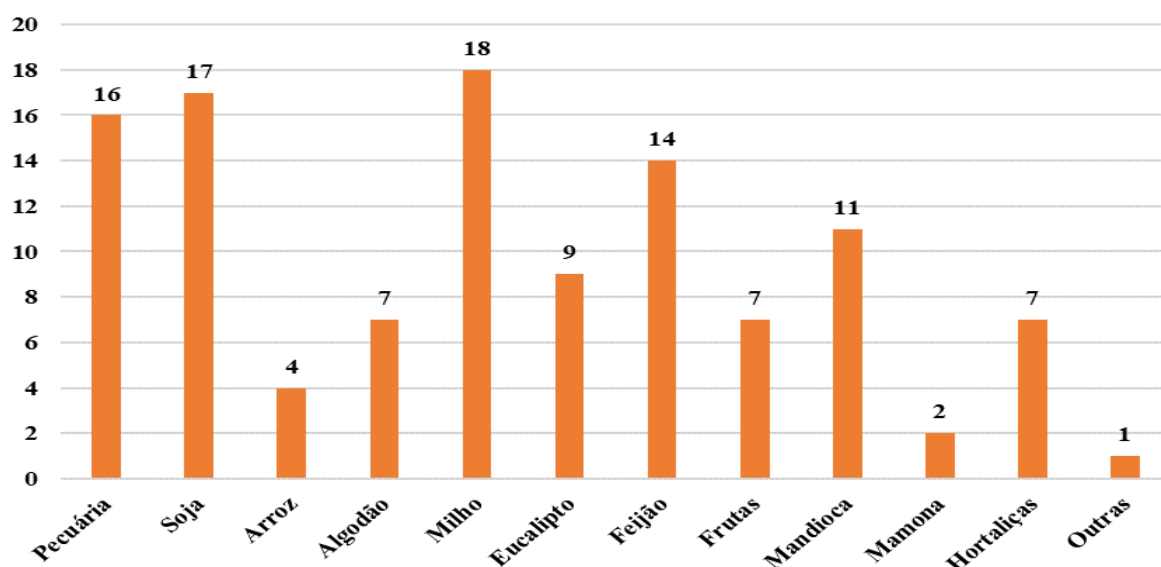
GRÁFICO 66: Narandiba – Concorrência por terra entre a cana-de-açúcar e outras culturas.



Fonte: O autor.

A concorrência por terra entre o cultivo da cana-de-açúcar e outras culturas aproxima-se do consenso entre os entrevistados, sendo que 20 (80%) deles consideram que a cana-de-açúcar disputa por espaço, como ilustra o Gráfico 66. Nesse sentido, o Gráfico 67 demonstra que, para mais de 50% dos entrevistados em Narandiba, as culturas em que isso ocorre é o milho (72%), seguido de perto pela soja (68%), a pecuária (64%) e, já mais distante, o feijão com 56%. No município de Narandiba a informação obtida foi de que a soja é bastante cultivada para reforma dos canaviais. Com exceção do feijão, não há entre a maioria dos entrevistados a percepção de que a cana-de-açúcar disputa terra com a produção de gêneros alimentícios básicos para a população local e da região. Isso talvez se deva a algumas características do município, tais como o grau de urbanização e a estrutura fundiária altamente concentrada.

GRÁFICO 67: Narandiba – Culturas com as quais a cana-de-açúcar concorre por terras.

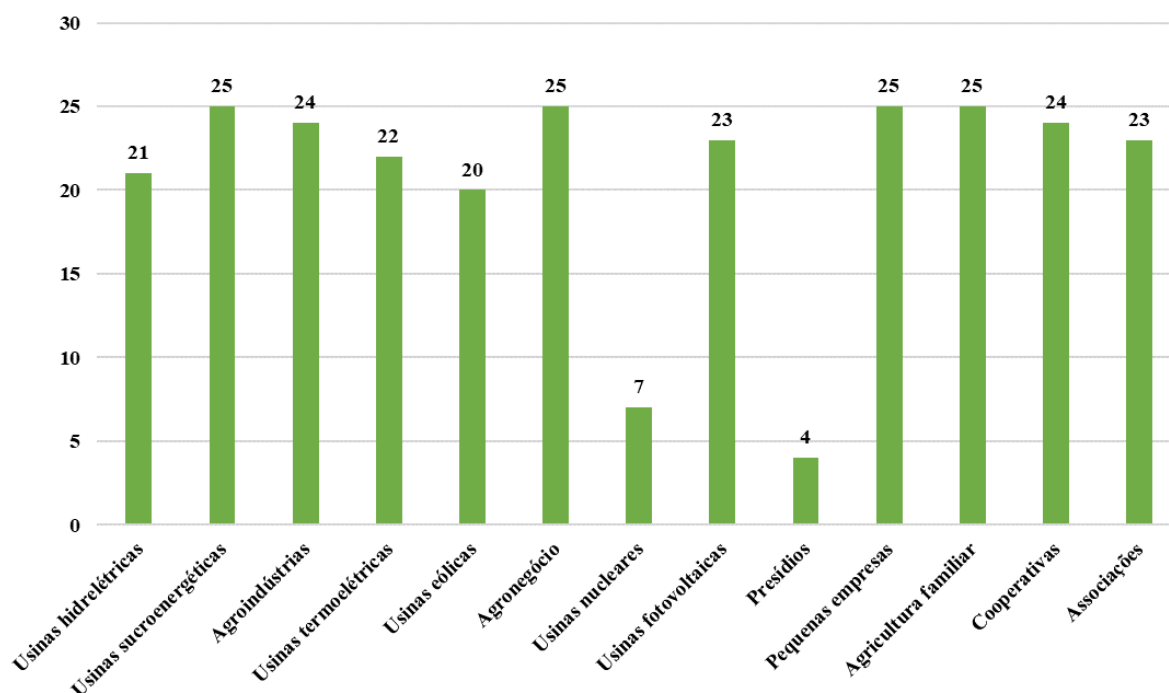


Fonte: O autor.

Especificamente sobre a produção de alimentos (exceto o açúcar), os entrevistados foram arguidos quanto a possibilidade do cultivo da cana-de-açúcar exercer algum tipo de influência, seja de forma positiva ou negativa, sobre a disponibilidade e a qualidade dos alimentos – questão 23. Para 18 (72%) dos entrevistados o cultivo da cana-de-açúcar influencia negativamente a disponibilidade e para 14 (56%) ela também traz prejuízos qualitativos a produção alimentícia. O principal fator que levou os entrevistados a considerarem essa cultura prejudicial à produção de alimentos foi o uso intensivo de agrotóxicos, aplicados principalmente através de pulverização aérea. Para os demais, 16% consideram que não há relação entre essa cultura e as culturas alimentares e igual número consideram que o cultivo da cana-de-açúcar não traz prejuízos qualitativos aos alimentos, além de 12% que não souberam opinar sobre o assunto.

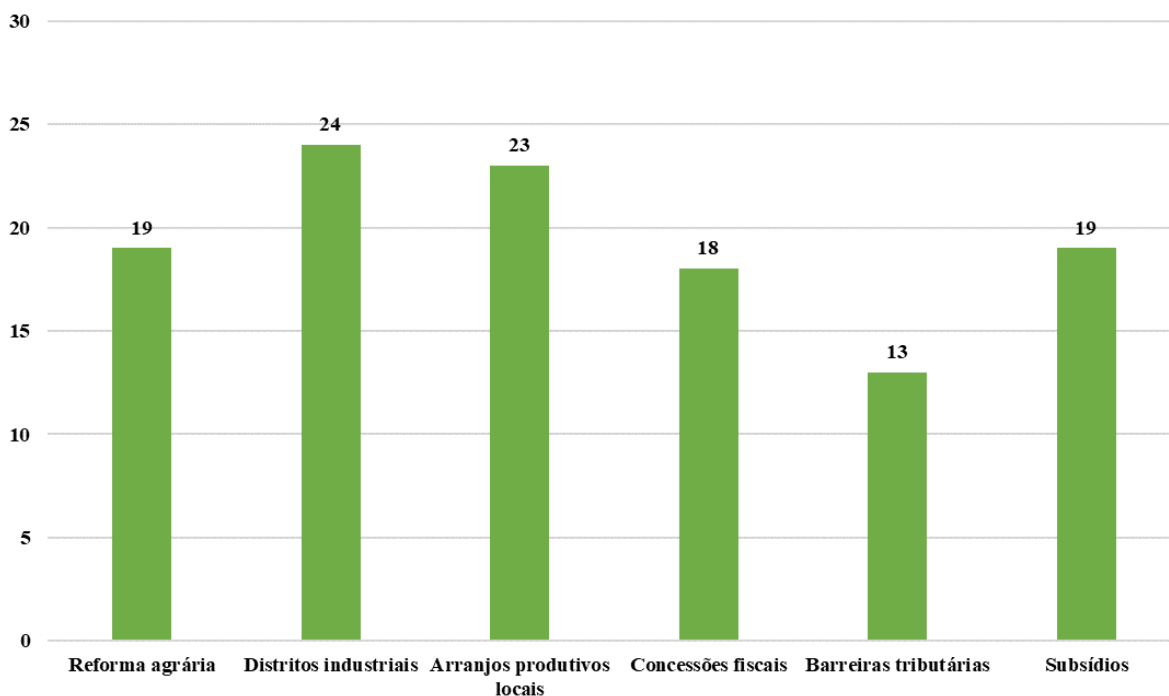
Na busca por captar a percepção dos entrevistados quanto ao que poderia alavancar o desenvolvimento do município e da região, foram apresentados alguns tipos de empreendimentos e políticas que a literatura aponta com sendo aquelas que, historicamente, foram implementadas na busca pelo desenvolvimento – questão 32. Os Gráficos 68 e 69 resumem as opiniões dos entrevistados no que se refere aos empreendimentos e as políticas ou ações, respectivamente.

GRÁFICO 68: Narandiba – Empreendimentos que seriam capazes de promover o desenvolvimento.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 69: Narandiba – Políticas ou ações que seriam capazes de promover o desenvolvimento.



Fonte: O autor.

Como pode ser observado através do Gráfico 68, a totalidade dos entrevistados (25) fecharam questão em torno do potencial e relevância de 4 (quatro) tipos de empreendimentos:

as usinas sucroenergéticas, o agronegócio, as pequenas empresas e a agricultura familiar. Além destes empreendimentos, para 96% dos entrevistados as agroindústrias, os distritos industriais e as cooperativas estão entre as iniciativas com potencial para tirar a região da estagnação. Esse mesmo potencial é visto também por 92% nas usinas fotovoltaicas, em arranjos produtivos locais e em associações.

A importância atribuída pelos entrevistados às cooperativas, associações e agroindústrias no desenvolvimento regional, denota a importância de se fortalecer a confiança entre os sujeitos na região, pilar para a teoria do desenvolvimento endógeno. A falta de confiança é sinal de baixo estoque de capital social, o que já foi constatado anteriormente por Sanchez (1973) e Barbosa dos Santos (2005) na região. Entende-se que esse problema pode estar atrelado a episódios ocorridos em tempos muito remotos, ligados a própria formação do povo brasileiro, como bem analisou Ribeiro (1995).

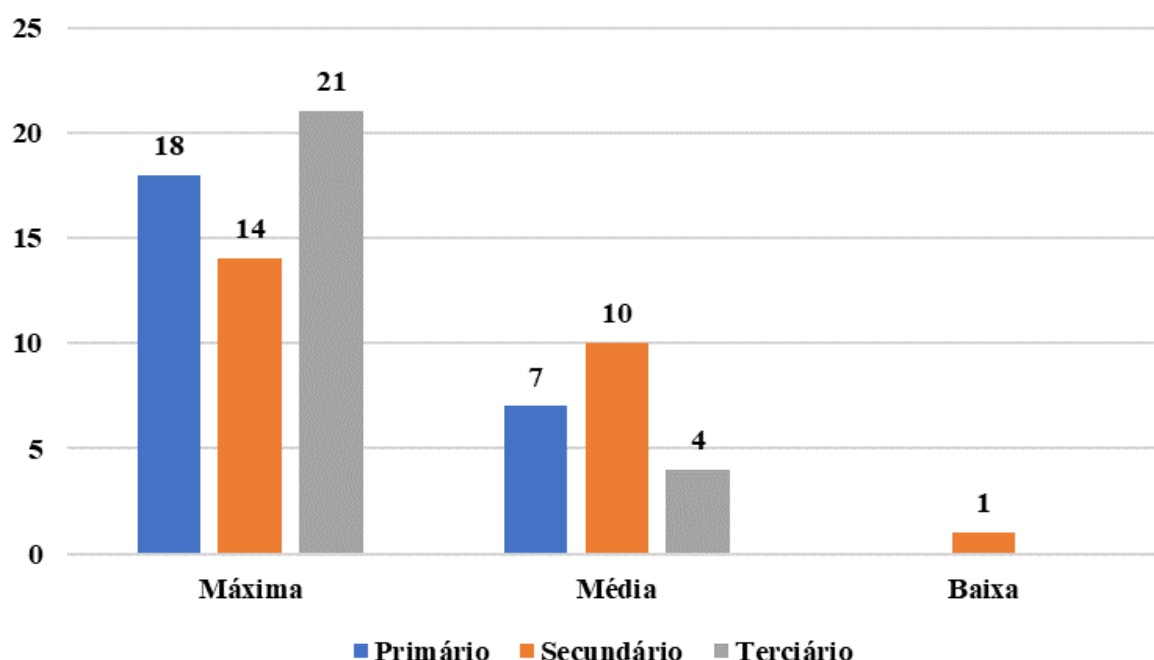
Ao se observar os Gráficos 68 e 69 é possível perceber a perspectiva industrializante presente dentre os entrevistados de Narendiba, ou seja, que o caminho para o desenvolvimento estaria na consolidação de empreendimentos industriais. É importante destacar que, apesar de Narendiba não abrigar nenhum assentamento de reforma agrária, 76% dos narendibenses entrevistados consideram ter essa política potencial para alavancar o desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, mas ainda assim é na consolidação de distritos industriais que a maioria dos entrevistados entende estar o caminho para o desenvolvimento.

Diretamente relacionada ao questionamento anterior, os entrevistados foram convidados a emitir opinião sobre a escala de prioridade – baixa, média ou alta – que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município e da Região do Pontal do Paranapanema deveriam atribuir a cada setor da economia – questão 33. O objetivo deste questionamento é buscar apreender qual é, na opinião dos entrevistados, a vocação do município e da região. O Gráfico 70 expressa a perspectiva apresentada pelos respondentes: 84% consideram que o setor terciário (serviços) deve receber prioridade máxima, 72% consideram que esse nível de prioridade deve ser atribuído também ao setor primário (extrativista – agricultura, pecuária, pesca, mineração, etc.) e para 56% isso também deve ocorrer com o setor secundário (indústria).

É importante destacar que a perspectiva industrializante manifestada anteriormente quando da avaliação do potencial de determinados empreendimentos não se faz presente aqui, vez que é o setor terciário aquele que deve receber priorização máxima para o maior número de entrevistados. No entanto, a importância atribuída ao setor primário não pode ser menosprezada e deve ser tomada em conta na elaboração das políticas públicas. Ao se considerar a importância

atribuída pelos entrevistados às pequenas empresas, à agricultura familiar, às cooperativas e associações (Gráfico 68), é possível que os entrevistados tenham em mente pequenas unidades industriais voltadas processamento da produção realizada pelas pequenas unidades de agricultura familiar, em especial de alimentos. Nesse sentido, é preciso destacar que a pesquisa de campo realizada em Narandiba permitiu identificar a presença de iniciativa nesse sentido, na área da fruticultura, mas que, apesar dos esforços, ainda não conseguiu vencer a burocracia necessária à obtenção das licenças que possibilitem o início das atividades.

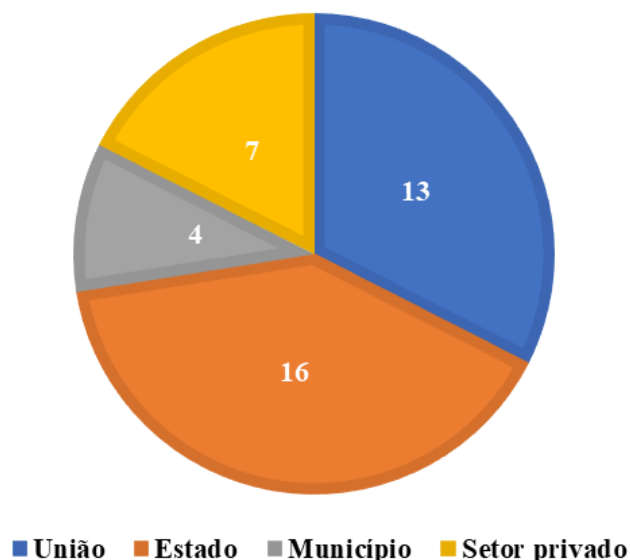
GRÁFICO 70: Narandiba – Priorização dos setores da economia a ser observado pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

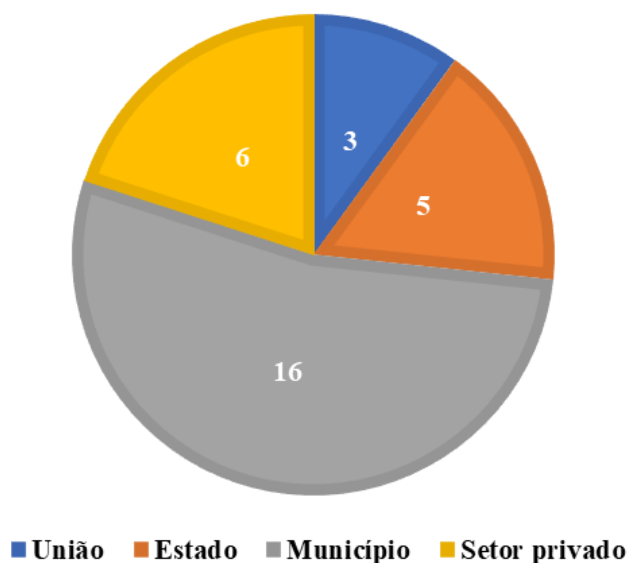
Tendo em mente que o desenvolvimento da região demanda por investimentos, aos entrevistados foram apresentadas duas questões, diretamente ligadas as duas anteriores. Primeira, de quem seria a responsabilidade por aportar os recursos necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema (questão 34)? Segunda, sendo disponibilizados os recursos, quem deveria ser o responsável por eleger as iniciativas que irão receber tais recursos e promover o desenvolvimento (questão 35)? Para as duas questões as respostas possíveis são a união, o estado, o município e o setor privado, sendo possível considerar múltiplas possibilidades dentre as apresentadas. Os Gráficos 71 e 72 resumem a opinião dos entrevistados quanto a tais assuntos.

GRÁFICO 71: Narandiba – Responsável por investir os recursos necessários ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 72: Narandiba – Responsável por realizar as ações necessárias ao desenvolvimento do município, segundo entrevistados.



Fonte: O autor.

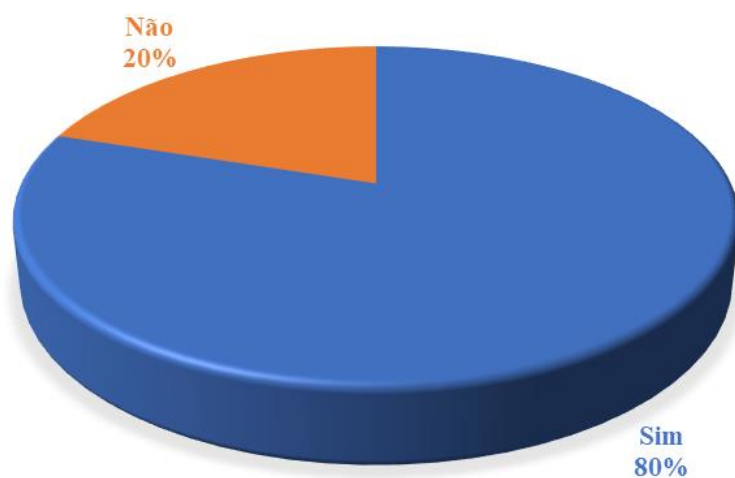
O estado e/ou a união, respectivamente para 64% e 52% dos entrevistados, seriam os principais responsáveis por dotar a Região do Pontal do Paranapanema dos recursos necessários ao seu desenvolvimento. Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com o que disciplinam Ultramar e Duarte (2009), a imensa maioria dos entrevistados (64%) considera que o município deve ser o principal responsável pela destinação dos recursos e pela articulação, junto as demais instâncias governamentais e ao setor privado, das ações voltadas a

promoção do desenvolvimento. Resumindo, a união e o estado proveriam os recursos necessários ao município e este se encarregaria de engendrar as ações.

Entendendo que o objetivo final do desenvolvimento é a melhoria na qualidade de vida das pessoas, os entrevistados foram questionados se sentiam-se felizes, satisfeitos e realizados morando em Narandiba (questão 30). De forma geral, 96% dos entrevistados responderam afirmativamente. Em seguida foram apresentadas duas outras questões (36 e 37): se o município se desenvolveu a partir de 2007 e se a implantação da usina contribuiu nesse processo. Os mesmos 96% que se disseram felizes, satisfeitos e realizados morando em Narandiba também consideram que o município se desenvolveu a partir de 2007 e que a usina desempenhou papel fundamental nesse processo. Apesar de reconhecerem a dependência e temer pelo futuro do município, caso a usina venha a encerrar suas atividades no futuro, são taxativos ao afirmar que o município não teria alcançado o atual estágio de desenvolvimento sem a usina.

De forma complementar, os entrevistados foram convidados a informar se a vida deles havia melhorado com a implantação da usina – questão 38 –, sendo que 90% daqueles aos quais foi apresentada essa pergunta responderam que sim, o que denota a relevância atribuída à usina no contexto do indivíduo ou da família em Narandiba. Na perspectiva de que o desenvolvimento para ser bom e sustentável ele necessita possibilitar o atendimento das necessidades da geração atual e das futuras gerações, os entrevistados foram então questionados se o município ofereceria oportunidade para que os jovens ali permanecessem (questão 9). O Gráfico 73 traz a proporção da opinião expressa pelos entrevistados.

GRÁFICO 73: Narandiba – O município apresenta oportunidades de permanência aos jovens?



Fonte: O autor.

No quesito quanto a oportunizar condições para que o jovem permaneça no município, chama a atenção o fato de que a maior parte dos entrevistados no município de Narandiba (20 – 80%) indicaram existir ali tais condições. Essa informação denota a radical contraposição entre as percepções dos narandibenses e dos mirantenses, pois estes últimos – em que pese lá a cidade seja maior, com portfólio maior e mais diversificado de empresas e negócios – consideram não haver lá condições favoráveis a permanência dos jovens. No caso de Narandiba, dada a importância da usina como geradora de postos de trabalho, isso talvez possa ser explicado pela proximidade geográfica da usina, o que facilita o estabelecimento da relação de reciprocidade entre o empregador e a origem da mão de obra. Não há ali a disputa com outro município, tal como existe entre Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio.

Sob a perspectiva conceitual estabelecida pela ENAP (2015) acerca do controle social – e presente nos Gráficos 74 a 77 –, os entrevistados foram questionados sobre a existência e acesso/participação em portal de transparência e órgãos colegiados (comitês, fóruns, conselhos, etc.) – questões 13 a 16. Os Gráficos 74 e 75 ilustram as respostas dos entrevistados quanto a existência de portal de transparência no município de Narandiba e a frequência com que estes fazem uso desta ferramenta. Já os Gráficos 76 e 77 apresentam as manifestações quanto a existência e participação em órgãos colegiados no município.

GRÁFICO 74: Narandiba – Existência do portal de transparência.

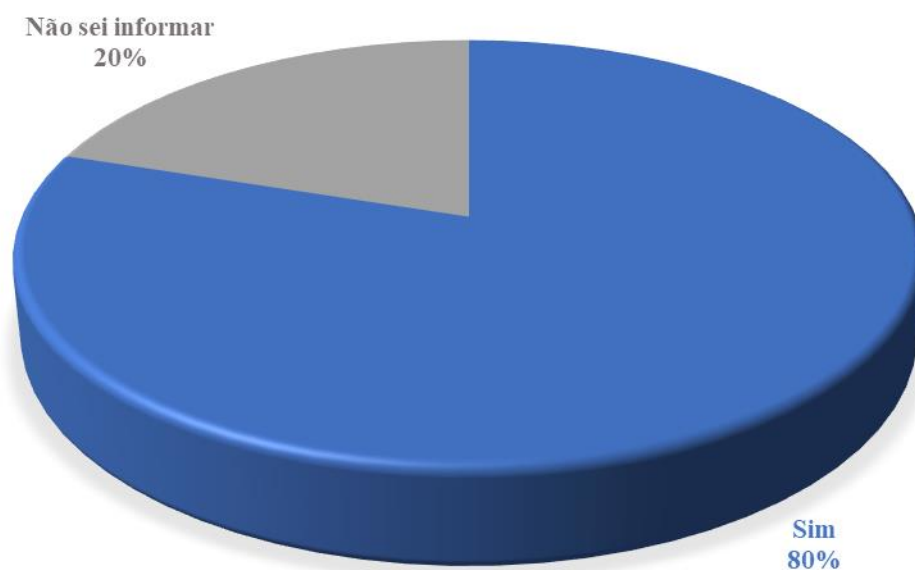
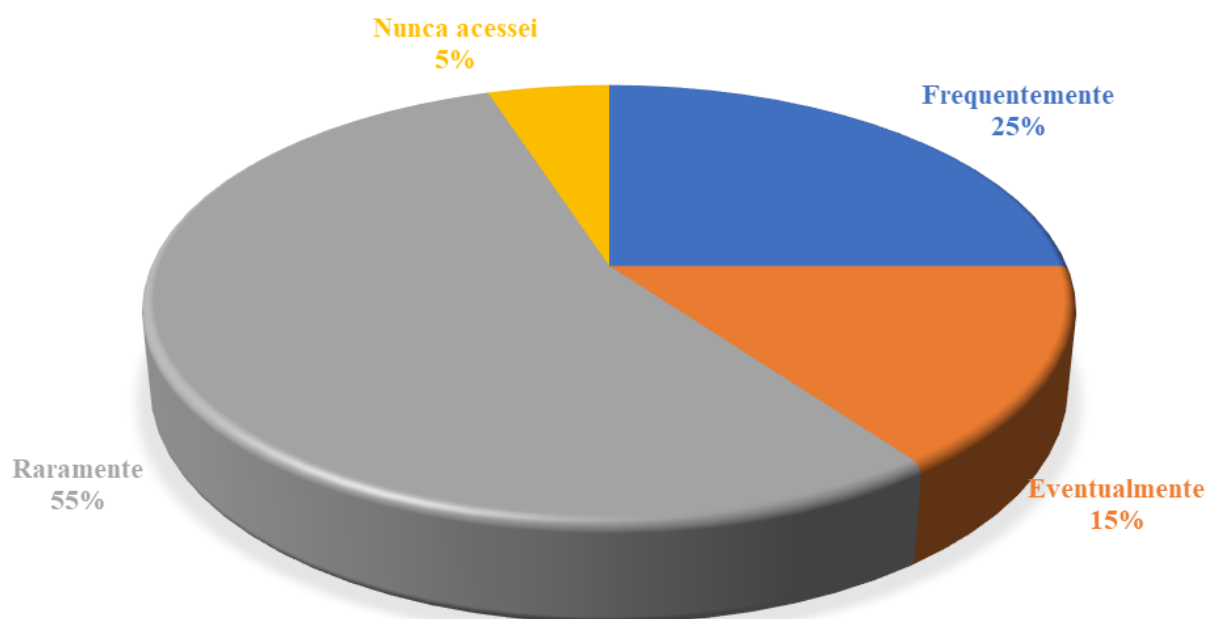
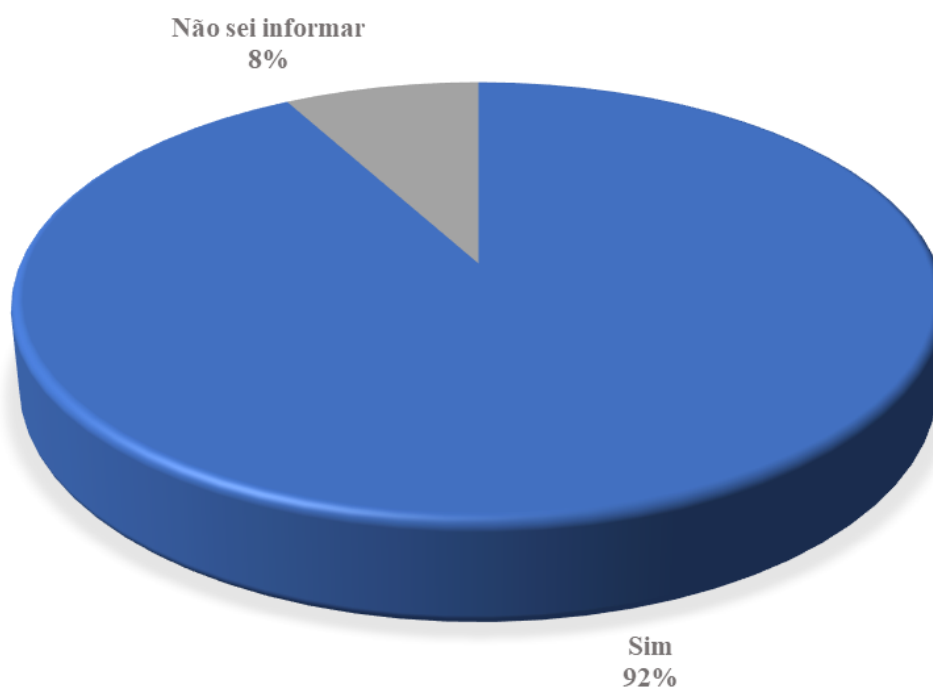


GRÁFICO 75: Narandiba – Frequência de acesso ao portal de transparência.



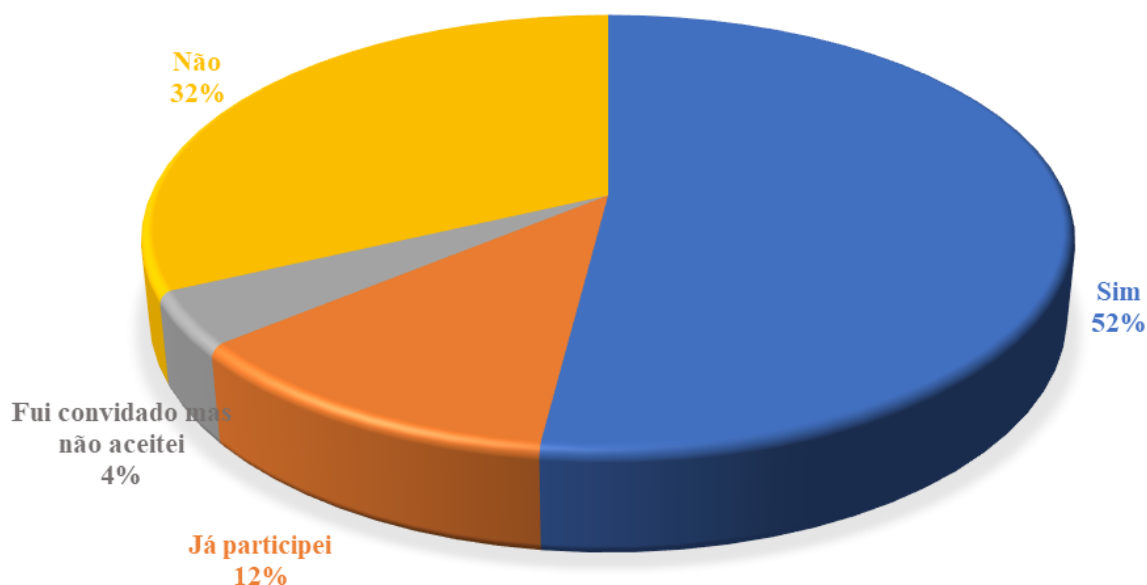
Fonte: O autor.

GRÁFICO 76: Narandiba – Existência de órgãos colegiados.



Fonte: O autor.

GRÁFICO 77: Narandiba – Participação em órgãos colegiados.



Fonte: O autor.

Como é possível observar através dos Gráficos 74 e 75, há relação relativamente desproporcional entre a ciência de que existe portal de transparência no município, que permite ao cidadão, dentre outras coisas, acompanhar o andamento das finanças municipais e como o dinheiro do município está sendo gasto, e o efetivo acesso a esse serviço. Enquanto 80% dos entrevistados declararam haver portal de transparência no município, 55% deles informaram acessá-lo raramente e 5% relataram nunca o ter acessado. No que se refere aos órgãos colegiados (Gráficos 76 e 77) esses números experimentaram relativa melhora, de um lado 92% confirmaram a existência destes no município e, de outro, 52% declararam participar e 12% já ter participado destes tipos de órgãos, em especial os conselhos municipais.

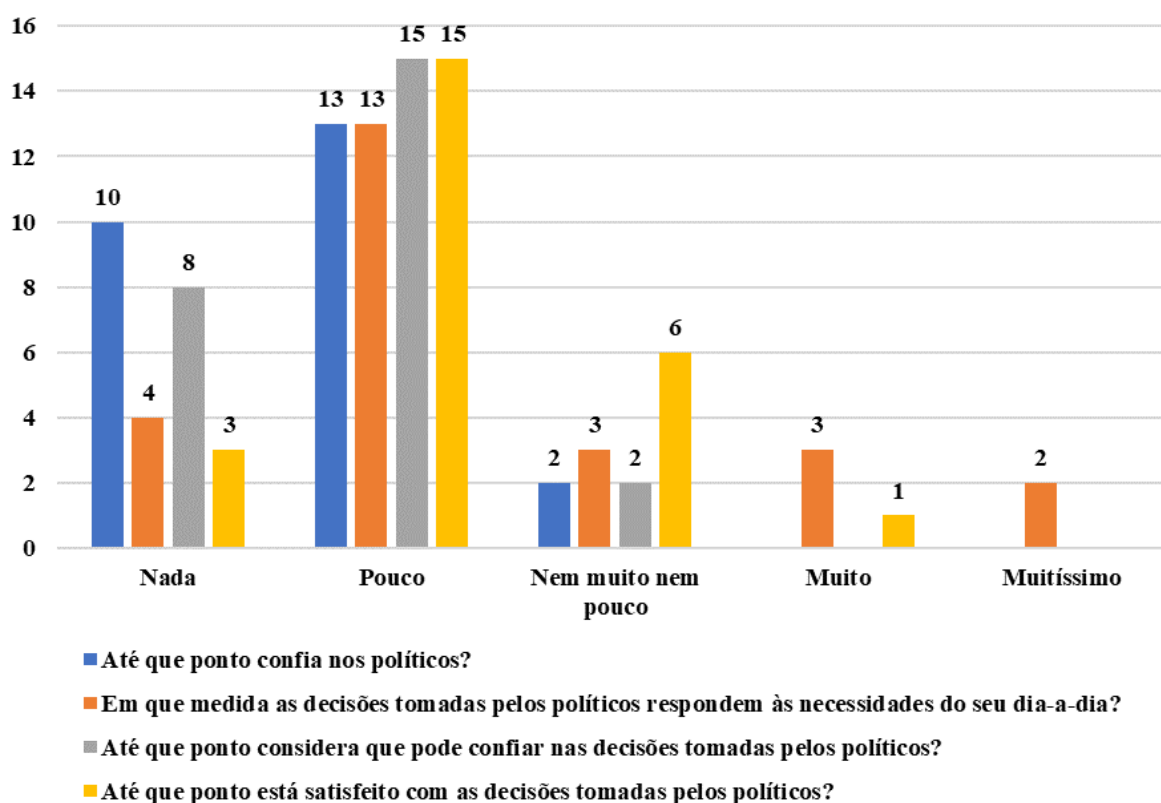
Como no grupo de entrevistados a maioria é composta por pessoas bem informadas, que ocupam algum cargo público (vereador(a), secretário(a), diretor(a), etc) ou privado (presidentes de associação ou cooperativa), esperava-se maior participação no que se refere ao engajamento com as formas de controle social instituídas pelo município. Ou seja, esperava-se que essas pessoas fossem mais ativas no acesso ao portal de transparência do município e também na participação em órgãos colegiados, como conselhos, fóruns, comitês, audiências públicas, etc.

Não se trata apenas de fiscalizar as finanças municipais. Em especial os órgãos colegiados e as audiências públicas, são mecanismos que permitem ao cidadão comum

participar nas decisões tomadas em seu município. É preciso relembrar que as teorias do desenvolvimento endógeno, com abordagem territorial do desenvolvimento, têm dentre suas bandeiras o protagonismo dos sujeitos – em tese, a raiz das necessidades, fonte importante das potencialidades e principal beneficiário das ações.

Acredita-se que esse baixo envolvimento esteja diretamente atrelado a percepção dos entrevistados quanto a determinados aspectos relacionados ao cenário político atual. Buscando captar como está a relação entre os cidadãos e a classe política no município, aos entrevistados foram feitos quatro questionamentos quanto a atuação da classe política e relacionados a confiança, satisfação e alinhamento às necessidades diárias.. O Gráfico 78 busca sumariar as respostas dos entrevistados quanto a esses aspectos.

GRÁFICO 78: Narandiba – Confiança e satisfação com a atuação dos políticos.



Fonte: O autor.

Como pode ser observado através do Gráfico 78, de forma geral, essa avaliação retrata percepção bastante negativa, com relativo predomínio de respostas que indicam pouca ou nenhuma confiança na classe política, apesar do considerável número de representantes do legislativo e da administração pública municipal presente entre os entrevistados. Entende-se que essa avaliação negativa está diretamente relacionada a baixa adesão aos mecanismos de controle social. Além das respostas obtidas na pesquisa, esse entendimento emana também de

relatos em que os entrevistados informaram ser os órgãos colegiados montados com pessoas escolhidas a dedo para referendar as decisões tomadas pelo poder público, havendo pouco ou nenhum espaço para questionamentos e/ou pensamentos dissonantes. Esses relatos demonstram haver a percepção de que esses mecanismos existem apenas para cumprir exigência legal, não havendo nenhuma preocupação com a sua efetividade.

Conquistar a confiança dos seus concidadãos é o primeiro passo para evoluir no sentido de estabelecer alianças intermunicipais que permitam a construção de ações articuladas e coordenadas regionalmente. Isso leva tempo, mas começa por coisas simples, como, por exemplo, humildade, zelo, atenção, solidariedade, honestidade e renúncia aos interesses individualistas em prol do coletivo. Os problemas não ou mal resolvidos nas escalas menores tendem a ter seus efeitos maximizados quando se avança para escalas superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é marcado por fortes desigualdades socioeconômicas, raciais e regionais, as quais estão intimamente relacionadas. Essas desigualdades foram historicamente construídas e qualquer política de desenvolvimento deve considerá-las para que seja efetiva. Quando se considera que o desenvolvimento deve reduzir tais desigualdades o desafio colocado é muito grande e muitos a considerá-lo utopia. Nesse sentido, a presença de poder público imbuído da intenção e vontade política necessária é fundamental para articular os sujeitos e recursos envolvidos. No entanto, isso está em rota de colisão com a ideologia neoliberal, que defende a redução no papel do Estado e a liberalização das forças de mercado – o “Estado mínimo”.

Contudo, o caráter mínimo refere-se à privatização dos serviços públicos e à não intervenção no mercado e nas ações que beneficiam o capital em detrimento da sociedade como um todo. Paralelamente ao “mínimo” o capital exige o “máximo” do Estado na subvenção de suas atividades, financiamento e socorros em momentos de crise. Trata-se de um “Estado de conveniência ao capital”. Resumidamente, como afirma Santos (2005), o Estado passa a proporcionar as condições necessárias para que haja a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos.

No caso do setor sucroenergético, isso se manifesta através da aliança entre o capital canavieiro – nacional e internacional –, latifundiários e Estado. É essa aliança que possibilita ao setor sucroenergético poder para acessar recursos públicos mediante empréstimos generosos a taxas de juros insignificantes, condições não praticadas pelo setor bancário privado. Além disso, é constante a pressão para que, em tempos de crise, haja dilação nos prazos ou a anistia das dívidas contraídas. É essa mesma aliança que vai possibilitar a valorização e conferir o caráter de produtividade às terras ocupadas pelos canaviais, o que, associado a outros mecanismos engendrados pelo Estado, vai reduzir – quando não eliminar – as possibilidades de que tais terras sejam alvo de movimentos sociais de luta pela terra e possam ser designadas para reforma agrária.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou compreender que a implantação de unidades industriais sucroenergéticas apresentam desdobramentos positivos e negativos. Faz-se necessário recordar que o desenvolvimento é multidimensional, complexo e seu conceito polissêmico; o discurso por ele engendrado tem capacidade de sedução tal que pode ser utilizado para justificar ações e a busca por distintos propósitos e finalidades, muitas vezes

contrastantes entre si, chegando ao ponto de ser utilizado como instrumento de controle social (FURTADO, 1980; GÓMEZ, 2006; PEET; HARTWICK, 2015 [1999]; RIST, 2002).

A pesquisa identificou que os impactos promovidos pelas unidades sucroenergéticas nos municípios estão em consonância com o desenvolvimento capitalista; um modelo de desenvolvimento que não liberta, não proporciona autonomia, mas permite avanços apenas nos pontos e na medida em que são favoráveis a acumulação do capital. É a constatação de que, sob esse modelo, o desenvolvimento é para poucos, enquanto uma minoria se beneficia a maioria perde, permanece estagnada ou, na melhor das hipóteses, como constatado na pesquisa, ganha pouco proporcionalmente aos ganhos do capital. Negar que há desenvolvimento mesmo na perspectiva capitalista é um equívoco, no entanto ele não é para todos, é para poucos e limitado.

Retomando as análises relacionadas ao setor sucroenergético, a implantação das usinas Conquista do Pontal e Cocal II, respectivamente nos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba, refere-se, até então, aos últimos avanços quanto a territorialização do setor na Região do Pontal do Paranapanema. A importância e os impactos são percebidos de forma diferente pelos sujeitos da pesquisa, conforme os laços diretos ou indiretos com o setor.

No entanto, a dependência de municípios como Narandiba é patente. Com extensão territorial 71,2% menor que Mirante do Paranapanema, o município tem 48,8% do seu território ocupado com o cultivo da cana-de-açúcar. Considerada a baixa incidência de outras atividades capazes de criar postos de trabalho, a maior parte das oportunidades de emprego é oferecida pela usina. Quando abordadas as pessoas para realização das entrevistas, essa dependência se manifesta através da preocupação quanto ao futuro da cidade e do município, caso a usina venha a deixar de operar futuramente.

Já Mirante do Paranapanema, por ser maior – na extensão territorial e população – e com cadeia produtiva mais diversificada – por ter o comércio mais desenvolvido e pela presença dos assentamentos de reforma agrária –, essa dependência é pouco sentida. Os 35 assentamentos de reforma agrária ocupam 28,6% da extensão territorial, enquanto a área comprometida com o cultivo da cana-de-açúcar refere-se apenas a 17,3%. Em que pese a importância da usina para o município, o protagonismo em Mirante do Paranapanema é dividido com os assentamentos rurais – algo presente nos relatos obtidos junto a base empírica –, o que configura um quadro mais estável e favorável do que àquele encontrado em Narandiba.

As análises aqui realizadas permitem compreender que o setor sucroenergético desempenha papel importante na geração de emprego e renda, bem como na elevação quantitativa e qualitativa de serviços públicos como saúde e educação. No entanto, além das

instabilidades e crises que sacodem o setor periodicamente e geram impactos diretos sobre a dinâmica dos municípios, o cultivo da cana-de-açúcar exerce pressão sobre as outras culturas e o meio ambiente. A monocultura canavieira, através da disputa pela terra ou mediante a utilização de insumos como o agrotóxico, tem prejudicado – em alguns casos até inviabilizado – o desenvolvimento de outras culturas.

Está claro que o setor sucroenergético alavanca o *crescimento econômico* nesses municípios. Os desempenhos apresentados pelos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba demonstram isso, vez que, de 2005 para 2017, o PIB municipal cresceu 151,93% e 260,78%, respectivamente, enquanto o PIB do conjunto de municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, excluídos os municípios com histórico de presença de usina sucroenergética – inclusive Presidente Prudente –, cresceu apenas 26,63%.

No entanto, os benefícios proporcionados por esse crescimento são desigualmente apropriados pelos distintos estratos sociais. O rendimento médio total dos empregos formais é exemplo disso; cresceu, de 2005 para 2017, 103,25% em Mirante do Paranapanema e 114,49% em Narandiba. É importante observar que, em termos percentuais, o rendimento médio nesses municípios apresentou crescimento relativamente semelhante, diferente do que aconteceu com o PIB, que em Narandiba apresentou crescimento bem superior.

Em Narandiba, de 2005 para 2017, a receita total do município cresceu 89,62%, sendo que a receita própria cresceu 75,32% e as transferências governamentais cresceram 91,54%. Os investimentos em serviços públicos na área da educação cresceram 156,10%, e na área da saúde 86,86%, ao passo que nos serviços sociais houve queda de 11,02%. Assim, dentre os indicadores econômicos analisados, os investimentos na educação e o rendimento médio total dos empregos formais foram aqueles que apresentaram crescimento mais próximo daquele apresentado pelo PIB, ainda que bem abaixo.

O município de Mirante do Paranapanema não apresenta essa desproporcionalidade nos indicadores. Apesar do PIB ter crescido bem menos que o de Narandiba, a receita total cresceu mais (115,63%), sendo que a receita própria cresceu 119,09% e as transferências governamentais cresceram 115,08%. Ali os investimentos em serviços de assistência social cresceram 263,88% – observando a série histórica parece tratar-se de excepcionalidade – e nos serviços educacionais cresceram 161,61%, superando o crescimento econômico representado pelo PIB; já os investimentos em serviços públicos de saúde cresceram 92,84% em 2017. A existência de cadeia produtiva mais diversificada pode ser a razão pela qual, mesmo com crescimento econômico menor, os demais indicadores econômicos serem mais favoráveis.

Proporcionalmente a receita total, os investimentos realizados em 2017 no provimento de serviços públicos educacionais, de saúde de assistência social, embora apresentem distribuição diferente entre as áreas, tem patamar semelhante em ambos os municípios – 56,96% em Mirante do Paranapanema e 57,2% em Narandiba. No primeiro foi investido 28,15% em educação, 25,36% em saúde e 3,45% em assistência social. No segundo os números são 34,41% em educação, 19,69% em saúde e 3,10% em assistência social.

O resgate dos indicadores apresentados nos cinco parágrafos anteriores parece ser suficiente para corroborar a hipótese inicialmente avançada de que **o crescimento econômico gerado por unidades industriais sucroenergéticas não promove um desenvolvimento integral na mesma proporção nos municípios em que são instaladas, de forma que, mesmo com algumas melhorias em indicadores sociais, o crescimento econômico concentrado é o objetivo final e os ganhos sociais são “externalidades positivas”**.

Em que pese a melhoria nos demais indicadores analisados neste trabalho, as constatações desta pesquisa evidenciam os resultados produzidos pelo desenvolvimento capitalista. Além do discurso relacionado ao desenvolvimento ser utilizado para diversos fins, como asseveram Furtado (1980), Gómez (2006), Peet e Hartwick (2015 [1999]) e Rist (2009), o desenvolvimento capitalista, apesar do forte aparato midiático a serviço do capital esforçar-se para mostrar outra coisa, tem como características, segundo Gómez (2006) e Mészáros (2014 [1989]), ser hegemônico, absurdamente contraditório, destrutivo, megalomaniaco, irresponsável, cínico, vantajoso e benéfico para poucos, produtor de desigualdade, miséria, exploração e opressão, nefasto para a maioria.

As constatações dessa pesquisa estão em sintonia com aqueles que veem nas iniciativas de desenvolvimento local um movimento de busca por incrementar “[...] a atividade econômica e a arrecadação municipal” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 23). No entanto, não estão presentes no modelo de desenvolvimento representado pelo setor sucroenergético as estratégias “[...] de combate à pobreza e a exclusão social”, como querem Ultramari e Duarte (2009, p. 24), mantendo-se o modelo nos ditames e em perfeita sintonia com o pensamento hegemônico.

Além disso, a análise em escala regional de dados como o PIB e rendimento médio total dos empregos formais não demonstrou qualquer comportamento atípico que possa ser vinculado às usinas sucroenergéticas. Ou seja, a melhora obtida nos indicadores econômicos pelos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba não apresenta evidências de ter gerado externalidades capazes de interferir na realidade da região. Isso demonstra que tal modelo de desenvolvimento, além de estar ancorado em critérios estritamente economicistas,

não é capaz de influenciar a dinâmica regional, mas apenas local, nos pequenos municípios em que geralmente são instaladas. Isso demonstra o caráter restrito do desenvolvimento que proporciona, caso esses aspectos possam ser considerados desenvolvimentos em abordagem bastante restritiva e ligada ao crescimento econômico.

Os lucros obtidos pelas empresas sucroenergéticas são destinados a outras localidades e outras atividades ou investimentos, não sendo reinvestidos no próprio município. Em especial nos municípios menores, com comércio pequeno e pouco dinâmico, a massa salarial acaba também transferindo-se para as cidades da região, mediante a aquisição até mesmo de insumos básicos como gêneros alimentícios, roupas e calçados.

Recordando, em Narandiba 38,5% dos entrevistados informaram adquirir alimentos em outro município, 79,2% procedem da mesma forma com roupas e calçados e a totalidade informou não adquirir móveis e eletrodomésticos no comércio local. Comportamento este relativamente distinto daquele apresentado pelos entrevistados de Mirante do Paranapanema, dos quais apenas 24,2% buscam adquirir alimentos em outras localidades, 54,5% o fazem para aquisição de roupas e calçados, e 46,9% compram móveis e eletrodomésticos fora do município. Ainda assim são números expressivos. A forma como os benefícios gerados pelo crescimento econômico é apropriada pelos diferentes estratos sociais, as transferências de lucro e a evasão da massa salarial contribuem sobremaneira para a concentração da renda e ampliação das desigualdades entre pessoas e regiões.

Um outro aspecto não pode ser negligenciado. Em que pese a implantação das unidades industriais sucroenergéticas possam ter, direta ou indiretamente, contribuído para elevar a arrecadação nas diferentes escalas dos entes federativos, é importante ter em conta que a própria usina se beneficia, também direta ou indiretamente, dos recursos públicos. De que forma? Drenando recursos públicos mediante empréstimos sob condições extremamente favoráveis, subsídios, isenções e/ou reduções em impostos, ou então através do uso da máquina pública para realização de obras infraestruturais ou reparar danos causados pela própria usina, apenas para citar algumas das possibilidades em que a usina pode participar na rapinagem do Estado.

A análise dos municípios de Mirante do Paranapanema e Narandiba demonstra que a implantação de unidades industriais sucroenergéticas é orientada por um modelo de desenvolvimento que designamos como **sitiado**. O discurso da implantação desse modelo tentava convencer que se tratava de algo capaz de alavancar o desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema. Em que pese os ganhos obtidos na escala do município – principalmente em municípios pequenos e na evolução do PIB –, demonstra-se incapaz de

alterar a dinâmica regional, marcada pela estagnação. Mesmo na escala do município, a sua capacidade em dinamizar a economia é limitada, pois apresenta-se incapaz de incrementar novas atividades ao ecossistema de negócios, as quais representariam novas fontes de emprego e renda para os cidadãos, bem como de receita para o município.

O modelo de desenvolvimento sitiado traz no seu bojo limitações a serem impostas com o objetivo de concentrar renda e retirar lucros que ampliem a acumulação do capital concebida como infinita. Então os limites do desenvolvimento municipal não estão nas suas dimensões econômicas, como no aumento de renda e/ou do PIB, já que ambas são sugadas para a acumulação capitalista. Nem nos aspectos específicos do município, como localização geográfica e estrutura fundiária, pois, diante de ambas, o capital não se restringe, mas encontra ou cria condições para superar.

Para o modelo de desenvolvimento sitiado o desenvolvimento é limitado, razão pela qual não proporciona, nem ao município e nem à região, as condições necessárias para que avancem ou potencializem seus recursos. Em termos municipais e/ou regionais, o desenvolvimento sitiado representa e é fruto, na escala micro, de várias estratégias engendradas nas escalas superiores pelo neoliberalismo e sua globalização. Avançar para além desses limites representa desafiar instituições e interesses envolvidos em projeto de mundo hegemônico, que nega a existência de outras alternativas ou caminhos fora do livre mercado. Significa colidir frontalmente “[...] com o poder real que governa o mundo” (MASON, 2017, p. 24).

Na Região do Pontal do Paranapanema, junto com mudanças na legislação, as usinas sucroenergéticas foram um caminho encontrado pela aliança entre capital, latifundiários e Estado para obstaculizar e impedir a realização dos assentamentos de reforma agrária. O mesmo sistema que possibilita a criação da política pública torna-se o responsável por criar os mecanismos necessários à sua inviabilização, ou então por deixar de criar as condições necessárias à sua efetivação. É importante ter em mente que a desconexão e ineficácia das políticas não está isenta de outros interesses e de ser utilizada para justificar a adoção medidas que melhor atendam aos anseios de quem de fato manda, daqueles que detém o poder. Dessa forma, cria-se o álibi – as condições para que ninguém possa dizer que o Estado foi omissor – e a justificativa para a ineficácia, fazendo com que a responsabilidade pelo fracasso termine por recair sobre os ombros dos teóricos beneficiários, em perfeita sintonia com o que preconiza Mises (2009 [1979]; 2015 [1956]).

O modelo de “desenvolvimento sitiado”, representado neste trabalho pela implantação das unidades industriais sucroenergéticas, não coaduna com a ideia do desenvolvimento como

liberdade proposta por Sen (2010). Ele não contribui na amplificação das oportunidades sociais, políticas e econômicas de participação dos sujeitos, para que eles se envolvam e sejam protagonistas e autores da sua própria história. Apresenta-se também ineficaz no combate à pobreza e à exclusão social, bem como não contribui para com a desconcentração fundiária – pelo contrário, atua no sentido oposto – e a preservação ambiental. Pelo uso intensivo de agroquímicos – em especial dos agrotóxicos – é altamente prejudicial à saúde e ao bem-estar das pessoas. Resumindo, não é modelo de desenvolvimento que tenha o ser humano como centro e principal beneficiário, mas sim o capital.

Não se pode esperar que empreendimentos capitalistas, como é o caso das usinas sucroenergéticas, venham confrontar o sistema e romper as amarras impostas à países – como é o caso do Brasil – ou regiões – como é o caso do Pontal do Paranapanema – periféricas pelo neoliberalismo. Dado o atual estágio de desenvolvimento capitalista e interdependência global, faz-se necessário a concepção de nova racionalidade, no e com espectro global, como compreendem Bauman (2013) e Mason (2017).

A necessidade da periferia tomar frente no processo de transformação da realidade altamente desigual e excludente, mediante a construção dessa nova racionalidade, estão expressas nas análises de Myrdal (1965), Amin (1976) e Santos (2005). As transformações requeridas para construção dessa nova racionalidade só irão ocorrer mediante pressão a ser exercida pelas nações, regiões e/ou classes menos favorecidas, como já o fazem, por exemplo, aqueles sujeitos que lutam pela autonomia de seus territórios ou para assegurar o respeito aos direitos sociais (ZIBECHI, 2015; BRAGA, 2017).

Essa nova racionalidade terá sua gênese na periferia do sistema, por ser ali o lugar em que se desenvolvem as condições necessárias e possíveis para suplantar a ordem existente. Em termos da Região do Pontal do Paranapanema, isso implica em vencer as barreiras impostas pelo individualismo e estabelecer alianças que possibilitem ao conjunto dos municípios encontrar os caminhos para romper com a estagnação e avançar. A região não pode mais ficar esperando por soluções mágicas, prontas, que advenham das demais escalas do poder público ou da iniciativa privada. Elas têm seu papel e serão parceiros importantes, mas a iniciativa emancipadora tem de partir da própria região.

Tal racionalidade não será concebida via mercado: ela tem como requisito restituir ao Estado um papel ativo e estratégico, liberto das forças de mercado para priorizar o atendimento das reais necessidades da população, em especial dos mais vulneráveis. O modelo de desenvolvimento que se defende e anseia é multiescalar, é integral, é mais humano e menos

produtivista-consumista, mais solidário e menos competitivo, mais justo e menos desigual, aquele que realmente proporcione **dignidade e liberdade** – ambas nas mais distintas formas e manifestações – às pessoas.

REFERÊNCIAS

ALAI, America Latina en Movimiento. Los alimentos no son mercancía. **America Latina en Movimiento**, año 40, n. 512, p. 1-3, Abr. 2016.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. **Novos Rumos**, ano 21, n. 45, p. 3-30, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Entrevista. In: PEIXOTO, Heitor. **Uberização nos leva para a servidão, diz pesquisador**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

ARAÚJO, Tânia B. de. Apresentação. In: BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012, p. 17-22.

ATVOS. **Linha do tempo**. Disponível em: <<https://www.atvos.com/a-empresa/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ATVOS. **Relatórios anuais**. Disponível em: <<https://www.atvos.com/comunicacao/relatorio-anual/>>. Acesso em 13 mar. 2019.

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001, p. 349-363.

BARBOSA DOS SANTOS, Álvaro. **Desenvolvimento regional e capital social**: uma abordagem para a microrregião de Presidente Prudente-SP. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2012.

BARRETO, Maria Joseli. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAVA, Silvio C. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. **Cadernos de gestão pública e cidadania**. V. 31, Ago. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/43851/42712>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BELLINGIERI, Julio C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XIX, v. 2, n. 37, Salvador/BA, p. 6-34, Ago. 2017.

BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 197-201.

BOFF, Leonardo. **Brasil**: concluir a refundação ou prolongar a dependência? Petrópolis: Vozes, 2018.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desarrollo regional: modelos reales y modelos mentales. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. XXIV, n. 72, p. 53-69, set. 1998.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRANDÃO, Carlos. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 145-157, abr./jun. 2008.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Calculadora do cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em: 07 a 23 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço Florestal Brasileiro. **Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Base de dados do Comex Stat**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundo Nacional de Saúde**. Disponível em: <<https://consultafns.saude.gov.br/#/consolidada>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **ISPER – Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda**: dados por município. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 17 ago. 2019 a 19 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Perfil do município**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 17 ago. 2019 a 19 mar. 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Contas anuais**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro**: contas anuais. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf;jsessionid=sampOq6mcTfcNHLmgV0Ah3Sy.node2>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Transferências constitucionais**. Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:::>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina**: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRAY, Silvio C. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema**: um estudo da Geografia Agrária. 1980. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BUOSI, Gabriel. 41% dos municípios têm baixo desenvolvimento. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 05 jul. 2018. Cidades, Caderno A, p. 7.

CABUGUEIRA, Artur C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, Viseu, p. 103-136, 2000.

CAMPOS, Janaína F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

CANO, Wilson. Prefácio. In: BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012, p. 23-28.

CARVALHO, Horácio M. de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. **Reforma Agrária**. Ano 35, v. 01, n. 02, p. 79-92, Out. 2014.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito**: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO. **Nord/Sud - Predatori, Predati e Opportunisti**: guida alla comprensione e al superamento dei meccanismi che impoveriscono i sud del mondo. 3. ed. Bologna: EMI, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COCAL. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.cocal.com.br/conteudo/1/1/nossa-historia.html>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

COCAL. **Cocal em números**. Disponível em: <<http://www.cocal.com.br/conteudo/3/1/cocal-em-numeros.html>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

COLOGNESE, Silvio A.; MÉLO, José Luiz B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CORTES, Soraya M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

DALLABRIDA, Valdir R. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DATALUTA. **Relatório Pontal do Paranapanema 2013**. Presidente Prudente: UNESP; NERA, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2013.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. **Reforma Agrária**. Ano 35, v. 01, n. 02, p. 27-40, Out. 2014.

DJILAS, Milovan. **A nova classe**: uma análise do sistema comunista. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958,

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. **Controle social**: módulo 1 – introdução e conceitos básicos. Brasília: ENAP, 2015.

FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial no desenvolvimento rural: lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, e v. 29, n. 1, p. 52-62, jan. 2009 a jun. 2010.

FELÍCIO, Munir J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antonio M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230.

FERNANDES, Bernardo M. Formação e territorialização do MST no Brasil. *In*: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 161-197.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**. Ano 35, v. 01, n. 02, p. 41-53, Out. 2014.

FERNANDES, Bernardo M. **O agronegócio não é o centro do universo**. UNASUL, 2017. Disponível em: <<http://redessan-unasul.com.br/opiniao/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FIREBAUGH, Glenn. **The new geography of global income inequality**. 3. ed. Cambridge: Harvard, 2006.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: Firjan, 2018. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FRANÇA, Cassio L. de; CALDAS, Eduardo de L.; VAZ, José Carlos (Org.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**: um olhar sobre a articulação de atores. São Paulo, Instituto Pólis, 2004. (Publicações Pólis, 46). Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1005/1005.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2017 a 28 fev. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 22 jan. 2018 a 31 ago. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. 2019. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 2014/2018**. 2019. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/iprs_release_site.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. 2013. Disponível em: <<http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

GAMBAND, J. L. **El mito del desarrollo sustentable – parte 1**: la verdad no está donde nos dicen que está. 2012.

GARELLI, Franco. Controle social. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 283-285.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, Eduardo P. **Relatório de Pesquisa - Setor Sucroalcooleiro Paulista**: importância econômica, internacionalização e impactos na questão agrária. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2016. (não publicado)

GIRARDI, Eduardo P. Agronegócio sucroenergético e desenvolvimento no Brasil. **Revista Confins**, n. 40, 2019. DOI: 10.4000/confins.19517. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/19517>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

GOMES, Renata M.; GOMES JR., Newton. Questão agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. **Reforma Agrária**. Ano 35, v. 01, n. 02, p. 113-127, Out. 2014.

GOMEZ, Jorge R. M. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**, Piracicaba/SP, v. 52, s. 1, p. S125-S146, 2014.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HAYEK, Friedrich A. von. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2007.

HIRSCH, Fred. **Limites sociais do crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HOUTART, François. **A agroenergia**: solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisões regionais do Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divisoes-regionais-do-brasil/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/75511>>. Acesso em: 07 jun. 2019 a 19 mar. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 16 ago. 2019 a 17 ago. 2019.

IMPOSTÔMETRO. **Arrecadação por municípios**. Disponível em: <<https://impostometro.com.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Ideb – Resultados e Metas**. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

JARA, Carlos J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) : Recife : Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LANDER, Edgardo. La ciencia neoliberal. *In*: CECENÃ, Ana Esther (compiladora). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 45-94.

LEITE, José F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1981. 256 f. Tese (Livre-Docência) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

LEÓN, Osvaldo. VI Congreso CLOC-VC - Para garantizar el derecho a la alimentación. **América Latina en Movimiento**. Ano 39, n. 502, p. 1-4, Mar. 2015.

LESBAUPIN, Ivo. Por novas concepções de desenvolvimento. *In*: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Abong, 2012, p. 37-48.

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo**: la aternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. 1. Ed. Buenos Aires: El Coletivo – Herramienta, 2011.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. *In*: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Abong, 2012, p. 7-15.

LUSSAULT, Michel. **De la lutte des classes à la lutte des places**. Paris: Bernard Grasset, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANCE, Euclides A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1968.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva. M. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASON, Paul. **Pós-capitalismo**: um guia para o nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTEI, Lauro. Teses favoráveis e contrárias à reforma agrária brasileira no limiar do século XXI. **Reforma Agrária**. Ano 35, v. 01, n. 02, p. 93-112, Out. 2014a.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 71-79, 2014b.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZINI, Eliane de J. T. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. 322 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

MCCHESNEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 7-17.

MEIHY, José Carlos S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n. 155, p. 191-203, 2º – 2006.

MEJÍA, Rafael E. Etnografia, cartografia e devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas. In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela. **Vida & grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015, p. 90-110.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. 2. ed. Campinas: Vide, 2015.

MUJICA, Pepe. Os únicos derrotados que há no mundo são os que param lutar. In: MUJICA, Pepe; FRANCISCO, Papa; CHAVES, Hugo; DAVIS, Ângela. **Testemunhos da utopia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NEVES, Clarissa E. B. Apresentação. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 7-9, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 5-64, Agosto de 2010.

OLIVEIRA, Rodolfo O. de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-16, dez. 2002.

OXFAM Internacional. **Compensem o trabalho, não a riqueza**. Oxford: Oxfam, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PAIVA, Carlos Á. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In:

WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Org.). **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 37-78.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine R. **Theories of development: contentions, arguments, alternatives**. 3. ed. New York: Guilford, 2015.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos V.; NAVARRO, Cristiano; MENDONÇA, Maria L. **Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei nº 9370/2017**. Presidente Prudente: PMPP, 2017. Disponível em: <https://camarapresidente.sp.gov.br/temp/20012019183811arquivo_9370.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Renato J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 11(1), p. 189-195, maio de 1999.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Catarata, 2002.

RODRIGUES, Juliana N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 189-200, 1998.

ROSA, Paulo R. **Desenvolvimento, questão agrária e exclusão digital do campesinato: um estudo na Região do Pontal do Paranapanema/SP**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

RUAS, Davi G. G.; FERREIRA, Enéas R.; BRAY, Silvio C. (orgs.). **A agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná**. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2014.

RUAS, Davi G. G.; FERREIRA, Enéas R.; SALES, Elias J. C. G. O deslocamento da agroindústria canavieira para o oeste do Estado de São Paulo. In: RUAS, Davi G. G.; FERREIRA, Enéas R.; BRAY, Silvio C. (orgs.). **A agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná**. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2014, p. 191-211.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFATLE, Fernando N. **A economia política do etanol**: a democratização da agroenergia e o impacto na mudança do modelo econômico. São Paulo: Alameda, 2011.

SANCHEZ, Maria Ângela D'Incao M. **O empresário rural na Alta Sorocabana**. 1973. 331 folhas. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

SANTOS, João B. P. dos. **Os chifres do diabo**: capitalismo e comunismo. São Paulo: Sal, 1964.

SANTOS, Marina dos. Los desafíos de la reforma agraria integral y popular. **América Latina en Movimiento**. Ano 39, n. 502, p. 5-8, Mar. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SÃO PAULO, Secretaria da Fazenda e Planejamento. **Consulta de repasses**. Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, Dieter R. Condicionantes político-administrativos do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: a experiência dos COREDES. In: WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Org.). **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 137-158.

SILVA, Marcelo K. Uma introdução à história oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 115-141, 1998.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, Jessé J. F. de. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STOPPINO, Mario. Manipulação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 727-734.

TIMSIT, Sylvain. **Stratégies de manipulation**. 2002. Disponível em: <<http://www.syti.net/Manipulations.html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: Ibpe, 2009.

UNICA, União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Histórico do setor**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/setor-sucroenergetico/historico-do-setor/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

WITTMANN, Milton L.; DOTTO, Dalva M.; BOFF, Vilmar A. Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades. *In*: WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Org.). **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 11-35.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ANEXO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – DOUTORADO

Prezado(a) senhor(a),

A entrevista proposta (roteiro abaixo) é um dos instrumentos para coleta de dados da pesquisa intitulada “Impactos da Implantação de Unidades Industriais Sucroenergéticas no Desenvolvimento em Municípios da Região do Pontal do Paranapanema”.

A realização da pesquisa é parte do doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Presidente Prudente. Sua contribuição será significativa para o alcance dos objetivos propostos. Informo ainda que o seu nome, apesar de constar neste formulário, será mantido no mais absoluto sigilo, não sendo revelado nem mesmo na tese.

Desde já agradeço a contribuição e, como contrapartida pela sua colaboração, comprometo-me a disponibilizar, ao final da pesquisa, os resultados obtidos.

Paulo Roberto Rosa

Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município: _____

Nome: _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino **Idade:** _____ anos

Estado civil: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União estável
☐ Divorciado(a)/Desquitado(a)/Separado ☐ Viúvo(a)

Você mora neste município:

☐ Sim ☐ Não. Onde: _____

É nascido neste município:

☐ Sim ☐ Não. Natural de: _____

Mudou-se em: _____/_____/_____

Motivo: _____

Você reside na(o): ☐ Cidade ☐ Campo

Tipo de moradia: ☐ Própria ☐ Alugada ☐ Emprestada
☐ Hotel ☐ República

Ocupação atual: _____

Desde: ____/____/____

Formação:

Tipo de ensino	Incompleto	Completo	Área
Fundamental			
Médio			
Técnico			
Superior			
Especialização			
Mestrado			
Doutorado			

☐ Sem instrução formal, mas sabe ler e escrever

☐ Analfabeto

Composição familiar: _____ pessoas

Renda:

Renda mensal	Pessoal	Familiar
Menos de 1 salário mínimo		
1 a 2 salários mínimos		
3 a 4 salários mínimos		
5 a 6 salários mínimos		
7 a 8 salários mínimos		
9 a 10 salários mínimos		
Mais de 10 salários mínimos		

Relação pessoal com a usina e/ou cultura de cana-de-açúcar:

- ☐ Trabalho na usina desde ____/____/____
- ☐ Trabalhei na usina entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Sou arrendatário desde ____/____/____
- ☐ Fui arrendatário entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Trabalho para arrendatário desde ____/____/____
- ☐ Trabalhei para arrendatário entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Sou fornecedor de cana desde ____/____/____
- ☐ Fui fornecedor de cana entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Trabalho para fornecedor de cana desde ____/____/____
- ☐ Trabalhei para fornecedor de cana entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Trabalho para empresa terceirizada desde ____/____/____
- ☐ Trabalhei para empresa terceirizada entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Comercial ou contratual (fornecedor de produtos/serviços) desde ____/____/____
- ☐ Comercial ou contratual (fornecedor prod./serv.) entre ____/____/____ e ____/____/____
- ☐ Nunca trabalhei na usina e nem na cultura de cana-de-açúcar

Observação: _____

Caso não trabalhe na usina, você gostaria de trabalhar lá:

☐ Como funcionário ☐ Como terceirizado ☐ Não

Por quê? _____

Caso deseje trabalhar na usina (como funcionário ou terceirizado, indique a área na qual gostaria de atuar:

☐ Administrativa ☐ Indústria ☐ Oficina ☐ Agrícola

☐ Outra. Especifique: _____

Relação da família com a usina e/ou cultura de cana-de-açúcar:

- ☐ Tenho familiar(es) que trabalha(m) na usina
- ☐ Tenho familiar(es) que já trabalhou(aram) na usina
- ☐ Tenho familiar(es) que é(são) arrendatário(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que já foi(ram) arrendatário(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que trabalha(m) para arrendatário(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que já trabalhou(ram) para arrendatário(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que é(são) fornecedor(es) de cana
- ☐ Tenho familiar(es) que já foi(ram) fornecedor(es) de cana
- ☐ Tenho familiar(es) que trabalha(m) para fornecedor(es) de cana
- ☐ Tenho familiar(es) que já trabalhou(ram) para fornecedor(es) de cana
- ☐ Tenho familiar(es) que trabalha(m) para empresa(s) terceirizada(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que já trabalhou(ram) para empresa(s) terceirizada(s)
- ☐ Tenho familiar(es) que fornece(m) produtos ou serviços
- ☐ Tenho familiar(es) que já forneceu(ram) produtos ou serviços
- ☐ Não há relação atual ou anterior

Observação: _____

O local onde você mora possui:

- Aparelho de TV com TV aberta: ☐ Sim ☐ Não
- Aparelho de TV com TV por assinatura: ☐ Sim ☐ Não
- Acesso à internet: ☐ Sim ☐ Não

1) O seu município é atendido por algum programa público (federal, estadual ou municipal) voltado para inclusão digital?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei informar

2) Se sim, qual destes:

☐ Territórios Digitais/de Cidadania ☐ ACESSA São Paulo ☐ ACESSA Escola

☐ Municipal ☐ Outros. Especifique: _____

3) Houve aumento na oferta e na qualidade de serviços públicos a partir de 2007?

Energia elétrica: ☐ Sim ☐ Não Água encanada: ☐ Sim ☐ Não

Esgoto: ☐ Sim ☐ Não Educação: ☐ Sim ☐ Não

Saúde: ☐ Sim ☐ Não Segurança: ☐ Sim ☐ Não

Transporte: ☐ Sim ☐ Não Asfalto: ☐ Sim ☐ Não

Iluminação: ☐ Sim ☐ Não Coleta de lixo: ☐ Sim ☐ Não

Coleta seletiva: ☐ Sim ☐ Não Internet: ☐ Sim ☐ Não

O que contribuiu para isso? _____

4) O local onde você mora é atendido pelos seguintes serviços públicos:

Energia elétrica: ☐ Sim ☐ Não Água encanada: ☐ Sim ☐ Não

Esgoto: ☐ Sim ☐ Não Coleta de lixo: ☐ Sim ☐ Não

Coleta seletiva: ☐ Sim ☐ Não Pavimentação asfáltica: ☐ Sim ☐ Não

Iluminação pública: ☐ Sim ☐ Não

5) Se a sua casa é atendida por algum destes serviços públicos, qual a sua avaliação:

Serviço	Excelente	Bom	Regular	Péssimo
Energia elétrica				
Água encanada				
Esgoto				
Coleta de lixo				
Coleta seletiva				
Pavimentação asfáltica				
Iluminação pública				

Comentários: _____

6) Onde você habitualmente realiza suas compras de:

Tipo de produto	Comércio local	Em outro município
Alimentos, bebidas, higiene e limpeza		
Vestuário e calçados		
Móveis e eletrodomésticos		

7) Onde seus filhos estudam?

- ☐ No próprio município ☐ Em outro município
☐ Não possuo filhos em idade escolar

8) A escola onde seus filhos estudam é:

- ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Particular
☐ Não possuo filhos em idade escolar

9) O município apresenta oportunidades de permanência aos jovens?

- ☐ Sim ☐ Não

10) Qual(is) a(s) razão(ões) que você considera que contribuem para a permanência dos jovens no município?

11) Qual(is) a(s) razão(ões) que provoca(m) a migração dos jovens para outros municípios ou regiões?

12) Ao iniciar(em) sua vida profissional, no que se refere ao local de residência e de trabalho, descreva o que aconteceu, o que ele(s) pretende(m) ou o que você gostaria que ele(s) fizesse(m). Exemplos: permanecer no município, residindo e trabalhando no campo ou na cidade; migrar para outro município ou região, etc.

13) O município possui um portal de transparência, onde qualquer cidadão pode acessar informações envolvendo a gestão municipal?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei informar

14) Se sim, com que frequência você acessa este serviço?

- ☐ Frequentemente ☐ Eventualmente ☐ Raramente ☐ Nunca acessei

15) O município possui órgãos colegiados (comitês, fóruns, conselhos, etc.) que permitem ao cidadão participar das decisões?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei informar

16) Você participa de algum órgão colegiado (comitês, fóruns, conselhos, etc.) existente no município?

☐ Sim ☐ Já participei ☐ Fui convidado mas não aceitei ☐ Não

Caso participe ou tenha participado de algum(ns), informe qual(is): _____

17) Como você avalia os impactos da usina sobre as vias públicas (ruas, rodovias e estradas rurais)?

☐ Não impactam ☐ Impactam pouco (baixo) ☐ Impactam muito (alto)

18) A usina contribui para com a manutenção das vias públicas (ruas, rodovias e estradas rurais)?

☐ Sim, via impostos ☐ Sim, com máquinas ☐ Não ☐ Não sei informar

19) Como você avalia a relação da cultura da cana-de-açúcar com outras culturas?

☐ Prejudica outras culturas ☐ Não prejudica outras culturas ☐ Não sei opinar

20) Caso você avalie que a cultura de cana-de-açúcar seja prejudicial a outras culturas, indique aquelas situações, fatores ou elementos que atuam nesse sentido:

☐ Fertilizantes ☐ Agrotóxicos ☐ Transgenia

☐ Degradação do solo ☐ Uso intensivo de água ☐ Máquinas pesadas

☐ Elimina outras culturas

21) Como você avalia a concorrência por terra entre a cana-de-açúcar e outras culturas?

☐ Concorre por terras ☐ Não concorre por terras ☐ Não sei informar

22) Caso você entenda que a cultura da cana-de-açúcar concorra por terras, assinale as culturas com as quais, na sua opinião, isso ocorre.

☐ Pecuária ☐ Soja ☐ Arroz ☐ Algodão ☐ Milho
☐ Eucalipto ☐ Feijão ☐ Frutas ☐ Mandioca ☐ Mamona
☐ Hortaliças ☐ Outras: _____

23) No que se refere a produção de alimentos (exceto o açúcar), você acredita que a cultura da cana-de-açúcar contribui:

	Positivamente	Negativamente
Disponibilidade de alimentos (exceto açúcar)		
Qualidade dos alimentos (exceto açúcar)		

☐ Não tem relação com a produção de alimentos

☐ Não sei informar

24) A usina apoia algum projeto social no seu município?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei informar

Se sim, qual? _____

25) O que você entende que a implantação de unidades industriais sucroenergéticas (usinas) afeta ou deveria afetar positivamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia
☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica
☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

26) O que você entende que a implantação de unidades industriais sucroenergéticas (usinas) afeta ou deveria afetar negativamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia
☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica
☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

27) O que você entende que a implantação da usina no seu município afetou positivamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia

☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica

☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

28) O que você entende que a implantação da usina no seu município afetou negativamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia

☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica

☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

29) Avalie os seguintes aspectos no que se refere a implantação da usina no município:

Aspecto	Aumentou	Diminuiu	+	-
A cidade				
A oferta de imóveis para venda				
O valor dos imóveis				
A oferta de imóveis para locação				
O valor do aluguel				
O número de ruas pavimentadas				
A qualidade da pavimentação asfáltica das ruas				
A oferta de serviços de saúde				
A oferta de serviços educacionais				
A violência no município				
A sensação de insegurança				

30) De forma geral, você se sente feliz, satisfeito e realizado morando neste município?

☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

31) O que você entende por desenvolvimento?

32) Assinale, dentre as opções abaixo, aquelas que você considera políticas, ações ou empreendimentos que promovem o desenvolvimento:

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Usinas hidrelétricas | ☐ Usinas sucroenergéticas | ☐ Agroindústrias |
| ☐ Usinas termoeletricas | ☐ Usinas eólicas | ☐ Agronegócio |
| ☐ Usinas nucleares | ☐ Usinas fotovoltaicas | ☐ Reforma agrária |
| ☐ Distritos industriais | ☐ Arranjos produtivos locais | ☐ Presídios |
| ☐ Pequenas empresas | ☐ Agricultura familiar | ☐ Cooperativas |
| ☐ Concessões fiscais | ☐ Barreiras tributárias | ☐ Associações |
| ☐ Subsídios | ☐ Outros: _____ | |

33) Estabeleça uma escala de prioridade entre os setores da economia que, na sua opinião, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do seu município e da Região do Pontal do Paranapanema deveriam seguir:

Setor	Máxima	Média	Baixa
Primário (agricultura, pecuária, mineração, etc.)			
Secundário (indústrias de transformação)			
Terciário (serviços: comércio, educação, saúde, ...)			

34) Na sua opinião, quem é o principal responsável em investir os recursos necessários no desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema?

- ☐ União ☐ Estado ☐ Município ☐ Setor privado

35) De posse desses recursos, na sua opinião, quem é o principal responsável por operar/realizar as ações necessárias ao desenvolvimento da Região do Pontal do Paranapanema?

- ☐ União ☐ Estado ☐ Município ☐ Setor privado

36) Você entende que o seu município se desenvolveu a partir do ano 2007?

☐ Sim ☐ Não

Por quê ou o que contribuiu para isso? _____

37) Se sim, a instalação da usina contribuiu para esse desenvolvimento?

☐ Sim ☐ Não

Por quê ou como? _____

38) A sua vida melhorou com a implantação da usina no município?

☐ Sim ☐ Não

39) O que você entende que o desenvolvimento afeta positivamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia

☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica

☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

40) O que você entende que o desenvolvimento afeta negativamente?

☐ Economia ☐ Social ☐ Meio-ambiente ☐ Tecnologia

☐ Humana ☐ Cultural ☐ Científica

☐ Outras. Especifique: _____

Por quê? _____

41) Você recebe algum destes benefícios sociais?

☐ Aposentadoria por idade

☐ Aposentadoria por invalidez

☐ Aposentadoria por tempo de contribuição

☐ Aposentadoria especial

☐ Auxílio doença

☐ Auxílio acidente

☐ Pensão por morte

☐ Auxílio reclusão

☐ Bolsa família

☐ Bolsa atleta

☐ Renda cidadã

☐ Outro(s). Qual(is): _____

Avaliação da qualidade de vida

	Nada	Pouco	Nem muito nem pouco	Muito	Muitís- simo
Até que ponto gosta da vida?					
Até que ponto se sente otimista em relação ao futuro?					
Até que ponto tem na sua vida sentimentos positivos?					
Até que ponto dá valor a si próprio?					
Até que ponto tem confiança em si próprio?					
Em que medida tem andado preocupado?					
Até que ponto se sente só na sua vida?					
Em que medida se sente em segurança no seu dia-a-dia?					
Sente que vive num ambiente seguro e protegido?					
Até que ponto se preocupa com a sua segurança e proteção?					
Até que ponto é confortável o lugar em que vive?					
Até que ponto gosta de viver onde vive?					
Tem dificuldades económicas?					
Em que medida se preocupa com dinheiro?					
Até que ponto tem facilidade em obter boa assistência médica?					
Em que medida aprecia o seu tempo livre?					
Em que medida é saudável o seu ambiente físico?					
Em que medida tem problemas com os transportes?					
Até que ponto os problemas com os transportes dificultam a sua vida?					
Até que ponto confia nos políticos?					
Em que medida as decisões tomadas pelos políticos respondem às necessidades do seu dia-a-dia?					
Até que ponto considera que pode confiar nas decisões tomadas pelos políticos?					
	Nada	Pouca	Moderada- mente	Bastante	Completa- mente
Recebe das outras pessoas o tipo de apoio que necessita?					
Em que medida pode contar com os seus amigos quando precisa deles?					
Em que medida as condições da sua casa satisfazem as suas necessidades?					
Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?					
Até que ponto tem fácil acesso às informações necessárias para organizar a sua vida diária?					

Em que medida tem possibilidade de obter as informações de que precisa?					
Em que medida tem oportunidade para realizar atividades de lazer?					
Em que medida dispõe de meios de transporte adequados?					
<i>Até que ponto está satisfeito(a) com:</i>	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito/insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
A qualidade da sua vida?					
A sua vida (em geral)?					
A sua saúde?					
A sua capacidade para aprender coisas novas?					
A sua capacidade de tomar decisões?					
Você mesmo?					
As suas capacidades?					
A sua capacidade para desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?					
As suas relações pessoais?					
O apoio que recebe da sua família?					
O apoio que recebe dos seus amigos?					
A sua capacidade de ajudar ou apoiar outras pessoas?					
A sua proteção e segurança física (exemplo: agressões, assaltos, acidentes, etc.)?					
As condições do lugar em que vive?					
A sua situação econômica?					
O acesso que tem aos serviços de saúde?					
Os serviços de assistência social?					
As oportunidades que tem para adquirir novas competências ou capacidades?					
As oportunidades que tem para aprender coisas novas?					
A maneira como passa o seu tempo livre?					
O seu ambiente físico (exemplos: poluição, clima, ruído, beleza)?					
O clima do lugar em que vive?					
Os transportes que utiliza?					
As decisões tomadas pelos políticos?					
A sua capacidade de trabalho?					
Aquilo que alcançou na vida?					
A maneira com a qual usa o tempo?					
As oportunidades que tem para participar de atividades na comunidade?					

	Muito infeliz	Infeliz	Nem feliz nem infeliz	Feliz	Muito feliz
Sente-se feliz com as suas relações familiares					
Quão feliz está com as coisas que pode esperar daqui para frente?					
<i>Como avalia a:</i>	Muito ruim	Ruim	Nem boa nem ruim	Boa	Muito boa
Sua qualidade de vida?					
Qualidade dos serviços sociais a que tem acesso?					
Sua capacidade de trabalho?					
	Nada	Pouco	Moderadamente	Bastante	Completamente
É capaz de trabalhar?					
Sente-se capaz de levar a cabo as suas obrigações até o fim?					
	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
O quanto aproveita a vida?					
Em que medida acha que a sua vida tem sentido?					
Quanta liberdade tem para tomar suas próprias decisões?					
Até que ponto sente que controla o seu futuro?					
O quanto sente que as pessoas ao seu redor respeitam a sua liberdade?					
Até que ponto consegue fazer as coisas que gostaria de fazer?					
Até que ponto está satisfeito com suas oportunidades para continuar alcançando outras realizações na vida?					
O quanto sente que recebeu o reconhecimento que merece na sua vida?					
Até que ponto sente que tem o suficiente para fazer em cada dia?					

APÊNDICE

DELIMITAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

O recorte baseado na UGRHI-22 é estabelecido com base nas bacias hidrográficas da região e não considera necessariamente as fronteiras dos municípios⁴⁵. Já os recortes estabelecidos com base em regiões administrativas, de governo, intermediárias ou imediatas, todas obedecem rigorosamente aos limites municipais. Qualquer que seja a delimitação territorial utilizada, vários desafios e obstáculos se apresentam no momento da coleta comparação de dados secundários, vez que as instituições ou órgãos de pesquisa podem utilizar delimitações distintas. Além disso, com o passar do tempo, como parte do processo de aprendizado, evolução ou necessidade de atender a novas demandas, a metodologia e a delimitação podem mudar dentro da mesma instituição ou órgão.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceu em 2017 a nova divisão do território nacional, em regiões intermediárias e regiões imediatas. Esta nova divisão foi concebida em substituição ao modelo anterior, que utilizava as nomenclaturas mesoregiões e microregiões. No entanto, não se trata apenas da mudança em tais nomenclaturas, mas sim em nova forma de agrupar os municípios com vistas a prover informações mais alinhadas as demandas oriundas de realidades regionais em constante transformação.

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. [...]. A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas 2017 pretende subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos (IBGE, 2017).

A microregião de Presidente Prudente se dividiu em Região Imediata de Presidente Prudente e Região Imediata de Presidente Epitácio-Presidente Venceslau. Além disso, os municípios de Iepê, Nantes e Quatá, antes pertencentes a microregião de Assis, passam agora a integrar a Região Imediata de Presidente Prudente. A Região Intermediária de Presidente

⁴⁵ São 26 os municípios que encontram-se, total ou parcialmente, com seu território na UGRHI-22: Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio. A UGRHI-22 está vinculada ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP).

Prudente é composta pelas Regiões Imediatas de Adamantina-Lucélia⁴⁶, Dracena⁴⁷, Presidente Epitácio-Presidente Venceslau⁴⁸ e Presidente Prudente⁴⁹.

A Fundação SEADE utiliza na divulgação de dados estatísticos as divisões baseadas em regiões de governo e regiões administrativas. A Região Administrativa de Presidente Prudente abarca 53 municípios distribuídos entre as Regiões de Governo de Adamantina⁵⁰, Dracena⁵¹ e Presidente Prudente⁵². Os mapas 3, 4 e 5 ilustram, respectivamente, as divisões do espaço geográfico do estado de São Paulo em Regiões Administrativas e de Governo, Regiões Intermediárias e Imediatas, e Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI). Como é possível observar pelas notas abaixo e pelos mapas 3, 4 e 5, apesar de algumas diferenças no conjunto de municípios, ou frações no caso das UGRHI's, são formas diferentes de, relativamente, dividir e fazer referência ao mesmo espaço geográfico.

⁴⁶ Municípios que compõe a Região Imediata de Adamantina-Lucélia: Adamantina, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Salmourão.

⁴⁷ Municípios que compõe a Região Imediata de Dracena: Dracena, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

⁴⁸ Municípios que compõe a Região Imediata de Presidente Epitácio-Presidente Venceslau: Caiuá, Marabá Paulista, Piquerobi, Presidente Epitácio e Presidente Venceslau.

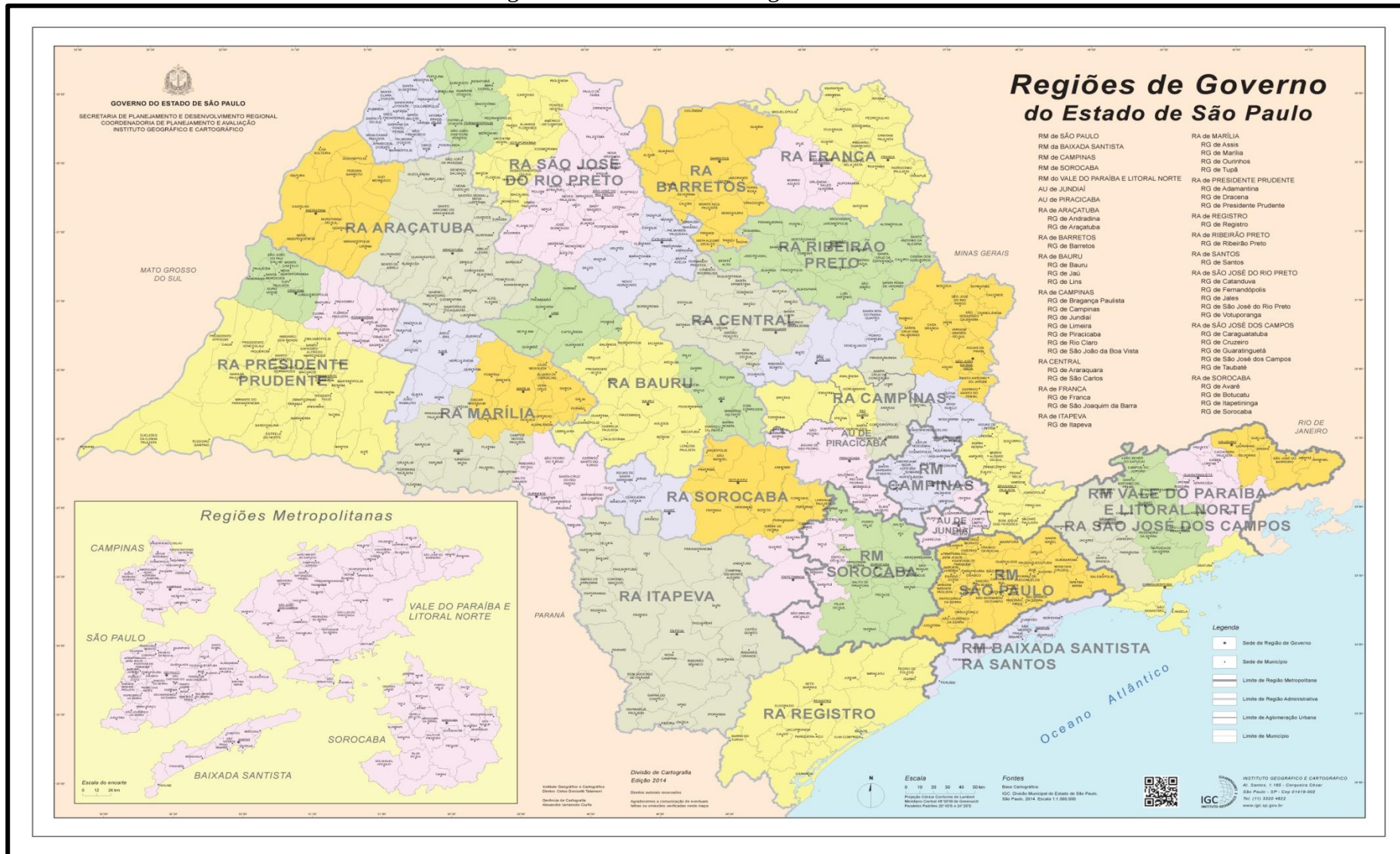
⁴⁹ Municípios que compõe a Região Imediata de Presidente Prudente: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

⁵⁰ Municípios que compõe a Região de Governo de Adamantina: Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Salmourão.

⁵¹ Municípios que compõe a Região de Governo de Dracena: Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Santa Mercedes, São João do Pau-d'Alho e Tupi Paulista.

⁵² Municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

MAPA 3: Estado de São Paulo com a divisão em Regiões Administrativas e Regiões de Governo.



Fonte: IGC (2014).

[illegible]

Página | 245

MAPA 5: Estado de São Paulo com a divisão por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI's)⁵³.



Fonte: IGC (2014).

⁵³ Mantiqueira (1), Paraíba do Sul (2), Litoral Norte (3), Pardo (4), Piracicaba/Capivari/Jundiaí (5), Alto Tietê (6), Baixada Santista (7), Sapucaí/Grande (8), Mogi-Guaçu (9), Tietê/Sorocaba (10), Ribeira de Iguape/Litoral Sul (11), Baixo Pardo/Grande (12), Tietê/Jacaré (13), Alto Paranapanema (14), Turvo/Grande (15), Tietê/Batalha (16), Médio Paranapanema (17), São José dos Dourados (18), Baixo Tietê (19), Aguapeí (20), Peixe (21) e Pontal do Paranapanema (22).

